

HERMANN PAUL

PRINCÍPIOS  
FUNDAMENTAIS  
DA HISTÓRIA  
DA LÍNGUA

Tradução de  
MARIA LUISA SCHEMANN



Princípios fundamentais da história da língua.

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE

**U. S. P.**  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS.  
BIBLIOTECA DE LETRAS.

43692.2

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN | LISBOA



417.7  
P345 P P  
e. 22

Tradução

do original alemão intitulado:  
PRINZIPIEN DER SPRACHGESCHICHTE

Hermann Paul

-Siebente, unveränderte Auflage, 1966

Max Niemeyer Verlag  
Tübingen

## PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Já antes de estar terminada a impressão da primeira edição, eu não podia duvidar de que a minha exposição precisava urgentemente de ser completada, uma vez que nela só muito superficialmente eram tratados vários aspectos importantes da vida da língua. Resolvi-me portanto imediatamente a fazer um suplemento, e pensava constantemente em compilar tudo o que me pudesse ser útil para esse fim. Contudo o convite do meu editor para a publicação duma nova edição veio rápida e inesperadamente demais para que eu pudesse imediatamente pô-lo em prática. Mesmo agora eu preferiria esperar ainda, para deixar amadurar melhor algumas coisas. Mas finalmente tive de ceder à pressão do editor, injustificada pela grande procura do livro.

Também esta segunda edição não encontrará da parte de muitos colegas mais indulgência do que a primeira. Uns vão achá-la demasiado geral, outros demasiado elementar. Alguns vão desejar algo de mais brilhante. Eu declaro uma vez por todas que só escrevo para aqueles que, como eu, estão convencidos de que não se faz avançar a ciência por meio de hipóteses complicadas, — por mais espírito e sagacidade que se empregue na sua invenção subtil —, mas sim por meio de ideias fundamente simples, que em si são evidentes, mas que só se tornam fecundas quando delas tomamos consciência clara e quando nos guiamos por elas sem desvios.

Foram passados para aqui da primeira edição, sem modificações consideráveis, os capítulos 13 (= 8), 14 (= 7), 21 (= 13), 23 (= 14), e também o cap. 9 (= 10) abstraindo da supressão do último parágrafo, de cujo objecto tratamos pormenorizadamente no cap. 6. Sobre as modificações ou acrescentos um pouco mais importantes a introdução (= cap. 1), os cap. 2 (= 12), 3 (= 3), mas ainda o 19 (= 9) da pag. 160 em diante 20 (= 11), 10 (= ao grosso dos cap. 5 e 6). Em parte tirados da primeira edição e em parte novos são os cap. 1 (= 2), 5 (= 4) e 11 (= bocados de 5 e 6). Completamente novos ou apenas correspondendo a breves alterações da primeira edição são os cap. 4, 6, 7, 8, 12, 15, 16, 17, 18 e 22.

A princípio eu tinha a intenção de acrescentar ainda um capítulo metodológico sobre a diferenciação entre a mutação fonética e as modi-

Reservados todos os direitos de harmonia com a lei

Edição da

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Av. de Berna | Lisboa

ficações da forma fonética condicionadas pela consideração em que é preciso tomar a função. Contudo eu não queria repetir o que já expus em *Beiträge zur Geschichte der deutschen Sprache und Literatur* VI, 1 e seg. No entanto observo, tanto na prática como nas discussões teóricas da filologia nos últimos anos, que o que ali expus pouca atenção mereceu. Ignoram-no sobretudo todos aqueles que negaram que se tenha feito ultimamente um progresso considerável no método das investigações morfológicas.

Freiburgo, Junho de 1886

#### PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

Desta vez a minha obra não sofreu modificações tão radicais como na segunda edição. Os capítulos IV e VIII foram bastante modificados e aumentados. De resto as modificações e acrescentamentos mais importantes encontram-se nos parágrafos 45, 98, 130, 152, 161, 172, 176, 184, 195, 202.

Munique, Abril de 1898

#### PREFÁCIO A QUARTA EDIÇÃO

Desta nova edição esperava-se sobretudo uma discussão do primeiro volume da *Völkerpsychologie* de Wundt (Leipzig 1900. <sup>2</sup>1904). Infelizmente, em face desta obra, só posso tomar uma atitude de rejeição no que se refere aos seus pontos capitais, por muitas sugestões que ela nos traga nos seus pormenores. Delbrück (*Grundfragen der Sprachfor-*

*schung*, Estrasburgo 1901) e Sütterlin (*Das Wesen der sprachlichen Gebilde*, Heidelberg 1902) levantaram-lhe muitas objeções. Wegener, com o qual tenho que concordar inteiramente tirando alguns pontos secundários, vai muito mais ao fundo da questão na sua crítica ao artigo de Delbrück, na *Lit. CBI.* 1902 401.

A oposição entre mim e Wundt não se baseia tanto no facto de eu me ter apoiado na *Psychologie* de Kerbart (sem de resto adoptar o seu ponto de vista metafísico) enquanto que Wundt toma por base o seu próprio sistema. É bem possível no entanto que essa oposição se relacione com o facto de a analogia, — a que atribui (naturalmente de acordo com todos os actuais investigadores da lingua) uma tão grande importância para a actividade e evolução da lingua, — não desempenhar para Wundt qualquer papel. (Vide a minha nota à pag. 126). Mas existe entre nós um abismo muito maior, que de forma alguma se pode ultrapassar, em consequência da attitude de cada um de nós em relação à chamada psicologia dos povos.

Wundt coloca, como mostra já o título geral da sua grande obra, a psicologia dos povos ao lado da psicologia individual, e muito a sério, num sentido que eu combati na introdução do meu livro (vide a minha nota à pag. 23). Ele julga-se autorizado a isso, desde que já não atribuamos um suporte transcendente à vida psicológica. As modificações da lingua são, segundo ele, consequência de modificações na alma do povo e não de modificações na alma de cada indivíduo. O problema que para mim é o eixo da investigação — como se produz a influência recíproca dos indivíduos — não existe para Wundt. Ele estuda por isso a lingua sempre só do ponto de vista daquele que fala e não do do ouvinte (vide pags. 131-132). Desta maneira não se pode adquirir, na minha opinião, uma compreensão total da evolução da lingua.

Em muitas críticas à obra de Wundt exprimiu-se a esperança de que ela viesse a ser a base duma transformação fundamental da filologia. Não posso partilhar desta esperança. O próprio Wundt, na sua defesa contra Delbrück (*Sprachgeschichte und Sprachpsychologie*, Leipzig 1901) pag. 8 e seg., declara que não lhe importou tanto utilizar a psicologia para a filologia, como utilizar a filologia para a psicologia, e que quis deduzir

leis psicológicas a partir do estudo da lingua. Eu duvido de que isso seja possível. O psicólogo pode naturalmente tirar da historia da lingua muitas sugestões. Mas todas as modificações do uso da lingua, como a historia da lingua as costuma registar, mesmo as mais simples, são já, segundo a opinião a que adiro, o resultado do falar e do ouvir de muitos individuos. Não é este resultado que constitui objecto de estudo para o psicólogo, mas sim os processos isolados que acabam por levar a ele. O dominio a que o psicólogo se deve dedicar é o da actividade da fala no seu sentido mais vasto, incluindo tambem a aprendizagem da lingua. Mas para isso apoiar-se-á na observação directa, não precisando da historia da lingua. Dai resulta que a psicologia é um recurso indispensavel para a compreensão da evolução da lingua, mas que a historia da lingua não lhe pode retribuir este serviço, pelo menos directamente. E ainda menos pode a psicologia tirar proveito do estudo de condições da lingua das quais não conhecemos as origens, mas que Wundt cita com predilecção. Aqui um juizo sobre a natureza da evolução da lingua adquirido em qualquer outro lado, e portanto o conhecimento psicológico tambem adquirido de qualquer outro modo, pode ajudar-nos muito mais a arriscar suposições, que pareciam prováveis, sobre a origem das referidas condições. Tambem não encontro em Wundt uma exposição dos conhecimentos psicológicos que ele quer que consideremos como adquiridos com o auxilio da linguística. Tenho antes a impressão de que ele iniciou o estudo da lingua com opiniões psicológicas já formadas. Nisto não há, de accordo com o que expus acima, a minima censura. Não podia ser de outro modo.

Das obras de synthese sobre linguística geral, apparecidas depois da terceira edição, são ainda dignas de menção Jac. van Ginneken, *Grondbeginselen der Psychologische Taalwetenschap*, Lier 1904-06 (tambem em adaptação franceza: *Principes de linguistique psychologique*, Paris 1908) e A. Marty, *Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*, primeiro volume, Halle 1908. O autor da primeira obra mostra um amplo conhecimento da bibliographia sobre psicologia e linguística e faz varias observações pessoais bastante boas. Mas não posso concordar com ele na sua tentativa de fazer derivar a evolução da lingua exclusivamente de alguns poucos principios gerais. A obra de Marty

mantém-se dentro dos limites da investigação lógico-psicológica, sem entrar no dominio próprio ao investigador da lingua. Nem me passa pela cabeça critica-lo por isso. Mas por essa razão tem pouco que ver com as minhas investigações, que se aliam sempre à investigação linguística isolada. O Dittich ainda não saiu da introdução (vide pag. 29, nota 6), no primeiro volume da sua obra *Grundzüge der Sprachpsychologie* (Halle 1903). A obra ainda incompleta de Ad. Noreen, *Vårt Språk*, contém uma discussão pormenorizada de principios.

Além das questões com Wundt, a maior parte delas em notas, fiz um certo número de modificações e aditamentos e citei bibliographia mais recente. Nas páginas 71-73, 131-133, 193-194, 195-196, 418-419 fizeram-se modificações mais importantes do texto.

A possibilidade de aplicar os meus principios a linguas não indogermánicas foi-me sobretudo comprovada pela obra excelente de Simonyi sobre a lingua húngara, assim como a possibilidade de applicá-los a domínios mais limitados me fora mostrada antes pelo estudo de Reekendorf sobre a sintaxe árabe.

Accedendo a vários pedidos, acrescentei desta vez um registro, elaborado pelo meu sobrinho, Senhor Dr. Paul Gereke.

Munique, Janeiro de 1909

#### PREFÁCIO À QUINTA EDIÇÃO

As modificações desta edição limitam-se a pequenos aditamentos e rectificações. Estando desde há anos impossibilidade de ler tanto impressos como manuscritos, precisei, para a revisão, de ajuda alheia, a qual me foi prestada pela Senhora Dr.<sup>a</sup> D. Annemarie Deditius e pelo Senhor Dr. Rudolf Blümel.

Munique, Janeiro de 1920

H. PAUL

## Introdução

A língua, como todos os produtos da cultura humana, é um objecto da contemplação histórica; mas, assim como cada um dos outros ramos da ciência histórica, também a história da língua tem de ser acompanhada dum ciência *que se ocupe das condições gerais da vida do objecto que historicamente se desenvolve, que estude segundo a sua natureza e acção os factores que se mantêm regulares dentro de toda a mutação.* Falta para esta ciência uma designação geralmente válida e apropriada. Por filosofia da língua compreende-se em regra algo de diferente. E além disso talvez seja de aconselhar evitar esta expressão por uma razão: a nossa época filosófica vê nela facilmente especulações metafísicas, com as quais a investigação histórica da língua nada tem que ver. Mas aquilo que temos em mente não é na realidade nem mais nem menos filosofia do que, por exemplo, a física ou a fisiologia. O que não devemos de maneira nenhuma é opor a esta parte geral da linguística a parte histórica como sendo a empírica. Uma é exactamente tão empírica como a outra.

Raramente basta para a compreensão da evolução histórica dum objecto conhecer as leis duma única e simples ciência experimental; está muito mais na natureza de todos os movimentos históricos — sobretudo se se trata de qualquer ramo da cultura humana — que actuem simultaneamente em constante acção reciproca forças muito diversas, sondar a natureza das quais é tarefa de ciências muito diferentes. É pois natural que uma ciência assim geral, como a que corresponde exactamente a cada ciência histórica, não possa apresentar um todo perfeito como o das chamadas ciências naturais exactas, como a matemática ou a psicologia. Antes forma um aglomerado que se compõe de diversas ciências exactas puras, ou, em regra, de segmentos de tais ciências. É provável que se hesite em dar o nome de ciência a uma tal composição, que tem em si sempre um carácter accidental. Mas como quer que se pense, o facto é

que o estudo histórico exige necessariamente a colaboração com elementos tão díspares; quando não uma investigação autónoma, ao menos a apropriação dos resultados adquiridos por outros ramos da ciência. Mas também estaríamos em erro se pensássemos que com a simples associação de pedaços de ciências diferentes já obteríamos a espécie de ciência que temos em vista. Não, restam-lhe ainda tarefas de que as ciências exactas — das quais ela usa como meio — não se ocupam. Estas limitam-se a comparar os processos isoladamente, sem se preocuparem com as suas relações no tempo, só interessadas em descobrir as concordâncias e divergências e, com ajuda disso, o que permanece sempre igual a si próprio no meio de toda a mutação dos fenómenos. A noção de evolução é-lhes absolutamente estranha, parece ser mesmo incompatível com os seus princípios, e por isso elas se encontram em opposição aberta com as ciências históricas. Para conciliar esta opposição é necessário um modo de observação que mereceria com mais razão o nome de filosofia da história, do que aquilo que normalmente assim designamos. Mas também aqui preferimos evitar a palavra filosofia e servimo-nos da designação *ciência de princípios*. É a ela que se põe este difícil problema: como é possível, na hipótese de forças e relações constantes, haver uma evolução histórica, um progresso das formas mais simples e primitivas para as mais complexas? O seu método é também, sob um outro ponto de vista, diverso do das ciências exactas, a que já acima me referi. Enquanto estas se esforçam sempre naturalmente por isolar da engrenagem geral a acção de cada força, para a reconhecerem na sua pura natureza e construírem então um sistema através do alinhamento de várias da mesma espécie, a teoria histórica dos princípios deve, pelo contrário, estudar a engrenagem das várias forças, examinar, como, mesmo as mais diversas, de cujas relações recíprocas as ciências exactas se ocupam o menos possível, se podem dirigir para um fim comum por meio dumha acção recíproca constante. É evidente que, para compreendermos a engrenagem da variedade, temos de ter uma ideia clara de quais as forças que actuam e de qual a natureza da sua acção. A análise tem de preceder a síntese. Pois enquanto trabalhamos com complicações não resolvidas, não chegámos ainda a uma assimilação científica da matéria. É pois claro que a ciência de princípios no sentido que lhe damos, se bem que se baseie nas ciências exactas experimentais (entre as quais conto também a psicologia), contém também qualquer coisa mais de muito importante, que precisamente nos dá o direito de lhe atribuir um lugar autónomo junto daquelas.

Esta vasta ciência divide-se em tantos ramos quantos os ramos da história, história tomada aqui no seu sentido mais lato e não limitada à evolução da raça humana. É de calcular desde o princípio que haverá condições fundamentais gerais que formam o alicerce necessário para toda

a espécie de evolução histórica; mas ainda mais certo é que a evolução de cada objecto, pela natureza especial deste, se faz também de modo especial. Quem tomar sobre si a tarefa de estabelecer os princípios fundamentais duma disciplina histórica qualquer, tem de tomar constantemente em consideração as restantes, sobretudo as mais próximas da ciência histórica, para assim compreender, e não voltar a esquecê-las, os pontos de vista gerais fundamentais. Mas, por outro lado, deve evitar perder-se em puras generalidades a ponto de esquecer a adaptação exacta ao caso especial, ou evitar transcrever metaforicamente os resultados obtidos noutros campos, o que só serve para encobrir as verdadeiras condições reais que nos propomos investigar.

Só quando se criarem estas ciências de princípios é que a investigação histórica especial adquirirá o seu verdadeiro valor. Só mediante aquelas ela se elevará acima dum alinhamento de dados aparentemente accidentais e se aproximará, no que respeita à importância absoluta dos seus resultados, das ciências exactas, as quais bem gostariam de lhe contestar a igualdade. Assim, quando a ciência de princípios surgir como o fim mais elevado a que aspiram os esforços de cada ciência especial, a primeira continuará a ser, por outro lado, a condutora indispensável da segunda, sem a qual esta não pôde dar um único passo seguro que vá além dos simples dados, que nunca se apresentam senão, por um lado, em fragmentos, por outro, em complicações que têm ainda que ser resolvidas. O esclarecimento das condições do *dever histórico* dá-nos, simultaneamente com a lógica geral, a base para a teoria dos métodos, a que se deve obedecer na verificação de cada um dos factos.

§ 2. Até hoje ainda ninguém se occupou, em todos os campos da investigação histórica, com igual seriedade e profundidade com a questão dos princípios fundamentais. Isto aconteceu nos ramos históricos da ciência natural num grau muito mais elevado do que na história da cultura. A causa deste estado de coisas é, por um lado, o facto de se apresentarem dificuldades muito maiores no último caso. A história da cultura tem em geral de occupar-se de factores muito mais complexos, cuja confusão, enquanto não for esclarecida, torna impossível um conhecimento exacto da relação causal. A isto vem juntar-se que a sua base mais importante, a psicologia experimental, é uma ciência de data recente, que só gradualmente se deve ir relacionando com a história. Por outro lado, na medida em que a dificuldade foi maior, a necessidade foi contudo menor, ou, pelo menos, não se fez sentir tanto. Para a história da raça humana serviram sempre como verdadeiras fontes relatórios sobre factos, deixados por testemunhas contemporâneas, se bem que talvez só quando fornecidos em diferentes versões, e só em segundo lugar serviram monumentos, productos da cultura humana, que conservavam mais ou menos a forma que esta lhes deu. Falta-se mesmo duma época histórica e duma época

pré-histórica, e determina-se a fronteira pelo começo da tradição histórica. Por isso para a primeira há já a imagem duma evolução histórica, mesmo que seja muito deturpada, e compreende-se facilmente que a ciência pense já ter feito o suficiente ao apresentar uma depuração desta imagem e se recuse mesmo propositadamente a todas as especulações que ultrapassem essa tarefa. As coisas passam-se de maneira completamente diferente com o período pré-histórico da cultura humana e mesmo com a história da evolução da natureza orgânica e inorgânica, que remonta a uma época infinitamente mais longínqua. Aqui mal temos o mínimo elemento histórico como tal. Todas as tentativas dum apanhado histórico se compõem apenas de conclusões, abstraindo do pouco que nos é transmitido pela observação de tempos mais antigos. E não se pode chegar a resultado absolutamente nenhum sem a resolução das questões fundamentais, sem uma verificação das condições gerais do devir histórico. Por isso estas questões fundamentais estiveram sempre no centro da observação, foi sempre à sua volta que se travou a luta das opiniões. Actualmente é no campo da natureza orgânica que essa luta é mais acesa, e temos de reconhecer que os pensamentos mais férteis para a compreensão de toda a evolução histórica, incluindo a da raça humana, só aí atingiram uma certa clareza.

A tendência actual da ciência é agora manifestamente para estender também à história da cultura este modo de observação especulativo, e estamos convencidos de que esta tendência se afirmará mais e mais apesar de toda a resistência activa e passiva que se lhe opõe. Já nos mostrámos prontos a admitir que tal modo de proceder não é, para a ciência cultural, tão indispensável como para a ciência natural e que não podemos esperar dele para a primeira um sucesso tão completo como para a última. Mas nem por isso devemos fugir à obrigação de verificar exactamente até que ponto podemos chegar, e mesmo um resultado eventualmente negativo, a fixação exacta dos limites do nosso conhecimento, pode ser de grande valor. Mas não temos também ainda motivo algum para desesperar de alcançar resultados positivos importantes, pelo menos para certos domínios. De tudo isto porém o que devemos desprezar menos é o *projeito metodológico* que se tira dum esclarecimento da questão dos princípios. É uma ilusão pensar que se pode comprovar o mais simples facto histórico sem um pouco de *(especulação)*. É que especulamos inconscientemente, e devemos agradecer a um instinto feliz quando encontramos a verdade. Parece-me poder afirmar que até agora também os métodos praticáveis da investigação histórica foram encontrados mais por instinto do que por uma reflexão universal que penetrasse até à natureza íntima das coisas. E a consequência natural disto é que nos escapam uma quantidade de arbitrariedades, do que resulta uma polémica interminável de opiniões e de escolas. Há só uma forma de sair

deste estado de coisas: temos de começar com toda a seriedade a fazer derivar este método dos primeiros princípios básicos, e eliminar tudo o que se não possa fazer derivar deles. Mas estes fundamentos, até onde não forem de natureza puramente *(lógica)*, são deduzidos precisamente do estudo da *(evolução histórica)*.

§ 3. Não há nenhum ramo da cultura em que as condições da *(evolução)* se possam reconhecer mais exactamente do que na *(língua)*, e portanto não há nenhuma ciência cultural cujo método possa ser tão aperfeiçoado como o da *(linguística)*. Nenhuma ciência pôde até hoje ir tanto além dos limites da tradição, nenhuma foi a tal ponto especulativa e construtiva. É sobretudo esta característica que a faz parecer tão semelhante às *(ciências naturais históricas)*, o que levou ao absurdo de querer *(excluí-la do círculo das ciências culturais)*. Apesar desta posição que a *(linguística)* ocupa já desde a sua criação, havia muito a fazer para desenvolver gradualmente o seu método até ao grau de perfeição de que ele é capaz. Sobretudo desde o fim dos anos 70 do século XIX tentou romper-se um caminho que levava a uma transformação profunda do método. Na polémica que então se levantou veio claramente a lume como para muitos investigadores da *(língua)* eram ainda pouco claros os elementos da sua ciência. *(Precisamente essa polémica foi a causa mais próxima da presente obra)*. Ela pretende dar o melhor contributo possível levando a um esclarecimento das opiniões e obtendo um entendimento pelo menos entre todos os que possuem um espírito aberto à verdade. Para este fim era necessário expor o mais universalmente possível as condições de vida da *(língua)*, traçando assim duma maneira geral as linhas fundamentais duma teoria da *(evolução da mesma)*.

§ 4. Dividimos as *(ciências históricas)* no seu sentido mais lato em dois grupos principais: *(ciências naturais históricas e ciências culturais históricas)*. Como sinal característico da cultura devemos designar a acção de factores específicos. Esta parece-me ser a única delimitação exacta possível entre este campo e os objectos da pura ciência natural. Portanto temos de reconhecer também uma cultura animal, e contar entre as *(ciências culturais)* a história da evolução dos instintos artísticos e da organização social entre os animais. Isto seria só útil para uma apreciação exacta da situação.

O elemento *(psíquico)* é o factor mais essencial de todo o movimento cultural, em torno do qual tudo se move, e a *(psicologia)* é a base mais nobre de todas as *(ciências culturais tomadas no seu sentido mais elevado)*. Mas nem por isso o *(factor psíquico)* é o único; não há nenhuma cultura que tenha uma base puramente *(psíquica)*, e é por isso pelo menos muito pouco exacto chamar *(ciências do espírito)* às *(ciências da cultura)*. Na realidade existe apenas uma ciência pura do espírito, a *(psicologia)* como ciência exacta. Logo que penetramos no domínio da *(evolução histórica)*, tanto

temos que lidar com forças psíquicas como com forças físicas. O espírito humano tem que colaborar sempre com o corpo humano e com a natureza que o rodeia para criar um produto cultural seja ele qual for, e a natureza do mesmo, o modo como é feito, depende tanto de condições físicas como psíquicas; é necessário conhecer umas e outras para compreender totalmente o *dever histórico*. É portanto preciso haver, junto da psicologia, também o conhecimento das leis segundo as quais se movem os factores físicos da cultura. As ciências naturais e a matemática são uma base necessária das ciências culturais. Se em geral não tomamos consciência disso, é porque nos contentamos normalmente com uma observação não científica da vida quotidiana, e isso nos chega também para aquilo que entendemos por história. As coisas não se passam, nem se têm passado até hoje, de forma diferente no que se refere ao psíquico. Mas é inconcebível que fôssemos capazes de compreender qualquer acontecimento da história ou de exercer qualquer espécie de crítica histórica sem uma determinada quantidade de experiências sobre a possibilidade ou impossibilidade física dum processo. Resulta assim como *tarefa principal da teoria dos princípios fundamentais da ciência da cultura expor as condições gerais nas quais os factores psíquicos e físicos, seguindo as suas leis especiais, chegam a contribuir para um fim comum.*

§ 5. A tarefa da teoria dos princípios apresenta-se um pouco diferente do seguinte ponto de vista. *A ciência cultural é sempre uma ciência social.* Só a sociedade possibilita a cultura, só a sociedade torna o homem um ser histórico. É claro que uma pessoa absolutamente isolada tem também a história da sua evolução — no que se refere ao seu corpo e ao seu meio ambiente — mas nessas condições mesmo a pessoa mais talentosa só poderia chegar a um grau de cultura muito primitivo, que terminaria com a sua morte. Só a transmissão a outros indivíduos daquilo que um indivíduo adquiriu, e a colaboração de vários indivíduos para o mesmo fim, tornará possível um crescimento para lá desses limites apertados. Não só a cultura económica, mas toda a espécie de cultura se baseia no princípio da divisão do trabalho. A tarefa particular da teoria dos princípios para as ciências culturais, pela qual ela afirma a sua autonomia em relação às ciências exactas fundamentais, podia ser mostrar como se realiza a acção recíproca dos indivíduos, como se comporta cada um em relação à totalidade, recebendo e dando, determinando e sendo determinado, mostrar como a nova geração assume a herança da mais velha.

A história da evolução da natureza orgânica já se aproxima aliás muito, por este lado, da história da cultura. Cada organismo mais elevado surge pela associação duma quantidade de células que colaboram segundo o princípio da divisão do trabalho, e que se distinguem na sua configuração de acordo com este princípio. Já mesmo dentro da célula isolada, da forma orgânica mais elementar, se faz notar a eficácia deste princípio, e

através dele é possível a conservação da forma dentro da modificação da matéria. Todo o organismo desaparece mais cedo ou mais tarde, podendo contudo deixar substitutos da sua própria natureza, em que o princípio formativo, segundo o qual ele mesmo foi constituído, continue a actuar, e a que aproveite todo o progresso que ele próprio fez na sua formação, desde que não intervenham de fora influências perturbadoras.

§ 6. Poderá parecer que a nossa teoria dos princípios é para a ciência social mais ou menos o mesmo que aquilo a que *Lazarus e Steinthal chamavam psicologia dos povos*, e que eles procuram defender na sua revista. Contudo falta muito para que sejam uma e a mesma coisa. Do que até agora expussemos já se pode ver que a nossa ciência tem de se ocupar muitas vezes de assuntos não psicológicos. Podemos dividir em quatro categorias principais a influencia que cada indivíduo recebe da sociedade e a que ele, por seu lado, exerce em contacto com os outros. Primeiro: criam-se nele formas psíquicas, complexos de idéias a que nunca teria chegado, ou só muito mais lentamente, se o caminho não lhe tivesse sido preparado pelos outros. Segundo: ele aprende, com as diversas partes do seu corpo, a realizar determinados movimentos úteis, que servem eventualmente para movimentar corpos estranhos, instrumentos; também destes podemos dizer que, sem o exemplo doutros, talvez nunca os tivesse aprendido, ou talvez os aprendesse mais devagar. Encontramo-nos, pois, no domínio fisiológico, mas ao mesmo tempo também no psicológico. O movimento em si é fisiológico, mas a obtenção do poder de regular arbitrariamente o movimento, que é o que aqui interessa, baseia-se na contribuição de factores psíquicos. Terceiro: com a ajuda do corpo humano são transmitidos de um indivíduo a outro, da geração mais velha à nova geração, objectos naturais trabalhados ou apenas transportados do seu lugar de origem para outro lugar para qualquer serviço, através do que se transformam em instrumentos ou em capitais, e verifica-se uma colaboração de diferentes indivíduos na adaptação ou transporte destes objectos. Quarto: os indivíduos exercem uma coacção psicológica uns sobre os outros, que tanto se pode tornar uma vantagem como uma desvantagem para o progresso, mas que não se pode separar da essência da cultura.

A psicologia dos povos no sentido que lhe dão *Lazarus-Steinthal* só se ocupa, de qualquer maneira, da primeira destas quatro categorias. Portanto só poderia coincidir mais ou menos com ela a parte da nossa teoria dos princípios que se refere a esta categoria. Mas mesmo abstrahindo do facto da mesma não se poder simplesmente isolar das outras, aquilo que tenho em mente continua a permanecer muito diferente daquilo que *Lazarus e Steinthal*, na introdução à sua revista, (V. I, pag. 17), designam como tarefa da psicologia dos povos. Por muito mérito que tenha de reconhecer a ambos os investigadores no que se refere à psico-



logia e especialmente à explicação psicológica da história, as definições apresentadas nesta introdução parecem contudo insustentáveis, em parte confusas e ocultando a situação real. O pensamento fundamental que atravessa toda a obra é que a psicologia dos povos está em parte para os povos, em parte para a humanidade, como um todo, como aquilo a que pura e simplesmente chamamos psicologia, está para o indivíduo isolado. Precisamente este pensamento fundamental baseia-se, na minha opinião, em várias confusões lógicas. E parece-me ter de ver a causa destas confusões no facto de não se fixar a diferença entre ciência exacta e ciência histórica (1), mas, ao contrário, de ambas, pouco seguras, se sobreporem constantemente uma à outra.

A própria noção de psicologia dos povos vacila entre duas concepções essencialmente diferentes. Por um lado é compreendida como o sistema das condições gerais da vida espiritual em sociedade, por outro lado como característica das particularidades espirituais dos diferentes povos e como análise das causas que provocaram essas particularidades. A páginas 25 e seguintes estas duas concepções diferentes da ciência são apresentadas como duas partes da ciência total, das quais a primeira constitui a base sintética para a segunda. Nenhuma das duas concepções considera a psicologia dos povos na relação convencional com a psicologia individual.

Se nos ativermos à segunda, à característica dos diferentes povos só pode corresponder a de diferentes indivíduos. Mas isto não se chama psicologia. A psicologia nunca teve nada a ver com a configuração concreta dum só alma humana, mas sim e só com a natureza geral dos processos da alma. O que nos confere portanto o direito de usar o nome desta ciência para a descrição da configuração concreta das particularidades espirituais dum povo? O que os autores têm em mente não é mais do que uma parte que, embora seja a mais importante, não se pode abstrair daquilo a que chamamos história da cultura ou filologia, assente só numa base psicológica, como deve exigir-se hoje para toda a investigação histórico-cultural. Mas não é nenhuma ciência exacta como a psicologia nem nenhuma teoria de princípios ou, para usar a expressão dos autores, nenhuma base sintética da história da cultura.

Esta paralelização errada levou ainda a outras consequências graves. Segundo os autores, trata-se na psicologia dos povos do «espírito da totalidade, que é ainda diferente de todos os espíritos isolados que a formam, e que os domina a todos» (pag. 5). Mais adiante diz-se (pág. 11): As condições estudadas pela psicologia dos povos encontram-se no espírito do povo, tomado como um todo, em parte entre os elementos do mesmo (como por exemplo as relações entre religião e arte, estado e moral, língua e inteligência, etc.), em parte entre os espíritos isolados que formam o povo. Assim são apresentados aqui

os mesmos processos fundamentais da psicologia individual, só mais complexos ou mais extensos. Isto é o mesmo que ocultar, pela personificação duma série de abstracções, a verdadeira natureza das coisas. Todos os processos psíquicos se produzem em cada espírito e em mais parte alguma. Nem o espírito do povo, nem os elementos deste, como arte, religião, etc., têm uma existência concreta, e por consequência também não pode acontecer nada neles e entre eles. Por isso fora com estas abstracções! Pois (tira com todas as abstracções) tem que ser a nossa contra-senha, se queremos tentar determinar seja onde for os factores do que verdadeiramente acontece (2). Não quero censurar grandemente os autores por um erro que encontramos ainda a cada passo na ciência, e do qual nem sempre se livra o espírito mais cuidadoso e mais profundo. Pode haver muitos investigadores que, sentindo-se à altura do século XIX, sorriam discretamente sobre a polémica dos normalistas e realistas medievais, sem compreenderem como se puderam considerar coisas realmente existentes as abstracções da razão humana. Mas ainda não desapareceram por completo os que são realistas inconscientemente, nem mesmo entre os investigadores das ciências naturais. E finalmente entre os investigadores da cultura eles continuam a existir alegremente, nomeadamente aquela espécie que julga exceder todos os outros apenas por se exprimir em alegorias darwinistas. Mas independentemente deste absurdo, os tempos da escolástica, mesmo os da mitologia, não estão já tão longe de nós como pensamos; o nosso sentir está ainda demasiado preso ao encanto de ambos, porque dominam a nossa linguagem, que não se pode libertar deles. Quem não empregar o necessário esforço de espírito para libertar-se do domínio da palavra nunca se elevará até uma contemplação imparcial das coisas. A psicologia tornou-se uma ciência a partir do momento em que deixou de reconhecer como algo de real as abstracções do espírito. Assim será talvez ainda possível, em muitos domínios, alcançar algo de importante apenas pela eliminação das abstracções qualificadas de realidade, que se vão colocar, estorvando-o, entre o olhar do observador e os fenómenos concretos.

§ 7. Peço que se não tomem estas observações como puro devaneio (3). Elas aludem àquilo de que nós próprios vamos tratar a seguir no que respeita à evolução da língua, e que por outro lado não deixa reconhecer como aceitável a exposição de Lazarus-Steinthal. Partindo daqui, chegamos também à crítica da primeira concepção da noção de psicologia dos povos.

Como também aqui, naturalmente, não podemos contar com um espírito total e com elementos desse espírito total, assim na «Psicologia dos povos» de qualquer maneira só pode tratar-se das relações entre espíritos isolados. Mas também, no que respeita à acção recíproca destes, num determinado sentido é admissível afirmar que aqui se verificam os

mesmos processos fundamentais que se produzem na psicologia individual, sobre o que seria necessária uma explicação mais exacta. De qualquer maneira, as coisas não se passam de forma que as ideias ultrapassam os limites da alma isolada e actuem sobre as ideias doutras almas como actuam umas sobre as outras dentro duma única alma. Tão pouco os complexos totais de ideias das almas isoladas actuam uns sobre os outros de forma análoga às ideias isoladas na alma dum indivíduo. Antes é um facto de importância fundamental, que não devíamos nunca perder de vista, que toda a acção reciproca puramente psicológica só se realiza dentro da alma isolada. Toda e qualquer comunicação entre as almas é apenas indirecta, tornada possível por meios psíquicos. Fica portanto assente que só pode haver uma psicologia individual, à qual não devemos opor uma psicologia dos povos, ou como quisermos chamar-lhe.

Contudo na exposição da psicologia individual acrescentamos à parte geral, que trata dos processos fundamentais, uma segunda parte especial, que trata da história da evolução das complicadas massas de ideias que, por experiência própria, encontramos em nós próprios e nos indivíduos que observamos de forma essencialmente análoga. Contra isto não há nada a dizer, enquanto tivermos bem presente o contraste fundamental existente entre ambas as partes. A segunda já não é ciência exacta, mas histórica. É fácil de ver que estas formas complicadas só podem surgir pelo facto de um indivíduo viver em sociedade com uma série de outros indivíduos. E para penetrarmos mais profundamente no segredo da sua origem, temos de tentar ver claramente os diferentes estádios que elas percorreram nos indivíduos anteriores. Lazarus e Steinhal partiram manifestamente deste ponto para o conceito de psicologia dos povos. Mas assim como não podemos chamar com razão psicologia a uma exposição histórica que descreve como esta evolução realmente se deu, também não podemos chamá-lo à ciência dos princípios, que mostra como geralmente semelhante evolução pode chegar a produzir-se. O que nesta evolução há de psíquico realiza-se dentro da alma isolada segundo as leis gerais da psicologia individual. Mas nem tudo o que torna possível a acção dum indivíduo sobre outro é psíquico (\*).

Se falei dos diferentes estádios na evolução das formações anímicas foi servindo-me da terminologia figurada usual. De acordo com tudo o que explicámos até aqui não é de crer que uma formação, como ela se constituiu numa determinada alma, seja na verdade a base real da qual nasce uma formação numa outra alma. Antes cada alma tem que começar mesmo do principio. Não podemos introduzir nela formações já feitas, mas tudo nela tem de ser criado desde o principio, as ideias primitivas através de sensações fisiológicas, os complexos de ideias através de reacções, nas quais as ideias primitivas se associam umas às outras dentro da própria alma. Para produzir numa outra alma a associação de ideias

correspondente a uma nascida em si própria, a alma não pode fazer mais do que, por meio dos nervos motores, criar um produto psíquico, o qual por sua vez, excitando os nervos sensitivos do outro indivíduo, produz na alma dele as ideias correspondentes, e mesmo igualmente associadas. De entre os produtos psíquicos que servem este fim, os mais importantes são precisamente os sons da língua. Além disso temos os outros sons, e ainda expressões, gestos, imagens, etc.

O que dá a estes produtos a capacidade de servir de meio de transmissão de ideias a outro indivíduo, é, quer uma relação interior directa com as referidas ideias (vejamos por exemplo um grito de dor, um gesto de cólera), quer uma ligação produzida por uma associação de ideias, em que portanto a ideia directamente relacionada com o instrumento psíquico constitui o termo de ligação entre este e a ideia comunicada; este é o caso que se verifica na língua.

§ 8. Através desta espécie de comunicação não se pode criar de novo na alma qualquer conteúdo ideológico. O conteúdo de que se trata tem de encontrar-se já antes aí produzido por sensações fisiológicas. O resultado da comunicação pode ser só que certas massas de ideias, em repouso na alma, sejam excitadas, eventualmente trazidas ao limiar do consciente, pelo que, em certas circunstâncias, se produzem entre as mesmas novas ligações, ou se confirmam ligações antigas.

O conteúdo ideológico em si é portanto intransmissível. Tudo o que supomos saber doutro indivíduo baseia-se em conclusões tiradas a partir de nós próprios. Partimos do principio de que a alma estranha tem, com o mundo que a cerca, as mesmas relações que a nossa, que as mesmas impressões físicas produzem nela ideias iguais às que produzam na nossa, e que estas ideias se ligam de modo idêntico. Um certo grau de concordância na organização espiritual e corporal, na natureza que os cerca e nas vivências, é portanto a condição prévia para uma possibilidade de entendimento entre indivíduos diferentes. Quanto maior for esta concordância, tanto mais fácil será o entendimento. Ao contrário, toda e qualquer divergência nestes campos tem como consequência que não só sejam possíveis, como necessariamente sobrevenham a incompreensão, o entendimento parcial ou o mal-entendido.

É através dos meios físicos, que estão directamente relacionados com as ideias comunicadas, que o entendimento vai mais longe; pois este emana muitas vezes já da concordância geral existente na natureza humana. Por outro lado, onde a relação é indirecta, parte-se do principio de que a mesma associação se produziu nas diferentes almas, o que faz pressupor uma experiência idêntica. Temos pois de pressupor como evidente que toda a comunicação entre os seres humanos começou com a primeira espécie e só daí passou à última. Ao mesmo tempo temos de salientar que os meios da primeira espécie são com certeza limitados; ao passo que,

no que se refere aos da última, se nos oferece um campo ilimitado, porque em associações arbitrárias são possíveis infinitas combinações.

Se perguntarmos agora por que razão afinal o indivíduo, apesar de ter de criar ele próprio o seu círculo de ideias, recebe contudo da sociedade uma determinada direcção para a sua evolução espiritual e uma instrução muito mais elevada do que poderia alcançar numa vida isolada, teremos que designar como ponto essencial a *transformação de associações indirectas em directas*. Esta transformação produz-se dentro da alma isolada, mas o resultado obtido é transmitido a outras almas, naturalmente por meios físicos, da forma que descrevemos. A vantagem é pois que nestas almas as massas de ideias não tenham de fazer o mesmo rodeio para chegarem umas às outras, como na primeira alma. Há assim uma vantagem quando as ligações intermediárias são de valor secundário comparadas com as ligações finalmente resultantes. Através desta economia de trabalho e tempo que um indivíduo proporcionou a outro, este último tem por sua vez a possibilidade de empregar numa nova ligação a energia poupada, para a qual o primeiro indivíduo já não teve tempo.

Com a transmissão duma ligação que passou de indirecta a directa não se transmite também o movimento de ideias que em primeiro lugar levou à criação desta ligação. Quando, por exemplo, é transmitido a alguém o teorema de Pitágoras, esta pessoa não fica a saber como ele primeiro foi encontrado. Pode então contentar-se simplesmente com a ligação directa que lhe foi transmitida, mas pode também, através de combinações criadoras próprias, relacionar este teorema com outros teoremas matemáticos que já conhece, no que, de resto, desempenha um papel muito mais simples do que o primeiro descobridor. Mas se, como aqui é o caso, forem possíveis várias mediações, não é necessário que ele se lembre da mesma que o outro.

Deduz-se portanto daqui que no decorrer deste processo importante, enquanto os pontos inicial e final duma série de ideias são transmitidos em associação directa, os termos médios que originariamente auxiliaram esta associação não podem, em grande parte, chegar à geração seguinte. Isto é em muitos casos uma descarga salutar de peso inútil, pela qual se cria o espaço necessário para uma evolução mais elevada. Mas o conhecimento da génese é naturalmente muitíssimo dificultado por isto.

Depois destas observações aplicáveis a toda a evolução cultural — de cuja aplicação especial à história da língua nos ocuparemos mais adiante — vamos tentar agora salientar as particularidades mais importantes pelas quais a linguística se distingue doutras ciências culturais. Encarando os factores com que ela tem de contar, poderemos já agora justificar a nossa afirmação de que a linguística é, entre todas as ciências históricas, a mais capaz de fornecer resultados seguros e exactos.

Uma ciência experimental atinge um grau tanto mais elevado de

exactidão quanto melhor conseguir *observar isoladamente a acção dos diferentes factores* nos fenómenos que tem de estudar. É esta, no fundo, a diferença específica entre o modo de observação científico e o vulgar. A isolação é naturalmente tanto mais difícil quanto mais entrelaçadas se encontram as composições em que nos surgem os fenómenos em si. Por este lado, temos na língua uma posição especialmente favorável. Mas isso já não acontece se encarmos todo o conteúdo material que nela se encontra. Aí vemos de resto que tudo o que de qualquer modo afectou a alma humana, a organização corporal, a natureza ambiente, toda a cultura, todas as experiências e vivências, tudo deixou efeitos na língua, e que esta portanto, observada deste ponto de vista, depende de todos os factores imagináveis, dos mais variados. Mas a tarefa especial da linguística não é estudar este conteúdo material. Nisso só pode colaborar com todas as outras ciências culturais. Ela só tem que estudar as relações deste conteúdo ideológico com determinados grupos fonéticos. Assim, das quatro categorias da influência social citadas na pág. 19, só as duas primeiras interessam para a língua. Também precisamos nomeadamente só de duas ciências exactas como fundamento da linguística, a psicologia e a fisiologia, e da última mesmo só dalgumas partes. O que normalmente entendemos por fisiologia do som ou fonética não abrange aliás todos os processos fisiológicos em si que fazem parte da actividade da fala, a saber a excitação dos nervos motores, pela qual os órgãos fonadores são postos em movimento. Além disso a acústica, parte tanto da física como da Fisiologia, teria de ser tomada em conta. Porém os processos acústicos não são directamente influenciados pelos psíquicos, mas só indirectamente pelos fonético-fisiológicos. São de tal maneira determinados por estes que, uma vez dado o impulso, o seu decurso em geral já não sofre mais qualquer desvio, pelo menos um desvio que seja de importância para a natureza da língua. Sendo assim, não é exigida para a compreensão da evolução da língua uma penetração mais profunda nestes fenómenos, pelo menos não é exigida na medida em que o é o conhecimento do movimento dos órgãos fonadores. Com isto não queremos dizer que por vezes não se possa ir buscar à acústica alguns conhecimentos.

A simplicidade relativa dos processos linguísticos salta-nos à vista quando comparamos com eles, por exemplo, os processos económicos. Aqui trata-se duma acção recíproca de todos os factores físicos e psíquicos com que o homem de qualquer maneira está relacionado. Nem com os mais sérios esforços chegaremos alguma vez a esclarecer inteiramente o papel aqui desempenhado por cada um destes factores isolados.

Um outro ponto interessante é o seguinte. Cada criação linguística é sempre obra do indivíduo. Pode haver vários que criem o mesmo, o que acontece frequentemente, mas o acto da criação nem por isso é

outro e o resultado também não é diferente. Nunca acontece que vários indivíduos criem qualquer coisa em conjunto, com união de forças, com distribuição de papéis. As coisas já se passam de maneira completamente diferente no domínio económico ou político. Assim como adentro da própria evolução económica ou política se torna tanto mais difícil descobrir as relações existentes, quanto mais as forças se unem e os papéis se distribuem, assim também as relações mais simples nestes domínios são menos claras que as linguísticas. Contudo, na medida em que uma criação linguística é transmitida a um indivíduo e transformada por este, e em que este processo se repete sempre de novo, também aqui se dá uma união e uma divisão de trabalho sem as quais, como já vimos, não se pode imaginar qualquer cultura. E quando, naquilo que transmitimos, falta um certo número de graus intermédios, o investigador linguístico vê-se obrigado a deslindar complicações enredadas que surgiram não tanto da acção conjunta, como da acção sucessiva de diferentes indivíduos.

É ainda, neste sentido, de grande importância o facto de as formas linguísticas em geral serem criadas sem intenção consciente. É verdade que existe uma intenção de comunicação, não falando nos primeiros estádios, mas não a intenção de fixar algo de permanente, e o indivíduo não chega a tomar consciência da sua actividade criadora. Neste sentido a formação linguística distingue-se especialmente de toda a produção artística. A consciência como característica, conforme aqui a apresentamos, não é, evidentemente, universalmente reconhecida e é preciso demonstrá-la ainda em pormenor. Para isso temos de distinguir entre a evolução natural e artificial da língua, a última das quais de resto é provocada por uma intervenção intencional e regularizadora. Estes esforços conscientes limitam-se quase exclusivamente à criação duma língua comum num território dividido em dialectos, ou duma linguagem técnica em determinadas profissões. Temos, portanto, de deixar por agora estas inteiramente de parte para tomarmos conhecimento da acção pura da evolução natural, e só então podemos tratar, num capítulo especial, da sua acção. Não só temos o direito como o dever de actuar assim. Doutra forma agiríamos como o zoólogo ou o botânico, que, para explicarem a criação do mundo animal e vegetal actual, partissem sempre da hipótese da existência duma criação e aperfeiçoamento artificiais. A comparação é de facto muitíssimo justa. Assim como o pecuário ou o jardineiro não podem nunca criar arbitrariamente alguma coisa a partir do nada, mas com todas as suas experiências só conseguem atingir uma modificação possível do crescimento natural, sem poderem nunca ultrapassar estes limites, assim também uma língua artificial só pode formar-se a partir duma natural. Pode impedir-se tão pouco, por meio de qualquer aperfeiçoamento, a acção dos factores que determinam

a evolução natural, como se pode impedir-lo no domínio linguístico por meio dum regulamentamento intencional. Aquelles factores continuam a actuar imperceptíveis apesar de todas as intervenções, e tudo o que de artificial é recolhido na língua acaba por ficar sujeito à acção das forças desta. Seria agora de mostrar até que ponto a não intencionalidade dos processos linguísticos facilita a compreensão da sua natureza. Em primeiro lugar voltamos a ver que eles devem ser relativamente simples. Em cada modificação só se pode dar um pequeno passo. Como seria possível doutra maneira, se ela surge sem se contar e, como acontece na maioria dos casos, sem que aquele que fala se aperceba de que produz qualquer coisa que não existia antes? É claro que então também é importante seguir quanto possível passo a passo os indícios que documentam estes processos. Mas da simplicidade dos processos linguísticos também se segue que neles a personalidade individual não se pode impor em toda a sua força. Os processos psicológicos mais simples são iguais em todos: os indivíduos, as suas particularidades baseiam-se só em combinações diversas destes processos simples. *A grande regularidade de todos os processos linguísticos nos indivíduos mais diferentes é a base mais importante para um conhecimento científico dos mesmos.*

Assim a aprendizagem da língua pertence a um período de evolução mais antigo no qual se encontra ainda pouca intencionalidade e consciência, pouca individualidade em todos os processos psíquicos. E o mesmo se dá com aquele período da evolução da raça humana, que primeiro criou a língua.

Se a língua não estivesse organizada dentro da natureza humana sobre bases da colectividade, não seria o instrumento indicado para o convívio geral. Pelo contrário, o facto de servir como tal tem como consequência necessária que ela repele tudo o que de puramente individual tenta impor-se-lhe, que não aceita nem conserva nada que não seja sancionado pela concordância dum certo número de indivíduos que se encontram em contacto uns com os outros.

A nossa afirmação de que a não intencionalidade dos processos facilita um conhecimento científico pode provar-se facilmente a partir da história dos outros ramos da cultura. A evolução das relações sociais, do direito, da religião, da poesia e de todas as restantes artes apresenta tanto mais uniformidade, tanto mais a impressão de obedecer a uma lei natural, quanto mais primitivo for o grau em que nos encontramos. Enquanto que nestes campos se foi impondo cada vez mais intencionalidade, cada vez mais individualismo, a língua ficou, neste sentido, muito mais no seu estado primitivo. Por isso também ela se manifesta como fundamento básico de toda a evolução espiritual superior, tanto no homem isolado como em toda a raça humana.

§ 10. Ainda tenho de justificar em poucas palavras o facto de ter

escolhido como título «Princípios fundamentais da história da língua». Objectaram-me que há outro método científico de estudar a língua, além do histórico (5). Tenho que negar isto. Aquilo que se considera como um método não histórico, e contudo científico, de estudar a língua, não é no fundo mais do que um método histórico incompleto, incompleto em parte por culpa do observador, em parte por culpa do material de estudo. Mal ultrapassamos a pura verificação de pormenores, mal tentamos abranger a conexão, compreender os fenómenos, penetramos em terreno histórico, embora talvez sem plena consciência disso. É verdade que um estudo científico da língua não é só possível onde se nos apresentam diferentes graus de evolução da mesma língua, mas também onde se nos oferece material sobre diferentes fenómenos contemporâneos. Quando as coisas se apresentam mais favoráveis é quando conhecemos várias línguas e dialectos da mesma família. Então a missão da ciência não é verificar pura e simplesmente o que nas diferentes línguas e dialectos se corresponde simultaneamente, mas também reconstruir tanto quanto possível, a partir do que nos é transmitido, as formas e significações primitivas que não nos são transmitidas. Mas com isso o método comparativo transforma-se aparentemente num método histórico. Contudo também onde se nos apresenta só um determinado grau de evolução dum só dialecto, é ainda possível, até certo ponto, um estudo científico. Mas como? Se compararmos, por exemplo, as diferentes significações duma palavra, tentamos estabelecer qual delas é a significação primitiva, ou que significação primitiva desaparecida elas indicam. Mas se determinarmos uma significação primitiva, da qual as outras derivam, verificamos um facto histórico. Ou comparamos entre si as formas análogas e fazemo-las derivar duma forma primitiva comum. Então verificamos mais uma vez um facto histórico. Nem sequer devemos afirmar que formas análogas derivam duma raiz, sob o risco de entrarmos no domínio da história. Ou verificamos entre formas e palavras análogas uma mutação fonética. Se quisermos explicá-la, somos necessariamente levados a verificar que ela é consequência duma alteração fonética, portanto dum processo histórico. Se quisermos caracterizar a lei interna das línguas no sentido de Humboldt e Steinhil, só podemos fazê-lo retrocedendo até à origem das formas de expressão e à sua significação primitiva. E assim eu não faço ideia de como se pode reflectir com êxito sobre uma língua, sem averiguarmos um pouco qual foi a sua evolução histórica (6). A única coisa que talvez restasse ainda do método não histórico seriam reflexões gerais sobre o emprego individual da língua, sobre o comportamento do indivíduo para com o uso corrente da língua, a que pertence também a aprendizagem da mesma. Mas em seguida mostraremos que precisamente estas reflexões estão intimamente ligadas com o método de estudo da evolução histórica.

## NOTAS DO AUTOR A INTRODUÇÃO

(1) Alude-se aliás a esta diferença a páginas 25 e seguintes, onde se faz uma distinção entre as disciplinas «sintéticas, racionais», e as disciplinas «descritivas» das ciências naturais. Mas a pag. 15 e segs., por exemplo, a confusão é total. Do facto de existirem apenas duas formas como ser e devir, natureza e espírito, concluem os autores que só podem existir duas classes de ciências reais, uma cujo objecto é a natureza, e outra cujo objecto é o espírito. Com isso não se toma portanto em consideração que pode haver ciências que têm como objecto a influência recíproca de natureza e espírito. As coisas tornam-se ainda mais críticas quando eles continuam: «De acordo com isto, história natural e história humana opõem-se». Aqui tem de entender-se história num sentido completamente diferente do que habitualmente se liga à palavra, como ciência do acontecer, dos processos. Mas como é que de repente «homem» passa a ocupar o lugar de «espírito»? Ambas as noções estão longe de serem sinónimas. Além disso estabelece-se entre natureza e espírito a diferença de que a natureza se move no eterno círculo dos seus processos regulares, permanecendo isoladas as várias fases, criando-se sempre de novo o já existente e não nascendo nada de novo, enquanto que o espírito vive numa série de criações contínuas, apresenta progresso. Esta diferenciação, apresentada deste modo geral, está indubitavelmente errada. Também a natureza, pelo menos a orgânica, se move numa série de criações contínuas, também nela há um progresso. Por outro lado também o espírito (isto é afinal também opinião dos autores) se move numa sequência regular, numa repetição constante dos mesmos processos básicos. Confundem-se aqui dois contrários que convinha manter inteiramente separados; por um lado o contraste entre natureza e espírito, e por outro lado o contraste entre processo regular e evolução histórica. Só a partir desta confusão se pode compreender que os autores tenham sequer posto a questão, se a psicologia pertence às ciências naturais ou do espírito, e que por fim cheguem a apontar-lhe um lugar entre as duas. Esta confusão é naturalmente tradicional, mas dela nos devíamos finalmente libertar depois dos progressos que têm feito a psicologia por um lado, a ciência da natureza orgânica por outro lado.

(2) Misteli, Ztschr. f. Völkerps. XIII, 385, compreendeu-me de tal maneira mal que pensa que eu sou contra toda e qualquer abstracção, enquanto que eu naturalmente só pretendo dizer que se não devem colocar abstracções incómodas entre os olhos do observador e os objectos reais, abstracções essas que o impedem de compreender a relação causal entre estes últimos. O ensinamento que me dá sobre o valor das abstracções é portanto tão inútil como a sua observação crítica sobre o facto de eu fazer muito mais abstracções do que os outros.

(3) Apesar deste pedido expresso, L. Tobler, Lit.—Bl. f. germ. und rom. Phil. 1881, 122, observa acerca da minha introdução: «Todas estas determinações de conceitos pertencem mais ao domínio duma revista filosófica, e não têm qualquer influência no resto da exposição». Misteli, lugar citado, pag. 400, adere a ele e diz que só teria uma coisa a acrescentar: felizmente. Devo confessar que é para mim desolador ver que precisamente dois sábios que pretendem interessar-se por questões gerais não tenham reconhecido qual o verdadeiro eixo de toda a minha obra. Tudo o que pretendo é fazer derivar a evolução da língua da acção recíproca que os indivíduos exercem entre si. Uma crítica das opiniões de Lazarus-Steinhil, cujo erro é precisamente não tomarem em conta esta acção recíproca, está portanto intima-

mente relacionada com a tendência geral do meu livro. Misteli é de opinião que as minhas exposições teóricas gerais não precisam de ser tomadas em consideração pelo investigador da língua, e que a este bastaria as categorias gramaticais tradicionais. Assim se sanciona o velho dualismo entre filosofia e ciência, vencer o qual devia ser hoje em dia a finalidade de todos os nossos esforços.

(<sup>1</sup>) Numa dissertação que foi publicada na Zschr. f. Völkerps., vol. XVII, pag. 233, Steinthal discute também uma crítica. Infelizmente não se pôde deixar convencer de que as diferenciações estabelecidas por mim são de importância, para o que contido todo o meu livro serve de prova. As considerações que fiz acima sobre as opiniões de Lazarus-Steinthal também agora se não tornaram de modo algum inúteis, visto que, embora com várias modificações, encontram sempre quem as defenda. Está neste caso também Wundt, apesar da crítica que por sua vez Ihes fez no ponto realmente decisivo. Ele não só deu o título de *Psicologia dos Povos* à sua grande obra sobre língua, hábitos e costumes, como declarou expressamente (I, 1, pag. 9) que, se se emprega o conceito alma em sentido empírico, a alma do povo possui neste sentido uma significação real, exactamente com o mesmo direito que a alma individual. Nisto só posso ver um erro fatal. É difícil de entender como Wundt pode acusar os adversários duma tal opinião de que se encontram presos a manietas de ver mitológicas. Esta opposição é inteiramente independente de pressupostos metafísicos sobre a essência da alma. Mesmo quando, com Wundt, não reconhecemos nada de anímico além dos factos do consciente, mesmo assim é claro que não existe qualquer outro consciente além do dos vários indivíduos, e que só metaforicamente podemos falar da consciência dum povo, no sentido duma maior ou menor concordância entre os sentimentos no consciente dos vários indivíduos. É além disso claro que a relação causal que existe entre os diferentes actos do consciente dum só indivíduo, seja como for que a imaginemos, quer produzida por algo de anímico inconsciente, quer por condições físicas, não existe de modo idêntico entre os actos do consciente de diferentes indivíduos, e que antes o modo como se produz aqui uma relação causal é completamente diferente e não deve ser ignorada, mas sim constantemente tomada em consideração, se queremos avaliar correctamente as condições que se tornaram históricas através da cooperação dos indivíduos.

(<sup>2</sup>) Cf. Misteli, lugar citado, pag. 382 segs..

(<sup>3</sup>) O. Dittirich (*Grundzüge der Sprachpsychologie*, 43 segs., e *Die Grenzen der Sprachwissenschaft*, 10 segs.) estabeleceu uma quantidade de ciências que se relacionam com a língua. Sobre isto deve contudo dizer-se que algumas delas são aplicações da linguística, as quais servem o mesmo fim, e que as disciplinas de natureza puramente teórica estão intimamente relacionadas e só se poderia prejudicar altamente a ciência se se exercesse cada uma separadamente. Isto é válido também para a chamada psicologia da língua. A linguística tem de ser inteiramente psicológica, mesmo quando se trata de verificar factos isolados. A psicologia da língua como ramo próprio não tem um lugar nem adentro da linguística nem da psicologia. Há apenas uma linguística, mas também apenas uma psicologia. Ou deveremos estabelecer também uma psicologia do direito, da economia, etc.? Porque não então também uma psicologia do jogo, sim, uma psicologia do xadrez ou da busca? Quando Dittirich (*Grenzen*, pag. 6) afirma que o meu livro é no fundo um protesto ardente contra a minha tese «linguística equivalet a história da língua»,

ele parece ignorar que também a minha teoria de princípios se relaciona inteiramente com a evolução da língua; que o material é extrahido da história da língua e que as conclusões tiradas a partir dele são destinadas a exercer uma reacção sobre a investigação histórica individual. Eu não queria estabelecer nada que seguisse paralelamente à história sem que fosse necessário esta existir, mas algo que impregnasse o tratamento da história, que lhe desse um grau mais elevado de cientificismo. Creio que temos o direito de contar como ciência histórica aquilo que, szózhno, lhe confere um carácter verdadeiramente científico. Daí o título do meu livro, e se uma adaptação inglesa do mesmo lhe dá o título «Introduction to the Study of the Language», não há nada a opor a isso.

## I Capítulo

### **Generalidades sobre a natureza da evolução da língua**

§ 11. É de importância fundamental que o investigador da história veja claramente a extensão e a natureza do objecto cuja evolução se propõe estudar. É frequente tomar isto como coisa evidente, sobre a qual é impossível haver dúvidas. E contudo é precisamente aí que a linguística só há pouco tempo começou a tentar remediar o descuido de decénios.

A gramática histórica provém da velha gramática meramente descritiva e conservou dela ainda muita coisa. Pelo menos nas obras de síntese conservou inteiramente a velha forma. Limitou-se a alinhar umas junto às outras algumas gramáticas descritivas. Considera-se em primeiro lugar como a verdadeira característica da nova ciência a comparação e não a exposição da evolução. Opôs-se a gramática comparativa, que se ocupa das relações mútuas de famílias de línguas aparentadas cuja origem comum se perdeu, à gramática histórica, que investiga a continuação da evolução baseando-se num ponto de partida que lhe é transmitido pela tradição. E contudo há ainda muitos investigadores da língua e filólogos que estão longe de pensar que ambas são uma e a mesma ciência, com a mesma tarefa e os mesmos métodos, e que só as relações entre aquilo que nos é transmitido e a actividade combinatoria tomam uma forma diferente. Mas também no domínio da gramática comparativa no seu sentido mais restrito se usou o mesmo método comparativo: alinharam-se umas às outras gramáticas descritivas de diferentes períodos. Em parte foi uma necessidade prática que exigiu e, até certo ponto, exigirá sempre um tal procedimento para uma exposição sistemática. Mas não podemos negar que toda a concepção da evolução da língua esteve — e em parte está ainda — sob o domínio deste modo de exposição.

A gramática descritiva regista as formas e condições gramaticais usadas numa determinada época adentro da mesma entidade linguística; os modos de expressão que cada um pode usar para ser compreendido por

todos, sem produzir uma sensação de estranheza. O seu conteúdo não são factos, mas sim uma abstracção feita a partir dos factos observados. Se fizermos tais abstracções dentro da mesma entidade linguística em diferentes épocas, vemos que os resultados são diversos. Por comparação chegamos à conclusão de que se realizaram transformações, podemos mesmo descobrir uma certa regularidade nas relações mútuas, mas por este processo não chegamos a ser esclarecidos sobre o verdadeiro carácter das transformações realizadas. A relação causal permanece um mistério, enquanto tomamos em conta só estas abstracções como se resultassem umas das outras. *Porque entre abstracções não existe o mínimo nexo causal — só entre objectos e factos reais.* Enquanto nos contentarmos com uma gramática descritiva e com abstracções estamos ainda muito longe duma concepção científica da vida da língua.

§ 12. *O verdadeiro objecto para o investigador da língua é antes constituído por todas as manifestações da actividade da fala em todos os indivíduos na sua acção reciproca.* Todos os grupos de sons que um indivíduo qualquer alguma vez tenha dito, ouvido ou imaginado, com as ideias que lhe estão associadas e de que eles foram símbolo, os múltiplos complexos em que se formaram, na alma de cada um, os elementos da língua, são do domínio da história da língua e deviam, no fundo, conhecer-se todos, para tornar possível uma compreensão total da evolução. Que ninguém me objecte que é inútil propor uma tarefa que se vê, com evidência, ser irrealizável. É já útil conseguir delinear a imagem ideal de uma ciência em toda a sua pureza, que mais não seja porque isso nos dá uma consciência clara da distância a que o nosso saber se encontra dela, porque aprendemos que e por que nos devemos conformar em tantas questões, porque cai em si a inteligência brilhante que pensa ter compreendido as evoluções históricas mais complexas com alguns pontos de vista engenhosos. É-nos contudo inevitável ter uma ideia geral do jogo das forças que se movem em todo este imenso mecanismo, forças essas que temos de ter constantemente presentes se queremos tentar ordenar correctamente os poucos e escassos fragmentos que dele podemos realmente possuir.

Só uma parte destas forças em acção nos é perceptível. Nem só o falar e o ouvir são processos da evolução da língua, nem tão pouco o são só as ideias que daí nascem ou as formas linguísticas, que, quando apenas pensamos, se arrastam na nossa consciência. Talvez o progresso mais importante feito pela psicologia moderna seja o conhecimento de que *uma grande quantidade de fenómenos psíquicos se consumam sem consciência clara e que tudo o que alguma vez existiu na consciência permanece no subconsciente como momento activo.* Este conhecimento é também de enorme alcance para a ciência linguística, e foi extensamente aproveitado por Steinthal para a mesma. Todas as manifestações da actividade da

fala brotam deste espaço obscuro do subconsciente, existente na alma. Nele encontram-se — como forma psíquica altamente complexa, que consta de grupos diversos de ideias intimamente ligados uns aos outros — todos os recursos linguísticos que cada um tem ao seu dispor, e, podemos mesmo dizer, um pouco mais do que aqueles de que pode dispor em circunstâncias normais. Não nos compete aqui examinar as leis gerais segundo as quais se formam estes grupos. Para isso remeto para a introdução de Steinthal à Psicologia e Linguística. Aqui só nos interessa dar uma ideia do conteúdo e acção desses grupos.

Eles são um produto de tudo o que alguma vez, através do que ouvimos, dissemos e pensamos, entrou no consciente sob as formas da língua. Eles tornam possível que aquilo que uma vez esteve no consciente volte, sob condições favoráveis, a entrar nele, e que portanto tudo o que uma vez foi compreendido e dito se possa voltar a compreender e a dizer. Segundo a lei geral a que já nos referimos, temos de insistir em que absolutamente nenhuma ideia introduzida no consciente através da actividade da fala (1) pode desaparecer sem deixar vestígios, mesmo quando estes vestígios são tão fracos que são necessárias circunstâncias especiais — talvez como elas nunca se dão — para lhe emprestar a facilidade de se tornar de novo consciente. As ideias são introduzidas em grupos no consciente, e ficam portanto no subconsciente em forma de grupos. Associam-se em grupos segundo a sequência dos sons e a sequência dos movimentos dos órgãos fonadores.

Os grupos de sons e os grupos de movimentos associam-se entre si. A ambos associam-se as ideias, às quais elas servem de símbolos. Não só as ideias de significados das palavras, mas também as de relações sintácticas. E não só as palavras isoladas, mas séries maiores de sons — frases completas — se associam directamente ao conteúdo ideológico que se lhes emprestou. Estes grupos, que, pelo menos originariamente, vêm do meio ambiente, constituem-se agora, na alma de cada indivíduo, em associações muito mais ricas e complexas, que só em muito pequena parte se realizam conscientemente, continuando então a actuar no subconsciente. Na sua maior parte não chegam sequer a tornar-se inteiramente conscientes, e nem por isso deixam de ser eficazes. Assim se associam entre si os diferentes empregos que se aprenderam numa palavra ou numa expressão. Assim se associam os diferentes casos do mesmo substantivo, os diferentes tempos, modos e pessoas do mesmo verbo, os mesmos derivados duma só raiz, em virtude de semelhança de som e de significado; além disso, todas as palavras que têm a mesma função, por exemplo todos os substantivos, todos os adjetivos, todos os verbos; as derivações de diferentes raízes formadas pelos mesmos sufixos; as formas idênticas, pela sua função, de palavras diferentes, como sejam todos os plurais, todos os genitivos, todas as passivas, todos os perfectos, todos os conjuntivos, todas



as primeiras pessoas; as palavras que pertencem ao mesmo tipo de conjugação, por exemplo, no novo-alto-alemão todos os verbos fracos em contraposição aos fortes, todos os masculinos que formam o plural com Umlaut (por metafonia) em contraposição aos que não sofrem metafonia; também palavras que só parcialmente pertencem ao mesmo tipo de conjugação se podem constituir em grupos que se contrapõem aos de palavras que divergem mais acentuadamente; e além disso associam-se formações de frases idênticas na forma ou na função e assim há ainda uma quantidade de modos de associação que têm um significado maior ou menor para a vida da língua. Todas estas associações podem produzir-se sem plena consciência e mostrar-se eficazes, e de forma alguma as devemos confundir com as categorias que abstrairmos pela reflexão gramatical, embora elas habitualmente se correspondam.

§ 13. É tão significativo como evidente que este organismo de grupos de ideias se modifica constantemente em todos os indivíduos. Em primeiro lugar, cada momento isolado que não seja fortalecido por uma renovação da impressão ou por uma nova introdução na consciência, enfraquece cada vez mais. Segundo, toda a acção de falar, de ouvir e de pensar traz alguma coisa de novo. Mesmo a repetição exacta duma acção anterior fortalece pelo menos certos elementos do organismo já existente. E mesmo que se tenha atrás de si uma actividade rica, oferece-se sempre ocasião para algo de novo — não falando já na possibilidade de surgir qualquer coisa até aquele momento não habitual na língua — pelo menos no que respeita a novas variações dos antigos elementos. Em terceiro lugar, as relações entre as associações adentro do organismo são de todas as vezes modificadas, tanto pelo enfraquecimento como pelo fortalecimento dos antigos elementos, e, finalmente, pela introdução de novos. Por isso, se o organismo dos adultos tem, em contraposição com a fase de desenvolvimento da primeira infância, uma certa estabilidade, fica contudo ainda sujeito a variadíssimas oscilações.

Outro ponto igualmente evidente, — mas também igualmente importante, — que aqui tenho de salientar, é o seguinte: o organismo de grupos de ideias que dizem respeito à língua desenvolve-se em cada indivíduo de forma particular, mas também adquire em cada um uma forma especial. Mesmo que em diferentes indivíduos se forme dos mesmos elementos, ainda assim estes elementos serão introduzidos na alma em ordem diferente, em agrupamentos diferentes, com diferente intensidade, alguns com mais, outros com menos frequência. Por isso a relação entre a força de cada um destes elementos e portanto o seu modo de agrupamento tomarão uma forma diversa, mesmo que não tomemos em consideração a diferença existente entre as capacidades gerais e especiais de cada indivíduo.

Já só a observação da infinita mutabilidade e da configuração particular de cada organismo faz surgir a necessidade duma infinita mutabili-

dade na língua como um todo, e duma formação contínua de diferenças dialectais.

§ 14. Os organismos psíquicos descritos são no fundo os autênticos portadores da evolução histórica. O que verdadeiramente se fala não sofre qualquer evolução. Quando alguém diz que uma palavra resultou de outra falada noutros tempos, isso é uma maneira de se exprimir que conduz em erro. Como produto físico-fisiológico, a palavra desaparece sem deixar vestígios mal cesse o movimento impresso aos diversos corpos. Da mesma forma passa a impressão física produzida sobre o ouvido. Se eu repetir uma, duas, três, quatro vezes os movimentos dos órgãos fonadores que fiz uma vez, não existirá entre estes quatro movimentos idênticos qualquer relação causal física; eles estão ligados uns aos outros apenas através do organismo psíquico. Só neste permanece o vestígio de tudo o que aconteceu e que pode provocar novos acontecimentos, só neste se encontram as condições para uma evolução histórica.

O elemento físico da língua tem pura e simplesmente a função de servir de intermediário entre as influências dos diferentes organismos psíquicos uns sobre os outros; mas para este fim é indispensável, porque, como já salientámos expressamente na introdução, não existe influência directa duma alma sobre a outra. Embora seja em si um fenómeno rápido e passageiro, dá contudo aos organismos psíquicos, através da sua cooperação com eles, a possibilidade de produzirem efeitos mesmo depois de desaparecerem. Como a sua acção termina com a vida do indivíduo, a evolução de uma língua ficaria limitada à duração de uma geração se não continuassem sempre a surgir novos indivíduos, nos quais, sob a influência dos organismos linguísticos já existentes, se formassem novos organismos linguísticos. O facto de os portadores da evolução histórica duma língua desaparecerem todos ao fim d'um período relativamente curto, e serem substituídos por outros novos, constitui outra verdade altamente simples mas nem por isso menos digna de atenção nem menos frequentemente desprezada.

§ 15. Vejamos agora, posta a natureza do objecto, qual será a tarefa do historiador. Não poderá prescindir da descrição de dados estáveis, porque tem de lidar com grandes complexos de elementos que se encontram juntos simultaneamente. Mas esta descrição, para constituir uma base verdadeiramente útil para a observação histórica, deve atre-se aos objectos reais, isto é, aos organismos psíquicos acima descritos. Deve dar-nos deles uma imagem quanto possível fiel, não deve limitar-se a enumerar na íntegra os elementos de que estes se compõem, mas tem também de dar-nos uma ideia exacta das relações deles uns com os outros, da sua intensidade relativa, das diversas associações que se produziram entre eles, do grau de estabilidade destas associações e até que ponto estão ligadas; deve, para exprimi-lo de forma mais corrente, mostrar-nos

como se comporta a sensibilidade linguística (Sprachgefühl). Para descrever perfeitamente o estado de uma língua seria, no fundo, necessário observar integralmente o comportamento das massas de ideias relativas à língua em cada indivíduo de uma entidade linguística, e comparar entre si os resultados obtidos a partir de cada um. Na realidade temos que contentar-nos com algo de muito mais incompleto que, umas vezes mais, outras menos, fica contudo sempre consideravelmente àquém do ideal.

Temos muitas vezes de limitar-nos à observação de alguns poucos indivíduos ou até mesmo de um só, e também só parcialmente podemos reconhecer o organismo da língua destes poucos ou deste único indivíduo. A partir da comparação dos diferentes organismos linguísticos obtemos uma certa média, a qual permite determinar o que é propriamente normal, o uso da língua. Esta média pode naturalmente ser estabelecida com tanto mais segurança quantos mais indivíduos se possam observar, e quanto mais completamente se consiga observar cada um. Quanto mais incompleta for a observação, tanto mais dúbidas nos ficam sobre o que será característica individual e o que será comum a todos ou à maioria. O uso, em cuja descrição os gramáticos parecem estar quase exclusivamente empenhados, só até certo ponto influencia a língua de cada indivíduo; a par do uso há sempre muita coisa que não é determinada por este, e até muitas vezes o contradiz abertamente.

Mesmo no melhor dos casos oferecem-se as maiores dificuldades à observação dum organismo linguístico. A observação directa é absolutamente impossível. Pois um organismo é qualquer coisa que existe inconscientemente na alma. Pode reconhecer-se apenas pelos seus efeitos — os actos isolados da actividade linguística. Só com o auxílio de muitas conclusões se consegue obter a partir dele uma imagem das massas de ideias existentes no subconsciente.

De todos os fenómenos da actividade da fala, os acústicos são os mais fáceis de observar. No entanto os resultados da nossa percepção auditiva são, na sua maior parte, difíceis de definir com exactidão, e ainda mais difícil é dar deles uma ideia, sem ser através de uma nova comunicação directa ao ouvido. Menos fáceis de observar directamente, mas susceptíveis duma determinação e definição mais exactas, são os movimentos dos órgãos fonadores. Que não existe qualquer descrição exacta dos sons duma língua além daquela que nos diz quais os movimentos dos órgãos fonadores necessários para produzir esses sons, é um facto que hoje em dia não necessita de provas. Só quando temos ocasião de fazer estudos em indivíduos vivos é que atingimos aproximadamente o ideal dum tal modo de descrição. Quando não temos essa sorte, devemos ter pelo menos sempre este ideal em vista, devemos esforçar-nos por nos aproximarmos tanto quanto possível dele, por produzir o melhor possível os fenómenos vivos através do equivalente da escrita. Contudo este esforço

só será coroado de êxito para investigadores com conhecimentos razoáveis da fisiologia fonética, que já tenham feito em línguas vivas observações que possam empregar para o estudo das línguas mortas, e que, além disso, tenham uma ideia exacta das relações entre a língua falada e a escrita. Abre-se já aqui, portanto, um largo campo à combinação, já aqui se vê que a familiaridade com as condições de vida do objecto é uma exigência necessária.

Quanto ao aspecto psíquico da actividade da fala, só é possível conhecê-lo, como a tudo o que é psíquico, mediante auto-observação. Todas as observações feitas noutros indivíduos dão-nos primeiramente só factos físicos. Só podemos basear estes em factos psíquicos com a ajuda de conclusões analógicas fundamentadas no que observamos na própria alma. Por isso é indispensável à formação do investigador da língua uma auto-observação exacta e sempre renovada, e uma análise cuidadosa da própria sensibilidade linguística. Por isso as conclusões analógicas são naturalmente mais fáceis em objectos que mais se assemelham ao próprio eu. É por isso mais simples do que em qualquer outra, compreender na língua materna a natureza da actividade da fala. Além disso, o investigador consegue naturalmente mais podendo fazer estudos em indivíduos vivos, do que tendo de limitar-se a restos casuais do passado. Pois só em indivíduos vivos se podem obter resultados em que se possa confiar inteiramente, só neles se podem completar à vontade as observações e fazer experiências metódicas.

Fornecer uma tal descrição do estado de uma língua, capaz de por sua vez fornecer uma base inteiramente útil e digna de confiança para a investigação histórica, (?) não é, por estas razões, uma tarefa nada fácil. Pode mesmo ser uma tarefa difícil, e para levá-la a cabo é preciso ter já ideias claras sobre a natureza da vida da língua. E mesmo tanto mais claras quanto mais completo e incerto for o material posto ao nosso dispor, e quanto mais diferente for a língua a descrever da língua materna daquele que a descreve. Não é portanto de admirar se as gramáticas usuais ficam muito àquém daquilo que pretendemos. As nossas categorias gramaticais tradicionais são um meio mais do que insuficiente para ilustrar o modo de agrupamento dos elementos da língua. O nosso sistema gramatical não está de maneira nenhuma dividido com a subtilidade necessária, de forma a poder adequar-se à divisão dos grupos psicológicos. Teremos ainda muitas vezes ocasião de demonstrar nos seus portmanteaus a insuficiência daquele sistema. Além disso é tentador adaptar indevidamente a uma língua o que abstrahimos da outra. Mesmo não saindo da família das línguas indo-germânicas, o emprego dos mesmos padrões gramaticais leva a muitos erros. A imagem de um determinado estado de uma língua perturba-se facilmente, se o investigador conhece uma língua semelhante ou um grau de evolução mais antigo ou mais recente. Neste caso é

necessário o maior cuidado, para que nenhum elemento estranho venha imiscuir-se. Precisamente a investigação histórica da língua peçou muito neste sentido, adaptando simplesmente a um estado mais recente da língua resultados obtidos numa abstracção feita a partir dum estado mais antigo. Assim o significado de uma palavra será determinado segundo a sua etimologia, embora a consciência desta etimologia já tenha desaparecido por completo e tenha sobrevivido uma evolução independente do significado. Assim, na teoria da flexão, as rubricas dos períodos mais antigos mantiveram-se através de todas as épocas seguintes, procedimento que, se é verdade que mostra a repercussão dos dados originaes, nada nos diz sobre a nova organização dos grupos.

§ 16. Uma vez organizada segundo as nossas exigências a descrição de diferentes épocas de uma língua, está satisfeita uma condição que torna possível formar, a partir das diferentes descrições, uma ideia dos fenómenos que se realizaram. É claro que o êxito será tanto maior quanto mais próximos estiverem os estados comparados. Contudo mesmo a mais leve modificação do uso costuma ser já o resultado da concorrência duma série de fenómenos isolados que se furtam à nossa observação, em grande parte ou mesmo completamente.

Tentemos primeiro verificar de uma maneira geral qual a verdadeira origem das modificações no uso da língua. Não são impossíveis modificações que provenham da intenção consciente de indivíduos isolados. Houve gramáticos que colaboraram na fixação das línguas escritas. A terminologia das ciências, artes e officios, foi regulada e enriquecida por mestres, investigadores e descobridores. É possível que num período despótico o capricho de um monarca tenha intervindo num ou noutro ponto. Contudo não se tratou aqui, preponderantemente, da criação de nada de completamente novo, mas apenas de regular um ponto sobre o qual o uso vacillava ainda, e a importância destas fixações arbitrárias é nula em comparação com as modificações lentas, involuntárias e inconscientes a que o uso da língua está constantemente sujeito. *A verdadeira causa das modificações do uso não é nada mais do que a actividade habitual da fala.* Nesta é impossível exercer qualquer influência intencional sobre o uso. Não entra em acção outra intenção que não seja a que nasce da necessidade momentânea de fazer os outros compreenderem os nossos desejos e pensamentos. De resto, na evolução do uso da língua, a finalidade desempenha o mesmo papel que Darwin lhe atribui na evolução da natureza orgânica: a utilidade maior ou menor das formas criadas é determinante para a conservação ou desaparecimento das mesmas.

§ 17. Quando o uso é modificado através da actividade da fala, sem interferência voluntária de ninguém, isso acontece naturalmente porque o uso não domina completamente a actividade da fala, antes deixa sempre uma certa margem à liberdade individual. O uso desta liberdade

individual volta por sua vez a influir sobre o organismo psíquico da pessoa que fala, mas, ao mesmo tempo, também sobre o organismo dos ouvintes. Da soma de uma série de tais modificações nos organismos isolados obtém-se como resultado final, — quando aquelas se movem no mesmo sentido — uma modificação no uso. O que inicialmente foi apenas individual transforma-se num novo uso que pode, eventualmente, suplantiar o antigo. A par disso há uma quantidade de modificações do mesmo género nos organismos isolados, que não têm um êxito tão completo porque se não corroboram mutuamente.

Daqui resulta que todo o sistema dos princípios que orientam a história da língua se concentre em torno da seguinte pergunta: *que relação há entre o uso da língua e a actividade individual da fala?* Até que ponto é que esta é determinada por aquele e como, por outro lado, actua a segunda sobre o primeiro? (1)

Trata-se de subordinar a categorias gerais as diferentes modificações do uso, como elas se verificam no decorrer da evolução da língua, e de examinar cada categoria isolada segundo o seu desenvolvimento e os seus diferentes graus de evolução. Para atingirmos aqui o nosso fim, temos de ater-nos aos casos em que estes graus de evolução se nos apresentam quanto possível completos e claros. Por isso são em geral as épocas modernas que nos oferecem o material mais útil e digno de confiança. Contudo a mínima modificação do uso é já um processo complicado, que não compreendemos sem tomar em consideração a modificação individual do uso. Onde a gramática normal costuma separar e estabelecer limites, temos nós de esforçar-nos por descobrir todos os graus e mediações possíveis.

Em todos os campos da vida da língua é possível uma evolução suavemente graduada e esta gradação suave mostra-se, por um lado, nas modificações sofridas pela linguagem individual, por outro lado, no comportamento recíproco das linguagens individuais. Mostrar isto em menor é o fim único de toda a minha obra. Primeiro quero ainda fazer notar aqui que o indivíduo isolado pode ter, para com o material linguístico da sua comunidade, uma relação em parte activa, em parte apenas passiva, isto é, não emprega ele próprio tudo o que ouve e compreende. A isto vem juntar-se que do material linguístico que muitos indivíduos empregam de comum acordo, uns preferem uma coisa e outros outra. É sobretudo nisto que se baseiam as divergências mesmo entre as linguagens individuais mais semelhantes, e a possibilidade duma modificação gradual do uso.

§ 18. As modificações da língua realizam-se no indivíduo, em parte através da sua actividade espontânea, do falar e do pensar nas formas da língua, e em parte através da influência que recebe de outros indivíduos. Uma modificação do uso só poderá effectuar-se quando ambas as coisas

coincidem. O indivíduo está sempre sujeito à influência de outros, mesmo quando já absorveu completamente o que é usual na língua. Mas o período em que a influência desempenha o seu papel principal é o das primeiras recepções, o da aprendizagem da língua. Em princípio, esta não se pode separar das outras influências, e effectua-se em geral do mesmo modo; também não se poderá indicar na vida de cada indivíduo um determinado ponto, como sendo aquele em que se encontra terminada a aprendizagem da língua. A diferença gradual é, contudo, enorme. É evidente que os processos de aprendizagem da língua são da maior importância para o esclarecimento das modificações da língua, que elles são a principal origem dessas modificações. Quando dizemos, comparando duas épocas separadas por largo espaço de tempo, que a língua se modificou, não somos com isso fieis à autenticidade dos factos. As coisas passam-se antes do seguinte modo: a língua recritou-se por completo, e esta recriação não está inteiramente de acordo com a versão mais antiga, agora desaparecida.

§ 19. Na classificação das modificações do uso da língua podemos proceder segundo vários pontos de vista. Quer o primeiro salientar uma diferença importante de ordem muito geral. Os processos podem ser positivos ou negativos, isto é, ou constam da criação de algo de novo, ou do desaparecimento de algo de antigo, ou finalmente e em terceiro lugar, elles constam duma substituição, isto é, o desaparecimento do antigo e o aparecimento do novo effectuam-se pelo mesmo acto. Nas alterações fonéticas deparamos apenas com o último caso. Apparentemente a substituição também se pode verificar noutros campos. Esta apparencia vem de que não se tomam em conta os graus intermédios, a partir dos quais se verifica que na verdade existe uma successão de processos positivos e negativos. Os processos negativos baseiam-se sempre no facto de que na língua da geração mais nova não se cria de novo algo já existente na língua da mais velha; para sermos exactos não se trata portanto de processos negativos, mas sim da ausência de processos. Mas isto tem de ser preparado pelo facto de que o que mais tarde desaparece, já na geração anterior se tornara raro.

A geração que admite esse material passivamente encontra-se entre uma que o usa activamente e outra que já o não emprega. Por outro lado podíamos classificar as modificações de uso conforme ellas dizem respeito ao aspecto fonético ou semântico. Segundo este critério, obtemos em primeiro lugar processos que se referem aos sons, sem que se tome em consideração o significado, e processos que se referem ao significado, sem que os sons sejam afectados, — portanto, ambas as categorias, a da alteração fonética e a da mutação semântica. Todas as mutações semânticas pressupõem que o grupo de idéias que se refere ao aspecto fonético permanece o mesmo e, da mesma maneira, todas as alterações fonéticas

pressupõem que o significado se manteve intacto. Isso não impede naturalmente que, com o tempo, tanto o som como o significado se possam modificar. Mas não existe então qualquer relação causal entre os dois processos; um não é provocado pelo outro, nem têm ambos a mesma origem. Para outras modificações interessam logo de princípio, simultaneamente, os aspectos fonético e semântico. A estes pertence primeiro o correlacionar originário do som com o significado, que podemos designar por primeira criação da palavra (Urschöpfung). Foi com esta que naturalmente começou a evolução da língua, e todos os outros processos só se tornaram possíveis a partir daquillo que a primeira criação produziu. Mas além disso pertencem a esta categoria diferentes processos que têm de comum o facto de os elementos fonéticos da língua já existentes entrarem em novas combinações por causa do significado que tomam. Aquí o factor mais importante é a analogia, a qual aliás também desempenha um papel no puro campo fonético, mas que exerce contudo a sua principal acção onde o significado coopera simultaneamente.

§ 20. Se a nossa observação for feita como deve ser, os resultados gerais devem ser applicáveis a todas as línguas e a todos os graus de evolução das mesmas, e até mesmo aos *começos da língua*. Só se pode resolver a questão da origem da língua à base da teoria de princípios. Não há outro meio para resolvê-la. Não podemos esquivar uma descrição histórica dos princípios da língua, à base da tradição. A única pergunta a que afinal se pode responder é esta: como foi possível a origem da língua? A questão será satisfatoriamente resolvida se conseguirmos deduzir a origem da língua apenas da acção daqueles factores que continuamos ainda hoje a ver actuar na sua evolução. De resto, não é de forma alguma possível estabelecer um contraste entre a criação inicial da língua e a pura evolução da mesma. Uma vez realizados os primeiros esboços, existe uma língua e uma evolução. Só há diferenças graduais entre os primeiros começos e as épocas que vêm mais tarde.

§ 21. Há ainda um ponto a que tenho de referir-me aqui brevemente. Na opposição a um modo de explicar a língua que era vulgarmente em formas gramaticais das formas lógicas, chegou-se ao ponto de pretender excluir completamente do estudo da língua toda e qualquer consideração pelas formas lógicas que não encontram expressão grammatical. Isto é inadmissível. Por muito necessário que seja estabelecer uma diferença entre categorias lógicas e grammaticais, não o é menos, por outro lado, esclarecer as relações de ambas entre si. Em primeiro lugar, a grammática e a lógica não coincidem, porque a formação e emprego da língua não se fazem através dum pensar rigidamente lógico, mas sim através do emprego natural e indisciplinado das massas de idéias, que, de accordo com o talento ou instrução do sujeito, segue ou não leis mais ou menos lógicas.

Mas a forma linguística da expressão também não é sempre congruente com o verdadeiro emprego das massas de ideias, com a sua consequência ora mais ora menos lógica. Também as categorias psicológicas e gramaticais não coincidem. Daí segue-se que o investigador da língua tem de separar ambas, mas não que, ao analisar a fala humana, não deva tomar em consideração os processos psíquicos que se realizam ao falar e ao ouvir, sem contudo chegarem a tomar expressão linguística. Precisamente só tomando em consideração, sob todos os aspectos, aquilo que própria-mente ainda se não encontra nos elementos que compõem a fala individual, mas que aquele que fala tem em vista e que o ouvinte compreende, só tomando isso em consideração, repito, é que o investigador da língua consegue chegar ao conhecimento da origem e das transformações das formas linguísticas da expressão. Quem considera as formas gramaticais só isoladamente, sem ver a sua relação com a actividade anímica individual, nunca conseguirá compreender a evolução da língua.

## NOTAS DO AUTOR AO CAPITULO I

(<sup>1</sup>) Não posso abandonar esta minha opinião apesar dos protestos de certos psicólogos modernos — entre os quais sobretudo Wundt — que declaram indami-sível operar com o subconsciente na alma. Segundo Wundt não existe espírito fora do consciente; tudo o que deixa de ser consciente deixa atrás de si apenas vestígios físicos. Estes vestígios, diz ele, deveriam estabelecer a relação incontestável entre actos conscientes recentes e antigos; através deles devia ser possível voltar a chamar ao consciente o que uma vez lá esteve, sem que uma nova sensação tivesse que servir de causa immediata. Partindo do principio de que as coisas se passam realmente assim, temos de dizer que estes vestígios físicos, cuja existência não quero de forma alguma negar, são ainda bem pouco conhecidos, apesar de toda a fisiologia e psicologia experimental, e que, mesmo que se conhecessem melhor, continuaria a não se compreender como se podem fazer derivar deles os fenómenos conscientes não provocados por uma sensação. Não podemos, portanto, se é que queremos reconhecer uma relação entre fenómenos conscientes recentes e antigos, fazer mais do que permanecer no campo psíquico e tentar compreender a mediação por analogia com os processos conscientes. Devem poder dar-se à opinião a que aderi os mesmos direitos de existência que tem qualquer hipótese das ciências naturais, mediante a qual é possível indicar a relação entre factos isolados, e prever o que tem de acontecer em determinadas condições. Penso que o meu livro dá bastantes provas de que a minha maneira de ver oferece uma base igualmente sólida.

(<sup>2</sup>) Quando falo, aqui e nas páginas seguintes, de ideias, quero observar, uma vez por todas, que também entendo por isso os sentimentos e tendências que as acompanham.

(<sup>3</sup>) Aliás aquilo que aqui exigimos da gramática científica, temos de exigí-lo também da gramática prática, só com as restrições exigidas pela capacidade de compreensão dos alunos. Porque o fim da gramática prática é, afinal, a introdução no espírito da língua ensinada.

(<sup>4</sup>) Resulta daqui também que a filologia e a linguística não devem separar os seus campos de forma a que uma precise de utilizar apenas os resultados já prontos fornecidos pela outra. Se queremos determinar uma diferença entre a linguística e o estudo filológico da língua, só podemos fazê-lo dizendo que a primeira se ocupa dos dados gerais e fixados pelo uso da língua, e a segunda da sua aplicação individual. Mas o valor dum escritor não pode ser apreciado devidamente sem uma ideia exacta sobre a relação dos seus productos com a organização total das suas ideias linguísticas, e sobre a relação desta organização total com o uso geral. Por outro lado, não se compreende a modificação do uso sem um estudo da linguagem individual. De resto remeto para Burgmann, Zum heutigen Stand der Sprachwissenschaft, pag 1 e seguintes.

## II Capítulo

### A cisão da língua

§ 22. É um facto inequívoco, provado pelo estudo comparativo das línguas, que frequentemente, duma língua uma nos seus pontos essenciais, se formaram várias línguas diferentes, que, por sua vez, também não permaneceram unidas, mas se cindiram numa série de dialectos. Seria de esperar que no estudo deste processo, mais do que em qualquer outro, se nos importariam as analogias com a evolução da natureza orgânica. É de admitir que os darwinistas existentes entre os investigadores da língua não tivessem adoptado de preferência este ponto de vista. Aqui o paralelismo é de facto, dentro de certos limites, justificado e instructivo. Se quisermos seguir um pouco este paralelismo só podemos fazê-lo comparando a língua do indivíduo — portanto o conjunto de meios linguísticos de que dispõe — ao indivíduo animal ou vegetal, e os dialectos, línguas, famílias de línguas, etc., às espécies, géneros, classes do reino animal e vegetal.

Em primeiro lugar é preciso reconhecermos a completa correspondência num aspecto importante. A grande revolução sofrida pela zoologia nos tempos modernos baseia-se em grande parte na descoberta de que nada tem existência real além do indivíduo, que as espécies, géneros, classes não são mais do que resumos e distinções da intelligência humana — que podem ser arbitrarias e diversas — que as diferenças de espécies e as diferenças individuais não o são na essência, mas só no grau. Para a apreciação dos dialectos temos de partir duma base correspondente. Não fundo devemos differenciar tantas línguas quantos os indivíduos. Quando reunimos num grupo as linguagens de determinado número de indivíduos e excluimos deste grupo as doutros indivíduos, abstrahimos sempre, ao fazê-lo, de certas diversidades, enquanto damos valor a outras. Deixamos portanto uma margem bastante grande à arbitrariedade. O que não é de pressupor de antemão é que tenham de subordinar-se as línguas indivi-

duais a um sistema de classes. Devemos estar preparados para encontrar (1) um certo número de indivíduos que hesitamos em contar neste ou naquele dos dois grupos muito semelhantes (?), por muitos grupos que possamos constituir.

E é sobretudo quando tentamos reunir os grupos mais pequenos a grupos maiores, e quando tentamos delimitá-los uns em relação aos outros, que verdadeiramente somos postos perante o dilema. Só é possível fazer-se uma distinção clara em comunidades em que o convívio foi interrompido durante algumas gerações.

Por isso quando falamos da cisão em diferentes dialectos, duma língua outra ou uma, exprimimos muito mal a verdadeira natureza do processo. Na realidade falam-se, a cada momento, dentro duma comunidade, tantos dialectos quantos os indivíduos falantes, e dialectos dos quais cada um tem uma evolução histórica própria e se encontra em constante modificação. *A cisão dialectal não é mais do que o crescimento das diferenças individuais para além duma certa medida.*

Outro ponto em que podemos permitir-nos estabelecer um paralelismo é o seguinte. O desenvolvimento de um indivíduo animal depende de dois factores. Por um lado, é condicionado pela natureza dos pais, através da qual lhe é impresso, por herança, um determinado sentido ao desenvolvimento. Por outro lado, há todas as influências casuais de clima, alimentação, modo de vida, etc., a que o indivíduo, na sua existência particular, está sujeito. Um factor condiciona a semelhança essencial com os pais, o outro possibilita um afastamento da mesma dentro de determinados limites. Assim se forma a língua de cada indivíduo, por um lado, segundo as influências das línguas daqueles com quem lida, as quais, do nosso ponto de vista, podemos considerar como as procriadoras da língua desse indivíduo, por outro lado, segundo as propriedades independentes e as influências particulares da natureza espiritual e corpórea do mesmo indivíduo. Também aqui se reconhece por unanimidade que o primeiro factor é sempre, e de longe, o mais poderoso. É só enquanto cada modificação na natureza de um indivíduo, — a qual o desvia do sentido que a princípio lhe foi impresso, — se torna em parte determinante para o sentido do movimento duma geração seguinte, que surge, com o tempo, uma modificação mais marcada do tipo de língua. Também assim na história da língua. Podemos ainda dizer da língua o que afirmamos do organismo animal: quanto mais baixo for o grau de evolução, tanto mais forte será o segundo factor em relação ao primeiro.

Mas ao mesmo tempo não devemos desprezar as grandes diferenças existentes entre a criação linguística e a orgânica. Na última, a influência directa do criador cessa em determinado ponto, e só o sentido do movimento impresso até aí continua a actuar. Na criação da língua de um indivíduo, as línguas que o rodeiam conservam a sua participação até ao

fim, embora a sua influência seja mais poderosa na primeira infância da referida língua e se vá tornando cada vez mais fraca à medida que esta cresce e se fortalece. A criação de um organismo animal realiza-se por meio de um indivíduo ou por meio de um par. Na criação da língua dum indivíduo participam, embora em muito diferentes graus, as línguas de uma grande quantidade doutros indivíduos, de todos aqueles com quem, durante a sua vida, ele entra em contacto linguístico. E o que torna o fenómeno ainda mais complicado, as diferentes línguas individuais podem ser activas e passivas, em relação umas às outras, neste processo de criação; os pais podem ser filhos dos seus próprios filhos. Finalmente há que tomar em consideração que também quando falamos da língua dum só indivíduo não se trata dum ser concreto mas duma abstracção, a não ser quando entendemos por isso o conjunto de grupos de ideias ligados uns aos outros na alma, referentes à actividade da fala, com as suas relações diversamente entrelaçadas.

A língua dum indivíduo é criada pura e simplesmente através da convivência. A origem só entra em linha de conta na medida em que influencia a natureza física e espiritual de cada um, a qual, como já notámos, é de resto um factor na formação da língua, mas um factor muito secundário em comparação com as influências do convívio.

§ 23. Se partirmos do princípio indiscutível de que cada indivíduo tem a sua língua própria, e cada língua a sua história, o problema, que o facto da formação dos dialectos nos obriga a solucionar, não é a questão como é possível que de uma língua uniforme saiam diferentes dialectos; segundo o que dissemos, a formação das diferenças parece evidente. A pergunta a que temos de responder é antes esta: *porque será que, enquanto a língua de cada indivíduo tem a sua história especial, se mantém constantemente um maior ou menor grau de concordância adentro dum certo grupo de indivíduos?*

Todo o aumento da diferença dialectal baseia-se naturalmente na modificação do uso da língua. Quanto mais acentuada for a modificação tanto mais ocasião se dá ao crescimento da diferenciação. «Mas o grau deste crescimento não é condicionado apenas por modificações mais ou menos acentuadas, visto que não há nenhuma modificação que implique necessariamente uma diferenciação duradoura, e as circunstâncias que influem na conservação da concordância ou na sua rápida reconstrução podem existir em muito diferentes medidas.»

«A vida duma língua não pode imaginar-se sem uma diferenciação continua.»

Se fosse possível que, em dado momento, adentro dum mesmo território linguístico, todas as línguas individuais fossem inteiramente iguais entre si, podemos ter a certeza de que no momento seguinte se começariam já a esboçar diferenças entre elas. A evolução espontânea de

cada língua isolada tem de seguir uma direcção especial, determinada pelas particularidades da constituição e pelas vivências daquela que a fala. A influência exercida ou sofrida pelo indivíduo estende-se sempre só a uma pequena fracção da colectividade, e adentro desta fracção há ainda diferenças de grau importantes. De acordo com isto dá-se também na verdade uma compensação contínua das diferenças realizadas, que consiste no seguinte: divergências de uso em vigor até então são de novo repêlidas, ou transmitidas a indivíduos que as não desenvolveram espontaneamente. Contudo esta compensação nunca é completa. Só se torna uma compensação aproximada dentro dum círculo em que exista um convívio contínuo e activo. Quanto menos intenso for o convívio, tanto mais diferenças se podem formar e conservar. As possibilidades para uma diferenciação vão ainda mais longe quando já não existe nenhum convívio directo, mas apenas uma ligação indirecta através de intermediários.

§ 24. Se a intensidade do convívio fosse regular em todos os pontos de um território linguístico, teríamos então apenas línguas individuais, das quais aquelas que estivessem em contacto recíproco fariam pouco difeririam umas das outras, enquanto entre os extremos opostos se poderiam ter formado diferenças marcadas. Então não seria possível reunir um certo número de línguas individuais num grupo que opuséssemos a outro como um todo homogéneo semelhante. Cada língua individual poderia ser considerada como um grau intermediário entre várias outras. Mas uma tal situação não existe em parte alguma nem existirá nunca. Isso só seria concebível se não existissem quaisquer fronteiras naturais, nem associações políticas e religiosas, se porventura todo o povo habitasse numa planície sem rios grandes, em herdades isoladas, aproximadamente à mesma distância umas das outras e sem locais comuns de reunião. Mesmo assim se realizaria pelo menos um agrupamento em famílias de línguas. Mas na realidade encontramos, ou uma vida em comum em cidades e aldeias, e, nos povos nómadas, em hordas, ou, onde existe o sistema das herdades isoladas, pelo menos maiores ou menores associações políticas e religiosas com os seus locais de reunião. Nas regiões montanhosas os diferentes vales estão mais ou menos isolados uns dos outros. O mar isola ilhas. Mesmo onde não há destes obstáculos estendem-se muitas vezes terrenos incoltos, florestas, charnecas, pântanos entre as diferentes populações. É portanto necessário que as línguas individuais, de acordo com as condições naturais, políticas e religiosas de convívio, se juntem em grupos relativamente uniformes e bem delimitados. Estes grupos são pois constituídos primeiro pelas associações mais pequenas, pelas diferentes localidades. Onde há convivência entre os habitantes dum lugar, cada um terá mais semelhança com o outro do que com um habitante doutro lugar.

Podem portanto aqui estabelecer-se uma fronteira real, não disfarçada

por graus intermediários. É sobretudo aqui que se podem formar diferenças notáveis e ao mesmo tempo permanentes, como não podem manter-se entre os habitantes do mesmo lugar, pelo menos por muito tempo. Enquanto os lugares vizinhos se mantiverem em convívio activo, pode também ser que entre eles não surja ainda uma diferença notável e duradoura, de qualquer modo ela permanecerá insignificante. Mas se tentarmos agrupar em torno de um dialecto local os dialectos vizinhos que mantêm um convívio regular com aquele, então depararemos com uma quantidade de grupos que se entrecruzam. O agrupamento pode dar um resultado um pouco diferente para cada lugar. Podem ser acrescentados ou suprimidos lugares, e mesmo para com os que ficam pode modificar-se um pouco a relação do convívio.

§ 25. Todas as modificações no uso da língua são, por um lado, produto dos impulsos espontâneos de cada indivíduo, e, por outro lado, das relações de convívio que decretemos. Se um impulso espontâneo está difundido regularmente entre a maioria das pessoas de todo um território linguístico, depressa se generalizará. Mas pode ser que esteja difundido muito diversamente nas diferentes áreas. Nestas circunstâncias a compensação, tanto quanto for precisa, deve levar a resultados diversos nas áreas distantes e sem qualquer contacto umas com as outras. Entre elas a luta continuará e não se chegará facilmente a uma solução porque numa parte tem este lado uma influência mais forte, noutra parte aquele. Esta área tem este lado uma barreira que as influências não podem transpor, intermediária forma uma barreira que as influências não podem transpor, ou então tão atenuadas que é como se não existissem. Uma tal área não poderia falar em parte alguma, se a continuidade do convívio se estendesse regularmente por todo um território linguístico, se em nenhum sítio houvesse distâncias espaciais, obstáculos naturais ou fronteiras políticas a dificultar este convívio. Reduzindo-se a um mínimo a influência recíproca destas áreas separadas pelos tais obstáculos, podem também estabelecer-se fronteiras nítidas no que se refere a particularidades dialectais. Para isso não é necessário interromper completamente o convívio. Basta que ele se torne tão fraco que permaneça ineffectivo se as pessoas não vierem espontaneamente e em certa medida ao encontro umas das outras. Assim uma fronteira dialectal existente durante algum tempo pode de novo desaparecer se as pessoas, a princípio reservadas, vierem mais tarde ao encontro umas das outras, ou quando influências idênticas vierem de lados diferentes.

§ 26. Todas as modificações linguísticas, e portanto também o aparecimento de todas as particularidades dialectais, têm a sua história especial. A fronteira até onde se estende uma não nos dá a medida da fronteira das outras. Se esta medida nos fosse dada apenas pela intensidade de convívio, então desapareceriam certamente por completo as fronteiras entre as diferentes particularidades dialectais. Mas as tendências espon-



tâneas para a modificação podem distribuir-se de maneira essencialmente diferente, e é de acordo com esta distribuição que tem de se determinar o resultado da influência recíproca. Quando, por exemplo, um território linguístico se divide nos grupos A e B segundo uma diferença dialectal, pode acontecer, e acontece frequentemente, que a divisão segundo uma outra particularidade coincida com esta; mas também pode suceder que uma parte de A se una a B e vice-versa; uma parte de A e de B pode mesmo opor-se a outra parte de A e de B.

Por isso se tratamos, num território linguístico homogêneo, a fronteira de todas as particularidades dialectais existentes, obteremos um sistema complicadíssimo de línguas que se cruzam diversamente. Não é possível uma divisão perfeita em grupos principais, que se dividem de novo nuns tantos grupos secundários. A imagem dum quadro genealógico, com o qual se tentava dantes usualmente dar uma ideia clara das relações entre os grupos, é sempre inexacta (3). Só chegaremos a esta imagem designando arbitrariamente algumas diferenças como essenciais e passando por cima doutras. Se realmente escolhermos as características mais evidentes, não podemos talvez negar a um tal quadro uma certa utilidade para o esclarecimento das relações; só não devemos convencer-nos de que com isso realizamos uma descrição completa e exacta das circunstâncias.

§ 27. Encontramos ainda mais dificuldades no esclarecimento genealógico quando tentamos tomar também em consideração a cronologia da evolução, como se requer numa genealogia.

O facto de surgirem algumas diferenças não quer dizer que o convívio e a influência recíprocas entre áreas vizinhas tenham sido suprimidos; a evolução pode ser ainda comum em modificações que venham a surgir mais tarde. Assim podem ainda acabar por impor-se modificações em todo o território linguístico depois de este estar já antes múltiplamente diferenciado, ou estas modificações podem formar-se simultaneamente em várias partes já diferenciadas especificamente. Assim, por exemplo, o alongamento das vogais radicais breves (vide médio-alto-alemão *lêsen*, *gêben*, *rêden*, etc.) realiza-se de forma essencialmente regular nos dialectos do médio e do baixo-alemão, enquanto que muitas modificações mais antigas conseguiram uma expansão bem mais pequena. Devemos ter isto também presente ao apreciarmos os períodos mais antigos da língua, visto termos então de recorrer a conclusões. Estamos demasiado habituados a considerar todas as modificações do estado originário da língua, que se estendem por toda uma área, simplesmente como mais antigas do que aquelas que se limitam a partes isoladas desta área, e é deste ponto de vista que avaliamos talvez uma língua-base ou um período de evolução europeu comum eslavo-germânico, eslavo-lético, germânico primitivo, germânico oriental ou ocidental. É verdade que não podemos negar que em geral uma maior expansão dum particularidade linguística aumenta a

probabilidade da sua maior antiguidade, mas isso não fornece de forma alguma um indício seguro. Deve haver também, fora dos casos que se podem comprovar positivamente, muitos outros em que uma modificação que obteve uma maior expansão é mais recente do que outra limitada a uma área mais restrita.

As particularidades mais frequentes não são também sempre as mais antigas. A divisão agora usual do alemão em três grupos principais, o alto, médio e baixo-alemão, baseia-se na localização da mutação consonântica. Esta com certeza não começou antes do século VI e estende-se até ao século IX, em alguns pontos mesmo até mais tarde. Já antes, contudo, havia diferenças notáveis, que são obrigadas, pela divisão actual, a ocupar o segundo plano. Sob a designação de baixo-alemão, por exemplo, estão reunidos três grupos que apresentaram desde sempre diferenças não pequenas: o frisio, o saxónio e parte do franco; o franco encontra-se dividido entre o baixo e o médio-alemão.

Também não podemos apresentar como geralmente válida a afirmação de que os grupos que começaram a diferenciar-se mais cedo são também necessariamente os mais marcadamente diferentes, ou, ao contrário, que nos grupos mais diferentes a diferenciação deve ter começado mais cedo. A intensidade do convívio pode modificar-se um pouco. A situação geográfica dos grupos uns em relação aos outros pode alterar-se. Mesmo sem isso, uma aproximação espontânea pode tornar-se pretextado para que novas modificações ultrapassem velhas fronteiras, enquanto elas próprias encontram talvez uma fronteira onde antes não existia nenhuma. Ou uma área que tenha tido, durante largo espaço de tempo, uma evolução muito parecida com outra área vizinha, mas em contraposição diferente das restantes, pode sofrer transformações grandes, enquanto que a área que até então tinha seguido com ela os mesmos caminhos permanece com as outras num grau de evolução mais atrasado.

§ 28. Visto a influência compensatória do convívio não permitir que se ctiem diferenças demasiado marcadas entre áreas próximas que mantenham um convívio regular, cada pequeno grupo constitui quase um grau de transição entre os grupos vizinhos que o rodeiam. É uma ideia inteiramente errada e ainda muito espalhada, que um grau de transição intermédio só aparece pelo contacto secundário de dois dialectos antes distintos. Naturalmente não quero afirmar que nunca tenham surgido dessa forma. Uma transição pode ser formada por um grupo, quer por este oferecer um verdadeiro grau intermédio entre duas formações divergentes de grupos vizinhos, quer porque tem algumas particularidades dialectais em comum com este ou aquele grupo. Nesta configuração das relações entre os dialectos a compreensão entre as áreas vizinhas não precisa de ser dificultada, porque as divergências são insignificantes e, além disso, as pessoas habituam-se mutuamente a elas; e contudo pode

existir entre as áreas distantes umas das outras diferenças que impossibilitem a compreensão.

Podemos observar isto nas diferentes línguas e muito claramente na alemã. A um sítio é impossível compreender um habitante da Holsácia, até mesmo um de Hesse ou um bávaro, e contudo está ligado a este indirectamente por correntes de convívio às quais não se oferecerem obstáculos. De um modo geral, podemos observar admiravelmente a graduação sucessiva dos dialectos alemães no comportamento em relação à chamada mutação consonântica (\*) do alto-alemão.

Passando uma simples vista de olhos pela obra *Germanians Völkertimmen*, de Firminich, podemos aperceber-nos da mesma graduação em menor escala. Uma imagem ainda mais clara da extraordinária multiplicidade da graduação é-nos dada pelo atlas linguístico estabelecido por G. Wenker. E isto passa-se da mesma maneira não sómente dentro de cada uma das línguas românicas, como mesmo dentro de todo o território linguístico da România. Só podemos determinar com alguma segurança as fronteiras das diferentes nações a partir da língua escrita, não a partir dos dialectos. Assim, por exemplo, os dialectos do Norte da Itália compartilham particularidades importantes com os dialectos franceses, e aproximam-se mais dos dialectos vizinhos da França do que da língua escrita italiana ou o idioma da Toscana. O gascão constitui, em vários sentidos, a transição do provençal (francês do sul) para o espanhol, o sardo a transição do italiano para o espanhol, etc.

Pressupõe-se o estabelecimento domiciliário dos indivíduos ao fazer esta descrição da evolução. Todas as migrações individuais ou mesmo de massas produzem modificações, que tratamos como misturas no capítulo 22. A existência duma língua escrita tem uma influência igualmente transformadora, assunto que tratamos no capítulo 23.

§ 29. Pode naturalmente suceder também que o convívio entre várias partes duma entidade linguística seja completamente interrompido por poderosas fronteiras naturais ou políticas, por emigrações duma parte, por interposição de um povo estranho, etc. A partir desse momento a língua de cada qual evolui também independentemente, e com o tempo surgem contrastes marcados sem transições intermédias. Assim se formam duma, muitas línguas autónomas, e este processo pode repetir-se várias vezes.

É difícil de conceber que antes do momento em que se realizou esta cisão duma língua em várias não deva ter existido qualquer diferença notável em todo o território linguístico. É impossível imaginar sem dialectos uma língua que cubra uma área duma extensão razoável e tenha atrás de si uma evolução já longa. Por isso teremos geralmente de considerar as línguas autónomas que se desenvolveram a partir duma língua primitiva comum como continuação dos dialectos dessa língua, e podemos

partir do princípio de que uma parte das diferenças existentes entre elas já data do período da sua unidade. Poderíamos então dizer desta parte o que dizemos duma maneira geral das diferenças dialectais num território linguístico uno. Portanto, se designássemos com as letras do alfabeto os dialectos que se desenvolveram em línguas autónomas, A podia ter algumas coisas em comum com B em opposição a C e D, outras em comum com E em opposição a B e D, ainda outras em comum com D em opposição a D e C, etc., e estas concordâncias podiam basear-se numa relação causal real. É a partir deste ponto de vista que temos de apreciar, por exemplo, as relações das famílias de línguas indogermânicas entre si. Mas, em partir, é difícil de decidir se uma influência reciproca contribui realmente para a concordância na evolução. Demonstrar a impossibilidade duma coincidência também em evoluções completamente autónomas é quase completamente impossível.

A separação também não precisa de coincidir sempre com as antigas fronteiras dialectais, sobretudo quando é provocada por uma migração. Uma parte dum grupo que esteja de acordo nos pontos essenciais pode separar-se, enquanto que a outra parte permanece em contacto com os restantes grupos distantes. Também se podem desprender juntamente partes de grupos diferentes. Assim, por exemplo, o anglo-saxão era na origem intimamente aparentado com o frisio, e é mesmo possível que nunca tenha existido como dialecto especial no continente, mas se tenha só formado quando bandos de frisios se separaram da pátria e reuniram a si algumas partes componentes de outras tribos germânicas. Contudo o anglo-saxão teve então uma evolução especial, enquanto que o frisio se manteve relacionado com os restantes idiomas alemães. Há uma fronteira nítida entre o inglês e o alemão, mas não entre o frisio e o baixo-saxão.

§ 30. As relações fonéticas continuam a ser o factor verdadeiramente característico na divisão dialectal dum território linguístico uno. A causa disso é que, na formação daquelas, tudo depende da influência directa através do convívio pessoal immediato. A transmissão indirecta não oferece dificuldades no que respeita ao vocabulário e ao sentido das palavras, à morfologia e à sintaxe. O que aqui se criou de novo pode, sendo bem acolhido noutro sítio, avançar até mais longe sem alteração essencial. Mas o som nunca é reproduzido exactamente na forma em que é recebido, como veremos no próximo capítulo. Onde já existe uma distinção nítida cessa em geral a influência no campo fonético. Assim desenvolvem-se aqui diferenças muito maiores do que no vocabulário, na morfologia e na sintaxe, e essas diferenças estendem-se por longo período de tempo mais regularmente do que estas. Em contrapartida, quando se dá uma verdadeira separação linguística, as diferenças entre as várias línguas podem considerar-se tão características noutros campos como no fonético.

O vocabulário e o seu emprego são o que há de menos característico. Neste campo tem lugar o maior número de transmissões dum dialecto para outro, assim como duma língua para outra. Aqui há mais divergências individuais do que em qualquer outro lado, e também pode haver diferenças que não têm nada que ver com as diferenças dialectais, e que as contrariam. Em todos os graus mais elevados da cultura criam-se expressões técnicas para as diferentes indústrias, artes e ciências, que são sobretudo ou exclusivamente usadas por uma determinada classe profissional e em parte não são compreendidas pelas restantes. Na formação destas línguas artificiais entram de resto em consideração condições muito semelhantes às da criação dos dialectos. Precisamente a essas pertence também a diferença entre linguagem poética e prosaica, que também se estende à morfologia e à sintaxe. Condições curiosas conduziram também na Grécia Antiga ao emprego propositadamente engenhoso de diferenças fonéticas. Mas também pode existir uma linguagem poética, (e isso é o normal), que se distingue sempre da fala prosaica apesar das mais diversas formas fonéticas dialectais.

§ 31. Toda a evolução natural duma língua leva a um crescimento constante e ilimitado das divergências dialectais. As causas que o provocam são-nos dadas pelas condições de vida da língua e não se podem separar delas. É uma ideia falsa, que infelizmente encontramos ainda em obras de linguística muito consideradas, que o antigo movimento centrífugo, através do qual se teriam formado os dialectos, teria sido substituído, num grau de cultura mais elevado, em meio dum convívio activo e desenvolvido, por um movimento retrógrado e centrípeto. Esta ideia baseia-se numa observação inexacta. Uma língua comum não se forma por uma assimilação gradual de dialectos uns aos outros. Uma língua comum não nasce dos vários dialectos pelo mesmo processo por que uma forma mais recente dum dialecto nasceu doutra mais antiga. Ela é antes um idioma estranho, a que o dialecto é sacrificado. Sobre este assunto veja o capítulo 23.

## NOTAS DO AUTOR AO CAP. II

(<sup>1</sup>) Schuchardt foi o primeiro a pronunciar-se contra a criação de quadros genealógicos, vide a sua lição de doutoramento, dada em 1870 e impressa só mais tarde: *Über die Klassifikation der romanischen Mundarten* (Graz 1900). A conferência de J. Schmidt, *Die Verwandtschaftsverhältnisse der indogermanischen Sprachen* (Weimar 1872), levou depois a discussões aceras. No que respeita a tratados mais recentes desta questão, até que ponto se podem reconhecer as fronteiras entre os dialectos, e até que ponto elas coincidem com fronteiras genealógicas e políticas, cito: K. Haag, 7 Sätze *Über Sprachbewegung* (*Zeitschrift für hochdeutsche Mundarten* 1, 138); F. Wrede, *Ethnographie und Dialektwissenschaft* (*Historische Zeitschrift* 88,22). O. Bremer, *Politische Geschichte und Sprachgeschichte* (*Historische Vierteljahrschrift* 5,315); K. Bohnenberger, *Sprachgeschichte und politische Geschichte* (*Zeitschrift für hochdeutsche Mundarten* 3,321, vide também na mesma 4,129. 241. 6,129,299); L. Gauchat, *Gibt es Mundartgrenzen!* (*Archiv für das Studium der neueren Sprachen* 111,365); E. Tappolet, *Über die Bedeutung der Sprachgeographie* (Festgabe für H. Morf, 1905, pag. 385).

(<sup>2</sup>) Vide Braune, *Beiträge zur Geschichte der deutschen Sprache* I, 1 e seguintes e Nörrenberg, na mesma, IX,371 e seguintes.

### III Capítulo

#### A mutação fonética (1)

§ 32. Para compreendermos o fenómeno que costumamos designar por alteração fonética temos de entender claramente os processos físicos e psíquicos que se realizam sempre durante a produção dos complexos de sons. Se abstrairmos — como podemos e devemos fazer — da função que os mesmos servem, o que interessa é o seguinte: primeiro, *os movimentos dos órgãos fonadores*, como eles se produzem mediante a excitação dos nervos motores e a actividade muscular provocada por ella; segundo, a série de sensações que necessariamente acompanham estes movimentos, *o sentido mecânico* (Bewegungsgetühl) (\*1), como Lotze (2), e mais tarde, Steinthal, lhe chamaram; terceiro, *as sensações sonoras* produzidas nos ouvidos, entre os quais, em condições normais, está incluído também aquele que fala. Estas sensações não são naturalmente processos só fisiológicos, mas também psicológicos. Mesmo depois de desaparecida a excitação física, elas deixam uma impressão psíquica durável, *imagens da memória* (\*2), que são da maior importância para a alteração fonética. Pois são só ellas que ligam entre si os processos fisiológicos em si isolados, que estabelecem uma ligação causal entre a produção mais antiga e a mais recente do mesmo complexo de sons. É a imagem da memória, deixada pela sensação dos movimentos antes realizados, que torna possível a reprodução dos mesmos movimentos. O sentido mecânico e a sensação sonora não precisam de estar intimamente ligados um ao outro. Mas, exteriormente, ambos se unem numa associação, quando o que fala se oute falar a si próprio. O sentido mecânico, assim como a possibilidade

(\*1) (N. T.) Traduzi pela expressão — «sentido mecânico» — a expressão alemã *Bewegungsgetühl* = sentido do movimento.

(\*2) (N. T.) Para a expressão alemã *Erinnerungsbild* adoptei a tradução literal — «imagens da memória».

de reproduzir os complexos de sons ouvidos, não nos são dados pelo simples facto de escutar os outros, pelo que é sempre necessário experimentar e exercitar antes de sermos capazes de reproduzir um som que até então não estávamos habituados a pronunciar.

§ 33. Pergunta-se que conteúdo possuem o sentido mecânico e a sensação sonora e até que ponto os elementos isolados deste conteúdo se tornam conscientes (3). Talvez nada tenha impedido tanto o conhecimento exacto da natureza da alteração fonética como o facto de termos, a este respeito, sobrestimado a extensão e clareza da consciência. É um grande erro pensar que temos de tomar consciência clara dos sons isolados de que uma palavra se compõe para compreendêmos o som característico dessa palavra, a ponto de tornar possível uma excitação das ideias com ela associadas. É mesmo para compreendêmos uma frase completa, não é sempre necessário tomarmos consciência de cada palavra, quanto ao som e à significação. A ilusão em que se encontram os gramáticos vem de que eles não consideram a palavra como parte da linguagem viva e que passa ruidosa e velozmente, mas sim como algo de autónomo sobre que eles meditam ociosamente e que têm tempo para dissecar. Além disso eles partem da palavra escrita e não da falada. De facto, na escrita a palavra aparece decomposta nos seus elementos, e parece-nos ser necessário que todos os que escrevem façam conscientemente esta decomposição. Contudo, na realidade, tudo se passa de forma um pouco diferente. De certo que é preciso proceder a uma decomposição destas ao inventar a escrita alfabética e em cada nova aplicação desta a uma língua até aí nunca expressa em caracteres. Um exercício de soletração de palavras faladas tem também de acompanhar permanentemente toda e qualquer aprendizagem da escrita. Mas depois de se ter adquirido uma certa prática, o processo da escrita não é propriamente decompor cada palavra nos seus sons isolados e substituir depois cada som pela letra correspondente. A própria rapidez com que o processo se realiza exclui a possibilidade duma consciencialização clara de cada um dos seus elementos, e mostra ao mesmo tempo que isso não é necessário a um discurso regular. Mas realiza-se também um processo de facto reduzido, pelo qual a escrita, até certo ponto, se emancipa da língua, processo esse que adiante observaremos mais de perto. É mesmo se observarmos mais exactamente o que se passa com esta arte da decomposição dos peritos da escrita, veremos precisamente daí claramente como anda por baixo a consciência dos elementos dos fonemas. Podemos verificar diariamente que as múltiplas discrepâncias entre escrita e pronúncia não são, em grande parte, notadas pelos componentes da comunidade linguística correspondente e saltam à vista a estranhos, sem que estes normalmente se preocupem com examinar qual a causa disso. Assim, todo e qualquer alemão sem preparação fonético-fisiológica está convencido de que escreve como fala. Embora, em

relação aos ingleses e aos franceses, tenha uma certa razão em pensar assim, não falam contudo na sua língua casos — não falando de certas subtilidades — em que a pronúncia se afasta bem vincadamente da escrita. Poucos são os que notam que a consoante final em *Tag, Feld, lieb*, constitui, em grande parte da Alemanha, um som diferente daquele que se pronuncia em *Tages, Feldes, liebes*, que o *n* em *Anger* é essencialmente diferente do de *Land*. Ninguém pensa que em geral se pronuncia uma nasal gutural em *Urgnade*, e uma nasal labial em *unbillig*. Olham-nos com espanto quando dizemos que em *lange* não se pronuncia nenhum *g*, e na segunda sílaba de *legen, raden, Ritter, schütteln*, nenhum *e*; que a consoante final de *leben*, segundo a pronúncia mais difundida, não se assemelha a *n* mas sim a *m* não precedido de *e*. Podemos mesmo contar com que a maioria contestará estes factos, mesmo depois de se lhes chamar a atenção sobre eles. Eu pelo menos fiz várias vezes esta experiência, mesmo com filólogos. Podemos concluir daqui como a análise da palavra é pura e simplesmente algo aprendido com a escrita, e como é diminuto o sentido dos verdadeiros elementos da palavra falada.

§ 34. Uma decomposição real da palavra nos seus elementos não é só difícil, como é francamente impossível. A palavra não é o conjunto de determinado número de sons autónomos, cada um dos quais poderia ser expresso por um sinal alfabético, antes é, no fundo, uma *série contínua dum número indefinido de sons*, e através das letras só conseguimos indicar de forma incompleta pontos característicos isolados desta série. O resto, o que fica por indicar, resulta aliás, até certo ponto, necessariamente, da determinação destes pontos, mas só em certa medida. Onde mais claramente se reconhece esta continuidade é nos chamados ditongos, que apresentam uma destas séries de elementos sem fim, vide Sievers, *Phonetik*, cap. 19, 2. A importância dos sons de transição é em primeiro lugar expressamente acentuada por Sievers. Mas desta continuidade da palavra segue-se que uma noção das suas partes isoladas não é algo de espontâneo, mas sim só o fruto duma reflexão científica — ainda que primitiva — a que fomos levados primeiro pela necessidade prática da transcrição fonética.

O que se aplica à imagem fonética (\*1) é naturalmente aplicável também ao sentido mecânico. Temos de ir mais longe. Não se pode de maneira nenhuma dizer que cada um de nós faça uma ideia dos diferentes movimentos que os seus órgãos produzem ao falar. Sabe-se que eles só podem ser averiguados pela mais cuidadosa observação científica e que sobre muitos pontos há controvérsias, até entre os investigadores. Mesmo as opiniões mais superficiais e grosseiras sobre estes movimentos só podem

(\*1) (N. T.) Para a expressão alemã *Lautbild* = imagem do som, escolhi a tradução portuguesa «imagem fonética».

formar-se dirigindo para eles propositalmente a nossa atenção. De resto elas são inteiramente desnecessárias para a reprodução exacta de sons ou grupos de sons em que estamos exercitados. O que se passa parece ser o seguinte: cada movimento excita de determinada maneira certos nervos sensitivos e produz assim uma sensação que se associa com a direcção do movimento desde o seu centro através dos nervos motores. Se esta associação se tornar suficientemente firme e a imagem da memória deixada pela sensação for suficientemente forte — o que geralmente só acontece com o exercício (isto é, pela repetição frequente do mesmo movimento, em que houve talvez muitas tentativas falhadas) — então a imagem deixada na memória pela sensação consegue reproduzir como reflexo o movimento a ela associado, e se a sensação assim excitada estiver de acordo com a imagem da memória, então temos também a certeza de que produzimos o mesmo movimento que anteriormente.

§ 35. Podíamos todavia conceder que o grau de consciencialização atingido pelos movimentos isolados da imagem fonética e do sentido mecânico através da aprendizagem da escrita ou através de reflexão fosse muito maior do que na realidade é; podíamos conceder que, para aprender a língua materna assim como qualquer língua estranha, fosse preciso uma consciencia clara destes elementos, como é indubitavelmente necessário um mais alto grau de clareza do que no emprego do já aprendido; mas daí não se seguiria que também tivéssemos de possuir o mesmo grau de clareza, constantemente, no discurso diário. Está muito mais de acordo com a natureza do organismo psíquico que todas as ideias, que a princípio só actuam conscientemente, adquiriram, pelo exercício, a possibilidade de também actuarem inconscientemente, e que só uma tal acção inconsciente torne possível uma successão das ideias tão rápida como ela se torna necessária em todas as situações da vida diária e também ao falar. Mesmo o fisiólogo foneticista profissional dirá e ouvirá muita coisa sem que um único som se lhe torne consciente.

Para a apreciação da vida natural da língua, que não é regulada por nenhuma espécie de pedagogia de mestre escola, temos de aternos inteiramente ao principio de que os sons se criam e são percebidos sem consciencia clara. Isto faz tombar pela base muitas teorias explicativas, que pressupõem na alma dos indivíduos uma ideia do sistema fonético da língua, teorias a que pertencem, por exemplo, muitas hipóteses sobre a mutação consonântica das línguas germânicas.

§ 36. Mas por outro lado a falta de consciencialização destes elementos não exclui a existência dum controle exacto. Podemos repetir e ouvir um número infinito de vezes um grupo usual de sons sem que pensemos que é precisamente esse grupo, composto desta e daquela maneira; mas, mal um dos elementos se afasta do usual, por pouco que seja, notamo-lo — caso não se oponham a isso quaisquer obstáculos — exactamente como

geralmente tomamos consciencia de qualquer desvio no decorrer usual e inconsciente das ideias. É claro que com a consciencia desse desvio não nos é dada também simultaneamente a consciencia da sua natureza e origem.

A possibilidade de controlar vai tão longe como a capacidade de differenciar. Mas esta não vai até ao infinito, enquanto que a possibilidade de gradação nos movimentos dos órgãos fonadores e naturalmente também nos sons por eles produzidos é de facto illimitada. Assim, entre  $a$  e  $i$ , bem como entre  $a$  e  $u$ , existe um número illimitado de graus possíveis de sons vogais. Assim também os pontos de articulação de todos os sons linguo-palataes podem representar-se por uma linha continua, sobre a qual cada ponto pode ser o preferido. Entre estes e os sons labiaes não é no entanto possível uma transição tão imperceptível; contudo as dentais-labiaes estão intimamente relacionadas com as dentais-linguaes ( $th-f$ ). Também a transição das oclusivas para as fricativas e vice-versa deve realizar-se gradualmente; porque oclusão completa e um estreitamento tão grande quanto possível estão directamente ligados. Finalmente, todas as differenças de quantidade, de frequência de tom, de energia na articulação ou na expiração são possíveis em gradações infinitas. E como estas muitas outras. São sobretudo estas circunstancias que tornam a alteração fonética comprehensível.

Se pensarmos agora que não se trata apenas das differenças naquelles sons em que normalmente decomponemos a palavra de forma inexacta, mas também das differenças nos sons de transição, na entoação, na velocidade, etc., e se pensarmos ainda que cada uma das pequenas partes designadas pode juntar-se sempre a uma série de pequenas partes iguais, chegamos à conclusão de que é possível uma enorme variedade de grupos de sons, mesmo que as differenças sejam relativamente pequenas. Por isso podemos sempre sentir como essencialmente idénticos grupos bem visivelmente differentes, por causa da sua grande semelhança, e por essa razão é possível a comprehensão entre indivíduos de differentes dialectos, enquanto as differenças não ultrapassarem um determinado grau. Mas também por isso pode existir um certo número de variantes cujas differenças não podemos notar, ou só se dirigimos sobre ellas uma atenção muito especial.

§ 37. A primeira infância é para cada um de nós uma fase de experimentação, na qual gradualmente aprendemos, através de variados esforços, a reproduzir o que se diz à nossa volta. E quando esta fase atinge a máxima perfeição possível, então inicia-se um período de relativa paralisação. As importantes oscillações anteriores cessam, e daí em diante começa a existir uma grande regularidade na pronuncia, caso não surjam perturbacoes causadas por forte influencia dum dialecto estranho ou dum lingua escrita. Mas essa regularidade nunca pode tornar-se absoluta. Leves oscillações na pronuncia da mesma palavra no mesmo ponto da frase são

inevitáveis. Pois em todos os movimentos do corpo dum maneira geral, por muito treinados que eles estejam, por muito desenvolvido que seja o sentido mecânico, resta sempre uma certa incerteza, e é, até certo ponto, — por pouco que seja — obra do acaso se os executamos com absoluta exactidão ou se surge um pequeno desvio do caminho correcto. Mesmo o atractor mais exercitado falha por vezes o alvo, e faldá-lo-ia na maior parte dos casos se este fosse um ponto real sem qualquer extensão, e se no seu projectil houvesse também um único ponto que pudesse atingir o alvo. Alguém, por muito cuinho que tenha a sua letra, cujas particularidades se reconhecem imediatamente, não produzirá contudo sempre as mesmas letras e os mesmos grupos de letras exactamente da mesma forma. Com os movimentos através dos quais se criam os sons, as coisas não se passam de modo diferente. Esta *variabilidade da pronúncia*, que não se nota por causa dos estreitos limites em que se move, contém a chave para a compreensão do facto, de resto incompreensível, de que se realiza gradualmente uma modificação do uso no que respeita ao aspecto fonético da língua, sem que aqueles em quem se realiza esta modificação façam dela a mínima ideia.

Se o sentido mecânico como imagem da memória permanecesse inalterável, então as pequenas oscilações mover-se-iam sempre à volta do mesmo ponto, à mesma distância máxima. Mas este sentido é o produto de todas as impressões anteriores recebidas na execução do movimento correspondente, e a verdade é que, segundo uma lei geral, não se fundem umas com as outras só as impressões absolutamente idénticas, mas também as que são apenas imperceptivelmente diferentes umas das outras. De acordo com esta diferença, o sentido mecânico tem também que transformar-se, por pouco que seja, com cada nova impressão. É aqui também importante saber-se que as impressões mais recentes continuam a actuar mais fortemente do que as mais antigas. Por isso não podemos fazer equivar o sentido mecânico por ventura à média de todas as impressões recebidas durante toda a vida: as diminutas em número podem superar as mais frequentes por serem mais recentes. Mas com cada modificação do sentido mecânico — desde que a extensão da divergência possível fique a mesma — dá-se uma modificação dos pontos limites desta divergência.

§ 38. Se imaginarmos agora uma linha, em que cada ponto esteja exactamente fixado, como sendo o caminho normal do movimento ao qual conduz o sentido mecânico, então a distância de cada ponto admissível como a máxima, no movimento realmente realizado, sem contradicção com o sentido mecânico, é em geral exactamente tão grande para um lado como para o oposto. Mas daí não se segue que os desvios realmente sobrevidos tenham de distribuir-se regularmente por ambos os lados segundo o seu número e tamanho. Estes desvios, que não são determinados pelo sentido mecânico, têm naturalmente também as suas causas,

causas essas que são mesmo completamente independentes do sentido mecânico. Se estas causas se moverem exactamente ao mesmo tempo, precisamente com a mesma força, em direcções opostas, então os seus efeitos anulam-se reciprocamente e o movimento produz-se com absoluta exactidão. Isto só acontece muito raramente. Na grande maioria dos casos haverá preponderância de um ou outro lado. Mas a relação das forças entre si pode alterar-se segundo as circunstâncias. Se esta alteração é tão favorável a um lado como ao outro, se, em média, uma oscilação alterna sempre com uma oscilação correspondente do outro lado, então os desvios mínimos do sentido mecânico ficarão imediatamente paralizados. Mas as coisas tomam uma feição completamente diferente quando as causas que impellem para um lado têm preponderância sobre as que actuam em sentido contrário, seja em todos os casos ou mesmo só na maioria. Por muito pequeno que seja o desvio inicial, modificando-se então o sentido mecânico também um mínimo, na próxima vez já será possível um desvio um pouco maior do original e assim também uma modificação do sentido mecânico; e desta forma nasce gradualmente, dum a soma de modificações tão pequenas que dificilmente as podemos imaginar, uma diferença notável, quer o movimento progreda sempre numa determinada direcção, quer esse progresso seja sempre interrompido por retrocessos, isto só no caso dos últimos serem mais raros e mais pequenos do que os primeiros.

A causa da tendência para desviar-se para um lado ser maior do que a de desviar-se para o outro só poderá encontrar-se no facto do desvio para o primeiro ser de qualquer forma mais fácil para os órgãos de quem fala. Analisar a natureza desta facilidade maior ou menor é tarefa da fisiologia. Com isto não queremos dizer que ela não seja também psicologicamente condicionada. A entoação e a velocidade, que têm neste caso uma importância decisiva, e também a energia da actividade muscular, dependem essencialmente de condições psíquicas, mas a sua acção sobre as condições fonéticas é realmente algo de fisiológico. Na assimilação progressiva só pode ser a ideia do som ainda por pronunciar que influi sobre o anterior; mas esta é uma relação psíquica regular e contínua, de natureza muito simples, enquanto que toda a determinação especial de processos de assimilação tem de basear-se num estudo sobre a produção física dos sons respectivos.

Para a tarefa que aqui nos propusemos, basta chamar a atenção para alguns pontos de vista gerais. Há grande número de casos em que se pode pura e simplesmente dizer: este grupo de sons é mais fácil de pronunciar do que aquele, exige uma actividade menor dos órgãos fonadores. Assim, as palavras italianas *otto*, *cattivo*, são sem dúvida mais fáceis de pronunciar do que a latina *octo*; a palavra do novo-alto-alemão *empfangen* é mais fácil do que seria *\*entfangen*, não atingido pela assimilação. Assimilação completa e parcial é um fenómeno que se repete em

todas as línguas. Quando, ao contrário, se trata do som isolado, é difícil estabelecer quaisquer princípios sobre a maior ou menor facilidade de pronúncia deste ou daquele, e todas as teorias sobre este assunto formadas a partir de campos limitados mostram-se sem valor perante uma experiência mais rica. E também para a combinação de vários sons não se podem de forma alguma dar sempre regras gerais. Em primeiro lugar, a facilidade depende em grande parte das relações quantitativas e da acentuação, tanto expiratória como musical. Para a sílaba longa é fácil uma coisa, para a breve outra e o mesmo se pode afirmar relativamente às sílabas tónica e átona e também aos acentos circunflexo, grave e agudo. Mas além disso a facilidade de pronúncia depende duma quantidade de condições, que podem ser diferentes para cada indivíduo mas que também podem pertencer de igual modo ou de modo semelhante a grupos maiores, sem serem compartilhados por outro. Devemos acentuar sobretudo um ponto. Em todas as línguas há uma certa harmonia do sistema fonético. Por aí se vê que a direcção em que o som é desviado tem de ser também condicionada pela direcção dos outros sons. Como Sievers accentuou, isto depende muito da chamada posição de repouso (\*1) dos órgãos. Cada diferença dos mesmos condicionalmente naturalmente também uma diferença no respeito à facilidade de pronúncia dos sons isolados. Uma modificação gradual da posição de repouso deve ser apreciada inteiramente por analogia com aquilo que dissemos acima sobre modificação do sentido mecânico.

§ 39. É de grande importância ter sempre presente que a facilidade de pronúncia na produção de cada som só oferece uma causa muito secundária, enquanto que o sentido mecânico permanece a verdadeira determinante. Um dos erros mais frequentes, que cometemos a toda a hora, é atribuímos a um só acto da lei do menor esforço uma transformação produzida num largo espaço de tempo por enorme quantidade de pequenas modificações. Este erro está em parte relacionado com o modo como as leis fonéticas são encaradas nas gramáticas práticas e também frequentemente em gramáticas com pretensões a científicas. Diz-se, por exemplo: quando temos numa língua uma consoante sonora no fim da sílaba, ela transforma-se na muda correspondente (vída no médio-alto-alemão *mide* — *meit*, *ribe* — *reip*), como se se tratasse duma transformação que se repete sempre de novo, produzida pelo facto do som mudo ser mais fácil de pronunciar em som final. Mas na verdade é o sentido mecânico aperfeiçoado pela tradição que produz o som mudo, enquanto que a redução gradual do som até ao desaparecimento completo e o reforço da oclusão, porventura relacionado com aquele fenómeno, pertencem a uma época talvez há muito passada. Também é absolutamente errado attribuir

(\*1) (N. T.) Para a expressão alemã *Indifferenzlage* = posição de indiferença, escolhi a tradução «posição de repouso».

sempre a produção duma mutação fonética a uma indolência, desleixo, ou distração especiais, e motivar a ausência dessa mutação noutros casos por um cuidado e atenção particulares. É possível que o sentido mecânico não tenha atingido em todos a mesma segurança. Mas em parte alguma existe qualquer espécie de esforço para evitar uma mutação fonética. Porque os indivíduos em questão não fazem a mínima ideia de que haja qualquer coisa a evitar, antes vivem sempre na convicção de que falam como falavam há anos e de que falarão assim até ao fim dos seus dias. Se alguém tivesse a possibilidade de comparar os movimentos dos seus órgãos, feitos por ele há anos para produzir uma palavra, com os movimentos actuais, talvez notasse uma diferença. Mas essa possibilidade não existe. A única medida de que pode servir-se é sempre o sentido mecânico, e este modificou-se, correspondentemente, já não tem na alma a forma que teve nesse tempo.

§ 40. Há contudo uma forma de controle pela qual se opõe um forte obstáculo à evolução individual que acabamos de descrever: é a *imagem fonética* (\*). Enquanto que o sentido mecânico se forma só a partir dos próprios movimentos, a imagem fonética vai-se formando, não só a partir do que nós próprios pronunciamos, mas também de tudo o que ouvimos aqueles com quem convivemos. Se se produzisse uma modificação notável do sentido mecânico a que não correspondesse nenhuma modificação na imagem fonética, resultaria daí uma discrepância entre o som produzido pelo primeiro e a imagem fonética adquirida através das sensações anteriores. Pode evitar-se esta discrepância corrigindo o sentido mecânico pela imagem fonética. Isto acontece do mesmo modo pelo qual na infância o sentido mecânico se regula pela imagem fonética. Faz parte da natureza íntima da língua como meio de comunicação que cada um se sintia sempre de acordo com aqueles com quem convive. Não há, naturalmente, qualquer esforço consciente nesse sentido, mas a exigência de tal concordância permanece no inconsciente como algo de evidente. Também esta exigência não se pode satisfazer com absoluta exactidão. Se mesmo o sentido mecânico de cada um já não pode dominar inteiramente os seus movimentos e está ele próprio sujeito a pequenas oscilações, então a margem livre deixada ao movimento adentro dum grupo de indivíduos deve naturalmente ser ainda maior, enquanto que o sentido mecânico de cada indivíduo não conseguirá nunca satisfazer inteiramente a imagem fonética que ele tem na ideia. E a isto vem ainda juntar-se que também esta imagem fonética, por causa das diferenças existentes nas sensações sonoras, toma em cada indivíduo um aspecto um pouco diferente e está simultaneamente sujeita a oscilações constantes. Mas estas oscilações não podem ultrapassar limites bastante estreitos adentro dum grupo ligado por convívio intenso. Também aqui elas serão insignificantes, ou, mesmo quando perceptíveis por uma observação mais



exacta, diffíceis de definir ou até de caracterizar, mesmo por meio do alfabeto mais perfeito. Não é apenas à priori que podemos supor isto, mas podemos realmente observá-lo nos dialectos vivos, naturalmente não naquelles que apresentam uma influência gradual da língua escrita. Se se encontrarem aqui e além, num indivíduo isolado, desvíos mais marcados provocados, por exemplo, por um defeito orgânico, isso influi pouco no todo.

§ 41. Portanto, enquanto um indivíduo com a sua tendência própria para divergir se encontrar sòzinho perante aquelles com quem convive, só pode satisfazer essa tendência numa medida extremamente pequena, pois a acção dela está sempre a ser paralizada por reacções regularizadoras. Uma modificação importante só pode realizar-se quando acaba por impor-se a todos os indivíduos dum mesmo grupo que, pelo menos em relação à intensidade do convívio interno, está, até certo ponto, isolado do exterior. A possibilidade dum tal processo vê-se claramente em casos em que para todos ou quase todos os órgãos fonadores a divergência é mais fácil do que a submissão exacta à direcção do sentido mecânico. Aqui há a tomar bem em consideração que a concordância já existente de entoação, velocidade, etc., impede no mesmo sentido. O mesmo se pode dizer da concordância em posição de repouso. Mas isto não chega como explicação. Podemos ver que se produzem evoluções muito diversas a partir do mesmo ponto, sem serem mesmo condicionadas por transformações de entoação ou qualquer outra coisa, o que por sua vez tem uma causa psicológica. E somos obrigados a perguntar sempre de novo: como pode isso ser, que precisamente os indivíduos deste grupo realizem em conjunto esta e aquela transformação? Como explicação do fenómeno recorre-se à concordância do clima, da natureza do solo e do modo de vida (<sup>5</sup>). Mas deve dizer-se sobre isso que até hoje nem sequer se iniciou uma recolha sistemática de materiais, da qual talvez se pudesse deduzir como a evolução da língua depende dessas influências. O que isoladamente se tem afirmado neste sentido pode, na maioria dos casos, reduzir-se facilmente ao absurdo. Do que mal podemos duvidar é de que certas particularidades dos órgãos fonadores são hereditárias, e que por isso o parentesco, próximo ou afastado, faz com certeza parte das circunstâncias que condicionam uma concordância maior ou menor na conformação dos órgãos. Mas não é só disso que esta última depende. Assim como a evolução da língua não depende só da conformação dos órgãos. Mas além disso a separação e a união dialectais entram muitas vezes em contradição com o parentesco de sangue. Por essa razão será sempre inútil o trabalho de procurar explicar o encontro de todos os componentes dum grupo puramente como algo de espontâneo, desprezando com isso o outro factor que actua a par da espontaneidade — a coacção imposta pela comunidade.

§ 42. É verdade que, se partirmos do principio de que cada indi-

víduo é especialmente dotado e possui um grau de desenvolvimento invulgar, se nos oferece a oportunidade de extraordinário número de variações, mas se considerarmos isoladamente cada elemento em questão, então o número das variações possíveis é bem pequeno. Consideremos as modificações de cada som isolado, e distingamos ainda nele divergências de ponto de articulação, de transição de oclusão para fricção e vice-versa, de reforço ou enfraquecimento de oclusão, etc., e ver-nos-emos frequentemente obrigados a manter apenas duas possibilidades de variação. Assim, por exemplo, o *a* pode ir-se transformando aos poucos em todas as vogais possíveis, mas a direcção em que se move pode, a principio, ser só a de *i* ou de *u*. É verdade que pode dar-se facilmente o caso de as duas ou três direcções possíveis num grande espaço linguístico, tomadas em conta todas as condições, quase se neutralizarem. Mas é muito pouco provável que isso aconteça em todos os diferentes pontos e em todos os tempos. Pode muito facilmente acontecer que uma tendência adquira a primazia numa área unida por um convívio especialmente intenso, e isto por puro acaso, isto é, mesmo quando a concordância da maioria não é condicionada por uma união mais próxima e mais íntima em face dos indivíduos estranhos ao grupo, e quando as causas que o impellem neste sentido determinado são talvez inteiramente diferentes para cada um.

A primazia dum tendência num círculo assim limitado chega para dominar os obstáculos que se lhe opõem. Ela faz com que, ao lado do desvio do sentido mecânico, para que a maioria tende, se vá colocar, no sentido correspondente, um desvio da imagem fonética. O indivíduo não está dependente de todos os componentes da sua comunidade no que diz respeito à formação das suas ideias fonéticas, mas sempre só daquelles com quem mantém contacto linguístico, e por outro lado não está igualmente dependente de todos estes, mas em medidas muitos diferentes, conforme a frequência do convívio e o grau em que cada um nele toma parte. Não interessa saber de quantas pessoas ele ouve esta ou aquella particularidade da pronúncia, mas só com que frequência a ouve. Além disso deve ainda considerar-se que tudo aquilo que se desvia do que usualmente se ouve pode também diferenciar-se entre si, e que assim as influências exercidas por isso podem estorvar-se reciprocamente. Mas se, pela remoção dos obstáculos criados pelo convívio, tiver surgido uma modificação definitiva do sentido mecânico, então será possível, continuando a tendência, um outro pequeno desvio para o mesmo lado. Contudo entretanto a minoria é também arrastada pelo movimento. Exactamente as mesmas razões que não permitem à minoria afastar-se demasiado do uso geral num movimento progressivo, não lhe permitem também ficar consideravelmente atrás do progresso da maioria. Com efeito a frequência preponderante dum pronúncia é o único critério para a sua correcção e perfeição. O movimento realiza-se pois de maneira que uma

parte vai sempre um pouco à frente da média, outra parte um pouco atrás, mas todos a tão pouca distância uns dos outros que nunca se evidencia um antagonismo aberto entre indivíduos que se encontram ligados pelo mesmo convívio estreito (4).

§ 43. Dentro da mesma geração realizar-se-ão deste modo sempre modificações só muito pequenas. Só se dão modificações notáveis quando uma geração mais antiga é suplantada por uma que surge de novo. Em primeiro lugar, quando uma modificação já se impôs à maioria, enquanto a minoria ainda lhe resiste, a nova geração regular-se-á naturalmente pela maioria, sobretudo se a pronúncia desta for a mais fácil. E mesmo que a minoria persista no velho hábito, elle desaparecerá gradualmente. Mas pode ainda acontecer que o sentido mecânico da nova geração se forme desde o princípio num sentido um pouco diverso do da mais velha. Os mesmos motivos que levam a velha geração a um certo modo de afastamento do sentido mecânico já formado têm de influenciar a formação inicial do mesmo na geração mais nova. Poder-se-á portanto dizer que a *causa principal da mutação fonética se encontra na transmissão dos sons a novos indivíduos*. Para este processo o termo mutação não é portanto exacto, se quisermos permanecer dentro do positivo — trata-se antes duma nova criação divergente.

§ 44. Na aprendizagem da lingua só são transmitidos os sons, não os sentidos mecânicos. A concordância dos sons produzidos pelo próprio indivíduo com os que ouve aos outros dá-lhe a garantia de falar correctamente. E o facto de o sentido mecânico se ter formado de forma aproximadamente idêntica só se pode explicar pelo facto de sons aproximadamente idênticos só poderem ser produzidos por movimentos aproximadamente idênticos. Se for possível produzir um som semelhante por meio de movimentos diferentes, também deve ser possível que o sentido mecânico daquele que aprende a lingua se forme de modo diverso do das pessoas de quem ele a aprende. Para alguns casos isolados deve ter de aceitar-se como possível uma formação do sentido mecânico tão fora do normal. Assim, por exemplo, as cacuminais *l* e *r* são sons que não soam muito diferentemente dos alveolares, embora a articulação seja muito diversa. O *r* lingual e o ovular são, na verdade, ainda bastante fáceis de diferenciar-se e, segundo o que sei, é costume empregar nos diferentes dialectos ora um ora outro; mas a transição dum para o outro só deve explicar-se pelo facto de produções pouco usadas do som não terem sido corrigidas visto as divergências de som não sobressaírem suficientemente,

§ 45. Mas há ainda outras modificações de som que não se baseiam numa transformação ou formação divergente do sentido mecânico —, as quais temos portanto, em sentido restrito, de distinguir da mutação fonética até aqui descrita —, mas que têm de comum com ella o facto de se realizarem sem tomarem em consideração a função da palavra. Não se

trata aqui duma modificação, por substituição, dos elementos de que se compõe o discurso, mas duma troca destes elementos em determinados casos isolados.

Entre estas modificações há que mencionar em primeiro lugar o fenómeno da metátese. Temos de distinguir as seguintes espécies principais: Primeiro: a inversão de dois sons que se seguem imediatamente, como o anglo-saxão *fix* junto de *fig*, *ácian* ((*Asian*) junto de *ácian* = velho-alto-alemão *eiscôn* (investigar), latim *ascia* em opposição ao grego *áctim*, o gótico *aqizi* (Axt — machado), francês dialectal *fi que* = *fixe*, *sesque* = *sexe*, latim *vespa*, de \**vepsa* como o alemão *Wespe* em contraposição ao alto-alemão *Weise*, latim vulgar *ipse* = *ipse*, espanhol *escaibar*, de *scabrare*, *olvidar* = francês *oublier*, anglo-saxão *fiest* = *frist*, *irnan* = *rinnan*, novo-alto-alemão (originariamente baixo-alemão) *bersten* = médio-alto-alemão *bresten*, *Born* ao lado de *Brunnen*, *Bernstein* em ligação com *brinnen*, *Kersten*, *Karsten* de *Christian*, médio-baixo-alemão, também médio-alemão *nalde*, neerlandês *nald* de *nidel* (?). Segundo: dois sons geralmente ains, que não se seguem imediatamente, trocam as suas posições; a troca mais vulgar é a de *r* e *l*, vide o velho-alto-alemão *erila* junto de *elira* = novo-alto-alemão *erle-aller*, o anglo-saxão *weleras* (Lippen-labios) em contraposição ao gótico *warilos*, italiano dialectal *grolioso* = *glorioso*, o toscano *balire* = italiano *barile* (baril), espanhol, *milagro* de *miraculum*, espanhol-português *palabra*, de *parabola*; mas outras consoantes são também trocadas: velho-alto-alemão *erzib*, que devia ter soado \**eizle* antes da mutação fonética, = latim *acetum*, o francês *éincelle* de \**stincilla* = *scintilla*, o siciliano *vispica* de *episcopius*, o dialecto do alemão do norte *Schersant* = *Sergent*, espanhol *ajugas* (doença bubónica nos cavalos) junto de *aguaja* (para o latim *agua*), o milanês *vaimasia* = italiano *malvaria*, italiano *padule* junto de *palude*, italiano *coffacia* (fogaca) junto de *focaccia* (para *focus*), italiano dialectal *telefago* = *telegrafo*. Terceiro: é mais raro que uma consoante passe para outra sílaba sem que uma outra consoante ocupe o seu primitivo lugar. A consoante que mais frequentemente sofre este tipo de transferência é o *r*, vide italiano dialectal *crompare* = *comprare*, italiano *strupo* junto de *strupo* e o espanhol *estrupo* junto de *estrupo* (*strupum*), médio-latim *lampreda* junto de *lamprea*, o francês *abreuer* de \**abiburare*, o médio-latim *cocodivillas* (de *cocodivus*), o italiano *coccodrillo*, médio-alto-alemão *Kokodille*. Schuchardt defendeu, com respeito a estes casos, a opinião de que se deu primeiro uma assimilação e depois uma dissimilação (portanto por exemplo *strupo* — \**strupro* — *strupo*), explicação esta que, pelo menos em parte, pode ser exacta.

Além disso, há que mencionar as *assimilações* entre dois sons não vizinhos, como o latim *lilium* do grego *λεῖλιον*, latim *quinque* de \**pingue*, germânico primitivo \**finfi* (*fünf* — cinco) = \**finhw*, sânscrito *śvaśaras*

em vez de \**svāsuras* (= latim *socer*), latim *bībo* junto do velho-indiano *pībāmi*; latim *barba* em vez de \**farba*, como seria de esperar do alemão *Bart*, (onde pode ter havido naturalmente influência de combinações como *imberbis*, onde *b* evoluiu segundo as leis fonéticas), grego *Μεγαλόβις* de *Μεγαλόβις*, latim *fortēx* de *forpex*.

Mais frequentes são *dissimilações* entre dois-sons não imediatos, em que um deles é substituído por um som só semelhante. O fenómeno mais frequente é a substituição de *r* por *l* e a seguir o contrário, vide velho-alto-alemão *turtitūba* do latim *turtur*, *murmulo* do latim *murmurare*, *marmul*, do latim *marmor*, o médio-alto-alemão *martel* ao lado de *marter*, de *martyrium*, *prōl* junto de *prōr*, novo-alto-alemão *Mörtel* = ao médio-alto-alemão *mörtel* junto de *mörter*, do latim *mortarium*, médio-alto-alemão e velho e novo-alto-alemão *Körpel* junto de *Körper*, velho e novo alto-alemão *erke* junto de *Erker*, *Christoffel* de *Christophorus*, *Herbolzheim* de *Herbortsheim*, italiano *mercolodi* de *Mercurii dies*, vulgar *balbieren* = *barbieren*, médio-latim *almaria* (donde o médio-alto-alemão *almer*) de *armarium* médio-latim *pelegrinus* junto de *peregrinus*, velho-alto-alemão *fluoβra* (consolação) em oposição ao velho-saxónio *frōfra* e anglo-saxão *frōfor*, latim vulgar *meletrix* = *meretrix*, *Maulbeere*, médio-alto-alemão *mūlbere* do velho-alto-alemão *mārberi* (latim *morum*), médio-alto-alemão *pheller* junto de *phell* do latim *palliolium*, latim *consularis*, *militaris* em oposição a *aequalis*, etc., *lucrum*, *simulacrum* em oposição a *piac(u)lum*, *caerules* em ligação com *caelum*, grego *κεφαλαργής* de *κεφαλαργής*. Outras modificações: *Knauel* do mais antigo *Kläuel* (médio-alto-alemão *Kluuwel*), *Knoblanch* do mais antigo *Kloblauch* (por *Kloben*), *Knüppel* de *Kluppel* (= *Klöppel*), italiano *calonaco* junto de *canonico*, *Bologna* (francês *Boulogne*) de *Bononia*, *Palermo* de *Panormus*, *Girolamo* de *Hieronymus*, velho e novo-alto-alemão *Nollhard*, *Nollbrüder* de *Lollhard*, para as línguas românicas) de *\*coluclus* (em ligação com *colus*), velho e novo-alto-alemão *Marbel* de *marmel* (mármore), *murbēn* de *murmeln*; *Kartoffel* de *Tartuffel*, latim *meridies* de *medidies*, *Fibel* de *Bibel*, *Blachfeld* = *flach Feld*. A maior parte das vezes, mas não sempre, é a consoante da sílaba átona que se modifica.

Também podemos considerar como dissimilação a queda dum som, quando ela resulta do facto de um som igual se encontrar próximo, vide *Köder* de *Körder* (velho-alto-alemão *querdar*), *fordern* junto de *fordern*, médio-alto-alemão e velho e novo-alto-alemão *mader* = *Marder*, *Potier* (*Palier*) do médio-alto-alemão *partier*, *Hatschier* junto de *Harschier* (do italiano *arciere*), *maschieren* em muitos dialectos alemães por *marschieren*, latim *fragare* junto de *fragare*, *praestigia* em ligação com *praestringere*, italiano *frate*, *prete*, grego *πατρία* junto de *φατρία*, *δρύφακτος* (tabi-

que de madeira) por *φάσσω* *ἐκπαγλος* por *πλόσσω* latim *laterna* junto de *lanterna* latim vulgar *cinque*, *cinquaginta* (palavra base para as línguas românicas) de *quinque*, *quingüaginta*, grego *πυρίσω* por *πύρω*, médio-alto-alemão *phērit* (cavalo) do mais antigo *phēfrit*; perfeitos latinos como *steti*, *spondi* passarão primeiro a \**stesti*, \**spospondi*. Na maioria dos casos cai a consoante na sílaba átona. A influência conjunta dum intensidade de acento reduzida mostra-se sobretudo na queda dum nasal antes de consoante, em alemão. No grau mais fraco de acentuação a queda pode de facto dar-se em qualquer posição (vide médio-alto-alemão *belde* = *belende*, *gebe wir* = *geben wir*), mas onde ela está mais generalizada é nos casos em que se encontrava próxima uma outra nasal, vide médio-alto-alemão *Künc* — velho-alto-alemão *Kuning*, *hōnc* = velho-alto-alemão *honang*, *senede* por *senen*, novo-alto-alemão *Pfennig* de *phēninc*, *Wernigerode* em oposição a *Elbingerode*, *Leinweber* por *Leinen*, *Schöneberg*, *Schönebeck* em oposição a *Schwarzenberg* (antigos dativos). Também pode cair toda uma sílaba, se se encontrar junto dum semelhante que comece pela mesma consoante, vide latim *semestris*, em vez de \**seminestris*, *nutrix* em vez de \**nutritrix*, *stipendium* em vez de \**stipēndium*, grego *ἡμεδῖνον* ao lado de *ἡμεδῖνον*, *ἀμφορεύς* ao lado de *ἀμφορεύς*, *κελαινευής* em vez de \**κελαινονευής*; neste caso estão também *tragikomisch* em vez de \**tragikomisch* e *Mineralogie* em vez de \**Mineralologie*.

Todos estes processos provêm contudo da mesma causa que tantas vezes motiva erros de linguagem (\*). É um facto conhecido que, ao falar, frequentemente se modifica a ordem das palavras, sílabas ou sons isolados tendo-se um elemento consciencializado demasiado cedo. Sabe-se ainda que é difícil pronunciar com correcção rapidamente uns a seguir aos outros sons semelhantes e contudo diferentes. É nesta observação que se baseia a brincadeira das habilidades de pronúncia como *Kutscher putzt den Postkutschkasten* e outras (\*). Da mesma forma é difícil pronunciar o mesmo elemento várias vezes quase sem interrupção em diferentes combinações, vide a habilidade *Fischers Fritz ist frische Fische*, *frische Fische ist Fischers Fritz* (\*). Não se pode portanto negar que há condições favoráveis a determinados enganos de linguagem, de forma que eles aparecem repetidamente em diferentes pessoas. Estes enganos podem então transformar-se na forma normal através da transmissão à nova geração. Poderia provar-se pela observação da linguagem infantil que essa nova geração, ao repetir o que ouve correctamente pronunciado, também realiza transformações numa direcção correspondente. Como exemplos de assimilação na linguagem infantil posso apresentar *Plampe* por *Lampe*,

(\*') (N. T.) Correspondente ao português «o rato roeu a rolha da garrafa da rainha Cristina...» e outros semelhantes.

*Plapper* por *Lapper*. Onde melhor se podem compreender os referidos processos é quando dizem respeito a palavras de origem estrangeira que possuem uma segurança de sons não corrente no idioma próprio. Nestes casos temos ainda uma percepção pouco exacta e uma fixação deficiente. Não se podem portanto diferenciar sempre bem estes fenómenos dos que tratamos no capítulo 22 sobre a designação de substituição de fonemas. Do mesmo modo, em muitos casos, precisamos de considerar se não estará em causa uma etimologia popular. Além das palavras de origem estrangeira, estes processos realizam-se frequentemente em nomes de lugares, por um lado provávelmente porque os nomes de lugares pequenos geralmente só se empregam adentro dum grupo restrito, onde inovações se impõem mais facilmente do que numa área mais extensa, por outro lado porque, nos nomes de lugares, a relação com os apelativos que lhes estão na origem é muito fraca ou desapareceu por completo, pelo que se não realiza a reconstrução por analogia com as antigas formas, (vide capítulo 10).

§ 46. Resta-nos agora esta questão importante e tão discutida: o que há a respeito da *consequência das leis fonéticas*? (2) Antes de mais nada temos de saber exactamente o que entendemos então por uma lei fonética. A palavra «lei» emprega-se em sentidos muito diversos, o que facilmente provoca confusão. A noção «lei fonética» não deve compreender-se no sentido que damos à lei na física ou na química, ou seja, no sentido que eu tinha em vista quando opus as ciências exactas às ciências históricas. A lei fonética não afirma o que deve repetir-se sempre sob determinadas condições gerais, mas verifica apenas a regularidade adentro dum grupo de determinados fenómenos históricos.

Na exposição de leis fonéticas partiu-se sempre duma comparação. Compararam-se o aspecto dum dialecto com o de um outro, um grau de evolução mais antigo com um mais recente. Também se deduziram leis fonéticas da comparação dos diferentes aspectos do mesmo dialecto e da mesma época. Desta natureza são as regras que costumamos adoptar também nas gramáticas práticas. Assim uma frase que transcrevo textualmente da gramática grega de Krüger: um *t* antes de outro passa regularmente a *σ*; exemplos: *ανωστῆναι* de *ανιτω*, *ἐπειστῆναι* de *ἐπειδῶ*, *πρωστῆναι* de *πρωσῶ*. Já no parágrafo 39 salientei que não nos devemos deixar convencer por regras destas de que as transições fonéticas em questão se realizam sempre que criamos uma forma a partir da outra. As referidas formas, que se encontram assim relacionadas uma com a outra, foram ambas recolhidas pela memória ou uma formou-se por analogia com a outra, sobre o que se trata no capítulo 5. Por conseguinte daqui para diante não designo esta relação de alteração fonética, mas sim de *alteração fonética*. A consequência fonética não é o mesmo que a alteração fonética, é apenas uma consequência desta. De acordo com isto, não devemos nunca aplicar o termo lei fonética à alteração fonética, mas

só à alteração fonética. É verdade que uma lei fonética se pode reflectir, através das influências deixadas, nos aspectos simultâneos duma língua, contudo como lei fonética não se refere nunca a estes, mas sempre só a uma evolução histórica consumada num período absolutamente determinado.

Por isso, quando falamos da acção consequente das leis fonéticas, isso só pode significar que, na alteração fonética adentro do mesmo dialecto, todos os casos isolados que apresentam as mesmas condições fonéticas são tratados da mesma maneira. Portanto, tendo uma vez existido um som idêntico, ele tem de manter-se sempre nos graus mais tardios da evolução, ou tendo sobrevivido um desdobramento em diversos sons, deve poder explicar-se por uma causa de natureza puramente fonética, como seja a influência de sons próximos, a entoação, a colocação das sílabas, etc., por que razão se produziu num caso este som, noutro caso aquele. Temos naturalmente, para isso, de tomar em consideração todos os momentos da produção dos sons. Sobreretudo não devemos estudar a palavra isoladamente, mas sim segundo a sua colocação na estrutura da frase. Só então podemos reconhecer que as alterações fonéticas são consequentes.

§ 47. Segundo as considerações precedentes não é difícil demonstrar que esta consequência se dá necessariamente, enquanto se tratar da alteração fonética propriamente dita, que se baseia numa modificação gradual do sentido mecânico; mais exactamente, as divergências desta consequência estão restritas a limites tão estreitos que a nossa capacidade de distinção já não chega.

Que a evolução é consequente em cada indivíduo deve ser evidente para todos os que reconhecem o domínio de leis gerais em tudo o que acontece. O sentido mecânico não se forma especialmente para cada palavra, mas, sempre que na fala voltam os mesmos elementos, a sua produção é regulada pelo mesmo sentido mecânico. Se por isso este se modificar pela pronúncia dum elemento em qualquer palavra, esta modificação será determinante para o mesmo elemento noutra palavra. Assim a pronúncia deste elemento nas diferentes palavras varia apenas tanto quanto a pronúncia da referida palavra dentro dos mesmos limites estreitos. Variações de pronúncia provocadas por um falar mais rápido ou mais lento, mais alto ou mais baixo, mais cuidado ou mais desleixado, atingirão sempre o mesmo elemento do mesmo modo, seja em que palavra for que ele surja, e têm de mover-se sempre a distâncias correspondentes do normal.

Enquanto se trata da evolução num só indivíduo, há sobretudo uma objecção que é sempre apresentada contra a consequência das leis fonéticas. Pretende-se que a consciência etimológica, a consideração das formas afins, impede a acção duma lei fonética. Quem afirma isto tem primeiro

de compreender que com isso a eficácia daquele factor que leva à alteração fonética não pode ser negada, que apenas se estabelece um outro factor de natureza absolutamente diversa, que reage contra aquele. Não é de forma alguma indiferente se partimos do princípio de que um factor umas vezes actua e outras não, ou se partimos do princípio de que ele é eficaz em todas as circunstâncias e a sua acção só é paralizada por um outro factor. Mas como se deve conceber a relação cronológica na acção destes factores? Actuam ambos ao mesmo tempo, de tal maneira que não sobrevenha qualquer modificação, ou actuam um depois do outro, de forma que a acção do último é sempre suprimida? O primeiro caso só seria imaginável se partíssemos do princípio de que aquele que fala sabia alguma coisa da modificação iminente e tentava de antemão proteger-se contra ela. Penso ter explicado suficientemente que este não pode ser de maneira nenhuma o caso. Mas se admitirmos que a acção do factor fonético se impõe, mas depois é de novo suprimida pelo outro factor, que nós adiante ainda caracterizaremos mais de perto como analogia, então admitimos também a consequência das leis fonéticas. Razoavelmente podemos ainda quando muito discutir se é regra que a analogia se imponha depois do aparecimento duma diferença muito pequena entre as formas etimologicamente relacionadas, ou se só costuma mostrar a sua eficácia quando a diferença é já bem grande. Em princípio não existe aqui diferença alguma. Que, de qualquer maneira, o último caso é muito frequente, vê-se manifestamente pela experiência de que falarei mais adiante. Mas também faz parte da natureza deste assunto que diferenças que ainda não são consideradas como tais também não prejudiquem o sentido da etimologia, e não sejam prejudicadas por ele<sup>(16)</sup>.

Igualmente temos de rebater a hipótese de que o facto de darmos importância à clareza e compreensibilidade duma forma impede uma modificação fonética. As vezes encontramos aspectos que parecem demonstrar a existência dessa atenção. Assim, por exemplo, no novo-alto-alemão conservou-se o *e* intermédio seguido de *t* e *d* nos pretéritos e participios fracos (*redete, rettete*), enquanto que nos outros casos ele caiu. Mas se voltarmos ao século XVI vemos que existem em todos os verbos formas duplas, por um lado *zeitete* ao lado de *zeitge*, por outro lado *redete* ao lado de *redete*. A alteração fonética realizou-se portanto sem tomar em conta a finalidade, e a sua maior finalidade só foi determinante para a conservação das formas.

§ 48. Por conseguinte a questão agora só pode ser se o convívio dos diferentes indivíduos uns com os outros pode dar ocasião a inconseqüências. Isso só seria possível se o indivíduo estivesse sob a influência simultânea de vários grupos de pessoas que tivessem passado a distinguir-se nitidamente umas das outras mediante diferentes evoluções fonéticas, e se ele então tivesse aprendido algumas palavras dum grupo, outras

palavras de outro. Mas isto pressupõe uma situação absolutamente excepcional. Normalmente não há diferenças destas dentro da comunidade em que cresce cada indivíduo, e com a qual está em relação muito mais íntima do que com o ambiente mais afastado. Não se podem desenvolver diferenças que possam ser consideradas como tais onde não haja, em consequência de causas históricas especiais, grupos que tenham sido separados do seu território habitual e misturados com outros; onde a população se modifica quando muito por emigrações e imigrações de produções reduzidas, mas no conjunto permanece constante. Mesmo que A pronuncie um som um pouco diferente de B num determinado sítio, a percepção tanto dum como do outro som funde-se com a imagem fonética que o ouvinte tem já na mente, e portanto só pode corresponder-lhe o mesmo sentido mecânico. É absolutamente impossível formar-se dois sentidos mecânicos no mesmo indivíduo para duas diferenças tão pequenas. E seria em regra impossível, ainda mesmo que os extremos limites que nos aparecem adentro duma pequena área de convívio fossem a única coisa existente. Mas também se o ouvinte pudesse compreender a diferença entre estes dois, a série de graus intermédios que ele ouve sempre simultaneamente tornar-lhe-ia impossível manter uma linha divisória. Portanto, mesmo que ele ouça uma palavra antes e mais frequentemente de pessoas que tendem para um extremo, e outra palavra antes e mais frequentemente de pessoas que tendem para o outro extremo, isso não poderá nunca para ele constituir motivo de, ao reproduzir as palavras, a produção dum som duma das palavras se guiar por um sentido mecânico diferente do da produção dum som na outra palavra, se o mesmo indivíduo colocar em ambos os sítios um som idêntico.

Dentro dum mesmo dialecto não se desenvolve portanto inconseqüência alguma. Estas resultam só duma mistura de dialectos, ou, como teremos de dizer mais exactamente, de se tirar uma palavra dum dialecto estranho. Em que extensão e sob que condições isto se passa, analisá-lo-emos mais tarde. Na exposição das leis fonéticas não temos naturalmente de tomar em conta inconseqüências aparentes.

As tentativas feitas para explicar a alteração fonética a partir de caprichos ou dum engano do ouvinte, quase nem são dignas de menção. Um engano de audição isolado não pode de maneira alguma ter consequências duráveis para a história da língua. Quando ouço uma palavra a alguém que fala o mesmo dialecto que eu ou um outro que me é inteiramente familiar, mesmo que não perceba claramente a palavra mas compreenda pelo sentido o que o outro quer dizer, então completo a respectiva palavra segundo a imagem de memória que tenho na mente. Se o contexto não for suficientemente explícito, completarei talvez uma palavra errada, ou não completarei nenhuma e contentar-me-ei com não compreender, ou perguntarei mais uma vez. Mas o que não posso conceber é pensar ter

ouvido uma palavra que soava diferentemente e deixá-la ocupar o lugar da palavra bem conhecida. Aliás a uma criança que nunca tenha ouvido determinada palavra poderá acontecer mais facilmente compreendê-la mal e depois repeti-la também erradamente. Mas também reproduzirá com frequência erradamente o que ouve bem, porque o seu sentido mecânico ainda não está devidamente desenvolvido. Tanto a sua recepção como a sua reprodução se rectificarão, se continuar sempre a ouvir essa palavra; se não, esquecê-la-á. De resto os erros de audição só se dão com certa regularidade entre pessoas que pertencem a diferentes dialectos ou diferentes línguas, e a forma na qual palavras estrangeiras são registadas depende de resto frequentemente disso, mas com certeza mais ainda da falta de sentido mecânico para os sons inexistentes no próprio dialecto.

Aqui abstrairmos das diferenças insignificantes entre cada indivíduo, das quais falámos acima, que certamente nunca deixam de existir mas que geralmente permanecem imperceptíveis. Mais fácil é notar um contraste entre uma geração mais velha e uma mais nova. Afirmou-se muitas vezes que este contraste, em muitos dialectos, é muito brusco. Mas tanto quanto a observação é exacta, parece-me tratar-se de novo dum caso de mistura de línguas. Em regra acontece que a nova geração se deixa influenciar mais fortemente pela escola e portanto se aproxima mais da linguagem escrita. Quem quiser defender a teoria de que uma forte diferenciação da nova geração em relação à velha geração pode resultar da evolução dialectal, só deve para isso alegar as divergências que não se baseiam numa aproximação da língua escrita.

§ 49. É verdade que ainda nos restam algumas espécies de mutações fonéticas para as quais não se pode demonstrar teoricamente que haja necessariamente uma realização consequente. Mas estas constituem uma parte relativamente pequena de todas as mutações fonéticas, e podemos delimitá-las exactamente. Assim, fazem parte delas por um lado os casos em que um som é imitado por meio duma articulação diferente, por outro lado as metáteses, assimilações e dissimilações de que tratámos no parágrafo 45. De resto também aqui existe de facto uma consequência perfeitá, assim nomeadamente na metátese de sons que se seguem imediatamente, e ainda por exemplo na dissimilação das aspiradas no grego (*κέρκυρα*, *πέρκυρα*) e das correspondentes em sânscrito e noutros idiomas.

§ 50. Não podemos resolver directamente, a partir do material linguístico existente, o problema de saber até que ponto as leis fonéticas devem ser consideradas sem excepção, porque há alterações da língua que, embora por natureza sejam completamente diferentes da alteração fonética, produzem contudo os mesmos resultados. Por isso a nossa pergunta está intimamente ligada com a segunda pergunta: Até que ponto se estende a eficácia destas outras mutações e como podemos distingui-las da alteração fonética? Sobre isto trataremos mais adiante.

(<sup>1</sup>) Confronte com este capítulo Kruszewski II, 260—8. III, 145-170. Discussões fundamentais pomenorizadas também em Noreen, *Värite Språk*, vol. 3, pag. 5 e seguintes.

(<sup>1</sup>) Vide a sua *Medizinische Psychologie* (1852) § 26, pag. 304; também *Mediaphysik* II, pag. 586 e seguintes. Vide também sobre o sentido mecânico G. E. Müller, *Zur Grundlegung der Psychophysik*, § 110.111 e A. Strümpell *Archiv für klinische Medizin* XXII pag. 321 e seguintes. Wundt emprega para isso o termo «inervação». Jespersen, na *Techners Zeitschrift* II, 206, propõe a designação «sentido orgânico», porque, diz ele, o sentido não corresponde apenas a um movimento, mas também a uma posição dos órgãos fonadores. Numa nota sobre o assunto Techner pode uma diferenciação entre «sentido de pressão» e «sentido interior de inervação».

(<sup>1</sup>) Vide S. Stricker, *Studien über die Sprachvorstellungen*, Viena 1880. B. Erdmann, *Archiv für systematische Philosophie*, II, 355 e seguintes. R. Dodge, *Die motorischen Wortvorstellungen*, Halle 1896. Gimneken, *Psychologische taalwetenschap*, I, 1 e seguintes.

(<sup>1</sup>) Wundt trata deste assunto, I, 473 e seguintes. Ele distingue três causas: meio ambiente natural, mistura de povos e raças, influência da cultura. Trataremos da segunda no capítulo décimo segundo. Meininger (*Indogermanische Forschungen* 16, 195, e *Neue freie Presse*, 21 de Janeiro de 1904) parece ser de opinião, se é que o compreendi bem, que se deve procurar a verdadeira causa das mutações fonéticas na vida emocional. Em todo o caso as emoções contribuem muito para as variações da pronúncia normal. Mas como elas mudam dentro de cada pessoa e são muito diferentes nos diferentes indivíduos, é de supor que geralmente as emoções opostas, impelindo em sentidos opostos, se neutralizam, e só excepcionalmente produzem uma influência durável sobre a língua normal. Se quisermos averiguar alguma coisa sobre as causas particulares duma mutação fonética, a primeira pergunta será necessariamente sempre esta: em que medida está a relação com outras transformações fonéticas e com o carácter fonético normal do mesmo dialecto? Sobre isto é possível obter vários resultados, e, para já, temos de contentar-nos com eles. De qualquer modo é preciso fazer primeiro esta investigação antes de nosarmos fazer qualquer nova suposição. Além disso tenho de insistir em que é motivado pela própria natureza da actividade linguística o facto de, com o tempo, não poderem deixar de existir transformações fonéticas, mesmo que estas se realizem numa maior ou menor extensão, com mais ou menos velocidade. Também tenho de rebater a opinião de que graus de transformação mais intensos têm de ser produzidos por revoluções radicais nas condições de vida do povo correspondente. Como prova preciso apenas de chamar a atenção para as transformações importantes sofridas pelos dialectos alemães, nomeadamente muitos dialectos do alto-aleman, durante os últimos séculos da Idade-Média, modificações essas que atingiram com mais intensidade precisamente as classes mais radicadas e além disso mais conservadoras da população. Ao contrário podemos dizer que o isolamento relativo de grupos bastante pequenos é um factor que fomenta as mutações fonéticas, precisamente porque falta a influência compensatória dum convívio mais amplo, a qual é inibitória, pelo menos na maioria dos casos.

(<sup>1</sup>) Wundt deve ter-se recordado mal da minha exposição acima apresentada, quando (Sprachgeschichte und Sprachpsychologie, pag. 59) declara que é uma opinião que principalmente eu faço valer que uma inovação no aspecto fonético começa sempre num só indivíduo e que a partir dele se vai alargando cada vez mais, enquanto que eu ponho expressamente como condição para a produção da mutação fonética normal a concordância duma quantidade preponderante de indivíduos na sua tendência. O que hei-de, ao fim e ao cabo, responder, quando as minhas opiniões gerais sobre a natureza das transformações linguísticas continuam a ser caracterizadas (pag. 62.3) pelas seguintes palavras: «esta ideia tão especialmente frisada por Hermann Paul, de que na língua só pode tornar-se usual o que originariamente foi individual, o que portanto partiu dum só indivíduo». Será inútilmente que se tentará encontrar no meu livro um pensamento que de longe se assemelhe a este. É verdade que sou de opinião de que cada modificação no campo linguístico não pode realizar-se senão em indivíduos isolados, e que para isso só uma parte dos mesmos precisa de agir espontaneamente, enquanto que a outra parte permanece receptiva; mas onde foi que afirmei que a espontaneidade e a actividade são sempre, ou mesmo apenas geralmente, pertença dum só? Pode ler-se o contrário em todo o meu livro. E, portanto, uma caricatura da minha opinião o que Wundt rebate, o que, neste caso, não lhe deve ser difícil. Aliás este não é caso único. Também doutras vezes as opiniões daqueles contra quem Wundt entra em polémica são mal compreendidas desde o princípio, e muitas vezes, das declarações dum único investigador, feitas talvez sem grande cuidado, ele tira conclusões sobre as opiniões dum grupo de investigadores, entre os quais ele conta aquele. Um papel importante representam aqui as caracterizações de tais grupos imaginários por meio dum dito não inteiramente justo. Um exemplo disto é a caracterização das antigas teorias da mutação semântica. Vide sobre o assunto Marty, Grundlegung, pag. 544 e seguintes.

(<sup>2</sup>) Vide Brugmann, Zum heutigen Stand der Sprachwissenschaft, pag. 50. Além disso, Kurze vergleichende Grammatik der indogermanischen Sprachen, pag. 39 e seguintes, 235 e seguintes. Delbrück, Die neueste Sprachforschung, pag. 18. Behrens, Über reziproke Metathese im Romanischen, Greifswald 1888. Nigra, Metathese, (Zeitschrift für romanische Philologie, 28, 1). H. Schröder, Beitrag zur Geschichte der deutschen Sprache und Literatur, 29, 355 e Zeitschrift für deutsche Philologie 37, 256. Bechtel, Über gegenseitige Assimilation und Dissimilation der beiden Zitterlaute, Göttingen 1876. Grammont, La dissimulation consonantique dans les langues indo-européennes et dans les langues romanes, Dijon 1895. Hoffmann—Krafer, Fernassimilation von r und l im Deutschen (Festschrift zur 49. Versammlung deutscher Philologen, Basel 1907, pag. 491 e seguintes). Edw. Schröder, Pfennig (Zeitschrift für deutsches Altertum 37, 124) e Blüchfeld (Nachricht der Gesellschaft der Wissenschaftler zu Göttingen, philolo.—histor. Kl. 1908, 15). Meringer e Mayer, Versprechen und Verlesen, Stuttgart 1895. Meringer, Aus dem Leben der Sprache, Versprechen, Kindersprache. Nachahmungstrieb. Berlin 1906. K. Brugmann, Das Wesen der lautlichen Dissimilationen (Abhandlung der sächsischen Geschichte d. W. 57, 139 178) Behagel, Geschichte der deutschen Sprache § 232 e seguintes.

(<sup>3</sup>) Onde parece existir uma metátese entre uma consoante sonora e uma vogal em sílaba não acentuada, devemos considerar este fenómeno como resultado duma evolução de outra espécie. Pode primeiro a vogal da sílaba ter desaparecido, pelo que o som consonântico sonoro se tornou soante, e daí pode então ter-se

desenvolvido uma nova vogal, agora noutra sílaba. É assim que devemos provavelmente explicar muitas metáteses aparentes das línguas românicas, por exemplo o francês dialectal *vous pernez* = *prenez*, francês *fromage de Jormaticum*; vide Behrens, loc. cit. — Assim também a partícula de negação *en*, do médio-alto-alemão, é explicável a partir do velho-alto-alemão *ni*. Uma evolução um pouco diferente, que leva também a uma metátese aparente, consiste em que, sem a queda duma vogal, resulte do som sonoro seguinte uma chamada vogal *-Surabhtéi* que se mantém, enquanto a vogal inicial cai. Um exemplo indubitável é o nosso *-brecht* em nomes de pessoas, em oposição ao gótico *beirhts* (brilhante); no velho-alto-alemão aparece ainda como palavra autónoma com a forma *berāht*, mas a seu lado temos por exemplo o nome próprio *Werinbrāht* (Ottfried), e temos de explicar a evolução da seguinte maneira: em *Werinberāht* deu-se primeiro uma mudança do acento secundário (*Werinberāht*) o que provoca a queda da vogal radical.

(<sup>4</sup>) Só aparentemente se podem contar entre estas muitas assimilações vocais, como por exemplo o Umlaut (metafonia) nas línguas germânicas. Estas são provocadas por uma modificação das consoantes intermédias, não se tratando portanto de assimilação remota.

(<sup>5</sup>) Do rico material reunido na obra já citada de Meringer e Mayer, pelo menos grande parte interessa para a nossa questão.

(<sup>6</sup>) Outros exemplos em Meringer e Mayer pag. 87.

(<sup>7</sup>) Vide L. Tobler, Über die Anwendung des Begriffs von Gesetzen auf die Sprache (Vierteljahrsschrift für wissenschaftl. Philosophie III, pag. 32 e seg.). Misteli, Lautgesetz und Analogie (Zeitschrift für Völkerpsychologie II, 365.12, 1). Wundt, Über den Begriff des Gesetzes, mit Rücksicht auf die Frage der Ausnahmslosigkeit der Lautgesetze (Philosophische Studien, III). Schuchart, Über die Lautgesetze. Gegen die Junggrammatiker, Berlin 1886. Jespersen, Zur Lautgesetzfrage (Teichner III, 188). E. Wechsler, Gibt es Lautgesetze, Halle, 1900 (também em Forschungen zur romanischen Philologie. Festgabe für H. Suchier [anexa muita bibliografia]). E. Herzog, Streitfragen zur romanischen Philologie, Erstes Bändchen: Die Lautgesetzfrage, Halle, 1904.

(<sup>8</sup>) A opinião de que uma afinidade etimológica pode impedir o aparecimento da alteração fonética é partilhada, entre outros, por H. Pipping, Zur Theorie der Analogiebildung (Mémoires de la société néophilologique à Helsingfors IV), Helsingfors 1906. Mas a dissertação não consegue de forma alguma provar a sua opinião sobre as chamadas «formações análogas conservadoras». Como pode o facto de ela ser condição necessária para hipóteses precárias do autor sobre problemas difíceis das condições fonéticas do antigo nórdico, servir de apoio a essa dissertação? Se quisermos decidir a questão pela experiência, então temos de limitar-nos a casos em que em consequência duma tradição abundante podemos seguir passo a passo e interpretar sem hesitação a evolução. Mas estes casos falam precisamente pela absoluta exactidão da opinião contrária, vide Cap. 10.

§ 51. Enquanto que na altera o fon tica se produz alguma coisa de diferente atrav s duma substitui o repetida, desaparecendo assim o que existia simultaneamente com o aparecimento do que vem de novo, na muta o sem ntica a conserva o do antigo n o   excluída pelo aparecimento do novo. Em regra, surge em primeiro lugar aquele ao lado deste, e se depois, com a continua o, como ali s acontece frequentemente, o  ltimo recuar perante o primeiro, isso   um segundo processo n o necessariamente resultante do primeiro.

Mas a muta o sem ntica comporta-se numa coisa exactamente como a altera o fon tica — produz-se por um desvio no emprego que cada um faz do usual, desvio esse que por sua vez se torna gradualmente usual. A possibilidade, devemos mesmo dizer a necessidade, da muta o sem ntica reside no facto de o significado que uma palavra tem de cada vez que   empregada n o precisar de coincidir com o que, em princ pio, lhe atribui o uso. Sendo de desejar que haja determinadas designa es para esta discrep ncia, vamos usar as express es *significa o usual* e *ocasional*. Assim, compreendemos por significa o usual todo o cont do ideol gico que se relaciona com uma palavra para os indiv duos duma entidade lingui tica, e por significa o ocasional aquele cont do ideol gico que a pessoa que fala relaciona com a palavra ao pronunc la, e que ela espera que tamb m o ouvinde relacione com a mesma palavra (2).

§ 52. A significa o ocasional   normalmente mais rica de cont do do que a usual, mas tem uma extens o mais limitada. Em primeiro lugar salientaremos que a palavra ocasionalmente pode designar algo de *concreto*, enquanto que usualmente s  designa coisas *abstratas*, uma no o geral, sob a qual podemos alojar diversas coisas concretas. Aqui e nas p ginas seguintes entendo por concreto sempre alguma coisa que



estabelecemos como existindo realmente, que está ligada a determinados limites de tempo e espaço; por abstracto entendo uma noção geral, puro conteúdo ideológico em si, livre de limitações de tempo e espaço. Mas esta diferenciação não tem nada que ver com a divisão em voga dos substantivos em concretos e abstractos. As designações de substâncias, a que se dá o nome de concretas, indicam no fundo uma noção precisamente tão geral como as chamadas abstractas, e ao contrário as últimas podem tornar-se concretas, no sentido que acabamos de lhe dar, ao serem empregadas ocasionalmente, quando exprimem uma única propriedade ou actividade determinada no tempo e no espaço.

A grande maioria das palavras pode ter, em emprego ocasional, um sentido tanto abstracto como concreto. Algumas há que, de acordo com a sua natureza, estão destinadas a designar algo de concreto, às quais, não obstante, não se associa ainda a referência a qualquer coisa concreta determinada, antes lhes tem que ser emprestada pelo emprego individual. Estão neste caso os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e os advérbios demonstrativos, e também palavras como *agora*, *hoje*, *ontem*. Um *eu*, um *este*, um *aqui* não servem, por natureza, senão para orientação no mundo concreto<sup>(3)</sup>, mas em si não têm um conteúdo determinado e é preciso que sobrevenham primeiro factores individualizantes para lhes emprestarem um tal conteúdo. Há ainda os nomes próprios. Estes designam na verdade um ser único, mas podendo o mesmo nome indicar diferentes pessoas ou lugares, resta ainda uma diferença entre significação ocasional e usual. Finalmente interessa-nos um pequeno número de palavras que exprimem algo considerado como só uma vez existente, como *Deus*, *Diabo*, *Mundo*, *Terra*, *Sol*. Estas são simultaneamente substantivos comuns e próprios mas só em certo sentido e empregadas sob um determinado ponto de vista não geral. Ao contrário há palavras que, de acordo com a sua natureza, só se referem ao geral e não ao concreto, como os advérbios e pronomes *je*, *irgend* (nunca, qualquer), médio-alto-alemão *iemān*, *dehein*; latim *quisquam*, *ullus*, *unquam*, *uspian*; mas também a sua generalidade sofre certas limitações no emprego ocasional; vide por exemplo, *wenn er es je getan hat* — *wenn er es je tun wird* (se ele alguma vez o fez — se ele jamais o fizer).

§ 53. Outra diferença importante entre significação usual e ocasional é a seguinte: a significação usual duma palavra pode ser *múltipla*, a significação ocasional é sempre uma só, excluindo os casos onde há uma ambiguidade voluntária, seja com o fim de enganar, seja por gracejo. É verdade que Steinthal, na *Zeitschrift für Völkerps.* I, 426, defendeu a opinião de que não há palavra absolutamente nenhuma com uma significação múltipla, mas isto, segundo creio, sem razão. Primeiro temos de incluir aqui todos os casos em que a concordância fonética, acompanhada de divergências de significação, é só uma resultante do acaso, como no

novo-alto-alemão *Acht* = *diligentia* — *proscriptio* — *octo* (\*<sup>1</sup>). Steinthal exclui naturalmente estes casos, partindo do princípio de que não se trata aqui da mesma palavra, mas de várias palavras. Mas existe uma identidade fonética, e aquele que ouve pronunciar um tal complexo de sons fora dum contexto não pode perceber qual dos vários sentidos a ele ligados o sujeito tem na mente. Portanto, atendo-nos aos factos reais sem acrescentarmos nada indevidamente, temos uma palavra a que usualmente competem várias significações. Mas em muitos casos em que existe uma identidade etimológica e não apenas fonética, temos de reconhecer igualmente uma pluralidade real de significações. Comparemos por exemplo o novo-alto-alemão *Fuchs* - vulpes — cavalo de cor fulva — pessoa ruiva — pessoa astuta — moeda de ouro — caioiro (estudante do primeiro semestral), *boc* hircus — boeia de coche — erro, *Futter* pabulum — cobertura ou forro, *Mal* nódoa — sinal — vez, *Messe* (missa) acto religioso — feira anual, *Ort* locus — ferramenta de sapateiro, *Stein lapis* — determinado peso — doença (cálculo), *Geschick* fatum — solertia, *geschickt* missus — *sollers*, *steuern* pilotar um navio — pagar impostos — pôr termo a; médio-alto-alemão *beizen* corroer — caçar com falcão — *erbetzen* desmontar do cavalo, *weide* salgueiro — caça — pesca — vez (*anderweide* — zum *zweiten Mal* — pela segunda vez) latim *examen* exame — exame. Steinthal quer reconhecer sempre como única a significação primitiva, negando a autonomia às que historicamente derivam daquela. Mas a sua opinião só é válida para a situação existente no momento em que a significação derivada nasce da primitiva. Esta situação não se mantém. Na maioria dos casos apresentados é absolutamente impossível, sem estudos históricos, reconhecer a relação originária entre as várias significações, e as mesmas comportam-se umas em relação às outras exactamente como se a identidade fonética fosse só casual. Este é nomeadamente o caso quando a significação primitiva desapareceu. Mas também em muitos dos casos em que se pode ainda reconhecer a relação entre a significação derivada e a primitiva, teremos de admitir a autonomia da primeira, sobretudo sempre que ela se tenha tornado realmente usual. Para isso existe um critério seguro: isto é, que uma palavra usada ocasionalmente no respectivo sentido derivado pode ser compreendida sem auxílio da significação primitiva, ou seja, sem que tanto o que fala como o que ouve cheguem a tomar consciência da significação primitiva. Podemos além disso apresentar dois critérios negativos, que nos permitem ver se uma palavra tem uma significação simples ou múltipla, a saber: primeiro, quando não é possível apresentar uma definição simples da palavra, que contenha toda a extensão da sua significação, nem mais nem menos; segundo quando a palavra não

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) Na tradução dos exemplos e sua explicação só dou o correspondente português do que se encontra em alemão no texto.

pode ser empregada ocasionalmente em toda a extensão do seu sentido. Demonstramos com os exemplos apresentados.

Mesmo quando a significação usual se pode considerar simples, a significação individual pode, sem se tornar concreta, desviar-se dela, desde que se aproxime só duma das diferentes formas contidas na noção geral. A palavra simples *Nadel*, (agulha), por exemplo, pode ser interpretada, conforme os casos, como alfinete, agulha, agulha de pontear, agulha de fazer malhas, agulha de crochê, etc. (4).

§ 54. Toda a compreensão entre indivíduos diferentes se baseia na concordância do seu comportamento psíquico (5). Para a compreensão da significação usual não é necessária maior concordância do que a existente entre os indivíduos pertencentes à mesma entidade linguística, desde que eles dominem já perfeitamente a língua. Mas quando a significação, em emprego ocasional, se particulariza e contido se pretende que ela seja compreendida, isso só pode acontecer existindo uma concordância ainda mais estreita entre os que falam. As mesmas palavras podem ser perfeitamente compreensíveis ou incompreensíveis, expostas aos respectivos equívocos, conforme a disposição do momento das pessoas com quem falamos e a natureza das outras condições, conforme estejam presentes ou não certos factores que concorrem para a compreensão. Estes factores em si não precisam de ser de natureza linguística. Temos de observá-los isoladamente.

§ 55. Para relacionar com algo de concreto palavras que têm em si uma significação abstracta, serve-nos a associação com as categorias de palavras designadas no parágrafo 52, cuja função é exprimir o concreto, sobretudo as precedidas de artigo, onde este exista. Entretanto precisamente o emprego do último evoluiu de tal maneira, que não se limita à função de individualizar, mas também precede o nome quando este exprime uma noção genérica. As línguas que não possuem um artigo empregam as palavras abstractas mesmo sem qualquer classificação linguística especial para designar coisas concretas.

Quer a referência ao concreto seja em princípio expressa ou não, para uma determinação mais exacta do mesmo temos de servir-nos doutros meios. Um deles é, primeiro, a *presença do objecto*, simultaneamente para o que fala e para o que ouve. O último percebe que o primeiro, com as palavras *árvore* ou *torre*, se refere a uma determinada *árvore* ou *torre* quando ambos estão em frente do respectivo objecto. Esta presença do objecto pode ser reforçada por sinais com os olhos ou com as mãos e por outros gestos. Assim podem também indicar-se objectos que os nossos sentidos não aprendem directamente, mas dos quais se sabe em que direcção se encontram.

Um outro meio pelo qual conhecemos se a palavra se refere a alguma coisa determinada e concreta é, na conversa ou na exposição individual

de quem fala, *aquilo que precede a palavra*. Se o sentido duma palavra foi uma vez concretamente determinado, esta determinação pode manter-se no decurso da conversa; a recordação do que anteriormente foi dito substitui a presença directa do objecto. Esta referência retrospectiva pode ser ainda apoiada por pronomes e advérbios demonstrativos. Com a transferência dos mesmos da contemplação do objecto, na qual originariamente foram exclusivamente empregados, para o que, no decurso, precede a palavra, adquirem-se um meio excelente para tornar compreensível ao ouvinte a individualização da significação pretendida pelo que fala.

Em terceiro lugar há que referir o poder especial que a ideia de algo de concreto pode ter de forma concordante na alma dos que conversam, mesmo sem a ajuda da presença do objecto e das referências anteriores. A concordância neste sentido é criada pelo lugar, época, posição e ocupações comuns, enfim, por variadíssimas vivências idênticas. Neste caso está o que geralmente chamamos o uso *κατ' ἔθος*. Assim a palavra *cidade*, sem qualquer designação mais exacta, é aplicada pelos camponeses de determinada região à cidade que lhes fica mais próxima; palavras como *câmara*, *mercado*, ditas pelos habitantes dum mesmo lugar, referem-se à câmara e ao mercado precisamente desse lugar; palavras como *cozinha*, *sala de jantar*, ditas pelos habitantes da mesma casa, referem-se à cozinha e sala de jantar da casa que habitam, etc. Assim entendemos por *domingo*, o domingo que nos está mais próximo, e então é só preciso indicar se se trata do futuro ou do passado, para se saber a que domingo nos referimos. Palavras que designam as relações entre duas pessoas são applicadas sem mais nada a pessoas que se encontram na referida situação em relação quer ao ouvinte, quer àquele que fala, e mesmo o singular é perfeitamente explícito logo que haja uma só pessoa nessas condições. Assim, entre imagens, a referência concreta das palavras *pai* e *mãe* é evidente, como entre patriotas a de *imperador*, *rei*, etc. Mesmo quando essa relação existe só unilateralmente, quer para o que fala, quer para o que ouve, a referência pode ser inteiramente clara, auxiliada por certos pormenores, de maneira que, por exemplo, o *pai* nos diz tanto como o *meu pai* ou o *teu*, o *vosso pai*. Se um objecto concreto foi anteriormente de qualquer forma significativo simultaneamente para o que fala e para o ouvinte, pode ser chamado à consciência pela palavra apropriada, sobretudo quando a recordação ainda está fresca, ou quando nos encontramos de novo numa situação semelhante àquela em que estávamos quando o objecto nos chamou a atenção. Por exemplo, dois amigos encontraram várias vezes, durante um passeio, uma senhora que até aí lhes era desconhecida e sobre a qual trocaram algumas palavras; e agora percorrem de novo o mesmo caminho: então a pergunta dum «encontraremos hoje outra vez a senhora?», será perfeitamente compreendida pelo outro.

Em quarto lugar, podemos servir-nos duma *determinação específica*.

Mas uma tal determinação em regra não produz por si o sentido concreto, só em colaboração com os já referidos factores. Eles têm de relacionar a palavra, a que se acrescenta a determinação, com um grupo de coisas concretas, das quais a determinação faz uma selecção mais ampla; ou têm de atribuir já à palavra determinante uma referência concreta. Ambas as coisas podem coincidir. Assim a palavra *conde* não recebe qualquer sentido concreto pelo epíteto *velho*. Mas se a situação já nos oferece uma referência a dada família de condés, a personagem é assim exactamente determinada. A palavra *palácio* só recebe um sentido concreto pelo epíteto *real* ou pelo genitivo *do rei*, quando a situação nos deu já uma referência concreta à palavra *rei*. Mas a designação *o palácio do rei* só é clara quando se pode pressupor que existe um único palácio do respectivo rei, ou quando a situação oferece qualquer outro sinal individualizante: quando, por exemplo, já nos chamaram a atenção para um determinado lugar onde devemos considerar situado o palácio em questão.

Finalmente o sentido concreto transfere-se a uma palavra para outra relacionada com ela. Em frases como *Carlos despiu o casaco*, *eu toquei-lhe com a mão*, *agarré-o pela cabeça*, *bateste-me no ombro*, as palavras *casaco* e *mão* recebem uma referência concreta através do sujeito, a palavra *cabeça* através do complemento directo, *ombro* através do dativo *me*.

Do mesmo modo que os substantivos comuns recebem uma determinada referência concreta, tornam-se inequívocos *nomes próprios* que indicam indivíduos diferentes. Simplesmente o nome *Carlos* sem mais chega quando aquele a quem nos referimos se encontra na nossa frente, ou quando acabamos de falar dele, mesmo sem ser dentro duma família: ou dum círculo de conhecidos a que este Carlos, e só ele, pertence. Se não determinarmos-lo mais exactamente, por exemplo, *o rei Carlos VI da França*. Assim também o nome dum lugar, que aparece em diversas regiões, chega sem mais nada para os arredores e até mesmo para regiões mais distantes quando o lugar a que nos referimos é de longe o mais importante entre os de igual nome (por exemplo *Estrasburgo*); se não, usamos uma determinação mais exacta.

§ 56. Os mesmos elementos pelos quais uma palavra recebe uma referência concreta servem também a *especificação da significação*. Não havendo concorrência de circunstâncias especiais, quando ouvimos uma palavra, pensamos primeiro na mais vulgar das suas diferentes significações ou na sua significação primitiva. Ambas coincidem frequentemente. Mas quando há várias significações quase igualmente frequentes, tomaremos primeiro consciência, de acordo com uma lei psicológica geral, da significação primitiva. Isto dá-se muitas vezes mesmo quando uma significação derivada é mais comum. Mas as coisas tomam outro aspecto mal na mente do ouvinte são excitados certos conjuntos de idéias já antes da palavra ser dita, ou simultaneamente com

ela, conjuntos esses que têm uma maior afinidade com uma significação derivada ou mais rara. É muito diferente se ouço a palavra *Blatt* (folha) durante um passeio pela floresta ou numa loja de objectos de arte, onde vejo gravuras ou fotografias, ou num café onde se fala de jornais; assim também se ouço a palavra *Band* (fita, arco, tomo) numa retrospectiva, ou numa tanoaria, ou numa biblioteca. Quando um carpinteiro, um caçador, um médico ou outras pessoas das mais diversas profissões conversam umas com as outras, têm a tendência para interpretar todas as palavras segundo o aspecto que mais se aproxima do seu officio. De grande importância é o contexto em que uma palavra aparece. Através dele podem limitar-se a uma só as diferentes possibilidades de interpretação duma palavra. Vejamos *ein schwarzes Mal* (um sinal preto) — *ein zweites Mal* (uma segunda vez) — *ein reichliches Mahl* (uma refeição abundante), *ein woblgemeinter Rat* (um conselho bem intencionado) — *ein neu ernannter Rat* (um conselheiro nomeado de novo); *Gericht der Geschworenen* (tribunal de jurados) — *Gericht Fische* (prato de peixe), *Fuss des Tisches* (pé da mesa) — *des Berges* (sopé da montanha); etc.; *Zunge* (\*1) *der Wage* (fiel da balança); *Sturm auf der Nordsee* (tempestade no mar do Norte) — *Sturm auf eine Festung* (assalto a uma fortaleza) — *Sturm in meinem Herzen* (tumulto no meu coração); *ein Ball zu dem hundert Personen geladen sind* (um baile para o qual estão convidadas cem pessoas (\*2)); *ein Kränzchen*, (\*3) *welches sich wöchentlich versammelt* (uma reunião de senhoras que se realiza todas as semanas); *Land und Leute* (país e gente) — *Wasser und Land* (água e terra) — *Stadt und Land* (cidade e província), *Feder und Tinte* (pena e tinta) *ein Fuchs und ein Schimmel* (um cavalo fulvo e um cavalo branco) *er reitet einen Fuchs* (monta um alazão) (\*4), *er schraubt den Hahn* (ele abre a torneira) (\*5), *er spielt den König aus* (ele joga o rei), *es kostet zwei Kronen* (custa duas coroas), *der Zug setzt sich in Bewegung* (o comboio põe-se em andamento) — *es kommt ein unangenehmer Zug durch das Fenster* (entra uma corrente de ar desagradável pela janela); *eine helle Stimme* (uma voz clara) — *beller Sonnenschein* (brilho claro do sol), *reine Wäsche* (roupa limpa) — *reines Herz* (coração puro); *Fritz ist ein Esel* (Fritz é um burro); *der Mann geht* (o homem anda) — *die Mühle geht* (o moinho trabalha) — *es geht ihm gut* (ele está bem) — *das geht nicht* (isso não pode ser), *Karl steht auf einem Beine* (Carlos está apoiado numa perna) — *es steht in der Zeitung* (vem no jornal) —

(\*1) (N. T.) *Zunge* — também língua.

(\*2) (N. T.) *Ball* — também bola.

(\*3) (N. T.) *Kränzchen* — também pequena grinalda.

(\*4) (N. T.) *Fuchs* — também raposa.

(\*5) (N. T.) *Hahn* — também galo.

*die Uhr steht* (o relógio está parado) — *es steht dir frei* (és livre de), etc.

§ 57. Nos casos até agora referidos, a diferença entre a significação ocasional e a usual consistia em a primeira conter em si os elementos da última, mas ao mesmo tempo qualquer coisa mais. Mas há também um caso em que a *significação ocasional contém todos os elementos da usual*, podendo contudo conter ao mesmo tempo algo que não se encontra na última. A condição fundamental geral para poder usar assim parcialmente a significação usual duma palavra é o facto desta, na grande maioria dos casos, se compor de vários elementos que se podem separar uns dos outros. Toda e qualquer ideia duma substância contém necessariamente a ideia de várias propriedades. Mas também muitas ideias de propriedades e actividades, que podemos designar com uma só palavra, são compostas. Por exemplo, os nomes das cores (naturalmente do ponto de vista psicológico) designam qualidades simplíssimas: azul, vermelho, amarelo, branco, preto. E mesmo estas é possível serem empregadas para qualidades às quais, segundo a sua verdadeira significação, não são absolutamente adequadas. É que, como cada cor se pode misturar a qualquer outra em qualquer proporção, há um número infinito de cambiantes, sendo impossível dar a cada uma a sua designação especial. E daí resulta que, ao designá-las, não tomamos em consideração certos graus mínimos, de maneira que o limite dentro do qual podemos usar o nome duma cor é incerto e variável. Uma margem muito maior para um emprego não adequado oferecem-nos as palavras cuja significação é um complexo de ideias.

Está neste caso tudo o que designamos por *expressão metafórica*. Costumamos dizer que na comparação existe, além dos dois objectos comparados entre si, um tertium comparationis. Contudo este tertium não é algo de novo que fosse acrescentado, mas a parte, comum aos dois, do conteúdo de ambos os complexos de ideias que se compararam. Se dissermos duma pessoa *ele parece-se com um porco* ou *pode comparar-se a um porco*, isto não é uma identificação, como uma comparação matemática, mas significa apenas que uma das propriedades características de que se compõe a noção *porco* está contida na ideia que fazemos desta pessoa, isto é, geralmente a sujidade. Podemos por isso dizer mais exactamente, exprimindo o tertium: *é sujo como um porco*. Por outro lado podemos dizer ainda mais simplesmente *ele é porco* (*schweinsisch*), não designando então o adjectivo todo o conteúdo das propriedades dum porco, mas só uma selecção delas, e finalmente fica, como o mais simples, *ele é um porco*.

§ 58. Há ainda outra possibilidade de uma palavra ultrapassar os limites da sua significação real, de novo naturalmente primeiro só ocasional. Essa possibilidade consiste em que qualquer coisa que, segundo

a experiência geral, *está ligada no espaço, no tempo ou na causa* à significação usual, é compreendida juntamente com a palavra ou então exclusivamente pela mesma. Neste caso está a conhecida figura da estilística latina, *paris pro toto*, assim como outros fenómenos de que trataremos a seguir.

§ 59. De cada vez que a palavra ultrapassa os limites da sua significação usual tem de juntar-se ainda a isso um elemento determinante, se queremos comprehender correctamente a referência. Um elemento desses é aqui ainda mais necessário do que no caso do parágrafo 56, onde só se trata de reconhecer qual de várias significações já usuais se pretende exprimir. Nunca somos levados a comprehender uma palavra num sentido que não contenha todos os elementos da significação usual enquanto não houver alguma coisa que nos indique que isso é impossível, e para uma comprehensão real do sentido verdadeiro esta indicação deve dar aos nossos pensamentos uma direcção positiva. No provérbio «auto-elogio fede, elogio de amigo coxeia», não comprehenderíamos os predicados em sentido metafórico se fossem em si comparáveis com os sujeitos. O mesmo se dá com combinações como o *fogo da paixão*, a *sede de vingança*, um *cumprimento frito*. Quando Schiller escreve «em Aachen residia o poder sagrado do rei Rodolfo» (\* 1), ou Wolfram von Eschenbach «*der nâch sîn swalbei verre spranc*», reconhecemos nos predicados que os sujeitos pretendem ser peifrases para as pessoas.

§ 60. A diferença entre significação usual e ocasional é especialmente sensível ao traduzirmos de uma língua (ou fase de desenvolvimento de uma língua) para outra. O fim que se tem então em vista é encontrar uma correspondência quanto possível perfeita para a significação ocasional das palavras e sua associação. Por outro lado não se pode evitar que a relação entre a significação ocasional das respectivas palavras e o seu sentido usual seja muitas vezes muito diferente nas duas línguas. Quando, por exemplo, traduzimos a palavra latina *altus* ora por *hoch* (alto), ora por *tief* (profundo), em alemão coincidem as significações usual e ocasional, enquanto que em latim só se opõe uma limitação ocasional à significação usual, segundo a qual a palavra se refere à toda e qualquer extensão em sentido vertical. O mesmo se passa quando traduzimos a palavra latina *hospes* ora por *Wirt* (hospedeiro), ora por *Gast* (hóspede), ou quando substituímos a palavra do médio-alto-alemão *vann*, que exprime toda a espécie de movimento, por *fâhren* (andar de carro, combóio, etc.), *reihen* (andar a cavalo), *gehen* (andar a pé), ou outros verbos.

§ 61. Em todos os desvios da significação ocasional em relação à

(\* 1) (N. T.) «Zu Aachen sass König Rudolfs heilige Macht».

usual há um começo de mutação semântica. Mas começam a repetir-se com uma certa regularidade. O individual e momentâneo tornam-se gradualmente geral e usual. A linha divisória entre aquilo que pertence à significação puramente ocasional e o que pertence também à significação usual não é fixa. No indivíduo uma significação ocasional começa a tornar-se usual quando o emprego ou a compreensão da mesma são influenciados pela recordação dum emprego ou compreensão anteriores; esta transição completa-se quando for só essa recordação a actuar, quando emprego e compreensão se realizam sem qualquer relação com a outra significação usual da palavra. Entre estes dois pontos é possível uma graduação variadíssima. Adentro das comunidades mais estreitas ou mais vastas os indivíduos podem então encontrar-se em diferentes graus do processo de transição. Mas não seria de forma alguma possível que o processo se realizasse num indivíduo, sem que os indivíduos com quem convive fossem afectados por ele. Porque precisamente faz parte da natureza deste processo que ele nasce dum emprego repetido e regular da significação originariamente só ocasional, e a esta tem de corresponder a compreensão de pelo menos uma parte da comunidade, e essa compreensão, por sua vez, é para a comunidade pelo menos um começo do processo. Mas também não será fácil que o processo se realize perfeitamente num só indivíduo, se a influência que ele exerce sobre os outros componentes da comunidade não for devolvida por eles. Uma tal devolução far-se-á sentir mais facilmente onde não há só uma influência exterior, mas uma tendência interior espontânea para o referido emprego ocasional da palavra, tendência que resulta naturalmente da concordância existente entre os indivíduos no que respeita às suas relações.

Mas especialmente eficaz para a transformação dum significação ocasional numa usual é a primeira significação que se transmite à nova geração. A aprendizagem da significação das palavras (\*) não se faz em geral com a ajuda dum definição, através da qual a significação usual seria fixada segundo o seu conteúdo e extensão. Uma tal definição só é possível num grau já bastante evoluído do conhecimento da língua, e mesmo aqui é uma excepção. A criança só aprende modos de emprego ocasionais da palavra, e a princípio mesmo só relações da mesma com alguma coisa concreta que lhe é dada pela observação. Nem por isso deixa de generalizar imediatamente esta relação, uma vez que chegue a compreendê-la. Isto é muito natural. A relação com alguma coisa concreta isolada não pode de maneira nenhuma ser fixada. Porque na imagem da memória deixada por ela não há nada por que se possa reconhecer, durante uma segunda observação, a identidade ou não identidade com o que primeiro se observou. O conhecimento exacto disto baseia-se sempre primeiro numa cadeia de conclusões e muito frequentemente não chega sequer a adquirir-se. Para a consciência ingénua basta a concordância do conteúdo das

ideias para fazer a identificação, quer exista ou não uma identidade real. Basta também uma concordância parcial, por vezes mesmo muito deficiente, enquanto a imagem da memória for ainda muito indefinida e confusa. Deve tomar-se ainda em consideração que a atenção da criança se dirige primeiro para determinados aspectos do objecto ou acontecimento, aquêles que se relacionam com os seus sentimentos e aspirações, e que portanto a recordação se limita a estes. Assim se forma desde o início da aprendizagem da língua o hábito de designar com a mesma palavra não só um, mas vários objectos ou sucessos, e não só objectos e sucessos iguais, mas também de qualquer modo semelhantes, e este hábito mantém-se, mesmo quando mais tarde se vêem diferenças que a princípio não foram notadas, porque continua a ser apoiado pelo exemplo dos adultos. Mas a princípio não pode haver uma ideia clara sobre o conteúdo e extensão da significação dum palavra. A criança faz uma porção de erros ao aliar à palavra uma noção ora demasiado rica. ora demasiado pobre, e ao conferir-lhe, de acordo com isso, um emprego quer demasiado estreito, quer demasiado lato. O último caso é o mais frequente, e tanto mais frequente quanto mais pobre for ainda o vocabulário de que a criança dispõe. Assim, uma criança pequena inclui a ideia de sofá na palavra cadeira, a de guarda-chuva na palavra pau, a de touca e outras coberturas da cabeça em chapéu. Uma outra causa de compreensão inexacta da significação é o facto de os objectos designados serem muitas vezes parte dum todo maior, ou de, ao serem observados, não poderem separar-se de outros objectos. Aqui a criança fica muitas vezes indecisa, como delimitar no todo que contempla o aspecto que a palavra designa. Estabelecerá limites mais estreitos ou mais largos do que o uso exige, deixando ao mesmo tempo de fora alguma coisa que devia incluir, ou incluindo indevidamente outras coisas. De resto, a aprendizagem de novas palavras e de novos modos de emprego das palavras conhecidas não se limita à primeira infância. O adulto tem sempre ainda a aprender expressões menos frequentes, as quais designam conjuntos de ideias mais complexos e que requerem um grau de cultura mais elevado ou conhecimentos específicos; e mesmo que os aprenda só por causa do seu emprego ocasional, está tão sujeito a erros como a criança. Estas inexactidões na compreensão da significação usual, tomadas isoladamente, não têm importância, e todas são, em regra, corrigidas com o tempo. Contudo não se pode evitar que, esporadicamente, a colaboração dum grande número de indivíduos no mesmo erro de compreensão deixe vestígios permanentes. Temos portanto de reconhecer um tipo de mutação semântica que consiste na substituição, por parte da nova geração, da significação usual por uma significação que só em parte concorda com a primeira. Mas teremos de limitar o campo deste tipo de mutação às noções mais raras e difíceis de determinar, visto que nos

outros casos não pode deixar de haver uma correção gradual segundo o uso vigente.

Normalmente o impulso para a mudança de significação parte da geração mais velha, que já domina perfeitamente o uso, mas a nova geração desempenha papel importante na continuação da evolução, agnando desde o princípio os diferentes modos de emprego duma palavra duma maneira um pouco diversa do que o fazia a geração anterior. Cada modo de emprego, visto ser primeiro compreendido num caso isolado, pode ser aprendido por si, sem tomar os restantes em consideração, o que lhe permite manter uma autonomia maior do que a que tinha na mente da geração mais velha. Para que a significação derivada se torne autónoma em relação à significação primitiva, temos de tomar especial-mente em linha de conta que a última não raramente é aprendida antes da primeira. Assim poderá suceder facilmente que uma criança ouça designar com a palavra *рапота* (\*1) primeiro um cavalo ou com a palavra *cameló* primeiro uma pessoa simpática. Então, desde o princípio, a significação primitiva não servirá de medianeira. Enquanto um indivíduo não domina inteiramente o uso, pode muitas vezes não distinguir também se um modo de emprego que lhe aparece é já usual ou puramente ocasional, e pode por isso empregar a significação ocasional com tanto à vontade como a usual, quando aquela se lhe gravou profundamente na memória em consequência de circunstâncias favoráveis.

Na grande maioria dos casos, portanto, a alteração da significação usual resulta das modificações no emprego ocasional, sem que seja precisa uma modificação intencional do uso. Contudo não é impossível que haja indivíduos isolados que tenham, conscientemente, ligar um determinado sentido a uma palavra, e que estas tentativas tenham por vezes bom resultado. Esta intervenção consciente desempenha um papel especial na formação da terminologia na indústria, artes e ciências (vide parágrafo 16).

§ 62. Do que acabamos de expor vemos que as modificações da significação usual têm de corresponder às diferentes possibilidades das modificações ocasionais (\*). O primeiro tipo principal é, portanto, a *especialização da significação* mediante a restrição da extensão e o enriquecimento do conteúdo. A palavra *Schirm* (\*2) pode servir de exemplo elucidativo para a diferença entre a especialização usual e a puramente ocasional. Podemos usar a palavra para todos os objectos providos de uma pala. No emprego ocasional pode tratar-se dum guarda-fogo, dum quebra-luz, viseira, guarda-chuva, guarda-sol, etc. Mas enquanto é preciso uma situação determinada para interpretarmos a palavra

(\*1) (N. T.) Ver pág. 89.

(\*2) (N. T.) *Schirm* — pala.

no sentido de guarda-fogo ou quebra-luz, compreendêmo-la espontaneamente no sentido de guarda-chuva ou guarda-sol e então já não pensamos tanto na função geral de *pala* como num objecto de determinada forma e construção. Temos portanto de reconhecer que esta significação se separou, tornando-se própria e autónoma, da significação geral, sendo indiferente se se pode ou não subordinar ainda logicamente a esta. Pois esta subordinação lógica só é possível se abstrairmos de factores que são, para a significação, pelo menos tão essenciais como aquilo que consideramos isoladamente. Outros exemplos são: *Frucht* (fruto) no uso do alemão do Sul = «Getreide» (cereal), *Frucht* (frutos) em ementas = «frutas»; *Kraut* (erva) em alemão-do sul especialmente «couve»; *Korn* (cereal) que, por um lado, é a designação geral para cereais, por outro a designação especial para os cereais mais usuais, sobretudo os que se usam no fabrico do pão, na Alemanha do Norte para centeio, nalgumas regiões para espelta ou trigo ou aveia. Um tipo que nos interessa aqui é o emprego de nomes de materiais para produtos desse mesmo material, vide *Glas* (vidro — copo), *Feder* (pena — pena de escrever), *Gold* (ouro) — *Silber* (prata) — *Kupfer* (cobre) — *Papier* (papel) — (como espécies de dinheiro), etc. O lexicógrafo deve esforçar-se, ao enumerar os empregos especiais duma palavra, por distinguir aqueles que se tornaram usuais daqueles que são puramente ocasionais, distinguindo esta que normalmente não se faz.

Os exemplos apresentados mostram que a significação mais antiga e mais geral pode subsistir intacta ao lado da mais recente e mais especial. Noutros casos, a primeira desapareceu. A palavra alemã *Fass* (barril) designou a princípio todas as espécies de recipientes (vide ainda hoje palavras compostas como *Salzfass* — saleiro, *Tintenfass* — tinteiro, etc.); *Miete* (alguet) significava originariamente «recompensa», «pagar»; *List* (manha) significa ainda em médio-alto-alemão «esperteza», sem qualquer sentido pejorativo, *Reue* (remorso) significa «sofrimento moral» duma maneira geral, *Hochzeit* (casamento) = «festividades», *Brunnen* (poço) era originariamente «fonte», sem que fosse necessária uma guarnição artificial (vide ainda *Sauerbrunnen* — água mineral gasosa, etc.); *Leber* (fígado) significava originariamente «alguma coisa emprestada» duma maneira geral (vide *Darlehen* — dinheiro pago adiantado); *generen* (convalescer) era a princípio «permanecer vivo», «salvar a vida»; por exemplo também numa batalha, numa crise de fome; *nahrung* (alimentar) era propriamente o que estava na origem do anterior e significava portanto originariamente «manter com vida», por exemplo também com respeito à actividade do médico ou à viseira numa batalha.

A especialização da significação aparece nomeadamente na linguagem das diferentes classes sociais e profissionais, sendo certas noções próprias de cada uma delas. Um dos meios mais usuais para a formação de termos

técnicos é simplesmente atribuir um sentido mais determinado a certas palavras e expressões da linguagem corrente. Algumas destas transmitem-se então, com o sentido mais limitado aceite primeiro na linguagem de certa classe, à linguagem geral, onde então a significação mais antiga e mais lata em parte ainda subsiste, em parte pode ter já desaparecido. Vide por exemplo *Druck* (pressão), mais exactamente *Buchdruck* (impressão); *Stich* (picada), mais exactamente *Kupferstich* (gravura em cobre); anglosaxão *writan* (= novo-alto-alemão *reissen* = tirar, arrancar) no sentido de «escrever»; *gerben* (curtir) = médio-alto-alemão *gerwen* com o sentido geral de «aprontar, terminar», (de *gar* — pronto, bem cozido); o grego ὄπλα e o latim *arma*, originariamente com o sentido geral de «aparelho». Podemos avaliar da importância que as diferentes profissões têm para toda a vida dum povo, pelo número de especializações que introduziram na linguagem geral.

Da transformação da significação ocasional concreta de certas palavras em significação usual nascem os nomes próprios. Todos os nomes de pessoas e lugares resultaram primeiro de substantivos comuns, e o ponto de partida para isso é dado pelo uso *κατ' ἑξοχὴν*. Podemos seguir claramente este processo em muitos nomes de lugares. Neste sentido, são elucidativas designações gerais que se repetem em todo o lado, como *Aue* (campina), *Berg* (monte), *Brühl* (lugar húmido), *Brunn* (fonte), *Burg* (castelo), *Hof* (côrte), *Kappel* (capela), *Gmünd* (foz), *Münster* (mosteiro), *Ried* (cana), *Stein* (pedra), *Weiler* (aldeia), *Zell* (célula), *Altstadt* (cidade antiga), *Neustadt* (cidade nova — Villeneuve, Newtown), *Neuburg* (castelo novo — Neuchâtel, Newcastle), *Hochburg* (castelo alto), *Neukirch* (igreja nova), *Mühlberg* (monte do moinho), etc. Nomes destes, originariamente, só eram usados pelos habitantes dos arredores dos ditos lugares, a quem bastavam para os diferenciar doutros lugares próximos. Tornaram-se indubitavelmente nomes próprios no momento em que foram adoptados, com este mesmo sentido concreto, por pessoas que moravam longe, ou quando, com o aparecimento de novos factores isoladores, foram separados mais rigorosamente das designações comuns que originariamente lhes eram idénticas. A par destes há naturalmente uma extensa categoria de nomes de lugares que desde o princípio têm muito da natureza dos verdadeiros nomes próprios, porque derivam ou são determinados por nomes de pessoas.

Na especialização podemos também incluir um processo que geralmente não é considerado mutação semântica, nomeadamente que, àquilo que em regra se considera exclusivamente como a significação da palavra, se alia um certo modo de sentir que faz com que essa palavra só possa ser usada numa linguagem ou elevada ou vulgar, só neste ou naquele género de estilo. Vejamos por exemplo palavras como: *Weib* (mulher), *Pfaffe* (beato — padre), *Mähre* (pileca), *Mahl* (refeição), *Gemahl*

(esposo), *Gatte* (marido), *Lenz* (primavera), (\*<sup>1</sup>) *Maid* (donzela). Nestas palavras podemos demonstrar historicamente que o sentimento hoje ligado a elas se baseia só em associações de ideias que se lhes foram aliando dentro de determinadas esferas do uso (\*<sup>2</sup>).

§ 63. Há também uma forma de especialização que começa mal a palavra é usada. Encontra-se em palavras que podem ser derivadas à-vontade, segundo as leis de formação da língua, de outras palavras usuais, mas que depois só são realmente usadas quando uma necessidade especial obriga a isso. Estas palavras muitas vezes só podem, desde o princípio, ser encontradas numa relação com a palavra primitiva, mais especializada do que seria de esperar duma palavra derivada. As palavras em — *er*, m. a. a. *cere*, derivadas de substantivos, designam em si uma pessoa que, de qualquer forma, se relaciona com a significação da palavra primitiva, mas nestas palavras surgem-nos as mais diversas especializações. O médio-alto-alemão *erboere* de *abte* (Acht, Verfolgung — proscricção, perseguição), tanto pode significar Verfolger (perseguidor) como Verfolger (perseguido); em todo o caso no emprego individual não se podem nunca, de qualquer maneira, compreender as duas coisas ao mesmo tempo. Por *Schüler* (aluno) podia em princípio compreender-se também *Schulmeister* (mestre-escola), mas não há vestígios de jamais ter sido empregada noutro sentido que não seja o do novo alio alemão. Assim também *Schreiner* (marceneiro) só se emprega para o fabricante de armários (Schreinen), *Schäfer* (pastor) só para o guardador de ovelhas (Schafen), *Bürger* (burguês, cidadão) só para o habitante dum castelo (Burg) ou duma cidade, *Falkner* (falcoeiro) só para aquele que caça com falcões (Falken): *Vogel* (passarinheiro) é passarinheiro (Vogelsteller) e além disso negociante de galinhas. Palavras latinas como *praetor*, *tribunus*, quase não eram usadas antes de serem empregadas como designações de certos funcionários. O mesmo se dá com verbos como *bechern* (beber muito), *buttern* (fazer manteiga), *baaren* (pelar), *hausen* (morar), *herzen* (acariciar), *kernen* (descaroçar), *karren* (acatretar), *köpfen* (decapitar), *maern* (fazer obra de pedreiro), *stunden* (adiar), *tafeln* (jantar), etc. Em muitas palavras é-nos impossível determinar se foram primeiro empregadas num sentido mais geral ou não. Também muitas palavras compostas só passaram a ser usadas depois de, coagidos pela necessidade, lhes termos aliado um sentido mais especializado do que o que lhes era conferido pelos elementos de composição em si, vide *Eisenbahn* (caminho de ferro), *Pferdebahn* (carro americano), *Drahtbericht* (informação telegráfica), *Fernsprecher* (telefone), *Radfaber* (ciclista), *Zweirad* (bicicleta), *Standesamt* (registro civil), etc. (\*<sup>3</sup>). A criação destas palavras derivadas e compostas com uma significação especial é o meio mais cómodo e mais

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) *Lenz* — estilo poético.

(\*<sup>2</sup>) (N. T.) *Pferd* = cavalo — *Bahn* = caminho; *Draht* = fio — *Bericht*

frequentemente usado para satisfazer a necessidade de designação de conceitos novos. Neste campo também a intenção consciente desempenha um papel não pouco importante; talvez mais importante do que o desempenhado em qualquer outro sector da evolução da língua. A etimologia ensina-nos que mesmo nas épocas mais antigas a designação de objectos se fez muitas vezes segundo determinadas características, as quais, no fundo, não os exprimem em toda a sua totalidade. Contudo não é justo concluir que todas as designações de substâncias devam ter nascido por este processo.

§ 64. Um segundo tipo principal de mutação semântica, oposto ao primeiro, é a *limitação a uma parte do conteúdo ideológico*, o que portanto condiciona um alargamento da extensão da significação. Este processo pode ter o seu ponto de partida em casos em que a respectiva palavra, embora se possa empregar ainda segundo todos os seus elementos, no sentido antigo, tem contudo, para o que fala e para o que ouve, só uma parte relevante, sendo a outra irrelevante. Como exemplo tomemos a palavra *fertig* (pronto). Significa na realidade, como mostra a etimologia, «preparado para um tracto de carro (também a cavallo ou a pé)», «preparado para uma viagem». Quando, por exemplo, uma pessoa convidada por outra para um passeio a pé responde «*rich werde mich sogleich fertig machen*» (vou-me já apressar) podíamos tomar a palavra no fundo ainda no seu sentido primitivo. No entanto, já na época em que este sentido estava ainda vivo, a referência ao final dos preparativos tinha de entrar em primeiro plano, enquanto que a ideia do passeio a realizar ficava em segundo plano, como algo de já dado e evidente. Tomando-se então claramente consciência só do primeiro elemento, pôde citar-se a impressão de que ele constituía toda a significação. Pôde assim chegar-se a aplicar *fertig* também à conclusão dos preparativos para outras coisas que não um passeio (no sentido do médio-alto-alemão). A expressão do médio-alto-alemão *nihir ein bröt umbe* (*jur*) *ein dinc geben* (não dar um pão por alguma coisa) só podia usar-se, segundo o sentido primitivo, em relação a alguma coisa que se podia supor que havia interesse em possuir. Mas também se usa em relação a coisas que se poderia supor que há interesse em não ter, em verse livre delas, vide *sine geben für die selben nôt ze drize järent nist ein bröt* (eles não dão por esta necessidade há trinta anos nem um pão) — Wolffram. Depreendemos daqui que o conteúdo semântico se limita à ideia de que alguma coisa é indiferente a alguém, que não lhe interessa.

Quais os elementos da significação que são ou não relevantes depende muitas vezes do contraste que temos na nossa mente. O nosso verbo *gehen* (andar) designa originariamente o caminhar com os pés; pode

relatório; *Fern* = longe — *Sprecher* = o que fala; *Rad* = roda — *Fahrer* = condutor; *zwei* = dois — *Rad* = roda; *Stand* = estado — *Ami* = repartição.

exprimir o contrário de outros modos de locomoção, como *fahren* (andar de carro), *reiten* (andar a cavallo), etc., mas também pode exprimir a oposição ao conceito de permanência tranquila num lugar; casos como este fizeram com que a locomoção seja considerada o conteúdo essencial, e mais tarde o único conteúdo da significação, de forma que já em tempos recuados se diz também *das Schiff* (o barco), *das Mißbrad* (roda de moinho), *die Uhr* (o relógio): *geht* (anda). Quanto a *stehen* (estar de pé) pode por um lado constituir contraste com outra posição de repouso como *liegen* (estar deitado), *sitzen* (estar sentado), por outro lado o contraste para o movimento; enquanto só o último sentido era considerado essencial para a significação, passou-se a ligá-lo com sujeitos como *der Stern* (a estrela), *die Wolke* (a nuvem), *das Wasser* (a água), *die Uhr* (o relógio). De forma idêntica, separou-se de muitos outros verbos uma parte do conteúdo semântico primitivo; assim com *sitzen* (estar sentado), vide *der Hut sitzt auf dem Kof* (o chapéu está posto na cabeça), *der Frucht sitzt am Baume* (o fruto está na árvore), *der Rock sitzt gut* (a saia assenta bem); com *setzen* (colocar), vide *Fische in einen Teich* (pôr peixes num lago), *den Hut auf den Kopf* (pôr o chapéu na cabeça), *Spitzen auf ein Kleid* (pregar rendas num vestido), *einem das Messer an die Kehle setzen* (pôr as facas ao peito a alguém), com *fliegen* (voar), que designa originariamente movimento por meio de asas (Flügel), depois todo e qualquer movimento através do ar, sendo usado ainda para andar rapidamente a pé ou de carro.

§ 65. Uma palavra pode também perder parte do seu conteúdo semântico se este for repetido numa palavra sintacticamente ligada a ela. A palavra *ungefähr* (mais ou menos) provém da palavra mais antiga *ohngefähr* (sem perigo) médio-alto alemão *âne gewere*, isto é, no fundo, «sem intenção hostil». Podíamos interpretá-la assim ainda por exemplo em Lutero «*wenn er ihn ohngefähr stößt ohne Feindschaft*» (quando ele o empurra por acaso sem hostilidade). Contudo, enquanto que neste caso o verbo exprimiua uma dâmficação, com *ohngefähr* salientava-se só a ideia da intenção, a não intenção de prejudicar, e passou então a ser empregado, no sentido de «sem intenção», «por acaso», também em casos em que não se trata de prejuizo algum; assim já em Lutero *es begab sich ohngefähr, dass ein Priester dieselbige Strasse hindrozog* (aconteceu por acaso que um padre desceu a mesma rua). A palavra alemã *arg* (grande) significava originariamente «mau» (schlimm). Como esta, passou a reforçar palavras que significam em si algo de mau, de desagradável, como *ein arges Unwetter* (um temporal desfeito), *eine arg Borseit* (uma grande maldade), *ein arges Sinder* (um peccador impenitente); *er hat sich arg vergangen* (ele cometeu um crime terrível). Precisamente porque a ideia de algo de mau já existe nas palavras a que *arg* é acrescentado, esta palavra aparece essencialmente só como reforço. Um passo em frente



deu-se no alemão do sul, onde *arg*, na linguagem corrente, também se juntou como reforço a coisas boas, agradáveis: *sie ist arg schön* (ela é lindíssima), *es hat mich arg gefreut* (alegrou-me imenso). Do mesmo modo houve uma quantidade de palavras que se tornaram puras partículas enfáticas, como *furchtbar* (terrível), *schrecklich* (assustador), *entsetzlich* (horrível), *ungeheuer* (monstruoso — propriamente «desagradável»), *schmählich* (vergonhoso), *höllisch* (infernal), *verdammmt* (maldito); também *sehr* (muito) está neste caso, porque originariamente significava «doloroso».

Analogamente, a um membro duma palavra composta pode ser tirada pelo outro membro parte do seu conteúdo semântico. A partícula *ver-* exprime originariamente, na medida em que remonta ao gótico *fra-*, morte ou ruína, um estrago (vide *verdampfen* — evaporar-se, *verkingen* — ir-se perdendo o som, *versätzen* — pôr sal demais, *verurteilen* — condenar). Na composição com verbos que designam em si um processo para alguma coisa de mau (como por exemplo *verschwinden* — desaparecer, *verfaulen* — apodrecer, *verwelken* — murchar, *vertilgen* — exterminar, *verzehren* — consumir, *verfehlen* — descontrar-se) esta ideia era por assim dizer expressa duplamente, mas só podia sentir-se como simples. Daí resultou que *ver-* só se usava para exprimir que o processo foi finalizado. Daí em diante passou a ser ligada também, como designação de resultado final, a palavras que não têm qualquer sentido mau, como *verheilen* (curar), *vermischen* (misturar), *verbinden* (ligar), *verspüren* (sentir), *vertieren* (enfeitar), etc. A partícula *er-* significa a princípio «para fora de alguma coisa», ao que se aliou mais tarde a ideia dum movimento do fundo para o alto. Composições como, por exemplo, *erstehen* (ressurgir — agora *aufstehen*), *erwachsen* (resultar), *erbeben* (erguer), tornaram-se, como *ver-*, designações de resultado. Já no germânico primitivo a partícula *ga-* (igual ao novo-alto-alemão *ge-*) tinha esta função, que se devia ter desenvolvido a partir da significação «junto», talvez de verbos como os góticos «*gabindan*, *gabaitjan*, *galukan*, *ganagljan*, *gawidan*».

§ 66. Nos casos até agora citados trata-se dum processo realizado gradual e inconscientemente. Mas também se pode empregar conscientemente uma palavra onde só parte do seu conteúdo semântico é aplicável, passando-se por cima da outra parte. Isto acontece frequentemente em palavras compostas, como *Erdäpfel* (batata), *Galläpfel* (bogatão), *Klatschrose* (papoila), *Apfelwein* (cidra), *Eichelkafee* (café de bolotas), *Kamillentee* (chá de macela), *Rehbock* (coço), *Rebgeiss* (corça), *Handschub* (luva), *Fingerhut* (dedal), *Tischbein* (perna da mesa), *Seehund* (foca) (\*1). O aparecimento destas designações torna-se possível pela

(\*1) (N. T.) *Erd* = terra — *Apfel* = maçã; *klatschen* = bisbilhotar; *Wein* =

concordância parcial entre o conteúdo ideológico expresso pela composição e o expresso pelo segundo elemento. A determinação dada pelo primeiro membro obriga a não tomar o segundo no seu sentido integral. Uma determinação sintática pode ter o mesmo resultado junto de palavras simples, como *der Hals der Flasche* (o gargalo da garrafa), *das Haupt der Versuchswörung* (o chefe da conspiração), *ein Zweig des Geschlechtes* (um ramo da dinastia) (\*1). Finalmente são também suficientes, sem uma determinação directa, o contexto ou a situação.

Ao aparecimento acima referido de substantivos próprios nascidos de apelativos, opõe-se a transição em sentido contrário de substantivos próprios para apelativos. Temos de distinguir aqui dois casos. Por um lado, personalidades célebres da história ou da poesia são tomadas como representantes das propriedades que as caracterizam, como *um Cícero* (orador como Cícero), *um Cresus*, *Nestor*, *Adonis*, *D. João*, *uma Xantipe*; a evolução foi ainda mais longe em *Mäcen* (mecenas) porque a pessoa não se chama assim, mas *Mäcenas* (Mecenas). Por outro lado, nomes de pessoas bastante frequentes, por isso com nada de individualizantes, são empregados como tipos, primeiro com determinativos, como *uma Lisa estúpida*, *Trine*, *um Pedro aborrecido*, *um Prahlhans*, *Wühlhuber*, *Angstmeier* (\*2). Também estes se podem transformar em puros apelativos como *Rüpel* (= Ruprecht), *Metze* (= Mechtild) (\*3) (\*4).

§ 67. O tipo de mutação semântica mencionado em último lugar liga-se facilmente, como se depreende dos exemplos citados, ao primeiro tipo principal. Ao desaparecer uma parte do conteúdo semântico, um novo elemento é incluído nele. Se dissermos *ele é um burro*, *um burro* aproxima-se, como predicativo, da natureza adjectiva, e bem podemos então dizer que só a propriedade característica do burro é expressa. O caso é um pouco diferente quando, em relação a determinada pessoa, dizemos *o burro*, ou em relação a determinado género de pessoas, *um burro*; aqui a ideia de «ser humano» está incluída no conteúdo. Ainda mais decisiva se mostra a acção duma nova ideia, quando a transição da significação ocasional para a usual avançou mais, como por exemplo em *Fuchs* (raposa) = cavalo cor de raposa. Finalmente, quando a significação primitiva desapareceu, como em *Rappe* (cavalo morzele), que já não se conhece com

vinho; *Kamillen* = marcela; *Reb* = corça — *Bock* = bode; *Geiss* = cabra; *Hand* = mão — *Schub* = sapato; *Finger* = dedo — *Hut* = chapéu; *Tisch* = mesa — *Bein* = perna; *See* = mar — *Hund* = cão.

(\*1) (N. T.) *Hals* — também pescoco; *Haupt* — também cabeça.

(\*2) (N. T.) *Prahlhans* = dizer fanfarronadas — *Hans* = João; *Wühlhans* = intrigar — *Huber* = nome de homem; *Angst* = medo — *Meier* = nome de família.

*Prahlhans* = fanfarrão; *Wühlhuber* = intriguista; *Angstmeier* = medicas.

(\*3) (N. T.) *Rüpel* = malandro; *Metze* = prostituta.

a significação de *Rabe* (corvo). Na maioria das metáforas tornadas usuais aliam-se os dois primeiros tipos principais de mutação semântica.

§ 68. A metáfora é um dos meios mais importantes para a criação de nomes de complexos de ideias, para os quais não existe ainda uma designação adequada. Mas o seu emprego não se limita aos casos em que se verifica esta necessidade-externa. Muitas vezes somos levados por um impulso interior a preferir uma expressão metafórica, mesmo em casos onde existe já uma designação. A metáfora é precisamente alguma coisa que brota necessariamente da natureza humana e se impõe não só na linguagem poética, como sobretudo também na linguagem corrente popular, que tende sempre para a plasticidade e caracterização drástica. Também destas metáforas muitas se tornam usuais, embora não tão facilmente como nos casos em que não dispomos doutra designação.

É evidente que, para a criação da metáfora enquanto natural e popular, se recorre em regra aos círculos de ideias que maior domínio exercem no espírito. Assim, por meio de algo que nos está mais próximo, tornamos mais plástico e mais familiar aquilo que é estranho à nossa compreensão e interesse, por isso, na escolha da expressão metafórica manifestam-se as diferenças dos interesses individuais, e no conjunto das metáforas que passaram a fazer parte do uso duma língua podemos reconhecer quais os interesses que predominaram nesse povo.

§ 69. Dar um quadro completo de todos os tipos possíveis de metáfora é uma tarefa quase impossível. Contentar-me-ei com tratar em poucas palavras dalguns mais usuais.

Muitas vezes é a semelhança exterior que decide, como *Kopf* — cabeça (de couve ou alface), *Auge* — olho (de gordura), *Auge* = «geminção numa batata ou legume semelhante» = «ponto num dado», *Nase* — nariz (duma montanha), *Ohr* — orelha (orelha de burro = «canto dobrado duma folha»), *Ader* — veia (em plantas, em pedras), *Horn* — corno (como designação para cume duma montanha; para um pastel, para o que se usa ainda mais *Hörnchen* — corinho — caramujo), *Kelch* — cálice (duma flor), *Kessel* — chaleira (*Talkessel* — barranco), *Wirtel* — cubo (primitivamente, como mostra a etimologia, designando só o objecto empregado para jogar os dados), *Kamm* — pente (crista de galo); nomes de plantas como *Löwenmaul* (anitrino — boca de leão), *Löwenzahn* (dente de leão), *Rittersporn* (espora de cavaleiro — esporreira), *Hahnenfuss* (pé de galo — rainúnculo). A semelhança exterior pode vir ainda juntar-se a circunstância de alguma coisa, como parte de um todo maior; corresponde, quanto à sua posição, a uma parte doutro todo, e isto pode constituir o motivo principal para uma metáfora, mal podendo já falar-se duma semelhança exterior. Por exemplo *Kopf* — cabeça (*Kehlkopf* — laringe, *Säulenkopf* — capitel, *Brückenkopf* — testa de ponte, *Nadelkopf* — cabeça de alfinete, *Nagelkopf* — cabeça de prego; (vide também latim

*caput montis*), *Hals* — pescoço (duma garrafa, duma coluna, dum instrumento de corda), *Bauch* — barriga (bojo de garrafa), *Rücken* — costas (lombada de livro; costas de faca, cumeada), *Arm* — braço (dum sinal indicativo dum canhão, dum rio), *Saun* — banha (orla da floresta, das nuvens). A semelhança exterior pode aliar-se uma semelhança de função, como *Feder* (pena — pena de escrever; mola) = *Stahlfeder* (mola de aço), *Horn* — corno (instrumento de sopro, mesmo quando feito de metal). A isto acrescenta-se uma circunstância favorável, a saber que o objecto, ao qual se transmittiu a designação, substituiu na função aquele de quem tomou o nome. A semelhança da posição dentro dum todo alia-se à semelhança de função: em *Fuss* — pé (duma mesa, cadeira, etc., sópé de montanha). A função pode também ser a única determinante, como *Haupt* — chefe (duma família, duma tribo, duma conspiração, etc.; vide também o emprego em palavras compostas como *Hauptache* — o principal, *Hauptbau* — edifício principal, *Hauptgrund* — principal motivo), *Hand* — mão (em expressões como «ele é a sua mão direita»), etc.

A analogia entre a extensão espacial e a temporal torna possível que as expressões criadas para a percepção espacial, tratando-se só duma dimensão, se transfiram para condições temporais: vide *lang* — longo, *kurz* — curto, *gross* — grande, *klein* — pequeno, *Mass* — medida, *Teil* — parte, *Hälfte* — metade, etc.; *Ende* — fim, *Grenze* — limite, *Zeitraum* — espaço de tempo, *Zeitpunkt* — momento, *Zeitabschnitt* — período de tempo, *Mal* — vez (originariamente «sinal saliente»); as preposições *in*, *an*, *zu*, *bis*, *durch*, *über*, *um*, *von*, *ausser*, *ausserhalb*, *innerhalb*, etc.; *bisher*, *hinfort*, *fortan* (em, a, para, até, através, sobre, à volta, de, fora, agora, dentro, etc.; até então, daqui em diante, desde então). Do mesmo modo podem transferir-se para o tempo expressões de movimento, como *die Zeit geht dahin*, *vergeht* (o tempo passa-se, passa), *kommt im Laufe der Zeit* (vem com o decorrer do tempo), *Zeitläufe* (os tempos que correm); e ainda *folgen*, *reichen*, *sich ausdehnen*, *sich erstrecken*, etc. (seguir, bastar, alargar-se, estender-se). As condições de espaço oferecem também designações para a intensidade, como *grosse Hitze*, *Kälte*, etc. (grande calor, frio, etc.), *ein hoher Grad* (um alto grau), *die Hitze*, *die Begeisterung steigt* (o calor, o entusiasmo cresce); para apreciação de valores, como *die Preise steigen*, *fallen*, *sinken* (os preços sobem, caem, baixam) *er steigt*, *sinkt in meiner Achtung* (ele sobre, desce na minha consideração), e outros, *hoch*, *niedrig*, *über*, *unter* (alto, baixo, sobre, sob); para a graduação de sons, como *hoch*, *tief*, *steigen*, *fallen*, *sinken* (alto, baixo — agudo, grave, subir, cair, descer).

As condições e processos do espaço são transferidos para o campo não espacial. Assim todo o psíquico conforme se apresenta em repouso ou em movimento no nosso interior é transferido quer para determinadas partes do corpo, quer para a alma, à qual se applicam então attributos do

espaço, como: *ein Gedanke geht mir im Kopfe* (anda-me um pensamento na cabeça), *fährt mir durch den Kopf* (passa-me pela cabeça), *das will mir nicht in den Kopf* (isto não me entra na cabeça), *das liegt mir am Herzen* (tenho empenho nisso), *etwas aus dem Herzen legen* (empenhar alguém alguma coisa) *sich etwas zu Herzen nehmen* (tomar uma coisa a peito) (\*<sup>1</sup>), *das fährt mir durch den Sinn* (isso passa-me pelo espírito), *das kommt mir nicht in den Sinn, aus dem Sinn* (isso não me entra no espírito, não me sai do espírito). A isto corresponde também o emprego, em sentido imaterial, de palavras como *fassen, erfassen, auffassen, begreifen, sich einbilden, es fällt mir ein, fähig* (capaz — propriamente «em estado de compreender») — compreender, abrange, interpretar, entender, convencer-se, ocorre-me, capaz. A relação das ideias entre si é concebida como espacial: *Vorstellungen verbinden, verknüpfen sich* (ideias aliam-se, ligam-se) *Empfindungen streiten miteinander* (os sentimentos brigam uns com os outros). Assim também as relações dos processos internos com as coisas exteriores, como *ein Herz woran hängen* (prender o seu coração a), *seine Gedanken, seinen Sinn, seine Aufmerksamkeit, etc. worauf richten* (dirigir os seus pensamentos, espírito, atenção, para, etc.), *auf etwas verfallen*, (lembrar-se de alguma coisa), *sich vornehmen, vorstellen* (propor-se, imaginar). As designações da actividade do corpo são transferidas para a do espírito, como *treiben, ziehen (anz., abz.)*, *abstossen, Anstoss, drängen, rühren, regen, bewegen, erwägen, leiten, führen* (impelir, puxar — atrair, distrair — repugnar, impulso, estimular, comover, excitar, mover, considerar, dirigir, chefiar). Característica é sobretudo a expressão latina para *pensar* — *cogitare*. As designações das coisas do direito ligam-se a coisas materiais do mundo do espaço, como *haben* (ter, propriamente «conservar»), *geben, nehmen, übertragen, besitzen, recht, richten* (ter, dar, tomar, transferir, possuir, justo — propriamente «recto» — julgar). Também os estados são considerados como se possuíssem uma extensão no espaço, como *in Gedanken (versunken, vertieft, verloren)*, *im Rausch, im Zorn, aus Rache, aus Bosheit, durch Besonnenheit*, etc. — mergulhado, afundado, perdido em pensamentos; em embriaguez, em cólera, por vingança, por maldade, por prudência, etc. Uma mudança de estado é considerada como um movimento, como *von Schlaf zum Wachen*, (passar do sono à vigília), *vom Hass zur Liebe übergehen* (passar do ódio ao amor), *die Krankheit wendet sich zum Besseren* (a doença melhora — vira-se para melhor).

A afinidade entre as sensações provocadas pelos vários sentidos torna possível a transferência das impressões dum sentido para outro, como *süß* — doce (também para cheio e som), *schön* — bonito (transferido do rosto para o ouvido e sabor), *hell* — claro (primitivamente só refe-

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) Herz = coração.

rente ao ouvido), latim *clarus* (ao contrário, primitivamente só aplicável ao rosto), *hart, weich, scharf, raub* — duro, mole, afiado, áspero (transferido do tacto para o ouvido), *schreiende Farben*, (cores berrantes), *Knäuel* (muito encarnado) (\*<sup>1</sup>); fala-se do tom duma cor e da cor dum som (= timbre). As designações das impressões sensoriais são transferidas para os sentimentos da alma, como *süß, bitter, sauer, schön, heiter, trübe, finster, hart, scharf, raub, sanft, gelind, satt, schwer, leicht, gross, erhaben, niedrig, hungern, dürsten, drücken, beissen, reizen, rühren, verwunden, Geschmack* (doce, amargo, azedo, bonito, sereno, turvo, tenebroso, duro, afiado, áspeto, suave, benigno, farto, difícil — pesado, leve — fácil, grande, elevado, baixo, passar fome, passar sede, apertar, morder, irritar, mover, feir, gosto). Do mesmo modo designam-se percepções do espírito com expressões das percepções dos sentidos, como *fühlen, sehen* (*ein* —, *an* —, *ab* —, *vor* —, *über* —, *versehen*), *spüren, wittern*, latim *sapere* (sentir, vet. — concordar, examinar, abstrair, prever, não ver, guatneecer — sentir, farejar).

O hábito de interpretar os processos realizados nas coisas por analogia com a nossa própria actividade deixou muitos vestígios na língua, vide expressões como *der Baum treibt Knospen* (a árvore abre em botões), *die Sonne zieht Wasser* (o sol atrai os vapores), *die Erde trinkt die Feuchtigkeit* (a terra bebe a humidade) *der Baum will umfallen* (a árvore quer cair), *das Seil will nicht mehr halten* (a corda não quer segurar mais). Quase todos os verbos que designam originariamente a actividade dum ser vivo são aplicados, metaforicamente, a seres inanimados como: *atmen, saugen, schlingen, schlucken, speien, sagen*, (por exemplo *was will das sagen?* — o que quer isto dizer?), *besagen, zusagen* (= agradecer) *versagen* (a arma recusa-se a disparar), *sprechen* (*das spricht dafür, dagegen* — isto fala por, contra), *versprechen, ansprechen, fordern, verlangen, (ein)laden, gebieten, verbieten, rufen, schreien* (*das ist himmelschreiend* — isto brada aos céus; *schreiende Farben* — cores berrantes), *deuten, bedenten, zeigen, (be)weisen, geborchen, kämpfen, streiten, stehen, sitzen, geben, laufen, tun, machen, helfen*, etc. (respirar, chupar, atar, engolir, cuspir, dizer, significar, prometer, recusar-se, falar, prometer, dirigir-se a, exigir, pedir, convidar, impor, proibir, chamar, bradar — gritar, indicar, significar, mostrar, provar, obedecer, lutar, disputar, estar de pé, estar sentado, andar a pé, correr, fazer, ajudar, etc.). O próprio emprego do verbo implica já um determinado grau de personificação do sujeito.

§ 70. Chegámos ao terceiro dos tipos principais de mutação semântica, a *transferência para o que está ligado à noção primitiva por uma relação espacial temporal ou causal*.

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) Knallen = estalar; rot; = vermelho.

Um todo é substituído por uma parte que constitui uma característica importante. Podemos compreender a possibilidade dum tal modo de expressão no exemplo seguinte. Quando alguém, ao contemplar uma vasta superfície de água, exclama «olha, uma vela», é evidente que esta vela se encontra presa a um barco, e a existência da primeira pressupõe a existência do último. Assim se explicam empregos como *rant* na linguagem épica do médio-alto-alemão = *Schild* (escudo — tabuleta), *Bogen* (arco) = besta, *Klinge* (lâmina) = espada. Especialmente comuns são as designações de pessoas ou animais segundo partes características do corpo ou do espírito como: *Lockenkopf* (cabelo encaracolado), *Graukopf* (cabelo grisalho — velhote), *Kahlkopf* (careca), *Krauskopf* (cabeça crespa — carepinha), *Dummkopf* (parvo), *Dickkopf* (cabeçudo, teimoso), *Trotzkopf* (teimoso), *Fettwanst* (pancudo), *Linkehand* (canhoto), *Haarenberz* (medicas), *Lügenmaul* (mentiroso), *Grossmaul* (fanfarrão), *Gelbschnabel* (fedelho), *Graubart* (velhote); *Kotkeblüchen*, *Rotschwanz*, (pisco, pega) (\*<sup>1</sup>); *Starker Geist*, *schöne Seele* (espírito forte, bela alma); francês *blanc-bec*, *grosse-tête*, *rouge-gorge*, *rouge-gueule*, *pie-d-pat*, *gorge-blanche*, *mille-pieds*; *esprit fort*, *bel esprit*. Podemos referir aqui também o emprego de designações de flores como *ros* para toda a planta; igualmente o de *espinho* (espinheiro alvar, espinheiro de flores vermelhas) = arbusto com espinhos. No fundo dá-se o mesmo fenómeno quando, de dois objectos geralmente ligados um ao outro, o nome do mais essencial passa para o todo. Assim *Fahne* (bandeira) era primitivamente a tira de tecido que se prendia à haste, e hoje a última está incluída na designação. *Tisch* (mesa) e *Tafel* (mesa — tábua) designavam originariamente o tempo da mesa, que se poisava sobre uma armazón, quando era usado. Psicologicamente explicase do mesmo modo quando, não o todo, mas um objecto ligado com outro é designado por meio do último. Talvez não estejam ainda neste caso designações de acordo com o vestuário, como *Schwarzrock*, *Blaurumpf*, *Rothhäppchen*, *grüner Domino*, *Maske*, *Perücke* (pade, solteirona, capuchinho vermelho, domínó verde, máscara, chinó). Aqui a peça de vestuário é antes tomada como parte integrante da pessoa, de forma que se pode pôr a par das designações de acordo com as partes do corpo. É diferente quando uma parte do vestuário passa a designar a parte do corpo que cobre. Assim *Schoors* (regaco) era originariamente só a canuda da sala, *Sohle* (sola) só a sandália ou a sola do sapato. Ao contrário, uma parte do corpo pode passar a designar a peça de vestuário

que a cobre, como *Leibchen*, (*Schnürleib*, *Ärmel* (no fundo *Ärmchen*), *Däumling*, *Kragen* (originariamente pescoco) — corpete, espartilho, manga, dedeira, gola, — a que se pode juntar também o médio-alto-alemão *vingertlin* = anel). É frequente que um nome de lugar seja usado para os habitantes desse, para os que nele se occupam, como *Städt* — cidade (já toda a cidade sabe), *Land* (país), *Haus* (casa), *Kammer* (câmara), *Kabinett* (gabinete), *Hof* (côrte), *Kirche* (igreja). Por outro lado, *Ministerium* (Ministério), *Am* (repartição), *Gericht* (tribunal), *Universität* (universidade), etc. passam a designar os edificios em que estas instituições têm a sua sede. Há que mencionar aqui também *Tafelrunde* (Távola Redonda), *Liedertafel* (orfeão), médio-alto-alemão *spiz* = «assado no espeto».

As emoções são designadas de acordo com os movimentos reflexos que os acompanham como, por exemplo: *beben*, *zittern*, *schauern*, *erschren*, *aufahren*, *das Maul aufsperrn*, *die Nase rümpfen*, *die Ohren spitzen*, *mit den Zähnen knirschen*, *die Faust ballen*, *das Herz schlägt ihm*, *das versetzt ihm den Armen*, *die Galle läuft ihm über*, (estremecer, tremer, arrepiar-se, côrar, respirar fundo = sentir-se aliviado, escancarar a boca, torcer o nariz, apurar o ouvido = aguçar as orelhas, ranger os dentes, cerrar o punho, o coração bate-lhe, isso corta-lhe a respiração, o fel extravasá-lhe = ele irrita-se). Por um obscurecimento do sentido primitivo, tais expressões transformam-se em designações das próprias emoções, como *sich sträuben* — arrepiar-se — opor-se, *schauen* — ter medo de, *stannen* — admirar-se (ainda no século XVIII = «olhar fixamente para alguma coisa»), *erschrecken* — assustar-se (na realidade «levantar-se dum pulso»), *sich entsetzen* — horrorizar-se, *scheel* (já não usado no sentido primitivo, de «estático»), *hochtätend* — altivo, *aufgeblasen* — arrogante, *latim horere*, *despicere*, *susplicere*, *invidere*, *spernere*, grego *φύβος* (originariamente «fuga»), francês *craindre* (de *tremere*).

Processos acompanhados dum acto simbólico são muitas vezes innuados só por este último, e um tal modo de expressão pode manter-se mesmo quando os símbolos caíram em desuso, vide *auf den Thron setzen* (colocar no trono), *vom Thron stürzen* (derrubar do trono), *unter die Haube bringen* (casar) (\*<sup>1</sup>), *auf den Händen tragen* (tazer na palma das mãos), *die Hände in den Schoos legen* (cruzar os braços).

Os objectos através dos quais se produz qualquer coisa aparecem em vez daquilo que é produzido, como o grego *γλῶσσορ*, *latim lingua*, alemão *Zunge* (língua) = «língua falada», *Hand* (mão) = «caligrafia», *latim stilus* = «estilo».

Um fenómeno muito frequente nas mais diferentes línguas é a trans-

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) *Kopf* = cabeça; *Locke* = caracol; *grau* = cinzento; *Kahl* = careca; *Kraus* = encarapinhado; *dumm* = estúpido; *dick* = gordo; *trotz* = apesar; *Fest* = gorda; *Wurst* = panga; *link* = esquerdo; *Hant* = lebre; *Herz* = coração; *Maul* = boca; *Lüge* = mentira; *grois* = grande; *gelb* = amarelo; *Schnabel* = bico; *grau* = cinzento; *Bart* = barba.

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) *Haube* = touca; *unter die Haube bringen* = colocar debaixo da touca, casar.

formação da designação duma característica na designação daquilo que ela caracteriza; vide *Alter* (velhice), *Jugend* (juventude); *Menge* (multidão), *Fülle* (plenuidade), *Eng* (estreiteza), *Fläche* (superfície plana), *Ebene* (planície), *Wüste* (deserto), *Säure* (ácido) (\*<sup>1</sup>); *Mannschaft*, (equipa — tripulação), *Knappschaft* (corpo de mineiros), *Gesellschaft* (sociedade), *Bürgerschaft* (municipalidade), *Verwandschaft* (parentela), *Gesandtschaft* (legação) (\*<sup>2</sup>), e muitas outras palavras em -schaft, sufixo que originalmente significava *Beschaffenheit* (qualidade, condição): do mesmo modo muitas palavras em -heit (-keit), que significavam originariamente «propriedade, «estado», como: *Christenheit* (cristandade), *Vielheit* (variedade, pluralidade), *Mehrheit* (maioria), *Gottheit* (divindade), *Schönheit* (beleza), *Vergangenheit* (passado), *Gelegenheit* (oportunidade), *Eigenheit* (particularidade), *Kleinigkeit* (insignificância), *Süßigkeit* (doçura), *Neuigkeit* (novidade), *Sonderbarkeit* (singularidade), *Gefälligkeit* (amabilidade). Títulos como *Majestät* (majestade), *Hohheit* (alteza), *Exzellenz* (excelência), encontram-se num grau de transição; primeiro eram paralelos a expressões como *deine Güte wird mir verzeihen* (a tua bondade me perdoará); *ich wende mich an deine Grossmut* (dirijo-me à tua generosidade). Como os exemplos mostram, criam-se desta forma tanto substantivos colectivos, como nomes de pessoas e coisas isoladas, mas as respectivas palavras nem sempre se transformam em designações de substâncias. O que se disse das designações das propriedades é válido também para as chamadas nomina actionis, as designações de processos e estados derivados de verbos, como *Rat* (conselho), *Fluss* (rio), *Zug* (combóio), *Abhang* (declive), *Vorhang* (reposteiro), *Umhang* (capa), *Vortrab* (vanguarda), *Zukunft* (futuro), *Einkommen* (rendimento), *Regierung* (governo), *Vorsehung* (providência) (\*<sup>3</sup>). Nestes casos, a designação da acção transferiu-se para o seu sujeito, podendo porém transferir-se igualmente para o objecto tomado no seu sentido mais vasto; casos de transferência para o objecto interior, o que produz uma designação do resultado: *Druck* (edição), *Stich* (picadela), *Holzschritt* (gravura em madeira), *Riss* (rasgão), *Bruch* (rotura), *Sprung* (salto), *Wuchs* (crescimento), *Zuwachs* (aumento), *Ertrag* (produto), *Erhöhung* (aumento), *Vertiefung* (escavação), *Abhandlung* (tratado), *Versammlung* (assem-

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) De: *alt* = velho; *jung* = jovem; *Menge* = quantidade; *füllen* = encher; *eng* = estreito; *flach* = plano; *eben* = plano; *wüst* = deserto (adj.); *sauer* = ácido.

(\*<sup>2</sup>) (N. T.) *Mann* = homem; *Knappe* = minciro; *Genelle* = companheiro; *Bürger* = cidadão; *Verwandter* = parente; *Gesandter* = ministro, enviado.

(\*<sup>3</sup>) (N. T.) Dos verbos: *raten* = aconselhar; *fließen* = correr; *ziehen* = puxar; *abhängen* = depender; *vorhängen* = pendurar em frente de; *umbängen* = pendurar em volta de; *vortreiben* = abrir; *zukommen* = aproximar-se; *einkommen* = receber; *regieren* = governar; *vorsehen* = prever.

blicia), *Vereinigung* (acordo), *Bildung* (cultura) (\*<sup>1</sup>); para o objecto exterior, a que a acção de qualquer modo se refere: *Saat* (sementeira), *Ernte* (colheita), *Spruch* (provérbio), *Sprache* (língua), *Gang* (caminho), *Durchgang* (passagem), *Übergang* (transição, passagem), *Einfahrt* (entrada para automóveis), *Tritt* (passo), *Abtritt* (saída, retrete), *Zuflucht* (abrigo), *Ausflucht* (fuga), *Auszug* (resumo, saída, partida), *Durchschlag* (cópia), *Wohnung* (casa), *Kleidung* (vestuário); assim nascem também designações para o local onde alguma coisa acontece, para o meio pelo qual se realiza qualquer coisa, etc. Podemos exemplificar a possibilidade de transição em associações como estas: *Im Rat der Ältesten wurde beschloss* (decidiu-se no conselho dos mais velhos); *er übernahm die Leitung des Zuges* (ele assumiu a direcção do cortejo); *er vollendete die Arbeit* (actividade ou resultado) *in drei Tagen* (ele pegou o trabalho em três dias); *er nahm eine Abschrift davon* (ele pegou numa cópia daquilo); *er brachte allerhand Verzerrungen an* (ele colocou uma quantidade de adornos); *die Leinwand ist auf der Bleiche* (a tela está no coradouro); *er befindet sich im Gefängnis* (ele encontra-se na cadeia); ver também *Eingang* (entrada), *Ausgang* (saída) afixados nas portas. Muito mais raro é o processo contrário, isto é, que uma designação de coisa evolua no sentido duma designação de processo, como nas formações gregas em -μα, como *χαρμα*. *Sauna*. Do alemão podíamos aqui apresentar *Wucher* — usura (que designava originariamente só «o produto») e *Wette* — aposta (originariamente = «penhor»); mas temos de ver que estas palavras, mesmo que não tivessem existido desde sempre, poderiam ter-se transformado facilmente no verbos correspondentes com o sentido de designações de processos. Não há nenhuma ligação destas com um verbo nas palavras *Kirche* (igreja) e *Schule* (escola), empregadas em expressões como *Kirche*, *Schule halten* (dizer missa, dar aula), *nach (vor) der Kirche*, *Schule* (depois, antes, da missa, das aulas). Há também já um esboço desta espécie de transição em *vor*, (*nach*) *Tische* (*der Tafel*) — antes (depois) da refeição (da mesa) (\*<sup>2</sup>).

Pertencem aqui também os casos em que designamos restaurantes pelo seu letrado (*Adler*, *Hirsch*, *Krone*, etc. — Águia, Veado, Coroa, etc.), obras pelo nome do autor (*um Goethe*, *um Schiller*) ou obras das artes plásticas pelo nome do artista (*um Raffael*); além disso os casos em que aplicamos a alguém como alcunha uma expressão que essa pessoa costuma usar, como *Heinrich Jasomirgott* (Henrique Assim-Deus-me-ajude); ou quando o cão, na linguagem infantil, é chamado *vauvau*,

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) Dos verbos: *drucken* — imprimir; *stechen* — picar; *schneiden* — cortar; *reissen* — rasgar; *brechen* — romper; *springen* — saltar; *wachsen* — crescer; *zuwachsen* — aumentar; *ertragen* — suportar; *erhöhen* — elevar; *vertiefen* — aprofundar; *abhandeln* — tratar de; *versammeln* — reunir; *vereinigen* — unir; *bilden* — format.

etc.; devemos considerar do mesmo modo nomes de plantas como *Nolinetangere*, *Vergissmeinicht* (\*<sup>1</sup>).

§ 71. Temos que tratar ainda algumas modificações de significação que não podemos subordinar simplesmente a um dos três tipos principais. Trata-se de modos de expressão para os quais já se encontraram geralmente designações técnicas na retórica dos antigos. Devemos referir-nos aqui a elas, porque podem tomar-se usuais através dum emprego tradicional frequente, perdendo mais ou menos a sua coloração própria e aproximando-se das simples designações normais.

Sobre tudo a linguagem popular está cheia de *exaggeros*, tanto para o lado positivo como negativo, muitas vezes combinados com metáforas. Muitos destes exaggeros são tradicionais, e são reduzidos imediatamente pelo ouvirte à sua medida real, como *tausendmal* (milhões de vezes), *ein Schock mal* (sessenta vezes), *ein paar Leute* (um par de pessoas — «algumas pessoas»), *Berge von Leibern* (montes de cadáveres), *ein Strom von Tränen* (uma torrente de lágrimas), *in Tränen schwimmen, zerfließen* (nadar, derreter-se em lágrimas), *eine Flut von Schimpfwörter* (uma torrente de palavrões), *das dauert eine Ewigkeit* (isto demora uma eternidade), *endlos* (infinito), *eine Hand voll Leute* (uma mão cheia de gente), *federleicht* (leve como uma pena), *sich krank, tot lachen* (ficar doente, de tanto rir, morrer a rir), *im Blute baden* (banhado em sangue), *das ist zum Rasendwerden* (isto é para ficar furioso), *ich möchte aus der Haut fahren* (eu queria enfurecer-me), *ich sterbe vor Langeweile* (morro de aborrecimento). Expressões de reforço podem transformar-se em expressões de abrandamento, afirmações em expressões de falta de certeza total como *ganz* (absolutamente), *recht* (muito), *ziemlich* (bastante), *fast* (quase), *gewiss* (certamente), *wohl* (bem).

Um fenómeno análogo são *großerías*, que consistem em dar às coisas uma designação pior do que aquela que no fundo lhes pertence. Assim *Dreck* (porcaria), originariamente = «excremento», é usado para toda a espécie de sujidade, e hoje em dia, geralmente, não se lhe alia o sentido originário. O sentido real de certos insultos está muitas vezes esquecido, como *Racker* (maroto, originariamente = *algor*), *Luder* (burro), *Scheiß* (malandro), ambos originariamente — «cádrver». A isto alia-se então facilmente um abrandamento do sentido, que pode chegar ao ponto de se lhe juntar alguma coisa de louvor, de honra, como *Scheiß*, *Schalk* (maganão — originariamente «criado de lavoutras», depois «pessoa vulgar»), *Luder* em emprego regional (sobretudo em alto-saxónio).

Também o contrário do exaggero, a líotes, tem muitas vezes a sorte de mal ser ainda sentido como tal, assim em *nicht übel* (não é mau)

(\*<sup>1</sup>) (N. T.) *Nolinetangere* (não me toques) — flor do campo muito delicada; *Vergissmeinicht* (não me esqueças) — o nosso milosóis.

*nicht sehr entzückt* (não muito encantado), *ich mag ihn wohl leiden* (é verdade que gosto dele). No médio-alto-alemão usam-se palavras que significam algo de insignificante, sem valor, com o sentido de «nada», como em *ich sage in ein bast* (eu disse-lhe uma palha), *darumbe geben sie ein ei* (por isso deram um ovo). Além disso emprega-se *lützel, wēne, kleine* = «nada»; *lützel ieman* (*wenig jemand* = «ninguém») — *lützel* (raramente) = nunca. Até que ponto o sentido destas palavras se tornou negativo vêm-lo no facto de, junto delas, surgir por vezes a negação, como junto de *nibt, nieman, nie* (não, ninguém, nunca), vide *sōn weiz doch lützel jeman, den entlar der hagel slaben, selten*. (de resto ninguém sabe que água é a saraiwa não ousa fustigá-lo).

A grosseria popular opõe-se o *eufemismo* (11) na medida em que, por um sentimento de pudor, se evita a expressão real, substituindo-a por outra que apenas a insinua. Esta, por sua vez, torna-se também facilmente indecente. Ver expressões como *der Hinten* (o traseiro), *die Scham* (a vergonha — a vulva), *sein Wasser abschlagen* (verter águas — urinar), *Abtritt* (saldá — retrete), *latim coitus*, etc. Assim como o sentimento de pudor, também o temor religioso ou supersticioso são causa de circunloquios, como *Gottseibens* (Deus-nos-ajude).

Amabilidade e submissão por um lado, vaidade por outro, são a causa da *desvalorização* de designações respeitadas. A palavra *Herr* (senhor), que a princípio só se usava em relação a pessoas das quais se dependia, tornou-se durante a Idade Média fórmula geral de tratamento adentro da sociedade cavallheiresca, e, nos tempos modernos, foi-se estendendo a círculos cada vez mais vastos. Mais longe ainda foi a desvalorização da palavra originariamente correspondente, *Frau* (senhora). Assim a história dos títulos não é mais do que a história do seu rebaixamento gradual. A mesma tendência transforma em puros títulos palavras que a princípio designavam uma função real, como *Herzog* (duque), *Fürst* (príncipe), *Graf* (conde), etc., *Rat* (conselheiro), *Amtmann* (funcionário), *Professor*, etc. Ela motiva e desvaloriza também as fórmulas de tratamento por *Ihr, Sie* (vós, você), etc.

Também a *ironia* se estabiliza em certas expressões. Está neste caso o emprego de certos adjectivos como *schön* — belo (*das ist eine schöne Geschichte* — isso é uma bela história), *nett* — simpático (*ein nettes Pflänzchen* — uma boa prenda), *sauber* — limpo (*ein sauberer Patron* — um tipo assado), *erbaulich* — edificante, *reizend* (encantador). Ver além disso *ich frage viel danach* (faço muito caso disso), *ich kümmerere mich viel darum* (importo-me muito com isso). Como uma afirmativa iónica pode ser tomada precisamente como a negativa oposta, mostra-o um passo da obra de Chr. F. Weisse: *es ist dem Junker viel um seinen Kammerdiener zu tun, sondern um sich* (o morgado importa-se muito com o seu camareiro, importa-se mas é consigo próprio).

§ 72. As diferentes espécies de mutação semântica podem naturalmente seguir-se umas às outras e assim combinar-se, o que pode ter como consequência que não reste nada da significação primitiva. Assim a palavra *Abendmahl* (ceia) enriqueceu, por um lado, a sua significação, limitando-se a uma ceia determinada — a de Cristo — e à celebração que se realiza à imitação daquela, mas perdeu ao mesmo tempo algo do que, no fundo, existe na palavra, na medida em que também se usa para cerimónias que não se realizam à noite. *Rosenkranz* (rosário — grinalda de rosas) diz-se *κρ' ἔξογγιν* numa grinalda que serve para determinado fim, mas também numa coroa que não tem nada que ver com rosas. *Horn* (corno) é um instrumento de sopro feito dum chifre, mas também um de forma idêntica feito de outro material. *Feder* (pena) significa uma pena aguçada para escrever, mas depois também um instrumento com a mesma função, mas doutro material. É de resto muito vulgar que alguma coisa que no fundo não faz parte da significação da palavra, mas que só acidentalmente lhe pode estar aliada, seja gradualmente incluída na significação até se tornar autónoma e ser considerada como a significação real, sem que se pense já na primitiva. Assim, por exemplo, designações de relações de espaço e de tempo transformam-se em designações de relações causais, como *Folge* — consequência, *Zweck* — fim, *Ende* — final (em *zu dem Ende* — para o fim), *Grund* — causa, *Mittel* — meio, *Weg* — caminho. Vejamos também palavras compostas como *Fensterstube* — vidraça, *Papiergulden* — florim em nota, *Goldplombe* — aurificação.

§ 73. Devemos salientar especialmente que a mutação semântica não se realiza apenas em palavras isoladas, mas também — do que já apresentámos vários exemplos — em grupos de palavras e em frases completas. Assim, por exemplo, há muitas expressões compostas de *Hand* (mão) em que já não pensamos na significação real desta palavra, excepto quando a nossa atenção é expressamente chamada nesse sentido, como quando, por exemplo, reflectimos na origem de tal expressão. Assim *auf der Hand* (*flacher, platter Hand*) *liegen* — estar-se mesmo a ver, *an die Hand geben* (*geben*) — sugerir (ajudar), *an der Hand haben* — ter à mão, *an der Hand des Buches*, etc. — baseado no livro, etc., *bei der Hand sein*, *haben* — estar à mão, ter à mão, *zur Hand nehmen* — consultar, *unter der Hand, unter Händen haben* — ter entre mãos, *von der Hand weisen* — repelir, *vor der Hand* — por enquanto. Não podemos dizer que se tenham desenvolvido aqui significações especiais da palavra *Hand*, antes o obscurecimento da significação primitiva se deu já dentro das referidas associações. A língua alemã está cheia de tais expressões. O sentido de muitas delas só se pode derivar da significação de cada uma das palavras com a ajuda de conhecimentos de história da língua, como por exemplo: *das Bad austragen* (aguentar com as consequências), *einem ein Bad zurichten* (pôr alguém em dificuldades), *einem das Bad gesegnen* (desejar

felizidades), *einen Bären anbinden* (enfiar um barrete a alguém), *einen Bock schießen* (errar o alvo), *einen ins Bockshorn jagen* (pôr alguém em fuga) *er hat Bohren gegessen* (é doído), *weder Hand noch Fuss haben* (não ter pés nem cabeça), *auf dem Holzwege sein* (estar em erro), *einem einen Korb geben* (dar um tampo), *Maulaffen feil halten* (estar com cara de lorpa), *einem etwas auf die Nase binden* (enganar alguém), *einem den Pelz waschen* (dar uma ensaboadela a alguém) *einem ein X für ein U machen* (vender gato por lebre), etc.

§ 74. Todo o conjunto das ideias existentes na mente dos seres humanos procura ligar-se quanto possível ao vocabulário. Ora como os círculos de ideias de cada indivíduo da mesma entidade linguística divergem muito uns dos outros e como também o círculo de ideias de cada um está sujeito a constantes modificações importantes, temos de encontrar necessariamente muitas particularidades individuais nas ideias ligadas ao vocabulário, particularidades essas que não são tomadas em linha de conta na determinação normal da significação de cada palavra e de cada grupo de palavras. Por exemplo, a significação da palavra *Pferd* (cavalo) é igual para todos os indivíduos, na medida em que todos a aliam ao referido objecto; mas não podemos negar que um cavaleiro, um cocheiro, um zoólogo, cada um a seu modo, lhe aliam uma significação mais rica do que qualquer outro indivíduo que não tenha nada de especial a ver com cavalos. A ideia do comportamento dum pai em relação ao filho compõe-se dum série de factores que nem sempre estão presentes quando se emprega a palavra *pai*. Podemos forjar uma definição da palavra que seja física e juridicamente inteiramente satisfatória, mas precisamente aquilo que, segundo esta definição, constitui a essência da paternidade, não está contido no complexo de ideias que uma criança pequena associa à palavra. As diferenças mais notáveis encontram-se no campo dos sentimentos e dos juízos éticos. Aquilo que cada um entende por *schön* (bonito), *hässlich* (feio), *gut* (bom), e *schlecht* (mau), por *Tugend* (virtude) e *Laster* (vício), não se pode reunir assim sem mais nada numa noção geral, sobre a qual não haja discussão possível.

Ligando-se o círculo de ideias de cada um às palavras que tem ao seu dispor, a significação de todo o vocabulário dum língua tem também de orientar-se pela totalidade das ideias existentes no povo e modificar-se juntamente com estas. A significação das palavras adapta-se sempre ao respectivo grau de cultura. Isto não acontece só através da criação de novas palavras para situações ou objectos novos, ou através da transferência para estes de palavras já existentes para designar objectos e situações apenas semelhantes e contrudo claramente diferentes, como por exemplo (*Stahl*) *feder* — mola (de aço), antes existe neste caso uma quantidade de modificações imperceptíveis, que a princípio nem costumam ser consideradas como mutações semânticas, e que são uma consequência directa da

modificação das condições culturais. Assim, por exemplo, uma designação para *Schiff* (barco) pode ter sido criada numa época em que só havia ainda a forma mais primitiva de embarcação, e ter-se mantido, mesmo depois de se ter progredido até às embarcações maiores e mais complexas. Não consideramos um caso destes como mutação semântica, contudo não podemos pôr em dúvida que as ideias ligadas à palavra *Schiff* são já outras. E o mesmo se passa duma maneira geral com os nomes de instrumentos, peças de vestuário, edifícios, etc. Vejamos ainda os nomes de cargos como *aedilis*, *quaestor*, *Herzog* (duque), *Graf* (conde), *Bischof* (bispo); ou de instituições como *Lycæum*, *Akademie*. E finalmente a significação encontrase em constante transformação quando se trata de noções éticas, estéticas, religiosas e filosóficas.

#### NOTAS DO AUTOR AO CAPÍTULO IV

(<sup>1</sup>) Sobre este capítulo vide Reisig, Vorlesungen über lateinische Sprachwissenschaft, (1839 reeditado por Heerdegen, Semasiologie). F. Hasse, Vorlesungen zur lateinischen Sprachwissenschaft (1874). Port, Etymologische Forschungen, vol. 5. Tobler, Versuch eines Systems der Etymologie (Zeitschrift für Volkspsychologie, I, 349). Heerdegen, Untersuchungen zur lateinischen Semasiologie, Erlangen, 1875, I, 349). Heerdegen, Untersuchungen zur lateinischen Semasiologie, Erlangen, 1875, 78, 81. Do mesmo, Lateinische Semasiologie, Berlin, 1890. Wölfflin, Über Bedeutungswandel (Verhandlungen der Züricher Philologenversammlung, 1887, pag. 61-70). O. Hey, Semasiologische Studien (Jahrbuch für klassische Philologie, Supplementum XVIII, pag. 83-212) Do mesmo, Die Semasiologie (Archiv für lateinische Lexikographie, 9, 193). Um capítulo da Lateinische Bedeutungsgeschichte (loc. cit. 13, 201). M. Hecht, Die griechische Bedeutungslehre, Eine Aufgabe der klassischen Philologie, Leipzig, 1888. F. Schröder, Zur griechischen Bedeutungslehre, Programm des Gymnasiums Gebweiler 1893. Littre, Comment les mots changent de sens (Mémoires et documents publiés par le Musée Pédagogique, fas. 45). Do mesmo, Pathologie verbale (en Études et glanures, 1880). A. Darmesteter, La Vie des mots étudiée dans leurs significations, 4<sup>ed.</sup> Paris, 1893; além disso Bréal, L'Histoire des mots (1887, reeditado em La Sémantique). Lehmann, Der Bedeutungswandel im Französischen, Erlangen, 1884. G. Franz, Über den Bedeutungswandel lateinischer Wörter im Französischen, Programm des Gymnasiums Wettin, 1890. Morgenroth, Zum Bedeutungswandel im Französischen (Zeitschrift für französische Sprache und Literatur, XV, 1-23, XXII, 33-35). Mühlfeld, Abriss der französischen Rhetorik und Bedeutungslehre, Leipzig, 1887. Do mesmo, Die Lehre von der Vorstellungsverwandtschaft und ihre Anwendung auf den Sprachunterricht Leipzig, 1894. Rosenstein, Die psychologischen Bedingungen des Bedeutungswandels der Wörter, Leipzig, Dissertation 1884. K. Schmidt, Die Gründe des Bedeutungswandels, Programm des königlichen Realgymnasiums, Berlin, 1894. Van Heelen, Over de factoren van de begripswijzingen der woorden, Groningen, 1894. Engelbert Schneider, Semasiologische Beiträge I, Programm des Gymnasiums Mainz, 1892. Stöcklein, Untersuchungen zur Bedeutungslehre, Programm des Gymnasiums Dilligen, 1895. Do mesmo, Bedeutungswandel der Wörter, Munique, 1898. Thomas, Über die Möglichkeiten des Bedeutungswandels (Blätter für das Gymnasial-Schulwesen, vol. XXX, 705-32, XXXII, 193-219, XXXV, 539-602). Bréal, Essai de Sémantique, Paris, 1897. 1904. E. Martinek, Psychologische Untersuchungen zur Bedeutungslehre, Leipzig, 1901. Jäberg, Pejorative Bedeutungsentwicklung im Französischen (Zeitschrift für Romanische Philologie 25, 561, 27, 29, 57) Biese, Die Philosophie des Metaphorischen, Hamburg e Leipzig, 1893. K. Nyrop, Ordnes liv, Copenhagen, 1901 (Alteno de R. Vogt, Das Leben der Wörter, Leipzig, 1903). A. Waeg, Bedeutungsentwicklung unseres Wortchatzes, Lehr 1901<sup>2</sup>, 1908. K. Müller-Frauenth, Aus der Welt der Wörter, Halle, 1904. Noreen, Vårt Språk, vol. 5<sup>o</sup> e seg. K. O. Erdmann, Die Bedeutung des Wortes, 2<sup>a</sup> Ed. Leipzig 1910. Erik Wellander, Studium zum Bedeutungswechsel im Deutschen. 2<sup>a</sup> parte. Upsala Universitets Årskrift 1917 (mitto importante). Vide também a minha dissertação «Über die Aufgaben der wissenschaftlichen Lexikographie» no Sitzungsbericht der philologisch-philologischen Klasse der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1894, pag. 90.

(<sup>2</sup>) As objeções de K. Martbe (Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philologie und Soziologie, pag. 493 e seg.) tornam-se inconsistentes: logo que se tomam no sentido que lhes assinalo as palavras *idéia* e *ocasional*.



Analogia <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> É verdade que os nossos pronomes demonstrativos (também o pronome *er* — ele) podem actualmente referir-se também a noções abstractas, vide *der Wald* (*isch gehört unter die Klasse der Säugetiere* (a baleia pertence à classe dos mamíferos); *er bringt lebendige Junge zur Welt* (ele põe no mundo filhos vivos)); ou *es ist ein Unterschied zwischen einem Staatenbund und einem Bundesstaat* (há uma diferença entre uma confederação de estados e um estado federado); *dieser — jener* (este — aquele).

<sup>(2)</sup> K. O. Erdmann, loc. cit. pag. 1 e seg. faz observações excelentes sobre a ambiguidade da expressão linguística.

<sup>(3)</sup> As discussões que se seguem aproximam-se muito da exposição de Wegener no seu livro *Aus dem Leben der Sprache*; e em determinado sentido também de Bréal, *Les idées latentes du langage*, Paris, 1868.

<sup>(4)</sup> Vide Meumann, *Die Entstehung der ersten Wortbedeutungen beim Kinde* (Philosophische Studien, 20, 152) e *Die Sprache des Kindes*, Zúriqne, 1903. Ali encontram-se enumerados os principais trabalhos sobre a linguagem infantil que também interessam para outras partes da teoria dos princípios. Acrescento ainda Axel Koek, *Om barspråk* (Nordisk tidskrift, Arg. 1901) Vide também Marty 1, 701.

<sup>(5)</sup> Wundt apresenta uma classificação completamente diferente dos tipos de mutação semântica. Eu não posso reconhecer nessa classificação qualquer progresso, e remeto para a apreciação crítica pormenorizada de Marty (Grundlegung I, 543 e seg.); vide também Rozwadowski na publicação indicada abaixo, nota 9. A classificação que seguiu é criticada por Wundt em poucas palavras como uma classificação puramente lógica, em que os motivos psíquicos ficam inteiramente na sombra (II, 471 e seg.). Sou obrigado a deixar o leitor imparcial julgar se aquilo que exponho neste capítulo não contribui em nada para a compreensão psicológica dos fenómenos.

<sup>(6)</sup> Vide K. O. Erdmann, *Die Bedeutung des Wortes*, pag. 78 e seg. (Nebensinn und Gefühlswert der Worte). Jaberg, *Pejorative Bedeutungsentwicklung* (ver acima).

<sup>(7)</sup> Sobre isto ver a instrutiva exposição em Jan v. Rozwadowski, *Wortbildung und Wortbedeutung*, Heidelberg, 1904. Wellander, loc. cit., não sem razão, quer separar rigorosamente a especialização que se produz no momento da formação da palavra, da mutação semântica no seu verdadeiro sentido.

<sup>(8)</sup> Material abundante em J. Reinius, *On transferred appellations of human beings chiefly in English and German I* (Göteborg, 1903) 12 e seg.

<sup>(9)</sup> Sobre esta alínea vide C. Collin, *Semasiológica studier öfver abstrakter och konkreter*, (Fria filologiska föreningen i Lund. Språkliga uppsatser III. 225 e seg.).

<sup>(10)</sup> O. Hey, *Euphemismus und Verwandtes* (Archiv für lateinische Lexikographie, 11, 515). Nyrop, *Eufemisme* (Dania, 6, 195). Böckemann, *Fransösischer Euphemismus*, Berlin, 1899.

§ 75. Como já salientámos no capítulo I, as palavras isoladas juntam-se umas às outras no espírito e daí resulta uma quantidade de grupos maiores ou menores. A atracção mútua baseia-se sempre numa concordância parcial do som ou da significação, ou da significação e som simultaneamente. Cada grupo não existe isoladamente ao lado dos outros: há grupos maiores que incluem vários mais pequenos, e dá-se um cruzamento recíproco dos grupos. Diferenciamos dois tipos principais, que vamos designar de *grupos de matéria* e de *forma*.

Os diferentes casos dum substantivo, por exemplo, formam um grupo de matéria. Depois podemos ainda decompor este grupo em grupos mais pequenos, segundo dois princípios diferentes: ou casos do sing. — do pl. — (do dual), ou formas de nominativo (do sing., pl., dual), de genitivo, etc.; e estas duas formas de agrupamento cruzam-se entre si. As formas dum verbo — sobretudo dum verbo grego — dão-nos um sistema muito mais variado de grupos que se sobrepõem, se subordinam e se cruzam. Da associação de todas as palavras que se correspondem na sua significação, resultam então grupos de matéria maiores, não tão intimamente ligados. Em regra, a concordância parcial da significação é acompanhada dum concordância parcial no aspecto fonético, a qual por sua vez costuma basear-se numa correlação etimológica. Mas também há grupos de matéria que se baseiam apenas na significação e não no som, como *Ochse* (*Stier*) — boi (touro) — *Kub* (vaca), *Mann* — *Weib* (homem — mulher); *Knabe* — *Mädchen* (rapaz — rapariga), *Vater* — *Mutter* (pai — mãe), *Sohn* — *Tochter* (filho — filha), *Bruder* — *Schwester* (irmão — irmã), *Mönch* — *Nonne* (frade — freira); *alt* — *neu* ou *jung* (velho — novo ou jovem), *dünn* — *dick* ou *dicht* (magro, fino — gordo ou espesso), *hier* — *da* (aqui — ali), e em geral todos os antónimos; *sein* — *werden* (ser — devir), *werden* — *machen* (devir — fazer); *sterben* — *Tod* (morrer —

morte); *gut* — *besser* (bom — melhor); *bin* — *ist* — *war* (sou — é — era); *ópaiv* — *εἶδον* — *ὄραται*.

Denomino grupos de forma, por exemplo, a soma de todos os nomina actionis, todos os comparativos, todos os nominativos, todas as primeiras pessoas do verbo, etc. Também aqui há grupos maiores que incluem outros mais pequenos; assim, por exemplo, o último grupo a que me referi contém a 1.ª pessoa do sing. do presente do indicativo, 1.ª pessoa do sing. do presente do conjuntivo, etc. Portanto tem também que distinguir-se entre uma associação mais rígida e menos rígida. A associação da concordância funcional com uma concordância fonética encontra-se muito menos nos grupos de forma do que nos de matéria. Geralmente os grupos de forma decompõem-se em vários mais pequenos, cada um dos quais é delimitado pela concordância fonética, enquanto que entre si diferem, como os dativos *libro*, *anno* — *mensae*, *rosae* — *pacis*, *luci*, etc. Conforme o grau de concordância fonética é maior ou menor, dá-se de novo uma subordinação de grupos mais pequenos a outros maiores, como *gab*, *nabim* — *bot* (deu, pegou — ofereceu), *log* — *briet*, *riet* (mentiu — assou, aconselhou), etc., que ainda concordam entre si se os compararmos com *sagte*, *liebe*, etc., (disse, amou).

Com os grupos de matéria entrecruzam-se geralmente grupos de forma.

§ 76. Não são só palavras isoladas que se agrupam, mas também proporções análogas entre palavras diferentes. A causa da formação de tais grupos de proporções, que formam por sua vez uma equação de proporções, é nos fornecida em primeiro lugar pelo cruzamento, a que acabamos de nos referir, entre grupos de matéria e de forma. A base para a equação é aqui a concordância de significação dos elementos da matéria num sentido e dos elementos da forma no outro, pelo que vamos designar esta espécie de grupos de proporções *matério-formais*. Pode surgir além disso também uma concordância fonética em ambas as direcções, como *Tag*; *Tages*; *Tage* = *Arme*; *Armes*; *Arme* = *Fisch*; *Fisches*; *Fische*; *führen*; *Führer*; *Führung* = *erziehen*; *Erzieher*; *Erziehung*, etc. (dia; do dia; dias = braço; do braço; braço = peixe; do peixe; peixes = dirigir; dirigente; direcção = educar; educador; educação); ou com a troca, possível em todas as proporções, dos membros intermédios *Tag*; *Arm*; *Fisch* = *Tages*; *Armes*; *Fisches*, etc. Mas a concordância fonética pode limitar-se também ao elemento de matéria, como *gebe*; *gab* = *sage*; *sagte* = *kann*; *könnte*; (dê; deu = diga; disse = pode; pôde); *latin mensa*; *mensam*; *mensæ* = *hortus*; *hortum*; *horti* = *nox*; *noctem*; *noctis*, etc.; *raben*; *Raub* = *ernsten*; *Ernte* = *säen*; *Saat* = *gewinnen*; *Gewinn* (roubar; roubo = colher; colheita = semear; semente = ganhar; ganho); respectivamente *gebe*; *sage*; *kann* = *gab*; *sagte*; *könnte* etc. De muito menor

importância são equações em que a concordância fonética se limita ao elemento formal, como *gut*; *besser* = *schön*; *schöner*, (bom; melhor = bonito; mais bonito), ou aquelas em que não existe absolutamente nenhuma concordância fonética, como *bin*; *war* = *lebe*; *lebte* (sou: era = vivo; vivia), *ópaiv*; *εἶδον* = *τυπτοι*; *ἔτυψα*.

Também se podem formar grupos de proporções entre as formas pertencentes a um grupo de matéria, sempre que seja possível uma classificação das mesmas segundo diferentes pontos de vista. Assim, no nome podemos pôr em proporção os casos do singular com os do plural: *hortus*; *horti*; *horto* = *hortum*; *hortis*. Um sistema verbal produz proporções muito mais variadas. Podemos, por exemplo, formar equações como *anno*; *amas* = *amavi*; *amavisti* = *amabam*; *amabas* etc. Não há aqui portanto qualquer diversidade do elemento material nos membros correspondentes, como acontece nos grupos matério-formais, mas em seu lugar, a par da concordância parcial, há uma diversidade parcial na função do elemento formal. A concordância na função pode ser aqui também acompanhada dum a concordância fonética, como *amabam*; *amabas* = *amavimus*.

Um outro tipo de equação de proporções baseia-se na alteração fonética, como *Klanger* (foneticamente *Klañger*): *Klang* (foneticamente *Klañk*) = *singe*; *sang* = *hänge*; *hängte* etc.; ou *Spruch*; *Sprüche* = *Tuch*; *Tücher* = *Buch*; *Büchlein* etc. (mudança do *ch* gutural para palatal). Os membros de cada uma das proporções são aqui constituídos por palavras que se relacionam etimologicamente e que mostram por isso, no seu elemento material, concordância no que respeita à significação e aspecto fonético, mas apresentam a par disso uma diversidade fonética que se repete correspondentemente em todas as restantes proporções. A importância do elemento formal fica portanto inteiramente fora de consideração. Enquanto consideramos só casos como *Klanger*; *Klang* = *Singer*; *Sing* = *Dranger*; *Drang*, não podemos saber se não se tratará antes dum a equação de proporções material-formais. A alteração fonética, para ter aqui lugar, deve dar-se em casos que, no que respeita à relação de função, não têm nada a ver uns com os outros, e que por isso se mostram independentes da significação. Designamos este tipo de grupos de proporções *matério-fonéticos* ou *etimológico-fonéticos*.

Ainda um outro tipo resulta das associações sintáticas. Este distingue-se dos acima referidos pelo facto de a associação dos membros de que se compõe cada uma das proporções ser já introduzida de fora no espírito. A associação das proporções análogas entre si tem igualmente que ser primeiro citada através da atracção no interior do espírito. Associam-se frases como, por exemplo, *spricht Karl*, *schreibt Fritz* (fala Carlos, escreve Frederico), etc., (com anteposição do predicado) ou associações como *vater mortuus*, *filia pulchra*, *caput*

*magnum* (com concordância em género, número e caso), e a par disso formam-se as equações *spricht: Karl = schreibt: Fritz* e *pater: mortuus = filii: pulchra = caput: magnum*. A forma exterior da ligação sintáctica associa-se o sentido duma determinada função, e esta função forma então, em conjunto com a forma exterior, o laço que mantém juntas as proporções. Todas as funções sintácticas podem abstrair-se só de tais proporções. Por isso os grupos sintácticos de proporções são também em parte a condição necessária para a formação dos grupos de forma e dos grupos de relações material-formais. Os genitivos, por exemplo, não podem agrupar-se, se não formarem associações como *das Haus des Vaters, der Bruder Karls* (a casa do pai, o irmão de Carlos), etc.

§ 77. Não há por assim dizer palavra nenhuma, seja em que língua for, que esteja absolutamente fora de qualquer um dos referidos grupos. Encontram-se sempre outras de qualquer modo semelhantes, a que ela se pode encostar. Mas no que se refere à maior ou menor variedade das associações em que uma palavra entra, e à intimidade da associação, existem diferenças importantes. O agrupamento faz-se tanto mais facilmente e torna-se tanto mais sólido, por um lado quanto maior for a concordância e significação no aspecto fonético, por outro lado quanto mais profundamente estiverem gravados os elementos capazes de formar um grupo. No último caso interessam para os grupos de proporções, por um lado, a frequência de cada uma das palavras, por outro lado, o número de proporções análogas possíveis. Onde os vários elementos são demasiado pouco marcados ou a sua concordância recíproca é muito fraca, eles ou não se associam ou a associação permanece pouco sólida. Também aqui são possíveis várias gradações.

§ 78. Aquelles grupos de proporções que adquiriram um determinado grau de solidez são de importância eminente para toda a actividade da fala e para toda a evolução da língua. Fazemos injustiça a este factor da vida da língua se só começamos a considerá-lo quando ele provoca uma modificação no uso. Foi um erro básico da antiga linguística ter tratado como algo de meramente reproduzido de memória toda a língua falada enquanto ela se não desviasse do uso corrente, e a consequência disso foi não podermos fazer uma ideia exacta da parte que os grupos de proporções tomam na transformação da língua. É verdade que já W. v. Humbolt acentuou expressamente que o falar é uma criação continua. Mas ainda hoje, quando tentamos agir de acordo com este modo de ver, encontramos quem nos contradiga vivamente e muitas vezes de forma incompressível.

As palavras e grupos de palavras que empregamos na conversação só em parte se criam por mera reprodução de memória do que aprendemos antes. Tem mais ou menos a mesma influência sobre a fala uma *actividade combinatória* que se baseia na existência dos grupos de proporções. A

combinação consiste de certo modo na *redução duma equação de proporções* através da criação dum segundo membro de proporção segundo o modelo de proporções análogas já tornadas correntes, para uma palavra igualmente corrente. A este processo chama-se formação por analogia. É um facto inegável que uma quantidade de formas e de associações sintácticas jamais introduzidas de fora no espírito, não só podem ser criadas com a ajuda dos grupos de proporções, como de facto são continua e firmemente criadas, sem que a pessoa que fala tenha a sensação de abandonar o chão firme do aprendido. É absolutamente indiferente para a natureza deste processo se se cria qualquer coisa que já antes foi usual na língua ou qualquer coisa inexistente até aí. No fundo também não importa se o que se cria de novo está em contradição com o que até aí se usou; basta que o respectivo indivíduo não sinta qualquer contradição em relação ao que até aí aprendeu. Noutros casos é verdade que se regista algo recebido do exterior, mas isso não seria suficientemente forte para voltar a ser chamado à consciência sem a ajuda dos grupos de proporções a que pertence.

§ 79. Temos de concordar que das frases que dizemos poucas são as que aprendemos de cor; a maior parte delas são formadas no momento mesmo. Quando aprendemos metódicamente uma língua, são-nos dadas regras segundo as quais formamos frases com várias palavras. Mas nenhum professor que tenha qualquer noção de pedagogia deixará de apresentar ao mesmo tempo exemplos da regra, isto é, um modelo para as frases a construir depois independentemente. Regra e exemplo completam-se reciprocamente na sua eficácia; e a partir deste método pedagógico vemos que o exemplo concreto tem certas vantagens que a regra abstracta não possui. Na aprendizagem natural da língua materna não aprendemos a regra como tal, mas apenas uma série de exemplos. Vamos ouvindo uma série de frases que se formam do mesmo modo e que por isso se juntam num grupo. A recordação do conteúdo especial de cada frase pode ir-se apagando cada vez mais, mas o elemento comum vai-se reforçando pela repetição, e assim se deduz inconscientemente a regra a partir dos exemplos. Precisamente porque não nos é dada qualquer regra de fora, não chega um só exemplo, mas é necessário um grupo de exemplos cujo conteúdo especial é indiferente. Porque só assim se cria a ideia duma validade universal do exemplo, a qual dá a cada um o sentimento de ter o direito de fazer combinações próprias. Quando empregamos com suficiente frequência uma regra aprendida de cor, conseguimos que esta acção também inconscientemente. Não precisamos de consciencializar nem a regra nem um determinado exemplo, construindo contudo frases absolutamente correctas. Assim, pelo menos no que diz respeito ao método usual no exercício prático, chegamos, por um caminho afastado, precisamente ao ponto onde se encontra aquele que não teve qualquer ensino gramatical.

A principal desvantagem de quele a quem apenas se ministraram exemplos, em relação àquele que aprendeu simultaneamente regra e exemplo, é que o primeiro não sabe desde o princípio, como o segundo, a extensão do valor dos seus exemplos. Quem, por exemplo, a princípio ouve frequentemente a preposição *in* com acusativo, considerará esse facilmente como o emprego geral de *in*, e quem a ouve ora com acusativo ora com dativo precisará de pelo menos algum tempo até ter encontrado a diferença, e entretanto talvez empregue indiferentemente um ou outro. Aqui, com a ajuda da regra, chegamos muito mais depressa ao fim. Esta mistura de dois grupos, que segundo o uso deviam conservar-se separados, é tanto mais possível quanto mais subtil for a distinção lógica exigida e quanto maior for a margem deixada à opinião pessoal. Mas um grupo pode estender facilmente o seu exemplo ao campo de um grupo afim, sobretudo quando excede este de muito na frequência dos casos em que se manifesta. E finalmente há muita coisa no uso da língua que se encontra isolada, que não se adapta nem a uma regra conscientemente deduzida, nem a um grupo criado inconscientemente. Mas tudo o que não é apoiado por qualquer grupo, ou o é só em muito pequena medida, não é suficientemente resistente contra o poder dos grupos maiores se não for gravado na memória com intensidade especial por uma repetição frequente. Assim, para apresentarmos um exemplo, no alemão como noutras línguas indogermânicas é regra que, quando dois objectos dependem dum verbo, um se empregue no acusativo e outro no dativo. Mas há a par disso casos e houve dantes ainda mais, em que encontramos um acusativo duplo. Estes casos têm e tinham de ser aprendidos especialmente. Em consequência da contração com a regra geral o sentido da língua tornase inseguro, e isso pode levar finalmente ao desaparecimento de construções raras. Hoje em dia ouvimos quase tão frequentemente *er lehrte mit die Kunst* como *er lehrte mich die Kunst* (ele ensina-me a arte), e já ninguém diz *ich verbehle dich die Sache*, como no médio-alto-alemão, mas só *ich verbehle dir*.

§ 80. Mas também no campo da formação de palavras, e ainda mais no da flexão, é muito importante a actividade criadora do indivíduo. Das formas nominais e verbais que empregamos, poucas são pura reprodução de memória, muitas delas nunca as ouvimos ou dissemos antes, outras tão raramente que, sem a ajuda dos grupos a que se allataram, nunca mais poderíamos voltar a chamá-las ao conscente. De qualquer modo o normal é que produção e reprodução acuem em conjunto, e em proporções muito diferentes uma da outra.

Vemos com especial clareza numa língua estrangeira a influência da analogia na apropriação gramatical das formas de flexão. Aprendemos de cor um certo número de paradigmas e fixamos depois, das várias palavras, só tantas formas quantas são necessárias para reconhecer a filiação neste

ou naquele paradigma. Às vezes basta uma única. As restantes formas formámo-las no momento em que precisamos delas segundo o paradigma, isto é, por analogia. No princípio temos sempre presente o paradigma aprendido. Mas depois de termos formado à sua semelhança uma quantidade grande de formas, e também depois que estas deixaram vestígios na alma, a formação faz-se mesmo sem chegarmos a tomar consciência da palavra que serviu de paradigma. As palavras formadas de outras palavras exercem agora também a sua influência, e em consequência disto só o elemento formal comum a todos chega a consciencializar-se, enquanto que os diferentes elementos materiais se inibem mutuamente. De agora em diante, a relação de quele que fala com as formas de flexão no momento de empregá-las é quase a mesma que se adquire na aprendizagem natural da língua materna. Esta aprendizagem natural conduz ao mesmo fim por um caminho menos directo mas ao fim e ao cabo igualmente seguro. Aqui, os elementos formais não se prendem, desde o princípio, de preferência a um único e determinado elemento material, e o conjunto das formas possíveis nunca se alinha segundo uma sequência determinada. Não se ensina que esta palavra se deve orientar por aquela. O facto de um certo número de formas de palavras diferentes se comportarem regularmente, basta para criar a sensação de que se tem o direito de continuar a agir segundo esta regularidade. Uma vez fixadas e formadas em grupos todas as formas dum certo número de palavras, o sentido da língua aceita como evidente que também as formas doutras palavras pertencem a estes grupos, que portanto, por exemplo, os restantes casos fazem parte, como complemento necessário, do nominativo ou do genitivo dum substantivo. Daí resulta também que não consideramos cada caso e cada forma verbal como uma palavra especial, mas que os incluímos na forma usual de designação dum substantivo ou verbo (nominativo, infinitivo) à semelhança de todo o complexo de formas.

No campo da formação de palavras as condições só em parte se assemelham às do campo da flexão. Aliás muitos modos de formação criam-se por analogia tão natural e facilmente como as formas de flexão, como por exemplo o comparativo e o superlativo a partir do grau positivo. Noutros casos as palavras transmitidas só dão lugar a um número reduzido de formações por analogia e noutros casos ainda não dão lugar a nenhuma. Este comportamento diverso é condicionado simplesmente pela diferente capacidade do material transmitido para se formar em grupos (2).

§ 81. Como podemos associar em grupos de relação a maioria das formas usuais da língua, é muito natural que muitas vezes tenham de criar-se formas com o auxílio de proporções, formas essas que já antes se usavam na língua. Mas se este fosse sempre o caso, então deviam, por um lado, todas as formas susceptíveis de se formarem em proporções já terem sido citadas uma vez, por outro lado teria de existir uma harmonia

tão perfeita do sistema de formas como não é possível encontrá-la, ou pelo menos as formas correspondentes de classes diferentes nunca deveriam ter uma forma análoga, sempre que existissem a par uns dos outros diferentes modos de formação, diferentes classes de declinação ou conjugação, diferentes maneiras de formar um nomen agentis a partir dum verbo; deveria poder ver-se claramente em cada forma a qual das classes existentes a palavra pertence. Logo que uma forma, segundo o seu aspecto, possa pertencer a várias classes, também é possível criar a partir dela as outras formas correspondentes segundo diferentes proporções. Qual das diferentes proporções possíveis então se impõe, depende apenas da maior ou menor importância que têm umas em relação às outras.

Uma formação por proporção não encontra nenhuma resistência no espírito, quando para a função, para a qual é criada, não havia até aí expressão absolutamente nenhuma. Mas também não a encontra quando uma expressão, se bem que diferente, já é usual mas nunca foi transmitida ao referido indivíduo, o que acontece muitas vezes com palavras mais raras. Mas uma vez aprendida de cor a forma usual, então depende da importância que uma ou outra tenha se, no momento em que determinada função deve ser exercida, tomamos consciência, para esse fim, dum forma por simples reprodução ou com a ajuda dum proporção. Pode dar-se então o caso de em primeiro lugar se usar a proporção, mas de a associação já antes feita com a imagem da recordação da forma usual ser ainda suficientemente forte, para tornar depois sensível a contradição entre o neologismo e esta imagem. Lembramo-nos então de que quisemos dizer, ou já dissemos, algo de errado. É portanto esta uma das formas de engano de linguagem. Temos de considerar também um engano de linguagem quando a pessoa que fala nem mesmo depois dá conta por si só da contradição com a imagem de recordação, mas a reconhece imediatamente quando lhe chamamos sobre isso a atenção com uma breve alusão. Mas o poder da imagem de recordação pode ser tão reduzido que não chegue a sobrepor-se à formação por proporção, e esta se realize sem obstáculos.

*Através da acção dos grupos é dada a cada um, em grande quantidade, a possibilidade e a ocasião de exceder aquilo que na lingua era já usual. Deve notar-se que tudo o que é criado deste modo deixa um efeito duradouro. Se este não é de princípio suficientemente forte e eficaz para possibilitar uma reprodução imediata, facilita contudo uma repetição futura do referido processo de criação, e contribui além disso para combater ainda mais uma resistência eventualmente oferecida. Estas repetições podem trazer o que talvez faltasse ainda em força ao neologismo para ser imediatamente reproduzido.*

§ 82. Cada uma destas transgressões do uso parece uma certa ousadia quando, limitada a um indivíduo, este acrescenta um pouco mais ao uso sem se pôr em contradição com ele, mas parece erro quando se dá esta

contradição. Um tal erro pode permanecer isolado, sem se transformar em hábito, e pode também, depois de tornado hábito, voltar a perder-se, enquanto nos apropriamos do usual através do convívio, seja pela primeira vez, ou seja de novo. Mas mesmo que se não volte a perder, desaparece em regra com o indivíduo, não se transmitindo facilmente a um outro. Muito mais facilmente se transmite uma criação que não entre em conflito com nenhuma já existente; neste caso um indivíduo isolado pode muito melhor dar o primeiro impulso. Ao contrário, na substituição do até-então usual por algo de novo, as coisas passam-se exactamente como na alteração fonética e semântica. Só se pode produzir uma modificação do uso quando, dentro dum círculo estreito, se produz espontaneamente o mesmo neologismo num grande número de indivíduos. A possibilidade dum tal concordância espontânea de muitos indivíduos baseia-se na concordância preponderante que preside à organização dos grupos de ideias que se referem à língua. Quanto maior for o número daqueles que adoptam o neologismo, tanto mais fácil se torna a transmissão do mesmo a outros, tanto mais ganha em autoridade aquilo que a princípio parecia ser um erro.

Assim como no que respeita às condições fonéticas e à significação que se atribui às palavras, assim também no que respeita às criações por analogia é na linguagem infantil que encontramos as maiores divergências em relação ao uso corrente. Quanto mais incompleta e fraca for ainda a fixação das diferentes palavras e formas, tanto menos resistência encontra o neologismo, tanto mais larga margem lhe é deixada. Assim, todas as crianças têm a tendência para usar, em vez das formas irregulares e raras que ainda não estão gravadas na sua memória, as formas regulares e usuais; por exemplo, no novo-alto-alemão as crianças conjugam todos os verbos como fracos. Se a tendência para criar novas formas decrece à medida que o indivíduo se vai desenvolvendo, isso não é naturalmente o resultado do desaparecimento dum riqueza a princípio existente, mas sim dum diminuição de necessidade, porque temos ao nosso dispor, para o fim para o qual se criaram primeiro os neologismos, cada vez mais formas aprendidas de memória. Em geral, também neste campo as divergências da linguagem infantil não têm consequências para a continuação da evolução geral da língua; mas aqui e além ficam por vezes vestígios. Sobre tudo nos casos em que os próprios adultos têm tendência para o neologismo, notar-se-á mais fortemente tendência correspondente nas crianças, e elas entregam-se-lhe-ão livremente mal lhes falte a inibição que necessariamente lhes é imposta pela linguagem dos adultos.

Uma forma já existente, com significação idêntica, não desaparece subitamente com o aparecimento do neologismo análogo. Não é concebível que a primeira empalideça simultaneamente em todos os indivíduos, de forma que a palavra formada por analogia possa impor-se sem obstáculos. Muito mais frequentemente acontece que alguns indivíduos conservam

sempre a velha fórmula enquanto que outros se servem já do neologismo. Mas continuando a haver entre uns e outros um convívio constante, acabará por dar-se um ajustamento. Portanto ambas as formas têm de tornar-se correntes para um número maior ou menor de indivíduos. Só depois de longa luta entre ambas as formas é que o neologismo pode reinar sozinho (<sup>3</sup>).

§ 83. Como a criação por analogia é a redução duma equação de proporções, têm de existir já *pele menos três membros* que sirvam para início duma tal equação. Cada um tem de ser de qualquer modo comparável aos outros, isto é, neste caso tem de mostrar uma certa concordância com um no factor material, com o outro no factor formal. Assim podemos por exemplo estabelecer no latim uma equação *animus: animi = Senatus: X*, mas não *animus: animi = mensa: X*. Portanto uma palavra só pode sofrer na sua flexão influências análogas vindas de outras quando concorda com estas na formação de uma ou mais formas. Aliás verifica-se por vezes uma influência sem tal concordância, que então, correctamente, não podemos chamar formação por analogia. Numa flexão, uma terminação dum caso pode ser considerada como a terminação normal de uma forma de flexão por causa da sua frequência. Então transmite-se a outras palavras mesmo sem o apoio de palavras formadas de modo semelhante. Neste caso está, por exemplo, em ático a transposição da terminação do genitivo *ov* da segunda declinação para os masculinos da primeira: *πολύτρον* em vez de *πολύτρεω*, como deveria responder ao grego homérico *-αο*, e ao dórico *αῖ*; a concordância de ambas as classes no género foi aqui influência suficiente. O genitivo dual da terceira declinação grega tirou a sua terminação da segunda: *πρόδιω* de *ἵππων*. Em alemão, a terminação *s* do genitivo transmitiu-se aos nomes próprios femininos terminados em *a*: *Beritas*, *Klaras*. Em inglês, sueco e dinamarquês o *s* evoluiu no sentido duma desinência geral do genitivo, mesmo para o plural. Naturalmente também se criam neologismos com base nos grupos de proporção de que falámos no parágrafo 76, os quais se compõe de formas do mesmo grupo de matéria. No médio-alto-alemão as terceiras pessoas do plural são: no presente do indicativo *gebent*; conjuntivo *geben*, pretérito perfeito do indicativo *gâben*, conjuntivo *gêben*. No novo-alto-alemão, por analogia com as outras três formas, *geben* introduziu-se também no presente do indicativo; no último período do médio-alto-alemão, ao contrário, *ênt* também invadiu as restantes formas. A segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo forte, que era formada de modo especial no médio-alto-alemão (*ihū gêbe, wære*), modificou-se por analogia com as outras duas pessoas.

§ 84. Tanto quanto posso ver, tem-se tomado pouco em consideração o facto de a analogia exercer uma influência criadora também no campo da *alternância fonética*. A alternância fonética é, em primeiro lugar,

como vimos, uma consequência da alteração fonética, que se dá quando o mesmo som ou o mesmo grupo de sons se decompôs em vários, em consequência de diferentes condições fonéticas. Enquanto estas condições durarem e, além disso, não sobrevierem perturbações na acção da alteração fonética, provocadas por outras influências, é possível que as formas surgidas por causa da alteração fonética se organizem em grupos de proporção, como nos exemplos do parágrafo 76. Podemos então qualificar de viva a alternância fonética. Mas se desaparecerem as condições que produzem a causa dum tratamento diverso do som, então não podemos formar mais qualquer proporção etimológico-fonética, a alteração fonética fica congelada. Assim, por exemplo, a alternância de *h* e *g* em *ziehen — Zug, gediehen — gediegen* já não é exigida por condições da língua actual. O motivo que originariamente provocou esta alternância fonética — o acento alternante indogermânico — desapareceu há muito. É verdade que a alternância entre *hoberhoch, sehen-Gesicht, geschehen — Geschichte* coincide com uma alternância de colocação dentro da sílaba; mas como, na maioria dos casos, em alternâncias de colocação absolutamente idênticas já se não dá qualquer alternância fonética (como *rauber — raub, seben — sab e sieh, geschehen — geschab e geschiehl*), podemos considerar esta alternância como morta. O caso é diferente no médio-alto-alemão, onde é regra acentuada, corresponda o som do nosso *ch*, como *râber — râch, sêben — sach, geschehen — geschach*, escrito aliás também *h* antes de *s* e *t* nos princípios do médio-alto-alemão (*sîhsî, sîht*), mas mais tarde igualmente indicado por *ch* (*sichst, sichts*).

Os grupos de proporção matério-fonéticos são pois tão produtivos como os matério-formais. Não podemos, por exemplo, imaginar que as duas pronúncias diversas do nosso *ch* sejam expressamente aprendidas por cada um para cada caso especial; antes se verifica também aqui a acção simultânea de fixação de memória e de criação por analogia, e sem a colaboração da última não poderia adquirir-se na alternância entre ambas as pronúncias a segurança que realmente existe. Sobre tudo indubitável é a colaboração da analogia nos fenómenos-Sandhi. Como poderíamos explicar doutro modo que, por exemplo em francês, as consoantes finais *s, z, t, n*, sejam constantemente tratadas de modo diferente, conforme a palavra seguinte começa por consoante ou vogal? Na verdade é possível que um certo número de ligações como *nous vendons — nous aimons, un fils — un ami* se tenham transmitido de memória, de geração em geração, desde a época em que surgiram por motivo da alternância fonética, mas são assim de certeza todas as que se empregam hoje e que se empregaram anteriormente. Contudo a alternância é rigorosamente observada mesmo por aqueles que não aprenderam gramática, e em todas as novas combinações possíveis.

Pela acção dos grupos de relação etimológico-fonéticos criam-se em geral formas como as que seriam também produzidas pela alteração fonética que lhes serve de base. Mas acontece também por vezes serem criadas novas formas que não seriam possíveis segundo as leis fonéticas. A causa disto é uma inversão, no fundo não justificada, das proporções, ou uma modificação das condições por uma alteração fonética mais recente.

Em muitos dialectos do alto e médio alemão vigora uma lei fonética, segundo a qual o *n* no final de sílaba desapareceu, mas se manteve, mesmo no final de palavra, quando foi acrescentado a esta por a palavra seguinte começar por vogal: assim, por exemplo, em alemânico *ɣ ros* (ein Ross) — *ɣ-n ôbet* (ein Abend) *i düɣ* = médio-alto-alemão *ich tuon* — *düɣ-ni*. Está-se assim habituado a que em muitos casos, entre vogal inicial e vogal final, se introduza visivelmente um *n*, e em consequência disso o *n* transmite-se a casos onde, antigamente, não existia qualquer *n*. Assim encontramos na Suíça (1) ligações como *wo-n-i* (wo ich), *ɣ-n-izî* (so ist es), *wiɣ-n-ɣ* (wie ein), *so-n-ɣ* (so ein), *bi-n-ɣm* (bei ihm), *triɣ-n-ɣm* (zu ihm). Encontramos o mesmo fenómeno no dialecto de Baden, (2), na Suábia, por exemplo no dialecto da região de Horb (3): *bei-n-ɣm* (bei ihnen), *zuɣ-n-enɣ* (zu ihnen), *dâ mâ-n-i* (dich mag ich), *lâ-n-ɣms* (lass es ihm), *gei-n-ems* (gib es ihm), correspondentemente na Suábia bávara e numa parte vizinha do autêntico território bávaro (4). *si-n-ist* (sie ist), *wie-n-i* (wie ich), etc. Também no dialecto de Kärnten se diz *bân-enk* (bei euch) (5). No velho-provençal criou-se a forma secundária *ɣon* para *ɣo* (*ɣuit*) por analogia com *bon* — *bo*, etc. (6). Neste caso conta-se também o *ν* ἐπελευστικόν, enquanto não se puder explicar etimologicamente.

Há dialectos bávaros em que *r* precedido de vogal na mesma sílaba se transforma em *e* fraco (*a*). No final da palavra, antes de outra palavra começada por vogal, o *r* mantém-se, porque passa para a segunda palavra. Diz-se por isso *dêr arm*, mas *dê jung er is*, mas *ɣ hât*, *mê brueder oder i*, mas *i odê mē bruedê* (10). Em consequência disto aparecem ligações como *wiɣ-r-i* (wie ich), *gê-r-ɣ* (gehe er) *dâ siɣ-r-i* (da sehe ich) *kâɣ-r-i* (kann ich), *aɣ-r-i* (abhin = hinab) (11). São igualmente provocadas pelo desaparecimento do *n* final no inglês do sul ligações como *America-r-and England*, *idea-r-of*. Correspondentemente podemos explicar o médio-alto-alemão *jârâ*, *nûrâ* através de *jâ*, *nû* + *â*, por analogia da relação entre *dâ* (do antigo *dâr*) e *dârane*, *wâ* e *wârane*, *bie* e *bierane*, *sâ* e *sârie*.

A possibilidade de haver duas formas fonéticas na frase é certamente o capítulo em que mais frequentemente aparece esta espécie de formação por analogia. Contudo ela não se limita a isto. No último período do médio-alto-alemão dificilmente podemos falar duma transição fonética do

*h* em *ch* quando, pela queda do *e* final, de *zæbe*, *geschæbe bæbe*, etc., se formam *zæch*, *geschæch*, *bæch*; estas formas sujeitaram-se muito mais à analogia da alternância já anteriormente existente *hōch-hōbes*, *geschēn-geschach*, etc. O mesmo se deve passar com as formas *sicht*, *geschicht* (em tempos mais antigos escritos ainda *sibt*, *geschibt*), de *sibet*, *geschibet*.





§ 132. A associação dos elementos da língua em grupos tem de ser, como vimos, realizada especialmente por cada indivíduo duma entidade linguística. Os grupos são pois de natureza absolutamente subjectiva. Mas como os elementos de que se compõem são, no conjunto, os mesmos adentro duma determinada comunidade, assim também a formação dos grupos deve ser análoga em todos os indivíduos pertencentes à comunidade, graças à concordância essencial da sua organização psíquica. Por isso, assim como determinamos o uso geral adentro dum determinado período de acordo com uma certa média, somos também capazes de estabelecer um sistema de agrupamento de validade essencialmente universal para cada período de evolução de uma língua. É precisamente só esta universalidade na natureza dos elementos de que se compõem os grupos, que constitui o fundamento em que se podem apoiar as reflexões científicas, enquanto que as particularidades individuais se esquivam à observação, abstraindo de excepções isoladas que se perdem na grande massa.

Se compararmos agora entre si as nossas abstrações sobre os agrupamentos de diferentes épocas, notaremos diferenças importantes, e não só quando um certo número de elementos desapareceram e outros novos surgiram; mas também onde se conservaram (2), os velhos elementos aparecerem-nos contudo agrupados de forma diferente em consequência duma transformação sofrida pela forma fonética ou pela significação ou por uma coisa e outra. O que antigamente estava firmemente ligado, encontra-se hoje apenas suspenso ou inteiramente desligado. O que dantes não tinha ligação, encontra-se agora associado. Podemos designar, com propriedade, o primeiro processo de *isolação*, visto o afrouxamento do laço se poder considerar como uma *isolação* pelo menos parcial. Esta expressão também se baseia naturalmente em não podermos fugir a trabalhar com abstrações. Rigorosamente não devíamos dizer que o que

antigamente estava associado se isolou, mas só que os elementos duma associação existente nas mentes duma geração mais antiga não se associaram também nas mentes duma geração posterior.

O agrupamento baseia-se em *igualdade ou semelhança de som ou significação*. E na maioria dos casos esta igualdade ou semelhança baseiam-se, em última análise, em grande parte, numa *ligação etimológica*. Mas não é a ligação etimológica em si que é decisiva para a associação, mas, em cada grau da língua, só enquanto essa ligação se deixa reconhecer, numa identidade total ou parcial de som ou significação; e, ao contrário, toda a identidade nascida casualmente produz o mesmo resultado. É do desconhecimento deste facto inegável que nascem tantos erros da antiga linguística.

§ 133. Estudamos neste capítulo primeiro o afluxamento e decomposição dos grupos. Estes são ocasionados por *alteração fonética e semântica*, por vezes também pela *formação por analogia*. É certo que esta última, como veremos ainda, tem uma influência enorme na reconstituição da ligação interrompida; mas como vários princípios de analogia se interceptam, ela pode ter também o resultado contrário.

Já vimos no capítulo 4 que as diferentes significações duma palavra se podem isolar cada vez mais umas em relação às outras. Além disso vimos no parágrafo 73 que uma palavra, como elemento duma associação sintáctica rígida, se pode isolar em relação ao seu outro modo de emprego. Do mesmo modo, os grupos de palavras e de formas de palavras tratados no capítulo 5 podem ser separados uns dos outros.

§ 134. Os grupos *etimológico-fonéticos* são destruídos quando, por qualquer razão, desaparecem as condições que ocasionaram a alteração fonética e pelas quais ela continuou depois a regular-se, por analogia. Pela lei de Verner, criou-se no germânico primitivo uma alternância radical entre fricativas fortes e brandas: (*b* — *ð*, *p* — *f*, *s* — *z*), condicionada pela colocação do acento de acordo com a acentuação primitiva (indogermânica). Depois que esta acentuação foi substituída pela mais recente, especificamente germânica, deixou de existir qualquer causa fonética manifesta para a mutação, por isso a mesma teve que parecer inteiramente arbitrária. É certo que se pôde citar uma noção geral de que os respectivos sons costumavam trocar-se entre si, mas então não foi mais possível adquirir o uso da língua senão aprendendo especialmente cada forma. A mutação fonética deixava de ser uma coisa viva, era rígida, morta. Em segundo lugar, uma alteração fonética mais recente pode ter como resultado destruir esta espécie de grupos. Como exemplo podemos servir-nos de novo da alternância segundo a lei de Verner. Em vez da mutação do germânico primitivo entre fricativas fortes e brandas, temos no alt. al. a mutação *h-g* (a par disso *ck*), *d-t*, *f-b* (a par disso *pp*), *s-r*. A mutação duma só espécie dividiu-se portanto

em várias mutações diversas, e uma tal divisão é sempre um entravecimento. Mas o verdadeiro grande inimigo dos grupos etimológico-fonéticos é a acção de compensação dos grupos de proporções matetio-formais, de que tratamos mais abaixo.

§ 135. As isolações que se podem produzir no domínio *sintáctico* foram tratadas já em parte no capítulo 7. Temos aqui em primeiro lugar umas contra as outras, isolações das diferentes significações duma relação sintáctica. Isto não estorva os grupos de proporções sintácticas, enquanto cada função isolada desta relação permanecer inteiramente viva. Mas toda a rigidez provocada por uma associação habitual com uma determinada palavra é uma separação da associação geral de proporções. Assim, por exemplo, dificilmente podemos dizer que a associação *zu dir* (para contigo) tenha ainda uma relação de analogia com a associação de qualquer outra preposição com o dativo, e ainda menos que uma função mais geral do dativo seja relacionada com esta analogicamente pelo sentido da língua. Mas esta associação ainda se mantém adentro dum grupo de proporções mais limitado, e nomeadamente num grupo em que o mesmo membro atravessasse todas as proporções isoladas: *zu: dir = zu: dem Vater = zu: allen*, (para: contido = para: com o pai = para: com todos) etc.

Aqui pode mudar à vontade a palavra em que a relação sintáctica tenha um cunho formal especial. Há ainda outra espécie de isolação, na qual precisamente esta palavra é fixa, enquanto que a outra, na qual esta relação não encontra expressão, pode mudar indistintamente. Esta isolação produz-se pelo facto de modos de construção em geral desaparecem, mas conservarem-se em restos isolados, que, pelo seu uso frequente, adquiriram um cunho especialmente forte, de forma a não precisarem do apoio das proporções análogas e de se manterem por isso, mesmo depois do desaparecimento destas últimas.

Assim há no n. a. a. várias funções do genitivo que dantes eram inteiramente vivas mas que hoje se limitam ao genitivo de algumas poucas palavras, que agora se mantêm por si sós ou se encontram associadas em grupos muito pequenos, que apenas são capazes dum alargamento analógico muito limitado, ou mesmo de nenhum. Para a determinação do tempo só pode usar-se o genitivo do singular de substantivos masculinos e neutros, abstraindo das fórmulas isoladas *derzeit*, *jederzeit*, *dieser Tage*, *nächster Tage* (actualmente, em qualquer altura, nos últimos dias, nos próximos dias). Podemos dizer *des Morgens*, *eines Morgens*, *Abends*, *Tages*, *Jahres* (de manhã, uma manhã, à noite, diário, anual), mas não *der Stunde*, *einer Stunde*, etc., (da hora, duma hora), aliás também não *des Monats* (do mês). Os referidos genitivos também não podem associar a si um adjectivo qualquer, mas há fórmulas fixas como *eines schönen Tages*, *Morgens* (um belo dia, manhã). A função de designação do tempo já não está aqui ligada ao genitivo como tal, mas ao

sufixo (*e*), cuja identidade originária com o sufixo de genitivo já mal se nota. Notamos isto ainda mais claramente nas formas sem artigo, *abends*, *morgens*, *tags* (à noite, de manhã, de dia), mas sobretudo na forma anti-quadra (*des*) *Nachtes* (de noite), que está separada também foneticamente da forma que agora funciona como verdadeiro genitivo. Ainda mais isolados do que estas determinações de tempo estão alguns genitivos que designam uma relação de espaço: *des Weges*, *gerades Weges*, *rechter Hand*, *linker Hand*, *allerorten*, *allerwegen* (de caminho, a direito, à (mão) direita, à (mão) esquerda, por toda a parte, por todo o lado). Além disso alguns genitivos causais: *Hungers sterben*, *Todes verblichen* (morrer de fome, pálido de morte); também *der Hoffnung*, *des Glaubens leben* (viver da esperança, da fé), quando estas fórmulas não se podem interpretar de outra maneira. Mais numerosas, mas igualmente isoladas são as fórmulas que exprimem uma circunstância de modo. Temos de distinguir aqui diferentes modos de empregos. Um grupo de genitivos afins é usado predicativamente. Dizemos: *ich bin der Ansicht*, *Meinung*, *Hoffnung*, *Zuversicht*, *des Sinnes*, *des Glaubens* (eu sou de parecer, opinião, tenho a esperança, a certeza, a ideia, a fé), só sem artigo *willens* (ter vontade de), também *anderer Ansicht*, *guter Hoffnung*, (doutro parecer, boa esperança), e também talvez *er ging fort*, *der Meinung*, *dass* (ele foi embora de opinião que = com a opinião que) etc. Dum género um pouco diferente são *guten Mutes*, *guter Dinge* (de boa coragem = com muita coragem; de boas coisas = bem disposto). *Reinen Sinnes*, *göttlicher Natur* (de sentido puro, de natureza divina) e outros, parecem-nos já antiquados. Directamente colocados como um adjetivo junto de um substantivo e já não tomados como genitivos temos *allerhand*, *mancherhand*, *einerhand*, *keinerhand*, *allerlei*, *aller Art*, (vários, muitos, o mesmo, nenhum, todos, toda a espécie) etc. Além disso diz-se *es ist einerlei* (é indiferente). Ainda outras fórmulas são colocadas com função adverbial junto do verbo como *meines Bedünkens*, *meines Erachtens*, *alles Ernstes*, *stehenden Fusses*, *eilenden Schrittes*, *kurzer Hand*, *leichten Kaufes*, *unverrichteter Sache*, *vorsichtigerweise*, *törichterweise*, *vernünftigerweise* (segundo o meu parecer, a minha opinião, muito a sério, a pé, a passo rápido, de mão curta = sem rodeios, gratuitamente, sem ter conseguido, cuidadosamente, disparetadamente, ajuizadamente) etc., *vorkommenderfalls*, *besterfalls*, *keinesfalls* (em caso afirmativo, no melhor dos casos, em caso nenhum), etc., *keineswegs*, *einigermassen*, *gewissermassen* (de modo nenhum, relativamente, de certo modo), etc. *dergestalt*, *solchergestalt* (de tal maneira, de tal modo). Algumas destas fórmulas são consideradas como autênticos advérbios, como já mostra a grafia usada actualmente. O mesmo podemos dizer de *flugs*, *sponstreichs*, *augenblicks*, *teils*, *grössenteils* (num instante, a toda a pressa, instantaneamente, em parte, em grande parte), etc., e dos derivados de adjectivos *anders*, *rechts*, *links*, *stets*, *stracks*, *bereits*,

*besonders*, *blindlings* (de outro modo, à direita, à esquerda, sempre, directamente, já, especialmente, cegamente) etc.

A fórmula *es sei denn dass* (a não ser que) é um resto dum modo de construção ainda vivo na primeira fase do novo-alto-alemão, vide 1. Moisés 32, 26 *ich lasse dich nicht*, *du segnest mich denn* (eu não te deixo, a não ser que me des a bênção); ainda mais usada era em med. a. a. a mesma com a partícula de negação *en* e também sem *denn*. Temos um resto já irreconhecível no advérbio *nur* (só) = *enwercere*.

A isolação pode agora finalmente prosseguir ainda, enquanto nenhum dos membros ligados entre si pode mudar-se livremente, de forma que então cada fórmula isolada é prolongada só de memória, sem gerar qualquer associação nova.

Já não é possível, no n. a. a., ligar preposições com um substantivo qualquer no singular, sem acrescentar o artigo. Não se pode por exemplo dizer *an Hause*, *vor Tür*, *zu See* (na casa, em frente da porta, para o mar) etc., mas sim *am Hause* (an dem), *vor der Tür*, *zur See* (zu der). Mas em certas áreas mais limitadas é ainda possível criar livremente associações sem artigo, por exemplo *vor Liebe*, *Besorgnis*, *Kummer* (de amor, cuidado, desgosto) etc., para designação de obstáculos; *auf Ehre*, *Gewinn*, *Weisheit*, *Geld gerichtet* (com mira na honra, ganho, sabedoria, dinheiro) — assim *auf* pode ser associado a todas as designações de estado ou matéria, para designar o objectivo duma aspiração; *zu Gelde*, *Weine*, *Wasser werden*, *machen* (tornar-se, tornar em dinheiro, vinho, água) e assim em todas as designações de matéria, mas *die Arbeit wird ihm zur Erholung*, *zum Genuss* (o trabalho serve-lhe de repouso, divertimento); *der Knabe wird zum Mann*, *das Mädchen zur Frau* (o rapaz torna-se homem, a rapariga mulher). Ao contrário, outras associações já não fazem parte de nenhum grupo criador, e já não se pode criar nada de novo que lhes seja tão completamente análogo. As mais numerosas devem ser as fórmulas com *zu*: *zu Hause* (¹) (em casa) — mas não *zu Dorfe*, *zu Stadt* (na aldeia, na cidade) —, *zu Wasser*, *zu Lande* (em mar e em terra) — a última em oposição à primeira, mas já não como no m. a. a. *zu Lande*, análogo a *Hause*, *zu Schiffe*, *Wagen*, *Fusse*, *Pferde*, (de barco, carro, a pé, a cavalo), *zu Anfang*, *Ende* (no princípio, no fim) *zu Tische*, *Bette*, *Markte* (para a mesa, cama, mercado), *zu Leide*, *Liebe*, *Gute* (por mal, amor, bondade), *zurück*, *zurecht*, *zunichte* (para trás, em ordem, em nada); noutros casos, esta preposição limita-se à associação com certos verbos, enquanto que na primeira fase do n. a. a. ainda reina frequentemente um modo de emprego mais livre: *zu Grunde geben*, *zu Rande sein mit etwas*, *zu Berge stehen*, *zu Kopfe steigen*, *mir ist zu Mute*, *zu Sinne*, *einem zu Gemüte führen*, *zu Schaden kommen* — mas *zum Schaden gereichen* —, *zu Tode kommen*, *quälen*, *zu Statten kommen*, *zu Wege bringen*, *zu Gesichte kommen*, *einem etwas zu Danke machen*, *einem zu Willen*

*sein, zu Rate geben, balten, zu Abend, zu Nacht, zu Mittag speisen, zu Tage bringen, fördern*, (arruinar-se, ter acabado alguma coisa, estar amontoado, subir à cabeça, sinto-me..., fazer sentir a alguém, prejudicar-se, morrer, atormentar, vir em vez de, levar ao caminho, aparecer, fazer alguma coisa por gratidão a alguém, fazer as vontades a alguém, reflectir, comer à tarde, à noite, ao meio-dia, trazer à luz do dia), mas não *zu Tage* = *am Tage* (de dia) ou *an diesem Tage* (nesse dia), mas *heutzutage* (hoje em dia). São também dignas de menção as associações paralelas *zu Nutz und Frommen* (em proveito de), mas *zum Frommen, zum Nutzen*, não falando na expressão *sich etwas zu Nutze machen* (tirar proveito de alguma coisa), *zu Spiel und Tanz* (para brincar e dançar = festa) mas *zum Spiel, zum Tanz, in Freud und Leid* (na alegria e na dor), mas *in der Freude, im Leide; in Krieg und Frieden* (na guerra e na paz), mas *im Krieg, im Frieden* (in *Frieden* tem uma significação diversa — em paz); *in (durch) Feld und Wald* (por campos e vales) mas *im Felde, im Walde, durch das Feld, durch den Wald; in Dorf und Stadt* (no campo e na cidade) mas *im Dorfe, in der Stadt*, etc.

Outro exemplo que vem aqui a propósito é o seguinte. No m. a. a. o adjectivo colocado como attributo, nomeadamente depois do artigo indefinido no nominativo do singular de todos os géneros e no accusativo do singular neutro, pode ser usado na forma a que se chama não declinada, portanto *ein guter (schöne) man, frau, kind*. Ao contrário no n. a. a. só se pode usar a forma declinada: *ein guter Mann, eine gute Frau, ein gutes Kind*. Mas os modos de construção mais antigos deixaram vestígios abundantes nos compostos impróprios; que nasceram da associação dum adjectivo com um substantivo, como *Altmeister, Jungesel, Bösewicht, Kirweil, Neumann*, etc. E além disso a forma não declinada apparece-nos ainda em algumas associações que nos restam: *gut Wetter, schlechtes W., ander W., ein gut Stück, ein gut Teil, ein ander Mal, manch Mal, ein ander Bild* (ainda no sec. XVIII *ander* é frequente também noutras expressões), *gut Ding will Weile haben*.

Temos restos completamente isolados em: *zweifelhohne* (no med. a. a. *âne* pode juntar-se como sufixo a qualquer genitivo), *mutter seelenallein* (em med. al. *al. alleine* com o genitivo tem, no uso geral, o sentido de «separado de»), *Vergissmeinnicht* (*vergessen* dantes geralmente construído com o genitivo = esquecer de), *dass es Gott erbarme* (no med. al. *al. mich erbarme ein dinc* — qualquer coisa faz-me pena).

§ 136. As associações sintácticas são em parte também associações no domínio do *agrupamento formal*, visto este se basear em grande parte na função sintáctica; ver nomeadamente os genitivos acima apresentados. Mas a associação formal, por sua vez, está intimamente ligada à associação do *elemento de matéria*, na medida em que este é uma consequência da alteração semântica. Evita-se uma separação das formas etimológicas

mológicamente ligadas até a evolução da significação de cada uma se mover em linhas paralelas. Este caso será tanto mais frequente, quanto mais elas forem sempre de novo relacionadas umas com as outras. Mas quando a relação é mais viva e quando elas não são puramente transmitidas de memória, cada um por si, mas quando são também criadas continuamente, umas para as outras, de acordo com outras analogias. Como em cada criação dum nova forma, como já vimos, colaboram um grupo de matéria e de forma, ambos se condicionam mutuamente no que respeita à sua força criadora. Uma associação formal é quase sempre simultaneamente uma material. Se *rechts* já não parece genitivo, também já não está tão intimamente relacionada com o nominativo *recht*. *Kunst* não está tão intimamente ligada a *können* como *Führung* a *führen*; porque *-ung* é um sufixo ainda vivo, com a ajuda do qual podemos em qualquer momento formar substantivos de verbos; mas o mesmo não se passa com *-st*. Podíamos mesmo afirmar ainda que *Regierung* — no sentido de corpo dirigente, *Mischung* = mistura, *Kleidung* = meio para se vestir, e outros, não estão tão intimamente ligados aos respectivos verbos como *Regierung* = *das Regieren* (o reger), etc. Porque só a designação dum a actividade constitui a função viva completa do sufixo *-ung*, com o qual podemos formar um substantivo da maioria dos verbos transitivos.

Os grupos que se referem à flexão estão naturalmente mais firmemente ligados do que os referentes à formação de palavras. Por um lado a medida do elemento comum é maior, por outro lado o sentido do modo de formação é o mais vivo. É característico neste sentido o comportamento das formas nominais do verbo. Mal são usados como autênticos nomes, logo o infinito é precedido de artigo, e o particípio empregado para designar uma propriedade permanente, a ligação com as restantes formas verbais é mais frouxa, e com isso cria-se a possibilidade dum a evolução divergente da significação.

Um alargamento de significação da própria frase ou da palavra que o sentido da língua considera como tal, comunica-se mais facilmente à derivada do que, inversamente, um alargamento de significação da derivada se comunica à raiz. Como a derivada nos recorda mais facilmente a palavra base do que inversamente, assim também alliamos mais facilmente a derivada a todas as significações da palavra base, do que esta a todas as significações da derivada. Por isso o impulso para a associação parte geralmente dum a modificação de significação da derivada. A palavra simples comporta-se em relação à composta como a palavra base em relação à derivada.

A causa da evolução semântica irregular de palavras etimologicamente afins, não sendo uma consequência de outra associação, encontra-se na diferença de função existente desde o início. O nome pode evoluir em sentidos nos quais o verbo não o pode seguir. Só os nomina agentis e os

nomina actionis propriamente ditos é que se encontram em verdadeira correspondência com o verbo. Mas o nomen agentis se tornou designação duma propriedade permanente ou do portador duma propriedade permanente, e o nomen actionis se tornou designação dum estado permanente ou dum produto, dum instrumento, podemos aliar-lhe um conteúdo de significação mais lato, como o não encontramos junto dum verbo. Assim *Ritter* (cavaleiro) do n. a. a. é nomen agentis de *reiten* (cavalgar), e torna-se depois a designação para um homem que pratica o cavalgar por hábito, por profissão. A par disso fica primeiro ainda intimamente ligado ao verbo. Mas sendo a palavra usada de preferência para guerreiros a cavalo, e tendo estes guerreiros a cavalo evoluído no sentido duma classe privilegiada, duma ordem, em que são admitidos festivamente, a palavra atingiu uma significação a que não pode corresponder absolutamente nenhuma significação verbal. E assim acabou por adquirir um sentido que não tem já nada que ver com o primitivo. Também para o advérbio são possíveis muitas evoluções semânticas que são impossíveis para o adjetivo. Pensemos por exemplo nos advérbios de reforço ou de limitação duma maneira geral, como o n. alt. al. *sebr* = med. alt. al. *sere*, dum adjectivo *sér*—ferido; v. alt. al. *hart* e *drät* dos adjectivos *heriti* (*hart*—duro) e *dräiti* (*schnell*—depressa); nov. alt. al. na linguagem corrente *schrecklich*, *furchtbar*, *entsetzlich*, *fast* para *fest*, e noutros como *schön* para *schön*.

§ 137. Os grupos etimológicos e as formas com concordância fonética e ainda os grupos de proporções compostos de ambos, sofrem também através da alteração fonética influências que prejudicam fortemente a sua união ou a destroem por completo. A referida alteração produz uma quantidade de diferenças inúteis. Porque se baseia nas causas gerais da alteração fonética o facto de só em casos raríssimos um som se modificar de forma idêntica em toda a parte onde ele surge na língua. Mesmo uma alteração fonética tão espontânea como a mutação consonântica do germânico primitivo encontrou certos obstáculos que se opuseram a um desenvolvimento regular, não se realizando a alteração por exemplo nas associações *s-k*, *st*, *sp*. Ainda há mais razão para a diferenciação de sons originariamente idênticos quando a modificação é condicionada pelos sons que os rodeiam ou pela acentuação. Assim surgem em quase todas as modificações fonéticas diferenças inúteis entre os diferentes derivados da mesma raiz, entre as diferentes formas de flexão da mesma palavra (como por exemplo o grego  $\sigma\tau\iota\zeta\omega$ — $\sigma\tau\iota\zeta\omega$ — $\sigma\tau\iota\zeta\omega$ , o n. alt. al. *sitze*—*sass*, *heiss*—*heize*—*Hitze*; *schneide*—*schnitt*; *friere*—*Frost* etc.); os mesmos sufixos de derivação e flexão dividem-se em diferentes formas como por exemplo as diferentes configurações do sufixo indogermânico *-tei-* em latim *hostis*, *messis*, *pars*, em gótico *anst*—*gabaurs*—*giss*, os diferentes tratamentos da desinência do nominativo *-r* em antigo nórdico *svor*

—*steinn* [de *\*steinnr*]—*beill*—*iss*—*jugl* [de *\*jugl*] etc.); a mesma palavra toma formas diferentes segundo a sua colocação na frase (como as várias formas das preposições gregas como *év*—*éu*—*éy*; *ovv*—*ovvi*—*ovpy*). Daí resulta para as gerações seguintes uma sobrecarga de memória desnecessária. Mas simultaneamente temos uma consequência inevitável que as formas isoladas, por causa da concordância fonética reduzida, se associam menos facilmente e menos firmemente em grupos. A consequência disso é uma mutação semântica transmitir-se menos facilmente de uma palavra afim para a outra. A destruição da concordância na configuração fonética favorece por isso a destruição da concordância da significação.

O desaparecimento dos modos de formação vivos tem a maior parte das vezes o seu ponto de partida numa isolação fonética, que é frequentemente tanto de matéria como de forma; a isolação semântica vem só depois. Podemos por exemplo supor no germânico um período, durante o qual podia talvez formar-se de cada verbo forte intransitivo um causativo fraco. Este distinguia-se já, desde os tempos indogermânicos, do presente da palavra-base pela vogal radical, mas como concordava com o singular do pret. perf. do Indicativo (*brinna*—*brann*—*brannjan*, etc.) notava-se assim uma relação fonética próxima. Mas já no germânico primitivo iniciou-se uma ruptura por influência da lei de Verner, em consequência da qual em muitos casos uma divergência consonântica do causativo proveio não só do presente, como também do singular do pretérito da palavra-base. Esta divergência, no v. al. al., tem ainda por vezes como consequência irregularidades vocálicas. Então o causativo toma irregularmente a metatonia do singular do pretérito, onde ela é possível. Assim surgem em med. alt. al. relações como *springen*—*spranc*—*sprengen*, *vuren*—*vuor*—*vüeren*, *siben*—*sécb*—*seigen*, *ziehen*—*zöch*—*zöhen*, *gesen*—*genas*—*neren*. Em tais condições era natural que a palavra base e o causativo seguissem os seus rumos próprios na evolução semântica, de tal maneira que por ex. no m. a. a. *geseren*—*náhren* já ninguém nota uma ligação. Mas também a regularidade do modo de formação é afectada pela modificação semântica referida, e isso abala a ligação dos causativos entre si, também no que se refere à significação, acabando por a destruir.

O desaparecimento, no germânico, dos sufixos de derivação indogermânicos, tem o seu primeiro motivo, na maior parte das vezes, numa modificação fonética. Assim por exemplo o *t* do sufixo *-tei*, *-teu*, *-to*, etc., depois da mutação fonética, aparece-nos com cinco formas: *t* (gótico *þaurfs* «necessidade» de *þaurbar*, *gaskafts* «criação» de *skapjan*, *mahts* «poder» de *magar*, *trauaurhts* «delito» de *waurljan*), *b* (gagumþs «reunião» de *giman*, *gabaurþs* «nascimento» de *bairan*), *d* (—*ded*s «feito» de antigo-saxão *dôn*, *gamunds* «memória» de *munan*), *st* (*anst*s «graça» de *unnan*, *alabrunst*s «holocausto» de *brinnan*), *s* (—*qiss* «dis-

curso» para *giban*, *-stas* «passo» para *standan*, *gawirs* «associação» para *gawidan*). Não pode com certeza haver consciência da identidade originária destas diferentes configurações fonéticas. Este grupo grande subdivide-se em cinco mais pequenos. Nenhum dos cinco sufixos tem aplicação geral. Além disso a ligação com a palavra-base está muito afrouxada por modificações do som final da raiz, para o que já foram dados exemplos. Daí a consequência inevitável dos velhos sufixos não mais servirem para a formação de novas palavras, de só as velhas formas terem continuado a transmitir-se de memória, e mesmo isso só na medida em que, pelo seu uso frequente, não precisavam do apoio da palavra-base. Assim desapareceu ainda o sufixo *-no*, por se ter tornado em muitos casos irreconhecível, em consequência da assimilação do *n* à consoante precedente, como *falls* = indogermânico *plinos*, etc.

§ 138. Portanto a simetria do sistema de formas tem na alteração fonética um inimigo destruidor e infatigável. Mal podemos fazer uma ideia do grau de incoerência, confusão e incompreensão a que chegaria gradualmente a língua se tivesse de suportar passivamente todos os estragos da mutação fonética, se não fosse possível qualquer *reação* contra ela. Na *formação por analogia* é-nos dado um meio para essa reacção. Com a sua ajuda a língua vai-se aperfeiçoando constantemente no sentido de relações mais apropriadas, dum ligação mais firme e dum agrupamento mais conveniente em flexão e formação de palavras. Assim vemos na história da língua um constante vai-vém de duas correntes opostas. A cada *destronização* segue-se uma *reorganização*. Quanto mais fortemente os grupos forem atacados pela mutação fonética, tanto mais viva é a actividade da criação.

Onde, por causa da mutação fonética, surgiu uma diferença desnecessária e inconveniente, esta pode ser vencida com a ajuda da analogia, a saber, sendo uma forma tão diferenciada gradualmente suplantada por um neologismo que não contém a referida diferença. Podemos designar este processo de *compensação*; o que temos é de compreender bem que esta expressão não designa a verdadeira natureza do processo, que ele se compõe antes dum complicada série de processos isolados, como os analisámos no capítulo V.

A compensação é impedida pelas proporções matério-fonéticas. Uma mutação fonética ainda viva, apoiada por estas proporções, equivale-se às vezes, durante muito tempo, à compensação, sem contudo lhe opor um obstáculo intrinsecamente. Uma vez rompidas as proporções matério-fonéticas, a mutação fonética perde muito da sua resistência.

§ 139. Agora passaremos a analisar mais de perto as diferentes espécies de compensação. Quando uma e a mesma forma se cindiu em várias formas diferentes sob a influência *duma colocação diferente dentro da estrutura da oração*, desaparece a diferença que de princípio existia

no emprego destas formas, empregando-se uma forma na mesma posição na qual a evolução fonética conduziu à criação da outra forma.

G. Curtius, nos seus Studien 10, 205 e seguintes, mostrou que o som final das preposições gregas assim como do acusativo singular do artigo numa época mais antiga se regula pelo som inicial da palavra seguinte, como por exemplo *kàt' è — kàt' kepalàyn — kàt' rónu — kàt' peðíou — kàt' noíou — kàt' mèu — kàt' rónu — kàt' katáqin, tòm bélystou — tòu káptistou — tòu Spastarou — tòu Agostou* etc., enquanto que em épocas ulteriores uma destas variadas formas ou a forma adverbial (\*), ainda diferente desta, se transformou em forma padrão universal (\*).

Nas línguas germânicas repete-se várias vezes e em diferentes períodos o processo seguinte: as palavras empregadas simultaneamente como advérbios e como preposições, conforme são na oração acentuadas ou enclíticas, e conforme, como enclíticas, têm ainda um acento secundário ou são inteiramente átonas, dividem-se em duas ou mais formas diferentes cuja diferença de função inicial contudo se não mantém, introduzindo-se uma forma no lugar da outra, vide sobre isto Beiträg zur Geschichte der deutschen Sprache VI, 144, 191 e seg., 199 e seg., 207 e seg. 208 e seg., 137?. Para citar só um exemplo, o germânico primitivo \**rd* (zu) não abrandou enquanto tónico, portanto no seu emprego adverbial, mas como proclítica foi abreviado para \**ro*. Da última forma provêm, sob diferentes condições de acentuação, no velho-alto-alemão *za — ze — zi*. Estas formas são empregadas indiferentemente nalguns dos documentos mais antigos; ulteriormente fixa-se uma delas em cada dialecto. Todas três se transformam em *ze*, no med. alt. al. Mas a par desta surge a forma *zuo*, regularmente derivada de \**rd*, também como preposição, e acaba por manter-se sózinha na língua escrita do n. alt. al. As coisas passam-se de forma semelhante com as formas dos pronomes e do artigo, vide Beitr. 137?, 144 e seg.

No período de transição do velho para o med. alt. al. cai o *r* final precedido de vogal longa em *dà de dár, hie de hier*, etc., mas mantem-se em estreita associação com uma palavra seguinte, porque então se liga à sílaba seguinte, portanto *daran, hieran*, etc. No n. alt. al. *hier* aparece também em lugar de *hie* e, na linguagem escrita, acaba por substituir inteiramente esta, excepto na expressão *hie uná da*. Ao contrário encontramos em médio-alto-alemão também as expressões *hie inne, hie áze*, e as associações *hinne, háze*, ainda hoje existentes no alto-alemão.

O processo da diferenciação e compensação pode repetir-se várias vezes consecutivas. Em v. alt. al. *ana* cindiu-se em *ana* (advérbio) e *an* (preposição); depois a primeira forma suplantou a última. Em nied. al. *ana* volta a cindir-se em *ane* e *an*, e a primeira forma é suplantada pela última. A palavra *aba* (ab) sofreu uma evolução semelhante.

Como vimos, compreende-se a influência da estrutura da oração sobre a evolução fonética se se pensar que um grupo de palavras, tal como a palavra isolada, é apreendido como uma unidade que não é primeiro decomposta nos seus elementos pelo ouvinte, nem primeiro constituída a partir dos seus elementos por aquele que fala. A situação é portanto a mesma dum composto; visto não haver, conforme havemos de ver mais adiante, absolutamente nenhum limite nítido entre um composto e um grupo de palavras. Primitivamente era mesmo quase impossível estabelecer uma diferença entre a associação dum preposição com um substantivo e a associação da mesma com um verbo. No nosso caso surge portanto em lugar da forma tradicional do grupo uma associação nova.

São possíveis dois caminhos diferentes de evolução. Ou é só uma das formas que usurpa a função da outra, ou a usurpação é recíproca. Dar-se-á com certeza o último caso quando as formas diferentes, no que respeita à frequência do seu aparecimento, mantêm um certo equilíbrio, e o primeiro, quando a frequência de uma suplantará consideravelmente a da outra. Em ambos os casos o resultado é que, a princípio, durante algum tempo, nos aparecem a par formas duplas (respectivamente triplas, etc.), porém num dos casos só num campo limitado, mantendo-se uniformidade, e no outro caso numa área ilimitada. Só volta a haver uniformidade geral no decurso da continuação da evolução, pelo desaparecimento de uma das formas. Onde a variedade de formas num campo se opõe ainda uniformidade no outro, naturalmente não pode haver dúvidas sobre qual das formas há-de sair vencedora. Mas quando a variedade de formas se tornou geral, já a proporção das forças não é tão desigual, a luta não é tão fácil de decidir, dependendo o seu resultado de circunstâncias que nem sempre podemos reconhecer. Quanto mais desigual for a proporção das forças tanto mais curta é também a luta, tanto mais cedo começa o ataque.

A cisão dum forma em várias formas diferentes pode dar-se de maneira que em qualquer circunstância se dá uma modificação, mas também de maneira que se mantêm a forma-base a par de uma ou várias das formas modificadas. No último caso, a forma-base não tem qualquer prioridade em relação às derivadas no decurso da continuação da evolução, porque não é reconhecida como tal. Mas terá com certeza prioridade em relação às outras aquela forma em que aparece a palavra, quando está livre da influência da estrutura da oração, seja essa a forma-base ou não. Um francês que não tenha estudado cientificamente a sua língua não sabe que o *n* de *un ami* tem uma pronúncia mais próxima das origens do que o de *un fils*. Ele será muito mais facilmente levado a considerar, se acaso reflectiu sobre o assunto, que a pronúncia do *n* em *un ami* é irregular em relação à normal.

Podem aplicar-se estas reflexões mutatis mutandis a qualquer outra espécie de compensação através da formação por analogia.

§ 140. Na compensação entre formas foneticamente diferenciadas formadas a partir da mesma raiz, ou entre palavras formadas a partir do mesmo radical, o processo é essencialmente o mesmo. A esta podemos chamar compensação de *matéria*, em oposição à *formal*, que se realiza entre as formas correspondentes de palavras diferentes, entre as formas correspondentes a partir de radicais diferentes, entre diferentes sistemas de flexão e de formação de palavras. De resto a compensação de matéria é frequentemente também formal.

Podémos apresentar inúmeros exemplos. Especialmente elucidativas são certas diferenciações profundas que surgiram num período muito antigo. As gerações seguintes estão sujeitas à reacção contra estas diferenciações muitas vezes durante séculos, no decurso dos quais sempre um caso após outro é vítima da compensação, ficando contudo ao fim e ao cabo não raramente ainda alguns resíduos da diferenciação. A evolução torna-se tanto mais variada e mais elucidativa quando, depois da diferenciação fonética, a língua se cindiu em múltiplos dialectos. O exemplo mais extraordinário que eu conheço é fornecido pela gradação vocálica da língua indogermânica primitiva, cujos restos os dialectos vivos ainda hoje se esforçam por eliminar. Na área do germânico temos em primeiro lugar os efeitos da lei de Verner, segundo a qual as fricativas ásperas do germânico primitivo, *h*, *p*, *f*, *s*, se mantiveram quando precedidas de sílaba originariamente acentuada, e quando precedidas de sílaba originariamente átona se transformaram nas brandas correspondentes (gótico *g*, *d*, *b*, *z*). O movimento que isto provocou presta-se especialmente para um estudo metódico, sobretudo porque aí nos encontramos em terreno firme e reconhecido por todos. O investigador da língua que se tenha dado uma vez ao trabalho de seguir as reacções contra esta lei fonética em todos os seus pormenores, não pode de maneira nenhuma emitir, a respeito da formação por analogia, as afirmações e réplicas erradas que infelizmente vemos tão propagadas. E o que se passa com uma lei fonética passa-se com todas as outras.

Não há absolutamente nenhuma lei fonética que não provoque também uma reacção contra esta diferenciação, mal tenha diferenciado foneticamente, num certo número de casos, uma associação etimológica íntima, a não ser que a mutação fonética restante seja continuamente apoiada pela analogia (vide § 84). Esta afirmação tem de ser considerada como um princípio fundamental da investigação histórica da língua. Procuremos em todas as línguas, cuja evolução possamos seguir com continuidade, uma lei fonética que não tenha sido seguida de uma reacção qualquer, alguns séculos depois de ter actuado. Estou convencido de que

podemos à vontade oferecer uma recompensa principessa ao honrado descobridor, pois ninguém encontrará esta lei.

§ 141. Quem seguiu com continuidade uma tal evolução não exigirá, conforme ultimamente aconteceu várias vezes, duma explicação das formas baseada na suposição de compensações, que a compensação se tenha produzido de igual modo e no mesmo sentido em todas as formas atingidas pela lei fonética. Isto seria exigir uma evolução que contradiz abertamente a experiência que podemos abstrair dos factos observados na realidade. Uma tal exigência baseia-se também numa confusão evidente de noções. É certo que, no que se refere à alteração fonética, temos de exigir que se produza regularmente sempre que as condições sejam as mesmas. Mas no que respeita à compensação, a uniformidade ou não uniformidade das alterações fonéticas não entra em linha de conta. Ou cada grupo ligado por um parentesco de matéria evolui por si, ou quando vários grupos destes se influenciam reciprocamente, isso acontece porque está simultaneamente em jogo uma compensação formal, mas o facto de serem atingidas pela mesma lei fonética não constitui razão suficiente para uma influência recíproca na compensação. Ao contrário, há muitas circunstâncias *favoráveis* e *inibitórias* que obrigam o processo a decorrer de forma muito diversa nos diferentes casos.

§ 142. Uma destas circunstâncias é o factor *fonético*. Formas diferenciadas pela acção de várias leis fonéticas são menos favoráveis à compensação do que formas sobre as quais só uma lei exerceu uma acção diferenciadora.

O conhecido alongamento de vogal no n. a. a. nunca se produz, excepto em associações muito especiais, antes de consoante dupla, antes da qual, ao contrário, mesmo uma vogal originariamente longa se abrevia (como *brachte* = med. alt. *brāhte*, *Acht* = médio alt. *āhte*, etc.). De acordo com isto, também a 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas do singular e a 2.<sup>a</sup> do plural do Presente do Indicativo são breves, caso se dê a síncope da vogal final, mesmo quando as outras formas do presente sofreram alongamento. Mas na grande maioria dos casos produziu-se uma compensação, como sempre nos verbos fracos (por exemplo *lebe* — *lebst*, *lebt*), onde a qualidade da vogal foi desde sempre a mesma através de todas as formas; além disso nos verbos fortes com um *a* radical: *trage* — *trägst*, *trägt* (em baixo-alemão com abreviação *dröchst*, *dröchst*). Ao contrário, a vogal breve da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoa do singular manteve-se nos verbos em que a vogal radical, desde tempos antigos, alterna entre *e* e *i*, de modo geral em *néhme* — *nimmst*, *nimmst*, *träte* — *tritest*, *trist*, e também, pelo menos na pronúncia da Baixa Alemanha, em *lese* — *list*, *gebe* — *gibst*, *gibt*. Devemos certamente procurar a razão pela qual estes verbos resistiram melhor do que os outros à compensação referente à quantidade, na diferença simultânea de qualidade. Isto é ainda confirmado pelo facto de eles não terem

fugido à compensação na 2.<sup>a</sup> pessoa do plural. A diferenciação entre *a* e *ä* não se nota assim, porque a metafonia é muito familiar à sensibilidade linguística.

Segundo a lei de Verner, os participios dos verbos do velho alt. al. *lesan*, *ginesan*, *uuesan*, deviam ser *gileran*, *gineran*, *giuieran*, mas, exceptuando alguns poucos restos nos documentos mais antigos, sobrevieram as formas *gileran*, *ginesan*, *ginesan*, por imitação do Presente. Em contraposição os participios *kiesen*, *friesen*, *vorliesen*, com conservação da alternância, são ainda no med. alt. al. *gékoren*, *géfören*, *verfören*. A igualdade do vocalismo no primeiro caso, a diferença no último, foi decisiva para o consonantismo.

Os verbos fortes, que têm a mesma vogal no singular e plural do pret. perf., suprimiram também já cedo a diferença consonântica provocada pela lei de Verner, como o velho-alt.-al. *sluog* — *sluogun*, *hieng* — *hiengun*, *huob* — *huobun*, *bluod* — *bluodun*, em contraposição a *zôb* — *zûgun*, *meid* — *mitun*. Vemos como deste modo são postas em disposição diferente mesmo formas que não só foram atingidas pela mesma lei fonética, como também são aparentadas no que respeita à função e a outros modos de formação.

Este fenómeno exige uma explicação psicológica. Visto aquilo a que chamamos compensação provir dum neologismo por analogia, deveríamos primeiro pensar que a configuração fonética da forma substituída pelo neologismo não entraria aqui em linha de conta. Se a imagem da forma tradicional, foneticamente diferenciada, se torna consciente, então já não é possível um neologismo, se ela não se torna consciente, então o neologismo tem o caminho aberto. Contudo não vemos nenhuma razão para uma forma vir mais facilmente à consciência porque foneticamente se diferencia duma forma aparentada mais fortemente do que uma outra. Só podemos resolver a dificuldade se supusermos também na criação de novas formas a colaboração duma reprodução puramente de memória e duma combinação criadora, cuja existência tivemos de reconhecer na produção das formas já usuais da língua. Há uma situação em que a imagem da forma tradicional não é suficientemente forte para, em qualquer circunstância, vir mais facilmente à consciência do que um neologismo formado por analogia, mas também não é tão fraca que recue, sem oferecer resistência, perante este último. Há pois duas ideias em conflito, sobre qual das duas deve penetrar primeiro no consciente, expulsando assim a outra. Só numa situação é que entra em linha de conta o tamanho da distância entre a forma tradicional e o neologismo eventual. Se é a última que está prestes a introduzir-se primeiro, a primeira pode contudo, mesmo sem se tornar claramente consciente, opor-lhe um controle que não permite à sensibilidade linguística atingir, em relação à outra, a necessária segurança, e portanto leva a pensar nesta. Mas a ideia da forma



tradicional tem uma influência tanto mais fortemente inibitória quanto mais diferente for da nova combinação, no que respeita ao seu conteúdo. O que se passa com o ouvinte é semelhante ao que se passa com a pessoa que fala. Um neologismo parece-lhe tanto mais estranho, será aceite e repetido tanto mais dificilmente, quanto mais totalmente contradisser a forma tradicional, contanto que a recordação da mesma na sua mente seja ainda de algum modo eficaz.

§ 143. Há dois factores que desempenham, na fomentação e inibição da compensação, um papel muito mais importante do que a diferença fonética: a maior ou menor *solidéz da ligação dos grupos etimológicos* e a maior ou menor *intensidade com que as formas isoladas se fixam na memória*.

O primeiro depende do grau de concordância da significação e do grau de plasticidade viva das formas isoladas. Ambas estão, como já vimos, em correlação mútua. A maior ou menor intimidade da ligação pode ser dada já com a função das formas em si, como, por exemplo, as formas do presente estão ligadas umas às outras mais estreitamente do que às do pretérito, as formas da mesma palavra estão ligadas mais estreitamente umas às outras do que às formas das palavras derivadas da mesma raiz. Mas o laço pode ser afrouxado também por uma evolução secundária. Toda a espécie de isolação que afecta a função dificulta também a reacção contra a isolação, que atingiu o aspecto fonético, e torna-a impossível, mal tenha ela própria atingido um determinado grau.

Há alguns exemplos que podem ilustrar estas afirmações. As inúmeras diferenciações do consonantismo produzidas pela lei de Verner estão, no campo da flexão nominal, completamente apagadas mesmo nos documentos mais antigos que chegaram até nós. Mas notamos ainda os seus vestígios em muitas formas duplas existentes indistintamente a par umas das outras. Ao contrário, nos verbos a diferenciação manteve-se melhor, evidentemente apoiada pela diferenciação vocal que coincide com ela (a apofonia), como o me. alt. al. *ziuhe* — *zôch* — *zugen* — *gezogen*. Podemos agora muitas vezes observar claramente como o processo de compensação surgido mais tarde começa por apagar a diferença entre o singular e o plural do pretérito, e ainda de maneira que o singular só quando isso acontece se torna diferente do presente. Isto deu-se, nos dialectos germânicos occidentais, em quase todos os casos em que nenhuma diferença do vocalismo se opôs, portanto, v. alt. al. *slabu* — *sluog* — *sluogun* em vez de \**sluob* — *sluogun*, *fáhu* — *fiang* — *fiangun* em vez de \**fiab* — *fiangun*, etc. Temos também um exemplo em que esta evolução não é estorvada, nem mesmo pela diferença do vocalismo, no velho-saxão *fiþan*. Esta forma devia dar *fôþb* — *fundun* numa evolução puramente fonética do Pretérito. Mas é só *fand* — *fundun*, enquanto que no presente já aparece na realidade *fundan*, mas só ao lado de *fiþan*. Os poucos restos, no

n. a., desta velha alternância, mostram todos a divergência das condições antigas, existentes ainda no med. alt. al., nomeadamente, que o singular do Pretérito é assimilado ao plural: *ziæbe* — *zog* (v. alt. al. *zôb*) — *zogen*, *leide* — *litt* (v. alt. al. *leid*) — *litten*, *schneide* — *schnit* (v. al. *sneid*) — *schnitten*, *stede* — *sott* (v. alt. al. *sôd*) — *sotten*, *erkiese* — *erkor* (v. alt. al. *irkôr*) — *erkoren*. Do mesmo modo, é certo que a apofonia se manteve, duma maneira geral, no n. alt. al., mas criou-se uma concordância entre o singular e o plural do pretérito.

Muitas vezes podemos observar que diferenciações fonéticas, que adentro das diferentes formas de flexão duma palavra ou foram completamente eliminadas ou deixaram apenas restos, se mantêm entre palavras etimologicamente afins ou só são apagadas quando a sua relação mútua é muito estreita. Nas línguas germânicas houve desde sempre uma alternância entre o som do *b* e do *ch* alemães, de forma que o primeiro se encontra em princípio de sílaba, o último no final de sílaba e antes de consoante, como o médio alt. al. *râch* — genitivo *râbes*, *ich sibe* — *er sibt* (pronunciado como *sicht*) — *er sach* — *wir sâben*. Na língua escrita actual esta alternância já não existe, excepto em *hoch*; além disso o comparativo e o superlativo assimilaram-se ao positivo, excepto em *höher* — *höchste* e *nâher* — *nâchste*. De resto manteve-se a alternância, como *sehen* — *Gesicht*, *geschehen* — *Geschichte*, *Fliehen* — *Flucht*, *zielen* — *Zucht*, *schmâhen* — *Schmach*. Uma alternância no domínio vocálico, que abrange muitos casos, surgiu nos dialectos germânicos antigos por influência da vogal da sílaba seguinte, nomeadamente a alternância entre *e* e *i* e entre *u* e *o*. Adentro da flexão nominal, esta alternância foi em grande parte dominada já antes do início da nossa tradição. Mantém-se ainda inteiramente no med. alt. al. adentro dos grupos de palavras etimologicamente relacionadas, exceptuando as formações do feminino a partir de designações de seres vivos, como *got* — *gotinne* (vel. al. al. *gûinna*) e ainda *birin* a par de *berinne* e *wolf* — *wûlpinne*, e exceptuando os diminutivos, como *vogel* — *vôgêlin* (v. alt. al. *fugîli*). Depois no n. alt. al. a compensação só se dá quando existe uma relação especialmente íntima. Assim, regularmente, entre substantivo e adjectivo em designações de matéria, por exemplo *Leðer* — *leðern* (med. alt. al. *lîderin*), *Gold* — *gôlden* (med. alt. al. *guldîn*), *Holz* — *hôlzern* (*hulzîn*), além disso por exemplo em *Wort* — *Antwort*, *antworten* (med. alt. al. *antwôrte*, *antwûrten*); *Gold* — *vergôlden* (antiquado ainda *vergûlden*), ao contrário diz-se *Recht* — *richten*, *richtig*, *Gericht*; *Berg* — *Gebirge*; *Feld* — *Gefilde*; *Herde* — *Hirte*; *bold* — *Huld*; *voll* — *füllen*; *Koch* — *Küche*, etc.

É evidente que não se produz qualquer compensação quando, por evoluções semânticas divergentes, desapareceu completamente o sentido da ligação etimológica, e também quando este é já tão pouco activo que não se torna consciente sem uma certa reflexão. Esta é por exemplo

a razão por que as diferenças fonéticas a que acabámos de nos referir se mantêm nos casos seguintes: *nach* (med. alt. al. *nāch*) — *nabe*; *Erde* — *irden irdisch*; *Gold* — *Gulden* (adjectivo substantivado). No med. alt. al. existem, de *tragen*, as formas contraindas *du treis*, *er treis*; estas são de novo substituídas no n. alt. al. por *trägi*, *trägi*, mas a contracção mantém-se na derivada *Getreide*. A palavra *gar* do med. alt. al. tem, nas formas declinadas, um *w* (*garwe* etc.) que no n. alt. al. evoluiu para *b*, de acordo com a lei fonética; mas uma flexão *gar* — *garber* com o tempo não podia manter-se; e as formas declinadas passaram a orientar-se pelo modelo das não declinadas; ao contrário no verbo *geben* o *b* manteve-se, por causa da evolução semântica divergente. Todas as línguas oferecem, em qualquer grau de evolução, exemplos abundantes deste fenómeno.

§ 144. A intensidade da fixação na memória é em primeiro lugar determinante para a *relação de força* dos factores que se opõem a respeito do que também aqui são válidas as observações feitas no § 139. Quando por exemplo no antigo-nórdico a 1.ª pessoa do singular do presente e do pretérito do conjuntivo acaba em *a* (*gefa*, *gefa*), enquanto que em todas as outras formas aparece um *i* (*gefir*, *gefi*, *gefin*, *gefid*, *gefi* e *gefir*, *gefi* etc.), as possibilidades da primeira forma são naturalmente muito pequenas, e assim aparece também nas fontes mais remotas *gefi*, *gefi*. Contudo, em determinadas circunstâncias, uma forma isolada pode naturalmente triunfar sobre várias formas concondantes, quando ela, sozinha, é mais usada do que todas as outras juntas. Quando, por exemplo, no n. alt. al. *ziemen* o *i* se generaliza a todo o presente — pelo que então se forma também um novo pretérito fraco em vez do antigo forte — enquanto que no med. alt. al. a maioria das formas tem *e*, isto acontece em virtude de a 3.ª pessoa do singular, *er ziemi*, já dantes, como hoje ainda, suplantar todas as outras na frequência.

Mas a maioria das diferenças no tratamento de grupos etimológicos, que de resto se encontram em absoluto paralelismo uns com os outros, provém do facto de os grupos isolados se distinguem muito fortemente uns dos outros no que respeita à *frequência do seu aparecimento* e também à facilidade com que as formas isoladas podem ser reproduzidas de memória com as suas diferenças tradicionais. As palavras mais raras são as primeiras que, em circunstâncias idênticas, estão sujeitas à compensação; as mais frequentes são as últimas, ou não chegam sequer a sofrer compensação. Podemos provar esta afirmação não só deductiva como também inductivamente.

Mas além disso a marcha do movimento é influenciada por uma quantidade de *processos casuais* na actividade psicológica dos indivíduos isolados e na sua influência recíproca; processos esses que se esquivam ao nosso cálculo e observação. Tais factores fechados ao nosso conhecimento desempenham um grande papel sobretudo na luta que

as formas duplas, nascidas da compensação, têm de travar umas com as outras. Teríamos de ser nada menos que omniscientes para sermos capazes de indicar sempre a razão por que neste caso a luta se decidiu de uma maneira e naquele de outra maneira. E não podemos negar o facto de que muito frequentemente casos muito semelhantes no mesmo dialecto, e exactamente o mesmo caso em dialectos diferentes, têm um desfecho diferente. Assim, para citar só um exemplo muito seguro, enquanto que no gótico geralmente se compensou a chamada alternância gramatical, generalizando-se a consoante do presente e do singular do pretérito, os verbos *hairban*, *swairban*, *skaidan* seguiram o caminho oposto e generalizaram a consoante do plural do pretérito e do participio, e precisamente no último verbo a consoante do presente venceu no alto-alemão, que de resto mantém a consoante do plural do pretérito muito mais do que o gótico.

§ 145. Mas a evolução nos vários grupos de matéria não é, naturalmente, inteiramente independente do *agrupamento formal*. Sobretudo mal se dá uma diferenciação fonética em todos os grupos etimologicamente paralelos, pertencentes a um só grupo formal, isso condiciona uma colaboração do agrupamento de matéria e de forma. Esta colaboração é muitas vezes decisiva para a *direcção da compensação*. No germânico primitivo manteve-se, nas numerosas formações nominais com sufixo *-no*, uma alternância da vogal que precede o *n*, entre *u* (mais tarde evoluído para *o* - *a*) e *e* (*i*), de forma que ambas se distribuem pelos diferentes casos segundo uma determinada regra (<sup>6</sup>). Mais tarde empregue-se constantemente *uer* u (*a*), *quer* e (*i*) em todos os casos duma palavra. Assim opõem-se no gótico formas como *haidans* (*rei*), outras como *manigins* (*morgen-manhā*), no nórdico antigo formas como *forminn* outras como *Odinn*, e apparecem a par *morginn* e *morgin*. Mas os participios, neste caso, em opposição à arbitrariedade sem regras das outras formas, em germânico têm sempre *-an*, e em nórdico-antigo sempre *-in*. Quão decisivo foi aqui o agrupamento formal vê-se sobretudo no facto de tais participios, que se tornaram simples adjectivos ou substantivos, terem seguido em parte outro caminho, como o gótico *fulgins* (verborgen — escondido) em opposição a *fulban*, verdadeiro participio de *fulhan*; *aiugin* (Eigentum — propriedade), participio substantivado de *aigan* (*haben* — *ter*); além disso o antigo-nórdico *jozinn* (*Riese* — gigante), antigo participio de *eia* (*essen* — comer) com significação activa.

Mas o agrupamento formal pode ser decisivo não só para a direcção da compensação, como também para a *realização ou não realização* da mesma. Quanto menos a diferenciação fonética estorvar o paralelismo formal dos grupos isolados entre si, tanto mais resistem estes se tornam eles às tendências para a compensação. Assim, por exemplo, não teria sido possível a longa conservação das séries de apofonia em germânico se cada verbo tivesse tido uma espécie própria de apofonia,

se não tivesse havido grupos maiores de verbos com o mesmo esquema. Assim podemos provar também que os esquemas que conservamos são só uma selecção dos existentes desde o princípio da nossa tradição, enquanto que todos os que eram representados só por poucos exemplos ou apenas por um desapareceram, deixando muito poucos restos. Nalguns é ainda possível seguir historicamente o seu desaparecimento, por exemplo o gótico *truda-trab-tredum-trudans*. É semelhante o que se passa com a metafonia na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas do singular do presente do Indicativo dos verbos fortes: velho-alto-alemão. *faru* — *ferist* — *ferit*, e também ainda o n. alt. al. *fabore* — *fäbrst* — *fäbrt*.

§ 146. Uma outra circunstância que contribui para a manutenção duma diferenciação fonética é o encontro casual da mesma com uma *diferença de função*. Quando por exemplo todos os casos do singular se opõem a todos os casos do plural, esta situação grava-se mais facilmente e mais fortemente na memória do que quando algumas formas do singular e algumas formas do plural se opõem conjuntamente a outras formas do singular e do plural. É assim acontece naturalmente também que, quando na maioria dos casos a diferenciação fonética coincide com a diferença de função, a compensação se limita primeiro aos grupos que se correspondem, tornando assim completa a concordância entre a diferença fonética e de função. No dinamarquês-antigo o plural de *barn* (criança) é, em consequência duma lei fonética comum à Escandinávia, *børn, barna, bærnum, børen*, enquanto que no singular o *a* se mantém. O novo dinamarquês deixou também *børna* substituir *barna*. Noutra palavra, *lagb* (lei), o o mantém-se já no velho-dinamarquês em todo o plural. A compensação adentro de grupos estreitos é frequentemente só o primeiro passo para a compensação mais vasta. Assim em *lagb* o *o*, já no velho-dinamarquês, atinge por vezes o singular, e no novo-dinamarquês estabeleceu-se *lov*. A coincidência com uma diferença de função pode contudo ser também a causa da manutenção permanente duma diferença fonética, sobretudo quando esta é simultaneamente tornada resistente através da analogia formal, da maneira que acabámos de tratar.

Ao encontrarem-se estas duas circunstâncias, a ideia da diferença fonética pode ligar-se tão fortemente com a da diferença de função, que à sensibilidade linguística ambas pareçam inseparáveis. Assim a diferença insignificante nascida casualmente transforma-se gradualmente numa diferença cheia de significado. É tanto mais, quanto menos a diferença de significação for claramente assinalada por outras diferenças na configuração fonética. Assim a língua pode criar uma compensação para a perda dos sinais característicos da diferença de função, a qual perda é provocada pela decadência fonética.

A apofonia no verbo germânico baseia-se numa diferenciação vocálica que apareceu já na língua primitiva indogermânica. Ela é uma consequência

mecânica do acento alternante, e originariamente não tem nada que ver com a diferença de função das formas isoladas. Também para a língua primitiva ela era algo de absolutamente supérfluo, exceptuando a separação entre presente-imperfeito e aoristo (como o grego *λείπω, έλειπον, λείπομι — έλιπον, ληπομι*). É que a raiz do perfeito já estava claramente separada da do presente, pela reduplicação. Por isso vemos depois também no grego a alternância vocálica entre o presente e o perfeito atingida por uma decadência decisiva; é verdade que ainda se diz *λείπω — λείπωτα* mas *πλέκω — πλέκωτα, não \*πέπλοχα*. E da alternância originária entre o singular e o plural do perfeito só nos restam agora poucos vestígios (*οἶδα — ἴδμεν*). Esta queda da apofonia é a consequência da sua inutilidade, e ela era supérflua porque o antigo sinal característico da raiz do perfeito, a reduplicação, se manteve constante, e além disso porque a raiz do presente muitas vezes era ainda especialmente assinalada. Em germânico, ao contrário, a queda da reduplicação e a consolidação da apofonia seguiram a par uma da outra. É verdade que não podemos dizer que uma foi a causa da outra. Antes o primeiro impulso para a queda da reduplicação veio através da evolução fonética, em consequência da qual muitas formas eram já irreconhecíveis como reduplicações (cf. o tipo *berum*) e a conservação da apofonia é antes de mais nada exigida pelo paralelismo de séries. Mas no decurso da marcha da evolução criou-se uma relação causal recíproca. Assim é por exemplo característico que em gótico ainda tenham mantido a reduplicação sobretudo os verbos em que desapareceu a diferença vocálica indogermânica entre presente e perfeito (pretérito), e precisamente todos estes, como *halda — halhald, skaida — skaiskaid, stauta — staitaut*. Todavia também o velho-alto-alemão não sente ainda uma necessidade permanente de distinguir entre a sílaba radical do presente e do pretérito, porque em cada pessoa tanto do indicativo como do conjuntivo a diferença estava expressa também na terminação. Era diferente no médio-alto-alemão, onde na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoas do plural do indicativo e em todo o conjuntivo a diferença entre presente e pretérito se baseava apenas na forma da sílaba radical, como *geben = gäber, gebet = gäbet, gebe — gæbe*, etc. Em novo-alto-alemão juntaram-se ainda a isto a 2.<sup>a</sup> pessoa do singular e a 3.<sup>a</sup> pessoa do plural do indicativo. A apofonia tornou-se portanto uma característica cada vez mais necessária. Mas só a distinção entre o Presente e o Pretérito tem valor, não a distinção entre o singular do Pretérito do Indicativo ou só da 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas do singular do pretérito do Indicativo por um lado e as restantes formas do Pretérito por outro. Esta última distinção, ao ser igualmente transmitida da língua primitiva, foi apenas apoiada pela frequência de certos verbos e pelo paralelismo de séries. Por isso mesmo ela é também eliminada cedo nalgumas classes (gótico *for — forum, faihþb — faihþum*, velho-alto-alemão *fiang-þiangum*). Noutras

atrasou-se até ao novo-alto-alemão, mas acabou por ser eliminada, fora alguns restos. É com certeza um progresso em relação à utilidade da configuração fonética já não dizemos hoje, como em médio-alto-alemão, *spranc* — *sprangen*, *flanc* — *flagen*, mas sim *sprang* — *sprangen*, *flag* — *flagen*. Por isso só no novo-alto-alemão a apofonia adquiriu verdadeiro valor funcional. Aqui há ainda um fenómeno que merece ser estudado. A diferença entre singular e plural conserva-se só (exceptuando as formas do pretérito e presente), na actual língua escrita, no verbo muito frequente *werden*, e mesmo aqui já predominam algumas formas secundárias em que a diferença foi eliminada. Em contraposição há ainda uma quantidade de verbos nos quais, se é verdade que a vogal do singular passou para o plural, o conjuntivo mantém contudo o seu vocalismo próprio: *starb* — *stirbe*, *schwamm* — *schwörmme* (mas a par disso *schämme*) etc. Aqui já se fixou um contraste fonético adentro de limites estreitos, mas outra vez graças à coincidência com um contraste funcional. Contudo, como para exprimir o último bastaria só a metafonia (*schwammen* — *schämmen*), seria supérfluo manter a antiga vogal. Mas precisamente nos verbos em que esta se fixou mais solidamente (*verdärbe*, *stirbe*, *wirbe*, *wirfte*, *hülfe*) sobrevém uma outra coisa, a possibilidade de distinguir o Presente do Conjuntivo: *helfe* e *hülfe* (forma esta que de resto aparece a par de *hülfe*) são na verdade gráficas, mas não foneticamente distintas. Por outro lado, nenhum verbo com *i* permanente no Presente forma ainda um Pretérito do Conjuntivo em *ü* (como *sing* — *sänge*); porque neste caso precisamente a antiga forma, segundo a pronúncia usual na maioria dos dialectos, seria igual à do Presente do Conjuntivo. E assim se explica por que precisamente os verbos com *mm* e *nn* apresentam ainda formas duplas (*schwämme* — *schwörmme*, *sänne* — *sönne*, como *geschwommen*, *gesonnen* em oposição a *gesungen*).

A metafonia provocada por um *i* ou *j* da sílaba seguinte desempenhou um papel semelhante ao da apofonia. Em velho-alto-alemão, na declinação masculina em *i*, criara-se casualmente a situação de todo o singular não sofrer metafonia e todo o plural a sofrer (*gast* — *gesti*, etc.) e por esta razão é que persiste a diferença. A melhor maneira de esclarecer esta situação é compará-la com a história da alternância entre *e*, *i*, *u* e *o*, exigida também pela vogal seguinte. A declinação em *u* deve ter tido, no germânico primitivo, mais ou menos este aspecto (?).

	Sing.	Plur.	Sing.	Plur.
N.	<i>meduz</i>	<i>miätuz</i>	<i>sunuz</i>	<i>suniuiz</i>
G.	<i>medauz</i>	<i>medeuō</i>	<i>sonauz</i>	<i>soneuō</i>
D.	<i>midia</i>	<i>medamiz</i>	<i>suniu</i>	<i>sunum</i>
A.	<i>medu</i>	<i>medanz</i>	<i>sunu</i>	<i>sununz</i>

Uma alternância tão pouco prática não podia manter-se muito tempo. Por isso já só no antigo-nórdico encontramos restos dela. O *v. a. a.* usou já no período mais antigo o *u* em *sunu*, o *e* em *metu*, *ehu*, *eru*, o *i* em *situ*, *quiu* (?). Na declinação em *i*, no velho-alto-alemão, a metafonia não é ainda necessária para fazer a distinção, porque os casos do plural são ainda bem distintos dos do singular; também não é necessária ainda no *m. a. a.*, enquanto se mantêm o *e* das desinências, porque o nominativo, acusativo e genitivo do plural *geste*, mesmo não sofrendo a metafonia, não se confundiriam facilmente com o dativo do singular *gaste*. Mas mal o *e* desaparece, como aconteceu nomeadamente nos dialectos do alto-alemão (Oberdeutsch), a metafonia no nominativo e acusativo passa a ser o único sinal que diferencia o singular do plural. Neste ponto da evolução, a declinação em *i* teve uma vantagem notável sobre a declinação em *e*, e o valor puramente dinâmico da metafonia é completo. Isto pode ver-se nomeadamente no facto de ela passar a ter uma influência muito para lá do seu domínio originário. Este alargamento de influência está intimamente ligado à ausência ou presença dum *e* distintivo. Assim a metafonia atingiu, precisamente no alto-alemão, quase todos os substantivos da antiga declinação em *a* susceptíveis de metafonia, vide Schmelzer, *Mundarten Bayerns* § 796, Winteler, *Kerenzer Mundart* pag. 170 e seg. Diz-se portanto *lag* — *låg*, *arm* — *ärm*, etc. Os dialectos do médio e baixo-alemão e a língua escrita possuem esta tendência em grau muito mais reduzido, e preponderantemente só nas palavras polysilábicas como *sattel*, *wagen*, nas quais também deixam cair o *e* do plural. A metafonia introduziu-se já cedo nas palavras que designam parentesco, originariamente de declinação consonântica e carecendo portanto duma desinência no nominativo e acusativo do plural: médio-alto-alemão *vater-veter*, *muoter-müeter*, etc.

§ 147. Também a compensação *formal*, que já tivemos de citar várias vezes neste capítulo, é frequentemente reacção contra uma diferenciação fonética inútil. O processo é então o seguinte. Surgiram discrepâncias fonéticas numa ou mais formas adentro duma classe de formação até aí uniforme; assim, por exemplo, o genitivo tomou nalgumas palavras uma forma, noutras outra, enquanto que nos restantes casos a uniformidade não é destruída. Então surge a tendência para reconstruir a referida uniformidade também na única ou nas várias formas diferenciadas, para tornar de novo total a concordância parcial do modo de formação. Esta espécie de compensação encontra-se sobretudo ligada com a compensação de matéria, como mostram os exemplos citados. Mas é além disso também suficientemente frequente. Assim está neste caso por exemplo a compensação entre a fricativa áspera e branda nas desinências de caso e de pessoa dos dialectos do antigo germânico (?). Segundo a lei de Verner, *b* = indogermânico *t*, cindiu-se em *b* e *ð* (*d*), *s* em *s* (áspero) e *z* (brando). Diz-se por isso em germânico primitivo \**rydési* (du

trittst), \*trédébi (er tritt), \*trédépe (ihr tretet), \*trédónpi (sie treten), em oposição a \*bérezi (du trägst), \*béredi, \*bérede, \*bérondi, enquanto que na 1.ª pessoa do singular e plural não se dera qualquer diferenciação; além disso na declinação em *o*, nominativo do singular \*stígós (Steg = atalho), mas \*éhwóz (Pferd = cavalo), nominativo do plural \*stígós, mas \*éhwóz, acusativo do plural \*stígóns, mas \*éhwónz, enquanto que as restantes desinências de caso permaneceram as mesmas; e semelhantemente noutros grupos de flexão. A compensação que se seguiu decidiu-se quase sempre a favor do som brando, sendo de notar que o *z* no v. alt. al. e nos dialectos germânicos occidentais aparece como *r*, e nos últimos cai quando originariamente é som final. Mas nalguns casos venceu também o *s* áspero. Assim vemos no nominativo do plural da declinação em *o*, no anglo-saxão e velho-frísio, *dagas* a par do antigo-nórdico *dagar*; em anglo-saxão encontramos no Heliand -*os*, só esporadicamente *o* ou *a* (*gruvio*, *slutilla*), enquanto que no papel de Freckenhorster *a* é mais frequente do que *os* e *as*; o v. alt. al. só conhece *a*.

Um exemplo dum período mais recente é o reaparecimento da flexão em -*e* no n. alt. al., em casos em que já desaparecera no med. alt. al. Sobretudo elucidativas são as derivações em -*en*, -*er*, -*el*. Nos substantivos mantêm-se a rejeição do *e* feita pelo med. alt. al., como *der Morgens*, *dem Wagen*, *die Wagen*, *der Wagen*, *den Wagen* em oposição a *Tages*, *Tage*, *Tagen*, também assim *Schüssel*, *Schüsseln* em oposição a *Schüle*, *Schulen*. Ao contrário nos adjectivos, que se mantiveram ligados mais fortemente por causa da uniformidade de resto constante, o *e* foi restabelecido, por analogia com os monossilábicos: *gefangenes* como *langes*, *gefangene*, *gefangenen* (médio-alto-alemão *gevangen*), *andere*, *anderes*, *andere* (= médio-alto-alemão *ander*, *anders*, *ander*). As formas do n. alt. al. já aparecem de resto no médio-alto-alemão ao lado das sincopadas. Podemos aqui de novo fazer observações sobre a isolação. Diz-se sem excepção, *die*, *den Eltern* em oposição a *die*, *den älteren*; *der Jünger*, *den Jüngern* (substantivo) em oposição a *der Jüngere*, *den Jüngeren* (adjectivo); *einzel*, *andereits*, *unserseits* em oposição do médio-alto-alemão *einzel*; *andereits*, *unserseits* em oposição a *andere Seite*, *unsere Seite*; *Vorderseite*, *Hinterseite*. *Oberarm*, *Unterarm*; *Edelmann*, *innerhalb*, *ausserhalb*, *oberhalb*, *unterhalb* (compostos impróprios surgidos pela junção de adjectivo e substantivo) em oposição a *die vordere Seite* etc.; *anders* em oposição a *andere*.

Excepto no caso tratado no § 146, a metafonía tomou-se dinâmica no conjunto dos pretéritos fortes, e dos fracos formados sem vogal intermédia como médio-alto-alemão *fuor-füere*, *sang*, plural *sungen-sungen*, *möbte-möbte*, *bräbte-bräbte*, etc. Aqui a metafonía é sempre ou pelo menos para o plural o único sinal distintivo. A concepção dinâmica da sensibilidade linguística manifesta-se no facto de no n. a. a. se manter

a metafonía apesar das outras compensações do vocalismo (*sang*, *sungen-sänge* por *sungen*, *sünge*); além disso, ainda mais claramente, no med. alt. al., na transferência da metafonía dos pretéritos originariamente sem vogal para os sincopados (*brante-brente* em vez de *brante*, por analogia com *bräbte-bräbte*) (10).

Um terceiro caso é a metafonía no presente em oposição à ausência de metafonía no pretérito e participio: velho-alto-alemão *brennu-branta-gibrantér*. No participio desenvolveu-se uma alternância por via fonética: *gibrantér* — *gibrant*. Mas o seguinte resultado da compensação é, nestas circunstâncias, que a forma não conjugada *gibrant*, oposta a *gibrantér*, acaba por desaparecer. Mas então o contraste na sílaba radical entre o Presente e o Pretérito-Participio mantém-se constante, durante séculos, embora não seja necessário para a caracterização das formas.

Deste modo também se podem transformar elementos da raiz da palavra em desinências de flexão. É este o caso da nossa declinação fraca, onde o *n* (cf. *Namen*, *Frauen*, *Herzen*) pertence à raiz primitiva. Mas enquanto que todos os vestígios da desinência primitiva foram apagados pela decadência fonética, e por outro lado, enquanto que o *n* desapareceu no nominativo (no neutro também no acusativo) do singular (*Name*, *Frau*, *Herz*) ele tornou-se característica dos casos obliquos em contraste com o nominativo do singular. Uma outra desinência de caso aparecida do mesmo modo é o -*er* empregado para formar o plural (*Rad* — *Räder*, *Mann* — *Männer*). Este modo de formação teve origem nalgumas raízes neutras em *s* (como o latim *genus* — *generis*), onde o *s* se tornou *r*, de acordo com as leis fonéticas. No nominativo do singular o mesmo *s*, segundo a lei fonética, teve de desaparecer juntamente com a vogal precedente. Sob a influência da declinação vocálica surgiu então primeiro em v. alt. al. o seguinte esquema:

	Sing.	Plural
N.	<i>kalb</i>	<i>kalbir</i>
G.	<i>kalbir-es</i>	<i>kalbir-o</i>
D.	<i>kalbir-e</i>	<i>kalbir-um</i>
A.	<i>kalb</i>	<i>kalbir</i>

No genitivo e dativo do singular, o -*ir* era em todo o caso desnecessário e incómodo. Por isso as respectivas formas desapareceram, com excepção de restos esporádicos, já no período de onde provêm as nossas fontes mais antigas, e foram substituídas por *kalber*, *kalbe*, que são formadas segundo o modelo da flexão normal, a partir do nominativo-acusativo. Mas o -*ir* teve de aparecer como característica do plural, tanto mais que não havia qualquer outro sinal distintivo do nominativo-acusativo.

O carácter funcional de *-ir* = médio-alto-alemão, novo-alto-alemão *-er*, documenta-se então por ser transmitido a uma quantidade de palavras a que originariamente não compete.

Estes exemplos bastarão para mostrar como uma diferenciação fonética nascida sem objectivo, favorecida pela coincidência casual de várias circunstâncias, é posta, involuntária e despercebidamente, ao serviço dum fim, o que faz parecer que a diferença foi proposadamente criada para esse fim.

Esta apartência é tanto mais forte quanto mais se apagam as diferenças sem objectivo, nascidas simultaneamente. Podemos generalizar a nossa experiência, colhida a partir da evolução que podemos seguir historicamente, dizendo que na língua não há diferenciação fonética intencional, feita para designação duma diferença de função, que a primeira se aproxima sempre da última só por uma evolução secundária não intencional, de que aquele que fala não toma consciência, e feita mediante uma associação de ideias que resulta naturalmente.

#### NOTAS DO AUTOR AO CAPÍTULO X

(1) Sobre este capítulo ver Kruszewski V, 133-144, 339-348.

(2) Digo naturalmente conservaram-se no sentido impróprio, como naturalmente falamos de conservação na história da língua. Sobre como devemos interpretar o processo segundo o seu verdadeiro carácter, já disse o suficiente.

(3) É de notar que em muitas destas fórmulas *zu* ainda é usado para designar repouso num lugar, o que só é possível em associações muito especiais.

(4) Para isso teremos por exemplo que examinar *dié*, *karé*, *παρά*, em oposição a *di*, *kar*, *παρ*, com as suas diferentes formas complementares; assim também *éiv*, *κέρη*, *κωρί*, *πρωρί*, em oposição a *di*, *κέρ*, *κωρ* ou *κω*, *πρωρ* ou *πρω*.

(5) Até que ponto na verdadeira pronúncia e até que ponto apenas na grafia, é nalguns casos ainda duvidoso.

(6) Vide Beitrage VI, 238 e seg.

(7) Não interessa com certeza ao nosso fim se as terminações são determinadas com inteira correcção.

(8) Interessamos além disso saber que se deve supor para o velho alto alemão uma transição fonética de *e* em *i*.

(9) Vide Beitrage VI, 548 e seg.

(10) Vide Bech, Germania 15, pag. 129 e seg.

## XI Capítulo

### Formação de novos grupos

§ 148. Se em geral a alteração fonética tem como consequência criar diferenças onde elas dantes não existiam, serve contudo também não raramente para apagar diferenças existentes. Isto é em determinadas circunstâncias muito salutar, a maior parte das vezes contudo é prejudicial, na medida em que faz desaparecer também diferenças essenciais para a caracterização da função e além disso torna impossível uma distinção perfeita dos vários grupos entre si. Por isso este efeito da alteração fonética costuma ter por sua vez consequências, e nomeadamente provocar muitas formações novas por analogia.

§ 149. O processo mais simples relacionado com este caso é o que faz coincidir foneticamente, por uma evolução secundária, palavras que não estão ligadas etimologicamente e também na sua significação não têm nada que ver umas com as outras, por exemplo *Enkel* (talus) = médio-alto-alemão *enkel* — *Enkel* (nepos) = médio-alto-alemão *enenkel*, *Garbe* (manipulus) = médio-alto-alemão *garbe* — *Garbe* (Schafgarbe) = m. a. a. *garwe*, *Kiel* (catina) = médio-alto-alemão *kiel* — *Kiel* (caulis pennis) = médio-alto-alemão *Kil*, *Märe* (narratio) = médio-alto-alemão *maere* — *Mäbre* (equa) = médio-alto-al. *merbe*, *Tor* (porta) = méd.-alt.-al. *tor* — *Tor* (stultus) = med.-alt.-al. *töre*, *los* (solutus) = méd.-alt.-al. *lös* — *Los* (sors) = méd.-alt.-al. *löz*, *Ohm* (amphora) = méd.-alt.-al. *áme* — *Ohm* (avunculus) = *Oheim*, *Schnur* (linea) = med.-alt.-al. *snur* — *Schnur* (nurus) = méd.-alt.-al. *snur*. Poderíamos citar numerosos exemplos do inglês.

Por vezes duas palavras destas fundem-se numa só para a sensibilidade linguística, apesar da diferença das suas significações. Ninguém que não tenha conhecimentos de linguística suportará que na palavra alemã *unter* coincidiram duas palavras completamente diferentes, uma = latim *inter*, a outra aparentada com a latina *infra*. *Schlingen* (devotare) é a forma do

alemão do centro para *sinden* (vide *schind*), mais antigo, e talvez se tenha fixado na língua escrita por se ter fundido com *schingen* = med. alt. al. *singen*. Na expressão *in die Schanze schlagen* (arriscar) mal pensamos que se trata duma palavra muito diferente da usual *Schanze* (trincheira); é = francês *chance*. Sobre a mistura do med. alt. al. *stat* com *state* em *Statt* vide o meu dicionário. Ainda mais manifestos são alguns casos em que se deu uma influência formal. É verdade que apenas podemos supor que a passagem de *mablen* (med. alt. al. *mahn*) da conjugação forte para a fraca se deu por influência de *malen* (med. alt. al. *mālen*). Já é menos incerto que a passagem de *laden*, *einladen* = convidar, (= velho alt. al. *laddn*) para a conjugação forte tenha sido causada por *laderz* *auffladen* = carregar, (= v. a. a. *bladdn*); ao contrário, também aparecem formas fracas da última, por exemplo *überladeite* em Lessing, *ladest*, *ladet* ainda hoje. Certo é que *er bejährt* forte em Jean Paul, correspondente a *bejahren* = médio alto al. *vāren*, geralmente fraco, é ocasionado pela confusão com *bejahren* (= médio alto alemão *varrn*), forte. Na Austria confundem-se *kennen* — conhecer, e *können* — saber, diz-se por exemplo: *der Schauspieler hat seine Rolle gekannt* (o actor não conhecia o seu papel). No último caso confundem-se palavras em realidade etimologicamente afins, mas contudo essencialmente diferentes. No med. alt. al. existiam duas partículas *wan*, etimologicamente diferentes, uma adversativa, a outra causal = n. alt. al. *denn* (pois e contudo). A última (causal) tem ao lado uma forma secundária mais completa *wande*. Esta é usada por vezes também no sentido adversativo, embora por natureza não tenha direito a isso (vide med. alt. al. Wb. III. 479<sup>b</sup>). No v. al. al. as preposições *int-* e *in-* fundiram-se muitas vezes, ao serem aliadas a um verbo, na forma *in-*, enquanto que o *l* se assimilou à consoante seguinte. A forma dupla *int-*—*in-* transmitiu-se então também a casos em que *in-* serve de base, como n. alt. al. *entbrennen*, *entzünden*, etc. A actual forma *zer-* tinha dantes uma outra forma *ze-* (*zer-* antes de vogal, *ze-* antes de consoante). Esta era foneticamente idêntica à preposição, muito diferente pela sua origem, *ze* = zu (a). A par desta apareceu no med. alt. al. a forma adverbial *zuo*, n. alt. al. *zu*, a qual gradualmente acabou por expulsar a forma *ze*. Mas encontramos este *zu* também para *ze-* = *zer-*, por exemplo em Lutero. O anglosaxão *tô*, com a significação de *zer-*, deve explicar-se analogamente. O latim *præstare* é, no sentido de «leistem» = prestar (ajuda, serviço), um derivado de \**præstis* (que se conservou só no adjectivo *præstis*) e devia por isso conjugar-se regularmente; o perfeito *præstisti* demonstra a confusão com *præ-stare* «voransehen» — preceder.

§ 150. *Palavras não afins aliam-se em grupos de matéria por causa duma casual igualação parcial da configuração fonética.* É esta a espécie mais simples da chamada *etimologia popular* (1), que se limita

simplesmente a uma modificação de significação operada pela sensibilidade estilística, sem que a forma fonética sofra por isso qualquer transformação. Condição prévia para isso é que a verdadeira etimologia da palavra esteja obscurcida de forma a não haver qualquer referência mais justificável.

Os membros dum composto são os mais frequentemente sujeitos a tais alterações de significação. Assim a palavra *erwähnen* é tomada como composto de *wähnen* = med. alt. al. *wæren*, contendo antes (ge) *wēhen*, do med. alt. al.; em *Freitag* (sexta-feira) pensa-se no adjectivo *frei* (livre). Os mais sujeitos à alteração de significação são os nomes próprios *Reinwald*, *Birwald*, *Braunwald*, nos quais: originariamente o segundo membro não é = *silva*, mas nomen agentis de *walten* (reinar); *Glaub-recht*, *Lieb-recht*, que originariamente são antes compostos de *brecht* = velho alt. al. *berahbt*; *Sauerlant*, tomado alto-alemão a partir de *Saerland* = *Süderland*. Aqui a alteração semântica dá-se sem ter sido apoiada desde o principio por uma semelhança da significação. Actua só a espectacularia natural de encontrar também elementos conhecidos numa palavra que, pela sua configuração fonética, dá a impressão de ser composta.

São os nomes próprios que menos resistência oferecem a esta ligação secundária, que se apóia simplesmente no som, porque neles, se não é possível uma concordância, também não é possível uma contradição de significação. Mas também há casos em que se torna possível estabelecer uma ligação entre as significações das respectivas palavras; como n. a. a. *endekrist*, foneticamente desenvolvido a partir de *antikrist*; nov. alt. al. *Lanzknecht*, de *Landes Knecht* (criado de lavoura); *Wahnwitz*, *Wahnsinn*, *wahnschafften* a partir de *Wahn* — loucura (= med. alt. al. *wān*), enquanto que *wan*, vazio, fútil, do m. a. a., lhes está inutilmente na base; *Friedhof*, do med. alt. al. *frithof*; *Vormund* para *Mund* = protecção; *verweisen*, não relacionado com *weisen* (= med. alt. al. *wīsen*), mas vindo do m. a. a. *verwizen*. *Umringen* não é, como mostra ainda a conjugação fraca, na sua origem composta de *ringen*, mas um derivado da forma desaparecida *imberinc*, do med. alt. al. Mas a accentuação *umringen* prova que passou a ser tomado como um composto de *um* e *ringen*. Uma nova consequência da alteração semântica foi que se formou um particípio *umringen* e mesmo um pretérito *umrang*, vide a minha *Deutsche Grammatik* III 183, Nota 4. Também palavras que não são compostas, mas que dão a impressão de o ser pela sua configuração fonética mais cheia, são deste modo classificadas como verdadeiros compostos; assim *Leumund* interpretado como *Leumund*, mas derivada do gótico *hluma* (orelha); *weisagen*, já no med. alt. al. *wissagen* = v. al. al. *wizagôn*, derivada de *wizago* (der Wissende, Prophet — o sabedor, profeta); *trübseitig*, *armseitig*, etc., derivados de *Trübsal* (tristeza) etc., sendo *-sal* sufixo.



Mais raro é que uma palavra seja tomada como derivada duma outra, com a qual originariamente não tem nada que ver. *Sucht* (mania) é tomada pela sensibilidade linguística como pertencendo a *suchen* (procurar), mas veio do med. alt. al. *subt* (= gótico *subits*), que não tem nada que ver com o med. alt. al. *suchen* (gótico *sókeian*). A ligação do nov. alt. al. com *suchen* partiu de compostos como *Wassersucht* (hidropisia), *Mondsucht* (sonambulismo), *Gelbsucht* (ictericia), *Schwindsucht* (tísica), *Eifersucht* (ciúme), *Sehnsucht* (saudades), *Ehrsucht* (ambição) etc., que se interpretavam como desejo de água, lua, de se tornar amarelo, etc. H. Sachs interpreta ainda *-sucht* como doença, quando diz *wann er hat auch die Eifersucht* (quando ele tem também o ciúme). Ver em contraposição o provérbio, *Eifersucht ist eine Leidenschaft, die mit Eifer sucht, was Leiden schafft* (o ciúme é uma paixão que procura com zelo aquilo que cria sofrimento). *Laube* (caramanchão) não tem nada que ver com *Laub* (folhagem), a que é hoje aliado, porque a significação primitiva é «passagem coberta». *Laute* (harpa) é considerada como vindo de *Laut* (som), é porém uma palavra de origem estrangeira, proveniente do árabe. A propósito de *hantieren*, do francês *hanter*, pensa-se em *fallen* (cair), a propósito de *beschwichigen* (sossegar), forma do baixo-alemão correspondente ao m. a. al. *swiften*, pensa-se em *schweigen* (calar-se), a propósito de *schmälen* (própriamente fazer magro, pequeno), pensa-se em *schmähen*, insultar). *Herrschaft*, *herrlich*, *herrschen* são derivados de *her* (sublime) — (daí o med. alt. al. *hêrschaft*, etc.), mas são agora relacionadas com *Herr*, com que originariamente só têm uma afinidade indirecta.

§ 151. Temos de distinguir dos fenómenos tratados a espécie mais complicada da etimologia popular. Esta consta duma deformação, pela qual uma palavra, que faz lembrar outra por uma semelhança fonética casual, se lhe assimila. Uma tal deformação pode ser intencional, feita com consciência de que nos permitimos uma modificação da forma correcta. Muitos escritores humorísticos, sobretudo Fischart, servem-se de tais deturpações. Algumas persistem como gracejos tradicionais, sobretudo na linguagem estudantil. Esta deformação intencionalmente espirituosa não oferece qualquer problema ao investigador da língua. Ela só lhe interessa na medida em que não é reconhecida como deturpação pelo espírito ingénuo das crianças e dos incultos, que a aceitam e propagam como a verdadeira forma. Mas há com certeza também uma deturpação não intencional e inconsciente, que se reconhece como tal pela ausência de qualquer graça (?). Estão sujeitas a ela palavras estrangeiras, nomes próprios e outras palavras cuja etimologia é obscura, precisamente quase só compostos e palavras que produzem a impressão de compostos pela sua configuração fonética mais cheia. Neste caso está sujeito a modificação ou só o primeiro elemento, como *Jubeljahr* (hebreu *jobel*), *Dienstag*.

*Huldreich* do med. alt. al. *Uolrich*, *Maulwurf* do med. alt. al. *moltwurf*, latim *aureichalcum* do grego *ορείχαλκος*; ou só o segundo, como *hagestolz*, *Reinhold*, *Gotthold*, *Weinhold*, etc. de *-olt* = *walt* (?), *abspannen* do med. alt. al. *spanen* (atrair), *abstreifen* do med. alt. al. *strôfen* (?), *Einöde* do med. alt. al. *einöte* (*-öte*, sufixo); ou ambos, como *Armbrust* do latim *arcubalista*, *Liebstockel* do latim *ligusticum*, *Felleisen* do francês *valise*, *Ehrenbold* de *Herolt*, *Pulibrett* (usado dos sec. XVI a XVIII) de *Pulpet* (latim *pulpitum*), grego *συπέτριον* do hebreu *sanhedrin*. Uma das partes é alterada na forma, a outra só na significação, em *Abseite*, dantes *apside* do grego *ἀψίς*; em *Kassnacht* de *Cusiniacum*; provavelmente também em *Mailand* do med. alt. al. *Milán*. Como se depreende já destes poucos exemplos, a assimilação pode ser apoiada pelo facto da significação da palavra deturpada ter sido relacionada com a do seu modelo, mas ela não precisa necessariamente deste apoio. Na explicação deste processo temos de tomar primeiro em linha de conta que normalmente não percebemos exactamente as palavras e frases que ouvimos segundo os seus componentes fonéticos, antes as adivinhámos em parte, geralmente apoiados pelo sentido que é de esperar do contexto. Ao fazê-lo encontramos com certeza complexos de sons que já nos são familiares, e assim pode acontecer que uma palavra usual de som semelhante a uma outra substitua uma parte, em si sem sentido, desta outra palavra maior, logo na primeira vez que esta é ouvida. Mas além disso uma parte duma palavra, que não tenha qualquer outro apoio na língua, fixa-se mal na memória mesmo quando é ouvida exactamente, e pode por isso ser substituída, na tentativa de reprodução, por um elemento familiar como palavra autónoma. E tendo-se uma vez dado esta substituição, quer ao ouvir, quer ao falar, a que substitui tem em relação à autêntica a vantagem de se fixar melhor na memória. É muito natural que este processo, duma maneira geral, se limite a palavras mais longas. Porque as mais curtas são mais fáceis de ouvir e de fixar. Mas além disso estamos habituados a que um certo número de palavras simples se encontrem isoladas, ou pelo menos agrupadas só com as derivadas geralmente usadas e que se podem formar arbitrariamente, enquanto que esperamos também, duma palavra que dá a impressão dum composto, que os vários elementos se possam ligar a palavras simples.

§ 152. A tendência de associar palavras isoladas, e por isso estranhas, a elementos familiares da língua, também se mostra no facto de os mesmos serem frequentemente apoiados por composições com uma designação geral de espécie, depois do que desaparecem então quando usadas autónomamente, como *Maultier* (simples *Maul*, do latim *mulus*, anti-quado), *Elenier* (até ao sec. XVII, ainda simples *Elená*), *Rennier* (do sueco *ren*), *Tigertier*, *Panetier* (ambos dantes frequentes), *Waldfisch* (med. alt. al. *wal*), *Dambock*, *hirsch* (med. alt. al. *tâme*), *Windhund*

(med. alt. al. *wint*), *Aerocroche* (med. alt. al. *kr*), *Schermans* (med. alt. al. *scher*), *Bilchmans* (med. alt. al. *bich*), *Turteltaube* (do latim *turtur*), *Lindwurm* (med. alt. al. também *lindtrabe*, para o que o v. alt. al. apresenta ainda a forma simples *lirt*), *Mohrrübe* (a par de *Möire*), *Kieberserbe* (med. alt. al. *kieber*), *Weichselkriche* (med. alt. al. *wihsel*, também no n. alt. al. ainda *Weichsel*), *Salweide* (med. alt. al. *salbe*), *Farnkraut* (med. alt. al. *farn*), *Pfritenkraut* (v. alt. al. *phritma* (?)), *Bisenkraut* (ao lado de *Bilse*, v. alt. al. *bilisa*), *Lorban*, *beer* (do latim *larvus*), *Buchbaum* (regional ainda *Buchs*), *Masbaum* (ao lado de *Mars*), *Kornerstern* (usual no sec. XVII, ainda em Hebel), *Pöbelbolk* (em Lutero e outros), *Kebrueh*. (med. alt. al. *Keberse*), *Schwiegemutter* (med. alt. al. *swiger*), *Schwäbervater* (regional, primeira fase do n. alt. al. *Schwäber*), *Wittfrau* (regional), *Wasenkind*, *Wasenkenabe* (popular), *Quaderstein*, *Tuffstein*, *Bimsstein* (até ao sec. XVII *Bims* = med. alt. al. *bimex*, do latim *pumex*), *Marmorstein* (ver D. Wb).

Estas composições podem ainda, em determinadas circunstâncias, fornecer a vantagem de se poderem formar outras de acordo com o seu modelo, as quais depois voltam eventualmente a expulsar palavras simples e isoladas. Assim se formaram, a partir de *Schwiegemutter* (sogra), *Schwiegevater*, *-sohn*, *-tochter* em vez dos hoje já antiquados *Schwäher*, *Eidam*, *Schwur*. De modo semelhante deve ter surgido, num período já recuado, a série *Stiefvater* (padrasto), *-mutter*, *-sohn*, *-tochter*, *-kind*; no antigo-nórdico existe ainda a palavra simples *stjǫpr* = *Stiefsohn* (enteador).

§ 153. A coincidência fonética tem uma influência muito mais profunda no domínio *formal* do que no de matéria. Dividimos os processos que se dão naquele domínio em dois grupos principais, isto é, segundo as formas que coincidem — os *funcionalmente idênticos* ou os *funcionalmente diferentes*.

O desaparecimento de diferenças fonéticas ao dar-se a igualdade funcional pode ser muito útil, porque simplifica a formação dos grupos formais. Por vezes só é abolida novamente a diferenciação fonética tratada no capítulo anterior. Assim, por exemplo, as partículas de formação do med. alt. al. *-ul*, *-al*, *-il*, que assentam na mesma base, tomam a forma *-el*, e na mesma *-un*, *-an*, *-in* a forma *-en*, etc. Intúeis são contudo também diferenças como a formação dupla do comparativo e superlativo no v. alt. al. *-tro*, *-ist*, *-ōro*, *-ōst*, ou os dois modos sinónimos da formação de adjetivos em *-ag* e *-ig* (?), e por isso só representa vantagem termos apenas *-er* [-*elst* e *-ig*. Também a junção de dois tipos de flexão completos, como os dos verbos do v. alt. al. em *-ōn* e *-ōn* com os do med. alt. al. em *-en*, é uma simplificação só útil.

Mas a coincidência fonética não atravessa sempre assim regularmente sistemas completos de propoções *paralelo-formais*. A maior parte das

vezes ela só atinge uma parte das formas ligadas entre si. Então não contribui para a simplificação, mas sim frequentemente para a complicação da situação.

a) É verdade que a coincidência fonética atravessa todas as formas dum sistema de flexão, mas ela atinge, num só tipo de flexão ou em vários, apenas uma parte das palavras que originariamente lhe pertencem. Enquanto que, como acabámos de ver, dos três tipos de verbos fracos do v. alt. al. dois coincidiram inteiramente no n. a. a., do terceiro tipo (gótico em *-jan*) só se lhes juntaram por completo os de sílaba breve; os de sílaba longa continuavam ainda a distinguir-se pela antiga síncope da vogal média do pretérito e particípio perfeito e eventualmente pela metafonia retrospectiva, como *manete*, *lebete*, *wenete* de *manōta*, *lebēta*, *wenita* para *manen*, *leben*, *wenen*; a par de *neicte*, *brante*, para *neigen*, *brennen*. A declinação em *i* do v. alt. al. identificou-se inteiramente à declinação em *o* no que respeita à desinência, mas no que respeita à forma da raiz do plural só quando a vogal radical não é susceptível de sofrer metafonia. Aqui portanto a coincidência está sempre aliada a uma divisão, isto é, uma divisão precede a coincidência.

b) A coincidência atravessa, é verdade, todas as palavras de vários tipos de flexão, mas não todas as formas do sistema de flexão. Este caso é muito frequente. Por isso a segunda declinação latina só se identificou à quarta no nominativo e acusativo do singular; assim também as declinações em *o* e *i* em gótico (*fisks*, *fiske* — *gastis*, *gati*).

c) A coincidência atinge só uma parte das palavras de vários tipos de declinação e só uma parte das formas do sistema de flexão. Assim em v. alt. al. identificam-se o nominativo e acusativo das raízes em *i*, *u* e *o* polysilábicas e de sílaba longa, permanecendo estes casos diferentes nas de sílaba breve, como *gasti*, *waldi*, *arni*, de *\*gasti* (*z*), *\*waldu* (*z*) *\*arnio* (*z*) em oposição a *wini*, *winu*, e *\*goto* ou *\*gotu*, que são pelo menos de supor.

§ 154. Dando-se o caso a), tanto a coincidência como a separação dos tipos de flexão são definitivas e contra elas não há reacção possível. O resultado é uma modificação na relação de força dos respectivos grupos, obtendo um deles um certo incremento à custa do outro. Por outro lado, os casos b) e c) criam uma certa *confusão* nas condições de agrupamento. Uma vez que se empreguem diversas modalidades fonéticas para a mesma função, então o mais prático é quando a diferença fonética atravessa todas as formas dum sistema, de modo que os vários tipos de flexão se possam distinguir claramente uns dos outros, e que possamos ver logo em cada forma a que tipo ela pertence. Mas se em dois tipos algumas formas são idênticas, e algumas diferentes, então uma palavra pode facilmente ser erradamente classificada por cause da sua forma análoga, e surge, em lugar das formas condicionais dum tipo, formações

por analogia, que pertencem ao outro. A partir da hesitação e confusão assim criadas, a língua pode então regressar gradualmente a condições mais simples e mais sólidas.

Temos ao nosso dispor exemplos sem conta. Chamo a atenção sobretudo para a influência recíproca dos diferentes tipos de declinação nas várias línguas indogermânicas, que foi quase sempre o resultado da coincidência fonética de vários casos, nomeadamente nominativo e acusativo do singular. A maior parte das vezes, casos que se juntam assim tiveram já antes um modo de formação inteiramente ou quase idêntico, e esta identidade originária foi só obscurecida mais tarde por uma evolução fonética secundária, contra a qual não foi possível uma reacção imediata porque a diferenciação era demasiado profunda. Assim, por exemplo, a uniformidade da declinação indogermânica é sobretudo destruída pelo desdobramento vocálico, surgido por influência do acento, e pela contracção do som radical com a autêntica desinência de flexão. Estas transformações foram tão profundas que foram precisas primeiro muitas outras modificações e sobretudo reduções para voltar em parte a unir, sobre uma base completamente diferente, o que fora separado.

O resultado desta espécie de compensação é, em regra, que palavras dum tipo de formação passem para outro, e mesmo ou todas ou só algumas, ou em todas as formas ou só em algumas. Para o último caso pode servir de exemplo o seguinte. Em gótico, os masculinos da declinação em *i*, no singular, passaram-se para a declinação em *a* por causa da coincidência fonética no nominativo e acusativo, semelhantemente em v. alt. al. Mas o plural continua, em ambos os dialectos, a ser diversamente declinado. O facto da compensação para primeiro neste ponto é uma consequência da colaboração, que nunca falha, do agrupamento etimológico, e assim se justifica de novo a frase: quanto mais estreito for o laço de união, tanto mais fácil é a influência.

Ou é só um grupo activo, enquanto o outro se contenta com um papel passivo, ou são ambos os grupos simultaneamente activos e passivos. Em n. alt. al. uma quantidade de masculinos fracos passaram para a declinação dos fortes em *-en*, dos quais se distinguam, já no med. al. al., só pelo nominativo e genitivo do singular, como *Bogen* (= med. alt. al. *boge*), *Garten*, *Kragen*, *Schaden*, etc. Mas há também alguns casos em que, ao contrário, um masculino em *n* passou para a declinação fraca: *Heide* (= med. alt. al. *heiden*), *Krist(e)* (= med. alt. al. *kristen*), *Rabe* (= med. alt. al. *raben*).

Se esta influência recíproca de dois grupos se dá nas mesmas palavras, pode acontecer que, depois duma longa hesitação, se forme um modo de flexão novo. Assim nasceu da contaminação dos dois tipos tratados um tipo misto: *der Glaube* — *des Glaubens*, *der Gedanke* — *des Gedankens*, etc. O aparecimento deste tipo misto pode explicar-se fácil-

mente se notarmos que existiram outrora no nominativo e genitivo formas duplas: *der Glaube* — *der Glauben*, *des Glaubens* — *des Glaubens*. Depois, na língua escrita, fixou-se o nominativo dum tipo e o genitivo do outro. Assim formou-se ainda, pela influência recíproca dos masculinos fortes e dos fracos em que a vogal final caiu, um tipo misto, que declina o singular como forte e o plural como fraco: *Schmerz-es,-e* — *Schmerzen*. Análogamente nos neutros *Bett,-es,-e* — *Betten*. O exemplo mais extensivo desta espécie é a declinação regular dos femininos em *-e*, que é uma fusão da antiga declinação em *a* e da declinação em *n* (os fracos). Em med. alt. al. declina-se ainda:

Sing.	N.	vröude	zunge
	G.	vröude	zungen
	D.	vröude	zungen
	A.	vröude	zungen
Pl.	N.	vröuden	zungen
	G.	vröuden	zungen
	D.	vröuden	zungen
	A.	vröude	zungen

Em n. alt. al. é, em todo o singular, *Freude*, *Zunge* e em todo o plural *Freuden*, *Zungen*: outro exemplo característico duma modificação útil, que se produziu sem consciência dum objectivo. A maior conveniência das condições do n. alt. al. não está só em que a memória fica muito aliviada; as duas únicas desinências existentes são também distribuídas do modo mais conveniente. A distinção dos números é muito mais importante do que a dos casos, porque os últimos são ainda caracterizados pelo artigo, acrescentado na maioria das vezes. Em med. alt. al., *die vröude* e *die zungen* podem ser acusativo do singular e nominativo e acusativo do plural; *der zungen*, genitivo do singular e plural. Estas incertezas agora já não são possíveis, mas em contraposição só desapareceu a distinção entre o nominativo e acusativo do singular em *Zunge*. Mas se observarmos a evolução das relações, encontramos como primeiro grau uma usurpação geral recíproca de ambos os tipos, que tinha muito naturalmente de sobrevir, uma vez que se dera uma coincidência fonética de três formas (nominativo do sing., genitivo e dativo do plural). Assim resultara um tal estado de coisas, que a maioria das formas podiam terminar tanto em *-e* como em *-en*. E nenhuma forma se produziu com vista num objectivo, mas a sua utilidade foi decisiva só para a conservação ou desaparecimento das várias formas.

Uma influência recíproca de dois grupos faz sempre supor que a relação de forças não é demasiado desigual. Porque doutro modo a influência tornar-se-á unilateral, conduzindo também mais rápida e mais

eficientemente ao fim. Estão naturalmente sobretudo ameaçados os tipos que não são representados por numerosos exemplares, no caso de estes não serem protegidos por uma frequência especial. A extensão reduzida de certos tipos em relação a outros pode ter existido desde o princípio, não se tendo formado mais palavras do modo respectivo, mas na maior parte das vezes ela resulta apenas duma evolução ulterior. Ou desaparecem muitas palavras originariamente pertencentes a esse tipo, onde se deve nomeadamente tomar em consideração o facto de um modo de formação originariamente vivo desaparecer e só continuar a transmitir-se usualmente em vários exemplares frequentemente usados. Ou o tipo cindese, por uma diferenciação fonética, em várias subdivisões que, caso não se reaja logo contrariamente, se dissociam. Portanto o melhor meio para unir finalmente dois modos diferentes de formação, é às vezes fragmentar quanto possível um deles. Podemos fazer observações neste sentido, por exemplo na história do desaparecimento gradual da declinação consonântica e da declinação em *n*, em alemão.

Se alguma vez um tipo adquiriu uma supremacia decisiva sobre outro ou outros, com os quais tem alguns pontos de contacto, então os últimos estão infalivelmente condenados a desaparecer. Só uma frequência especial pode conferir a certas palavras força suficiente para se futurarem por muito tempo à influência aliás poderosíssima. Estas continuam então a existir, isoladas, como *anomalias*.

§ 155. *Todas as linguas estão constantemente occupadas em abolir todas as desigualdades inuteis, em criar, para a identidade funcional, também uma expressão fonética idêntica.* Nem todas o conseguem com bons resultados. Encontramos as várias linguas e os vários graus destas linguas a distâncias desiguais deste fim. Mas mesmo as que se aproximam mais, ficam ainda a uma distância considerável dele. *Apesar de todas as modificações que se produzem para atingir este fim, elle é eternamente inacessível.*

As causas desta inacessibilidade depreendem-se facilmente das considerações anteriores. Em primeiro lugar, as formas e palavras isoladas seja de que modo for, não são atingidas pela normalização. Por exemplo, um caso construído segundo um modo mais antigo permanece como advérbio ou membro dum composto, ou um particípio formado também dum modo mais antigo fica como pura forma nominal. Isto não prejudica naturalmente a uniformidade dos modos de formação realmente vivos. Em segundo lugar, contudo, depende só do acaso se se dá ou não uma abolição parcial das diferenças de tipo no campo fonético, abolição essa que é tantas vezes a condição prévia para a compensação total. Em terceiro lugar, a resistência das várias palavras que seguem o mesmo modo de formação é muito diferente segundo o grau de intensidade com que se fixam na memória, pelo que então, em regra, são precisamente os elemen-

tos mais necessários da linguagem diária que ficam como *anomalias*. Em quarto lugar, também o poder exagerado imprescindível dum único tipo é sempre resultado só de circunstâncias que coincidem casualmente. Enquanto esse poder não existe, as várias palavras podem ser puxadas ora para um lado ora para o outro, e assim, precisamente pela influência da *analogia*, é que pode surgir uma confusão caótica, até que o seu próprio excesso leva à cura dos inconvenientes. No meio de tantas circunstâncias agravadas é natural que o processo, mesmo no melhor dos casos, se dê tão lentamente que, antes de ter chegado aproximadamente ao fim, já tenham surgido novas diferenças fonéticas que esperam pela compensação. E a mesma eterna mutabilidade dos sons, que é indispensável como impulso para a obra de compensação, torna-se também a destruidora da obra que fomentou, antes mesmo que esta esteja terminada.

Podemos ver isso nas condições de flexão da língua escrita do nov. alt. al. No feminino, os três tipos principais do med. alt. al., as antigas declinações em *i*, *a* e *n*, reduziram-se a dois, vide § 154. Como também os restos das declinações consonânticas em *n* (como por exemplo med. alt. al. *hant*, plural *hente*, *hante*, *handen*, *hende*) se inseriram gradualmente no tipo em *i*, teríamos dois esquemas simples e fáceis de distinguir: 1.º singular sem *-e*, plural com *-e* e eventualmente com metatonia (*Bank* — *Bänke*, *Finsteris* — *Finsterisse*), 2.º singular com *-e*, plural *-en* (*Zunge* — *Zungen*). Mas nestes esquemas primeiro não se enquadram inteiramente as raízes polysilábicas em *-er* e *-ei* (*Mutter* — *Mütter*, *Achel* — *Achseln*), que, segundo a regra geral já no med. alt. al. sem excepção, perderam o *e* (onde ele existia). Estes ainda não estorviavam muito. Mas além destes perderam também o *-e* final do singular muitos outros femininos, todas as raízes polysilábicas em *-im* e *-ing* e muitas monossilábicas, como *Frau*, *Hild*, *Kost*, etc. = med. alt. al. *frouwe*, *hulde*, *koste*. O curso da evolução das últimas deve ter sido de modo que, originariamente, em todos os femininos dissilábos em *-e*, surgiram formas duplas segundo a diferente colocação na estrutura da oração e que depois a compensação realizada teve resultado diverso. Além disso temos de tomar aqui em conta a luta entre o alemão do sul e o do centro pela soberania na língua escrita. Seja como for, o caso é que aparece uma nova cisão: *Zunge* — *Zungen*, mas *Frau* — *Frauen*. E simultaneamente volta a deixar de existir uma distinção clara dos dois tipos principais: *Frau*, no singular está de acordo com *Bank*, no plural com *Zunge*. Esta nova confusão era de resto necessária para a continuação da compensação. O contacto entre a formação *Frau* e a formação *Bank* teve como resultado que uma grande quantidade de palavras, mesmo a maioría, passasse da primeira para a segunda, como *Burg* (plural *Burgen* = med. alt. al. *bürge*), *Flur*, *Weld*, *Tugend*, etc. e todas as palavras em *-beit*, *-keit*, *-schaft*. Desta maneira ter-se-ia podido obter uma formação

uniforme do plural em *-en* (*n*), e só no singular se teria mantido a diversidade de palavras com e sem *e*. Mas o movimento não chegou a terminar-se, e restos consideráveis da declinação em *i* atravessam-se nos incômodamente no caminho.

Podemos fazer observações semelhantes no masculino e no neutro, com a diferença de que nestes se reúnem ainda mais circunstâncias desconcertantes. Também aqui a situação parecia apta a que se criasse uma distinção clara na flexão entre os substantivos sem *e* e os com *e* no nominativo do singular (*Arm* — *Arme*, *Wort* — *Worte*, mas *Funke* — *Funken*, *Auge* — *Augen*), se a queda do *e* numa parte das palavras se não tivesse de novo intrometido (*Mensch* — *Menschen*, *Herz* — *Herzen*).

§ 156. A concordância fonética de formas funcionalmente diferentes realiza-se adentro dos grupos etimológicos. Assim, em v. alt. a transição de *m* final átono para *n* provoca a concordância da desinência secundária para a 1.ª e 3.ª pessoas do plural: nas fontes mais antigas *gábum* — *gábum*, *gábin* — *gábin*, nas mais recentes *gábum*, *gábin* para ambas as pessoas. Na maior parte dos casos, esta concordância é provocada pelo enfraquecimento para e uniforme das vogais finais cheias do v. alt. al. Assim temos med. alt. al. *tage* = v. alt. al. *tage* (dativo sing.) — *taga* (nominativo pl.) — *tago* (genitivo pl.); med. alt. al. *hanen* = v. alt. al. *hanin* (genitivo e dativo sing.) — *hanun* (acusativo sing., nominativo e acusativo pl.) — *handno* (genitivo pl.) — *handm* (dativo pl.), e nas formas do v. al. encontramos já uma concordância de formas anteriormente diferentes. A concordância não atravessa sempre todo um tipo de flexão; só precisa de atingir uma parte das palavras que originariamente faziam parte dele: confrontar, por exemplo, *Tag* — *Tage* — *Tagen* com *Sessel* — *Sessel* — *Sesseln*, *Winter* — *Winter* e *Wagen* — *Wagen* — *Wagen*. A concordância é mais rara nas derivadas da mesma raiz do que nas formas de flexão. Como estas derivadas já por si podem constituir todo um sistema de formas, a concordância pode ser parcial em dois sentidos. Por um lado pode, de várias classes de palavras na origem foneticamente diferentes, concordar só uma parte das palavras. Assim em v. alt. al. podem derivar-se dois verbos fracos de cada adjetivo, um intransitivo em *-ên* e outro transitivo em *-en* (= gótico *-jan*). No med. alt. al. os dois tipos concordam em todas as terminações, mas na forma da sílaba radical só em parte, porque a maioria continua a distinguir-se pela existência ou falta de metafoia; assim temos por um lado *leiden* de *leidên* = tornar-se desagradável, e *leiden* de *leidên* = tornar-se desagradável, e *ninwen* tornar-se novo e tornar novo; por outro lado *armen* ficar pobre — *ermen* fazer pobre, *swâren* tornar-se difícil — *swâren* tornar difícil.

Por outro lado a concordância fonética não precisa de estender-se a todas as formas de duas palavras afins. A forma do n. alt. al. *schmelzen* são duas palavras completamente diferentes no med. alt. al., que se juntaram, *smêlzen* (com *e* aberto), forte e intransitivo, e *smelzen* (com *e* fechado), fraco e transitivo. Mas a concordância só se estende às formas do presente, e mesmo destas excluem-se a 2.ª e 3.ª do sing. do indicativo e a 2.ª do sing. do imperativo: *schmilzt*, *schmilz* — *schmelzt*, *schmelze*.

§ 157. A concordância fonética de formas diferentes na função tem frequentemente mais consequências. Uma delas é que nos habituamos de tal maneira à identidade fonética que a transferimos também para casos aos quais ela ainda não foi levada pela evolução fonética. Nos verbos-do v. alt. al. a 1.ª pessoa do plural tornou-se igual à 3.ª pessoa por transição do *m* final para *n* (*gábum* de *gábum* — *gábum*), com excepção do presente do indicativo, onde a diferença ainda se mantém no med. alt. al.: *geben* — *gebent*. Esta diferença é abolida, primeiro no alemão do centro, depois também no alemão do Sul, como se disse já acima, pela assimilação da 3.ª p. do pl. à 3.ª do pl. do pretérito e do conjuntivo. Pode ser que aqui também tenha colaborado a circunstância de nos acostuarmos à concordância da 1.ª e 3.ª p. do pl. É de certeza consequência deste hábito o emprego, desde o séc. XIV, em alemânico, de formas em *-en* também para a 1.ª pessoa do pl. Também na língua escrita actual podemos ver a compensação entre a 1.ª e 2.ª pessoas do pl. em *sind* = med. alt. al. *sîn* — *sint*; no dialecto da Alta Saxónia a 3.ª p. do pl. é, ainda, ao contrário, *sein*. Temos outro exemplo na assimilação do nominativo e acusativo em alemão. No germânico primitivo os dois casos eram a maior parte das vezes ainda diferentes no masculino e no feminino. Identidade existia talvez só no plural das raízes femininas em *a* (gótico *gibós*, antigo-nórdico *gjafar*). No v. alt. al., como nos restantes dialectos germânicos ocidentais, o nominativo do singular dos radicais em *o*, *i* e *u* e dos consonânticos com excepção da chamada declinação fraca, igualou-se ao acusativo pela queda do *s* final (*fisc*, *balg*, *sunu*, — *man* = gótico *fisks* — *fisk*, *balgs* — *balg*, *sunus* — *sunu* e antigo-nórdico *fiskr* — *fisk*, *belgr* — *belg*, *sonr* — *son*, *madr* — *man*); além disso deu-se concordância fonética no nominativo e acusativo pl. da declinação fraca (*hanun*, *zungân*, germânico primitivo talvez *\*hanoniz* — *\*hanowz*). Daí resultou a continuação da compensação. A forma do nominativo pl. dos radicais em *o*, *i* e *u* e dos consonânticos penetrou no acusativo, estabelecendo-se assim a mesma concordância do singular: *taga*, *balgi* (*belgi*), *sunu* = gótico *dagôs* — *dagani*, *balgeis* — *balgins*, *sunjns* — *sununs*, e antigo-nórdico *dagar* — *daga*, *belgir* — *belgi*, *synir* — *synu* (*sonu*). As formas do acusativo que seriam de esperar, segundo as leis fonéticas, no v. alt. al. seriam, *\*tagun*, *\*balgin*, *\*sunun*. Nas raízes consonânticas também se deu, no gótico e antigo-nórdico, uma compensação: no germânico primitivo seria *\*manniz* —

\**manunz* = v. alt. al. *man* — \**manun*, sendo a última forma suplantada pela primeira. Também no adjectivo e no pronome de género, a forma do nominativo penetrou no acusativo: *hinne (a)*, *die (diz)* = gótico *blindai* — *blindans*, *pai* — *pans*. Nos radicais femininos em *a*, ao contrário, a identidade fonética de ambos os casos no plural trouxe consigo uma compensação no singular. Primeiro empregavam-se imediatamente ambas as formas, a do nominativo e a do acusativo, depois fixou-se em geral a forma do acusativo, enquanto que a forma do nominativo se limitou a determinados casos, acabando por desaparecer por completo. Enquanto que o anglo saxão distingue *giefu* — *giefe*, *dr* — *dre*, temos no v. alt. al. só as formas do acusativo *geba* e *era* e a par uma da outra, como nominativo e acusativo, *halba* e *halb*, *wisa* e *wis*, etc. Além disso no n. a. al. a forma do acusativo do feminino do adjectivo fraco é suplantada pela forma do nominativo *lange* = med. alt. al. *lange* — *langen*; além disso a forma feminina do nominativo do artigo, pela forma do acusativo: *die* = med. al. *diu* — *die*; já no med. alt. al. o acusativo *sie* suplantou o nominativo *siv*. Nos dialectos francónio da Renânia e alemânico encontramos finalmente também a forma do nominativo do artigo *der* empregada como acusativo.

Se numa língua se dá, em grande abundância, a concordância das formas dos casos na origem foneticamente diferentes, isso pode provocar o desaparecimento total ou de grande parte dos restos poupados pela concordância, como aconteceu em inglês e nas línguas românicas. Criam-se assim de novo puras formas radicais, como existiam antes da formação dos casos, e que designamos indevidamente por nominativo ou acusativo.

§ 158. A concordância parcial das formas de palavras aparentadas faz embotar o sentido das diferenças destas palavras, e por isso misturam-se também facilmente entre si as formas que não coincidem. A concordância parcial do med. alt. al. acima referida, de *smelzen* e *smelzen*, teve como consequência que as formas fortes *schmiltz*, *schmolz*, *geschmolzen* também são empregadas transitivamente; as fracas já quase não são usadas. Assim também as formas fracas de *verderben*, a que originariamente cabia uma significação apenas transitiva, são afastadas pelas originariamente só intransitivas fortes, e hoje só podem ser empregadas num sentido moral. Em *quellen*, *schwellen*, *löschen* mantem-se a diferença na língua actual, considerada correcta; mas de *löschen* apparecem-nos, por vezes, formas fracas com significação intransitiva, por exemplo *es löschet das Licht der Sterne* (Schiller) — (a luz das estrelas apaga-se); em *quellen* e *schwellen* encontramos uma mistura nos dois sentidos, por exemplo *dem das frischeste Leben entquell* (Goethe) — (do qual brota a mais fresca vida); — *gleichwie ein Born sein Wasser quillt* (Lutero) — (como uma fonte a sua água brota); *schwelle*, *Brust* (Goethe) — (cresce, peito); *die Haare schwellen* (Tieck) — (os cabelos cresceram) — *die Ebruschi*

*schwille die Brust* (Günther) — (a ambição faz inchar o peito), *was ist, das mit Sehnsucht den Basen dir schwille* (Z. Werner) — (o que é que de saudade te faz entumescer o peito), *Seifenblasen, die mein Hauch geschwollen* (Chamisso) — (bolas de sabão que o meu sopro fez inchar).

(<sup>1</sup>) Vide Förstemann, Zeitschrift für vergleichende Sprachwissenschaft I.1. Andresen, Über deutsche Volksetymologie, 6.ª edição, Heilbronn 1899. Palmer, Folk Etymology, a Dictionary of Verbal Corruptions of Words Perverted in Form or Meaning by False Derivation or Mistaken Analogy, London 1882. K. Nyrop, Sprogrets vilde skud, Copenhagen 1882. A. Noreen, Nordisk tidsskrift 1882, pag. 612. 1887, et le folk-lore (Melusine IV, 505, além disso vários estudos mais breves no volume V) Wundt I, 459. Kjederqvist, Lautlich-begriffliche Wortassimilation (Beitr. zur Geschichte der deutschen Sprache 27, 409). Thurneysen, IF 31, 279.

(<sup>2</sup>) Devemos ainda chamar a atenção para o facto de a mesma não dever ser confundida com a substituição fonética a tratar no cap. 22. Os efeitos de ambos os processos nem sempre se podem distinguir rigorosamente.

(<sup>3</sup>) Aliás o *h* dificilmente terá sido jamais pronunciado, e então só se dá uma modificação de sentido que encontrou expressão na ortografia.

(<sup>4</sup>) Mas aqui também é importante a transição dialectal de *eu* para *ei*.

(<sup>5</sup>) Do caso isolado temos de exceptuar *einigeinig*, onde há uma diferença de significação.

## XII Capítulo

### Influência da modificação de função sobre a formação por analogia

§ 159. A subordinação das várias palavras e formas e das ligações sintácticas aos grupos linguísticos é sempre condicionada pela sua função. Uma modificação da função pode por isso causar a passagem para um outro grupo. Mas o facto de pertencer a esse grupo exige por sua vez também uma participação na formação criadora do mesmo grupo. Assim surgem criações por analogia que se movem num sentido diferente do que seria de esperar da origem das respectivas formas de palavras e modos de construção. Veremos isso em pormenor a partir dos exemplos que se seguem.

§ 160. A transformação dum apelativo num nome próprio provoca uma modificação correspondente da declinação, como nos acusativos e dativos *Müllern*, *Schneidern*, *Beckern*, etc. Uma consequência do monotismo cristão foi ter-se formado de *got* no v. a. a., por analogia com os nomes próprios, um acusativo *gotan*. Comparável a isto são os dativos-acusativos *Vatern*, *Muttern* vulgares por exemplo em Berlim.

De acordo com a formação dos nomes de família, consideramos o nome e o apelido como uma unidade, e formamos por isso por exemplo o genitivo *Friedrich Müllers*, tendo contudo de dizer *Friedrichs Müllers* enquanto *Müller* (moleiro) era ainda tomado como alcunha de acordo com a profissão. Depois que *von*, originariamente usado para indicar a proveniência, evoluiu para designação de nobreza, passou também a ser incluído no nome e formava-se por exemplo o genitivo (*Karl*) *von Rottecks* (já não *Karls von Rotteck*). Na Suíça, onde não são raros nomes de família como *Von der Mühl* (Do Moinho), *Auf der Mauer* (Sobre o Muro), o acento principal recai agora sobre a preposição, consequência de o todo ser tomado como uma única palavra. As coisas passam-se análogamente com nomes de lugares como *Amsteg*, *Imhof*, (Na vereda, No pátio).

§ 161. Em latim, *decemviri* não era originariamente senão «os dez homens». Mas depois de nos termos habituado a considerar a expressão como designação dum determinado conjunto, passámos a formar, como designação de cargo para um só, o singular *decemvir*. Uma formação correspondente é *der Siebenschläger* de *die sieben Schläger* = os sete dorminhocos (de acordo com a lenda), med. alt. al. *der zweifboote* (o apóstolo) de *die zweif boaten* (os doze apóstolos).

Quando um composto é considerado só como tal, segue a analogia das palavras simples. Como os participios *gefressen* (em m. a. a. ainda *frezen*, porque o verbo é um composto de \**fr* = gótico *fra* e *ezzen*), *gelieben* (med. alt. al. *beiben*), *gegönnt* (*gan sich gönnen* de \**gan*), francónio oriental e meridional *gepalde* para *palde* = *behalten*. Análogamente explica-se em grego *ἐκείσευδον* a par de *καθηύδον*, pelo facto de *εὐδον* simples ter desaparecido do uso corrente.

§ 162. Um adjectivo inteiramente substantivado pode seguir a analogia dos antigos substantivos. Assim *Greis* — (velho) e *Jünger* (discípulo — de «mais jovem»), que eram originariamente autênticos adjectivos fracos substantivados, puderam passar para a declinação forte. Os femininos *Greisin*, *Jüngerin* são derivados daqueles mesmos, assim também *Fürstin*, *Obstin*, *Gerastin* (mulher do chefe, enviado); de outras substantivações também aparecem *Bekanntin*, *Verwandtin*, etc., em vez de *die Bekannte*, *Verwandte*.

Os adverbios gregos em -*os* são originariamente casos da declinação em *o*. Mas uma vez que se soltaram do sistema de flexão e que -*os* foi considerado como um sufixo de formação de palavras, pôde juntar-se também a outras raízes que, na sua flexão, não sofreram qualquer influência das raízes em *o*, como *ήθεος*, *σωφρονως*; etc. É semelhante o que se passa com o sufixo adverbial -*o*, do v. a. al. que passou igualmente das raízes em *o* para as antigas raízes em *i* e *u*: *Klein*, *barto* de acordo com *liobo*, etc.

Há no n. a. a. um número considerável de adverbios que, na sua origem, são genitivos do singular de substantivos, como *falls*, *tings*, *rechts*, *stracks*, *blindlings*. Mas o *s* já há muito que não é considerado como desinência de genitivo; tem de aparecer agora como sufixo adverbial. Em consequência disso, transmite-se em n. a. a. outros adverbios, que na sua origem são igualmente casos de substantivos ou associações duma preposição com um caso, mas que também não são considerados como tal, antes entraram na categoria geral dos adverbios, como *allerdings* (de *aller Dinge*, genitivo pl.), *schlechterdings*, *jenseits*, *diessets* (med. alt. al. *jemits* acusativo sing.), *abseits* (de *ab Seite*), *hinterrücks*, no sec. XVII também *hinterrückens* (das formas mais antigas *hinterrück*, *hinterrücken*), *unterwegs*, *unterwegens* (de *unter Wege*, *unter Wegen*), *vollends* (dantes *vollen*, *vollend*) etc. A transformação do *s* de desinência de caso em

elemento de formação de palavras tornou possível empregá-lo em derivações: *desfallsig*, *allenfallsig*.

Hans Sachs forma um comparativo, *Müchser*, para *Mug*. Isto é uma consequência de o caso do substantivo ter sido posto a par dos adverbios com formação adjectiva, aos quais originariamente só compete comparação.

§ 163. Quando uma associação sintáctica se funda numa só palavra, então esta nova unidade é tratada por analogia com a palavra simples, e é transferido para aquela o que é possível em relação a esta. Acontece em várias línguas que uma partícula se junta inseparavelmente a um pronome. A consequência disso pode ser que a flexão, de acordo com o modelo das palavras simples, passe do meio para o fim. Plauto ainda usa, de *i-ise*, o acusativo *eumpe*, *eampse*, e o ablativo *eopse*, *eapse*, que mais tarde são substituídos por *ipsum*, etc. Uma evolução semelhante, como podemos ver sobretudo nas formas rúnicas do antigo-nórdico, foi sofrida pelo pronome alemão *diezer*, composto do artigo e da partícula *ze*. É uma grande fonte de enriquecimento para a língua o facto de se formarem destes compostos, originados numa fusão secundária, os mesmos derivados que se formam das palavras simples, e que des, exactamente como estas últimas, possuem também servir de membro dum composto: como *Überwinder*, *Überwindung*, *ergiebig*, *betäufbar*, *gedelblich*, *Betrübnis*, *Gelungenschafft*, *Bejagetheit*, *edelmännisch*, *hochmütig*, *jungfräulich*, *landsberlich*, *Landsmannschafft*, *Grossberzogium*, *Bärenhäuter*, *Kindergrünerin*, *sofortig*, *bisherig*, *jenseitig*, *Rotweinflasche*, *Gänseberparstete*, *Überhandnahme*, *Vorwegnahme*, *Zurücknahme*.

§ 164. Não é raro que uma forma da flexão se fixe por ser transferida para casos a que no fundo não compete (!). O nosso *selber* é o nominativo sing. masculino e simultaneamente o genitivo e dativo sing. feminino e genitivo pl. dum adjectivo mais antigo *selb*, que hoje não se conserva como adjectivo senão em *der selbe*. O sinónimo *selbst* = mais antigo *selbes*, é o nominativo e acusativo sing. neutro e ao mesmo tempo genitivo sing. masculino e neutro da mesma palavra. Em med. alt. al. o adjectivo é declinado em parte como fraco e em parte como forte e concorda em género, número e caso com o nome a que se refere, portanto *im selben*, *ir selber*, *sîn selbes*, etc. Ora se as formas mantidas no med. alt. al. foram ocupar o lugar em que outras estariam certas, isso só pode ter sido uma consequência do facto de a palavra não ser já considerada como um adjectivo. Enquanto não se via em *selber* senão a função duma identificação energética, empregava-se a forma sempre que se queria exprimir uma tal identificação. É semelhante o que se passa com a forma dialectal *halber*: *die Nacht ist halber bin*, *es ist halber eins*; e com *einander*, em vez da qual temos em v. alt. al. uma autêntica flexão: *ein anderan*, *ein anderno* etc. Em med. alt. al. ainda se pode dizer *beider des vater und des sunes*, estando *des vater und des sunes* no fundo numa



relação apositiva com *beider*. Mas mais vulgar é *beide des vater und des sunes*. Portanto fixou-se a forma do nominativo *beide*, não tomando nós já consciência da origem da construção e aproximando-se a função de *beide* — *und* do actual *sowohl* — *als auch*. Em latim, o nominativo *quisque* ultrapassou o seu domínio junto do pronome reflexo e do possessivo que lhe compete, por exemplo *multis sibi quisque imperium petentibus*. Em Plauto encontramos *praesente testibus* em vez de *praesentibus*, em Afrânio *absente nobis*; por aqui vemos que as formas participiais respectivas se aproximaram do carácter de preposições. Associações como *agedum cor-ferte, agedum creemus* são consequência de não se ter considerado já *age* como 2.ª pessoa sing. do Imperativo, mas só como uma exclamação geral de exortação. Assim em grego *ἄγε* encontra-se antes dum plural, como *εἰπέ, φέρε, ἰδού* (?); além disso em latim *cave dirumpatis* (Plauto) etc.; na linguagem corrente alemã por vezes *warne mal* (espera aí), também quando nos dirigimos a várias pessoas, ou a uma, que normalmente não tratamos por tu. Na primeira fase do n. alt. al., *siehe* (olha) também se emprega dirigido a uma maioria; em francês fixaram-se inteiramente *voici, voilà*. Na última fase do grego, *ὄψεσθαι* e *ὄψεσθε* são empregados sem atender à pessoa ou número, como conjunções. A nossa palavra *nur* (só) veio de *enwære* (es wäre denn — a não ser que). Esta forma *enwære* tomou portanto também o lugar de *enwærest, enwæren, ensi, ensin* etc.

Dá-se um processo semelhante quando, na última fase do med. alt. al., *sich*, dependente duma preposição, se introduz também em orações em que o sujeito é a primeira ou segunda pessoa (?). Isto resulta do facto de *über sich* ou *unter sich* já não serem analisados, mas considerados = in die Höhe (para o alto), in die Tiefe (para baixo); cf. as expressões actuais *vor sich gehen* (acontecer) e *an und für sich* (em princípio). Por isso usamos estas associações também onde elas não podem de maneira nenhuma referir-se ao sujeito mas só a um caso oblíquo; por exemplo *beb hinten über sich das Glas* (ergue o copo para o alto, canções populares de Umland). Encontramos a mesma fixidez em *seiner Zeit* (a seu tempo, em tempos), como por exemplo *die Jugend ist unternehmend, wir sind es seiner Zeit auch gewesen* (Hachländer) — (a juventude é empreendedora, nós fomos-lo em tempos também). O mesmo em latim *suo loco, sua sponte, suo nomine*. Nos juristas romanos encontramos associações como *si sui juris sumus*. Em antigo-nórdico formou-se uma voz média e passiva com a ajuda do reflexo. Aqui *-sk*, que vem de *-sik*, anteriormente *z*, e que originariamente só podia pertencer à terceira pessoa, é transferido primeiro para a segunda, depois também para a primeira, por exemplo *lúkomz* em vez de *lúkomk* (= *lúko-mik*) mais antigo; o *z* não era tomado na sua significação primitiva, mas como desinência da voz média ou passiva. Em muitos dialectos da Alemanha do sul e do centro, *sich* é também

empregado como reflexo da 1.ª pessoa do plural, e às vezes também da 2.ª pessoa. A limitação usual à 1.ª pessoa do plural deve explicar-se pelo facto de nesta a transferência ter sido facilitada pela concordância formal da forma verbal com a 3.ª pessoa do plural (?). Em dialectos bávaros o pronome possessivo *sein* também se refere ao feminino e ao plural, vide Schmeller pag. 198.

§ 165. Plauto associa as palavras *perire, deperire, demori*, no sentido de «estar mortalmente apaixonado», com o acusativo; o mesmo fazem Virgílio, Horácio e outros com *ardere* = «estar inflamado de amor por alguém». A construção destas palavras é manifestamente influenciada pela de *anare*, porque elas, no seu emprego metafórico, se aproximam do verdadeiro sentido desta. Podemos daí concluir que elas já estavam um pouco gastas com aquele sentido, pelo menos na linguagem poética. Porque se a sua significação real fosse sentida ainda inteiramente viva, não se poderia ter dado tal troca na construção. No entanto temos de nos referir aqui à importância a atribuir a uma ousadia poética propositada. O caso é diferente em relação à linguagem usual em prosa. Também aqui acontece frequentemente uma palavra trocar o modo de construção que lhe compete de acordo com a sua significação primitiva por outro que não lhe serve, por se deixar influenciar por uma determinada palavra ou grupo de palavras, das quais com o tempo se aproximou na sua significação. Aqui a troca de construção é um critério infalível de desaparecimento gradual da significação básica. Sobretudo exprime-se nela frequentemente a separação da percepção material que originariamente lhe esteve na base.

Para esta separação são especialmente demonstrativos muitos compostos com advérbios de lugar. A *einwirken* e *Einwirkung* pertence originariamente a preposição *in*, e esta é usual no sec. XVIII, como *sobald Kunst und Wissenschaft in das Leben einwirken* (Goethe) — (logo que a arte e a ciência influem na vida); *durch die Einwirkung in gewisse Werk-zeug* (Garve) — (pela influência em certos instrumentos). Empregamos hoje *auf*, como fazemos com a forma simples *wirken*, e isto prova que se perdeu em nós o sentido da percepção material para a qual *ein* chama a atenção. Deu-se a mesma troca em *Einfluss*, como em *Folgen, die in ihre Glückseligkeit einen notwendigen Einfluss haben sollen* (Lessing) — (consequências, que devem ter uma influência necessária na sua bem-aventurança), *Gesundheit ist ein Gut, welches in alles Einfluss hat* (Garve) — (a saúde é um bem, que tem influência em tudo), e assim duma maneira geral no sec. XVIII (também em *einfließen* = «Einfluss haben» — ter influência, encontramos a princípio *in* e *auf*); *ein-schränken*, como em *es hat längst aufgebört in die engen Grenzen einge-schränkt zu sein* (Lessing) — (já há muito que deixou de estar restringido a limites estreitos), etc.; *Eindruck* como em *die Nähe des schönen Kindes musste wohl in die Seele des jungen Mannes einen so lebhaften Eindruck*

*machen* (Goethe) — (a proximidade da linda criança devia fazer na alma do jovem uma impressão viva); *welchen tiefen Eindruck er, auf mein ganzes Leben, in mein Herz gemacht hat* (Miller) — (que impressão profunda ele causou no meu coração, em toda a minha vida); ainda mais material: *um durch das Grosse dieses Todes einen unauflöschlichen Eindruck seiner selbst in das Herz seiner Spartaner gruben* (Schiller) — (para gravar, pela grandeza desta morte, uma impressão indelével de si próprio no coração dos seus espartanos); contudo aparece com *auf* já em Lessing: *eingeben*, como em *da ich in alles einging* (como consenti em tudo) — (*auf* já usual no sec. XVIII). *Abgeneigt, Abneigung gegen* ou, como encontramos também em escriptores mais antigos, *vor*, não pode ser primitivo, mas só *von*, como em *abgeneigt von der besten Meinung* (Lessing) — (desviado da opinião melhor), *Abneigung von den Erdendöchtern* (Wieland) — (aversão pelas filhas da terra), *Abneigung von allen literarischen Händeln* (Goethe) — (aversão por todas as contendas literárias). Para *nachdenken über* (reflectir sobre) encontrei no DWb o exemplo mais antigo tirado do Don Carlos de Schiller; de resto no sec. XVIII e mesmo nos começos do XIX é usual o dativo (no fundo dependente de *nach*), por exemplo *um ihren Briefen nachzudenken* (Nicolai) — (para reflectir sobre as suas cartas), *ich dachte der Ursache nach* (Goethe) — (eu reflectia sobre a causa), *und dachte manchen Dingen nach* (Frenssen) — (e reflectia sobre muitas coisas); é semelhante o que se passa com *nachsinnen* (meditar), como *als wenn sie einem grossen Streich nachsinnne* (Goethe) — (como se meditasse numa grande partida), *oft sinnlich meinen eignen Worten nach* (Grillparzer) — (muitas vezes medito nas minhas próprias palavras).

Quando agora dizemos *sei mir willkommen in meinem Hause* (sé ben vindo na minha casa), é claro que a segunda parte da palavra já não é tomada como participio de *kommen*. Enquanto isso acontecia, também se interpretava como a indicação duma direcção, por exemplo *willkommen her in Gunthers Land* (Nibelungenlied) — (ben vindo sejam aqui à terra de Gunthere).

A construção *vergüügt über etwas* (divertido com alguma coisa) é análoga a *froh über etwas* (alegre com alguma coisa) e outras; ela mostra que *vergüügt* já não é tomado como participio do verbo *vergüügen* «satisfazer», a que se devia ligar o meio com *mit*, o que se fez enquanto *vergüügt* teve o sentido de «satisfeito»; ver ainda a troca em Wieland: *Tag meines Lebens hab ich niemand über das Werk eines andern so vergüügt gesehen, als er es mir dem Oberon war* (nunca na minha vida vi ninguém tão contente com a obra de outrem como ele com a de Oberon). Semelhantemente com *sich bekümmern*; actualmente só se usa *um* junto de *sich bekümmern, bekümmert*, enquanto nos sec. XV e XVII ainda se usava também como se encontra no Simplicissimus: *mit Schül-*

*possen sich nicht viel zu bekümmern* (não se importar muito com partidas de escola); *weil Mercurius mi allerhand Staatsgeschäften bekümmert war* (porque Mercúrio estava preocupado com muitos negócios de estado). Murner diz ainda *und hindern in von synem glück* (e afastam-no da sua felicidade), correspondendo à significação física primitiva de *hindern* «impedir para trás», enquanto que a associação com *an* é um sinal do aparecimento do sentido abstracto. A construção de *verehren* (honrar) sofreu uma transformação mais radical; diz-se originariamente, de acordo com a significação primitiva, *einen womit verehren* (honrar alguém com); mas depois que passou a ter o sentido de «obsequiar» passou a ser influenciado por *schenken* — presentear, e por outros (\* \*).

*Quin concendimus equos* é propriamente «porque não montamos os cavalos», mas pelo sentido = «montemos os cavalos»; por isso podemos também empregar um imperativo ou conjuntivo exortativo a seguir a *quin*, por exemplo *quin age istud, quin experiamur*. Do mesmo modo, o n. a. *a wan firchtent si den slap* (porque temem o bastão), é propriamente «porque é que eles não temem o bastão», mas aproxima-se do sentido «que eles temam o bastão»; em consequência disso, também se emprega a seguir a *wan* o pretérito do conjuntivo, usual em orações optativas não introduzidas por conjunção, por exemplo *wan herte ich inuwer künit* (tivesse eu a vossa arte). Provavelmente explica-se do mesmo modo a associação no antigo francês de *car* (= *quare*) com o condicional e o imperativo (vide Diez III, 214).

O grego *oikouñ* é originariamente = «então não» e serve para introduzir uma pergunta, para a qual se espera uma resposta afirmativa. Mas as orações introduzidas por *oikouñ* passaram gradualmente a ser interpretadas como afirmações directas positivas. Por isso a partícula conservou apenas a função da conclusão e é empregada em orações que já não podem de modo algum ser tomadas como interrogativas, por exemplo junto do imperativo, como o *koivn átrárayé me aũ3e és tov βίον* (Luciano) (\*<sup>5</sup>). O sânscrito *ná* — *na* apresenta exactamente a mesma evolução (\*<sup>6</sup>). Serve primeiro, como *nomme*, para introduzir orações interrogativas, mas depois, à medida que estas orações interrogativas passam a afirmativas, pode traduzir-se por «mas sim», e aparece então também em orações exortativas, como *nani usyatán* = deve dizer-se.

O acusativo com infinito primitivamente só podia em todo o caso estar junto dum verbo transitivo, enquanto se considerava o acusativo de sujeito ainda directamente dependente do verbo finito, ver sobre este assunto o cap. 16. Mas depois que a interpretação se modificou a ponto

(\*<sup>1</sup>). (N. T.) O verbo *schenken* pede dativo, enquanto que *verehren* se constrói com acusativo.

de o acusativo com infinito ser considerado como oração independente e o acusativo como sujeito da mesma, foi possível estender a construção muito para lá dos seus primitivos limites. Assim em latim também se constroem com o acusativo com infinito verbos que não podem ser acompanhados de qualquer acusativo de objecto, como *gaudere, dolere*, e além disso associações como *magna in spe sum, spem habeo*, etc. Em muitíssimos casos o acusativo com infinito é então usado como sujeito, assim depois de *licet, accidit, constat*, etc., depois de *fas, jus est*, etc., na passiva junto do nominativo com infinito, como *non mihi videtur ad beate vivendum satis posse virtutem* (Cícero); *Volcos et Aequos extra fines exisse afferitur* (Lívio). Depois o acusativo com infinito também se introduz em orações dependentes dum outro acusativo com infinito. Assim primeiro em orações relativas não necessárias, por exemplo *mundum censent regi numine deorum, ex quo illud natura consequi* (Cícero), vide Draeger § 447, 1. Além disso em orações comparativas, por exemplo *ut ferus quasdam nulla mitescere arte, sic immitem ejus viri animum esse* (Lívio); *addit etiam se prius occisum iri ab eo quam me violatum iri* (Cícero), vide o mesmo, 448, 1.453, 2. Na interrogativa indirecta, por exemplo *quid sese inter pacatos facere, cur in Italiam non revehi* (Lívio), vide o mesmo 450. Mesmo em orações temporais e causais, por exemplo *crimina vitanda esse, quia vitari metus non posse* (Séneca), vide o mesmo 448, 2. 3. Encontramos em grego uma expressão correspondente. O uso de ter o sujeito do infinito em forma de acusativo leva também aqui o emprego deste caso junto do infinito substantivado pelo artigo, esteja aquele em que caso estiver, como *αἴτιος τοῦ νικηθῆναι τοῖς Λακεδαιμονίους, διὰ τὸ τὴν πόλιν ἡρῆσθαι ὑπὲρ τοῦ ταῦτα μὴ γίνεσθαι*.

§ 166. Quando dois modos de construção se correspondem em parte na sua função, pode surgir, em muitas associações sintácticas que nos são transmitidas, a dúvida de qual das duas está na base. Assim nasce uma interpretação diferente da associação, e esta interpretação diferente desvia para um outro caminho a acção da analogia.

O genitivo dependente dum substantivo tem uma função semelhante à do adjectivo atributivo. Em associações como *Hamburger Rauchfleisch, Kieler Sprotten* (carne defumada de Hamburgo, arenques de Kiel), temos como primeiro membro, na base, o genitivo da designação de habitante, mas para o sentido da língua é mais natural considerá-lo como um adjectivo derivado do nome do lugar; em todo o caso relacionamo-lo directamente com o lugar, e não com os habitantes. É verdade que a ausência de flexão nos indica ainda que não se trata dum verdadeiro adjectivo. Mas por outro lado o modo como o artigo é empregado junto da associação (*das Hamburger Rauchfleisch*) mostra que o genitivo já não é considerado como tal; porque a colocação do genitivo entre artigo e substantivo tornou-se agora impossível. Ao v. alt. al. faltava um pronome possessivo para o

se feminino e plural. Em vez disso usava-se o genitivo deste pronome *ira, irō*. Também em med. alt. al. o genitivo permanece *ir*, mas esporadicamente começa a considerar-se este como adjectivo e a declinar-se como tal. Este emprego generalizou-se no n. alt. al., e assim surgiu o nosso pronome possessivo *ibr*. O contacto do genitivo com a adjectivo atributivo causou provavelmente o seu emprego predicativo, segundo o modelo do adjectivo, como *er ist des Todes, reines Herzens, so sind wir des Herrn* (Lutero) — (ele está morto, de coração puro, assim somos do Senhor). Aliás este emprego já se encontra na língua base indogermânica.

## NOTAS DO AUTOR AO CAPÍTULO XII

(<sup>1</sup>) Vide para o que se segue Burgmann, *Ein Problem der homerischen Textkritik*, pag. 119 e seg.

(<sup>2</sup>) Vide Burgmann, *lugar citado*, pag. 124.

(<sup>3</sup>) Vide Burgmann, *lugar citado*.

(<sup>4</sup>) Não posso compartilhar a opinião expressa por Burgmann na obra citada, de que *sich* veio de *usich*, porque a forma *usich* já tinha desaparecido antes de surgir este emprego de *sich*. Acertar, como Weinhold, *Bair. Gram.* § 359, e Schuchardt, *Slawodeutsches*, pag. 107, uma influência eslava, não nos permite o território de expansão do fenómeno.

(<sup>5</sup>) Vide Kühner, *Griech. Gram.* II, 1, pag. 717.

(<sup>6</sup>) Foi Burgmann que me chamou a atenção para este paralelismo.

## XIII Capítulo

**Modificação no agrupamento das palavras etimologicamente relacionadas**

§ 167. Se reunimos todas as palavras e formas que contém a mesma raiz, ordenando-as segundo as leis primitivas de formação como as encontradas pelo método analítico das antigas gramáticas comparativas, obtemos um sistema múltiplamente dividido ou um sistema maior de sistemas mais pequenos, que por sua vez se podem ainda compor de sistemas. Já um único verbo indogermânico apresenta um sistema muito complexo. A partir da raiz verbal formaram-se várias raízes temporais, de cada raiz temporal, vários modos, e só daí as várias pessoas nos dois géneros. A gramática analítica procura separar sempre a palavra, mais intimamente ligada segundo a sua origem, da que é além só num grau longínquo, distinguir sempre entre palavra-base e derivada, evitando todos os saltos e procurando não tomar como uma derivada directa a que é só derivada duma derivada. Mas aquilo que, do seu ponto de vista, é um erro na aprecação da formação de palavras e formas, é algo a que a consciência linguística está imensamente sujeita. É absolutamente inevitável que o modo por que se agrupam entre si as formas etimologicamente relacionadas na mente dos que falam uma língua, seja muitas vezes um pouco diferente, num período ulterior àquele em que as formas primeiro foram criadas. E a consequência disso é que também a formação por analogia que se baseia neste modo de agrupamento divergente sai dos trilhos das primitivas leis de formação. Está aqui muitas vezes em jogo uma coincidência secundária de som e significado. Podemos ver numa quantidade de exemplos o papel importante que este processo desempenha na história da língua.

§ 168. Em med. alt. al. temos, junto dos verbos correspondentes, uma quantidade de nomina actionis do sexo masculino que nos vêm de tempos muito antigos, como *Fall* — *fallen*, *Fang* — *fangen*, *Schlag* — *schlagen*, *Streit* — *streiten*, *Lauf* — *laufen*, *Sang* — *singen*. Se reunamos até ao primitivo princípio de formação, teremos de dizer que nem o substantivo é

## XXII Capítulo Cruzamento de línguas (1)

(1) As excepções com a conjunção *daß* explicitam-se a partir da necessidade de diferenciação dos gramáticos.

(2) Não interessa naturalmente, nem para aqui nem para o que se segue, uma determinação de limites mais exacta, a qual me é impossível apresentar.

(3) Vide Kräuter, *Zschr.* f. vgl. Sprachforschung 21, 30 e sgs.

(4) Não interessa para o nosso fim que a distinção de *t* e *th*, *r* e *rh*, tenha voltado a desaparecer.

(5) Porém não tão regularmente nos manuscritos como nas edições críticas.

§ 274. Se partirmos do princípio de que só há línguas individuais, podemos dizer que se dá um cruzamento de línguas sempre que dois indivíduos conversam um com o outro. Porque, ao fazê-lo, a pessoa que fala influencia os conjuntos de ideias, referentes à língua, do ouvinte. Se tomarmos o cruzamento de línguas neste sentido lato, temos de dar razão a Schuchardt quando diz que, de todos os problemas que hoje se põem à linguística, nenhum é tão importante como o cruzamento de línguas. Foi neste sentido que tivemos de considerar o cruzamento de línguas através de todos os capítulos, porque ele é algo de inseparável da vida da língua. Contudo aqui tomamos a expressão no seu sentido mais restrito. Aqui entendemos por ela algo que não pertence necessariamente à vida da língua, embora não falte em quase nenhum campo linguístico.

Cruzamento de línguas neste sentido restrito é primeiro a influência duma língua sobre uma outra, que ou não tem nada que ver com ela ou se lhe é afim na origem; se diferencia tão fortemente dela que a primeira tem de ser aprendida separadamente; mas além disso também a influência dum dialecto sobre outro pertencente à mesma área linguística contínua, mesmo quando este ainda não diverge tanto do primeiro que não seja possível a duas pessoas que os falam entenderem-se. Há ainda uma outra espécie de cruzamento de línguas que consiste em voltar a adoptar fenómenos já desaparecidos numa época mais antiga da mesma língua.

§ 275. Examinaremos primeiro o cruzamento de diferentes línguas nitidamente diferenciadas umas das outras. Para compreendermos o processo do cruzamento temos naturalmente de tomar em conta o comportamento dos vários indivíduos. Onde se oferece mais ocasião ao cruzamento é onde há indivíduos bilingues, ou que falam várias línguas a par, ou que pelo menos compreendem outra língua além da materna. Em todo o caso é necessário um mínimo de compreensão duma língua estrangeira.

Porque pelo menos o que se adopta da língua estrangeira tem de ser compreendido, mesmo que o não seja exactamente.

Oferece-se naturalmente ocasião para bilinguismo, ou para a compreensão mais ou menos perfeita duma outra língua, primeiro nas fronteiras de dois domínios linguísticos diferentes, em diferentes graus segundo a intensidade do convívio internacional. Além disso nas viagens de cada um a domínios estranhos e na sua estadia passageira nos mesmos; em grau mais elevado, pela mudança com carácter permanente de alguns indivíduos, e ainda pela emigração de grandes massas, ocasionada por conquista e colonização. Finalmente, o conhecimento duma língua pode adquirir-se por meio da escrita, sem qualquer contacto directo com um povo estrangeiro que a fala. Neste último caso, o conhecimento costuma ficar limitado a certas camadas da população, que se distinguem pela cultura. Pela transmissão por escrito torna-se então possível a aceitação de palavras não só duma língua estrangeira viva, como também dum grau de evolução mais antigo desta.

Onde se deu uma mistura de nações em elevado grau, também o bilinguismo é bastante geral, e com ele a influência reciproca. Se uma das nações tiver uma supremacia decisiva sobre a outra, quer pelo volume da sua população, quer pelo poder político e económico ou pela superioridade espiritual, então o emprego da sua língua estender-se-á cada vez mais, à custa da outra; do bilinguismo, regressaremos à unidade linguística. Conforme a resistência da língua vencida, assim este processo se realizará mais depressa ou mais devagar, e assim os vestígios desta língua na língua vencedora serão mais ténues ou mais accentuados.

Também nos diferentes indivíduos o cruzamento não se produzirá facilmente, de modo que a sua linguagem contenha mais ou menos tantos elementos duma língua como da outra. Passará talvez facilmente duma para a outra se as dominar igualmente bem, mas, adentro duma estrutura sintáctica, uma delas constituirá sempre a verdadeira base, e a outra desempenhará apenas um papel secundário, mesmo que tenha uma influência mais ou menos modificadora. Isto é applicável em grau ainda mais elevado àquelle que não adquiriu a capacidade de falar a língua estranha; mas só a de comprehendê-la melhor ou pior. Naquelle que fala ao mesmo tempo duas línguas, uma pode com certeza ser influenciada pela outra, a língua materna pela estrangeira, e a estrangeira pela língua materna. A influência da última manifestar-se-á com certeza mais fortemente. Essa influência é inevitável, enquanto não dominamos inteiramente e com segurança a língua estranha. Contudo a influencia do idioma estrangeiro sobre o próprio pode ser muito forte, quando nos entregamos a ele intencionalmente, o que a maior parte das vezes resulta de conhecimentos a língua e cultura estrangeiras superiores às nossas. Há também uma diferença entre as diversas espécies de influencia de que trataremos

a seguir. As palavras de origem estrangeira são geralmente introduzidas numa língua directamente por indivíduos que a falam como língua materna. Em compensação é inevitável que uma língua aprendida como estrangeira seja modificada por substituição fonética e influencia da forma linguística interna.

Mas quando o próprio impulso para a influencia duma língua sobre a outra tem de partir de indivíduos que dominam ambas as línguas igualmente, mesmo que seja em grau reduzido, esta influencia pode então continuar a alargar-se adentro da mesma entidade linguística, pela acção compensatória usual das relações, estendendo-se assim a indivíduos que não têm com o idioma estrangeiro o mínimo contacto directo. Os últimos não são aqui influenciados apenas pelos seus compatriotas, mas, em determinadas circunstâncias, também por estrangeiros que adoptaram a língua deles. Naturalmente absorverão os elementos estranhos sempre só lentamente e em pequenas quantidades.

§ 276. Temos de distinguir duas espécies de influencia exercida por um idioma estrangeiro. Em primeiro lugar, pode adoptar-se *materia* estrangeiro. Em segundo lugar, sem que se empregue outro material além do próprio, a combinação do mesmo e a sua adaptação ao conteúdo ideológico podem fazer-se segundo um modelo estrangeiro; então a influencia só se estende ao que Humboldt e Steinthal chamaram *forma linguística interna*.

A necessidade é o primeiro motivo da adopção de palavras de origem estrangeira. De accordo com isso, adoptam-se palavras para conceitos para os quais falta ainda uma designação na língua materna. Em regra adoptam-se conceito e designação simultaneamente a partir da mesma fonte. Das categorias que mais interessam devemos salientar nomes de lugares e de pessoas; além disso, productos, importados do estrangeiro. Se estes, em essencia, são productos naturais, então as designações para eles e a coisa designada podem transferir-se dos povos mais incultos para os mais cultos, enquanto que a importação de productos artificiais e as suas designações deixam, ao contrario, pressupor uma certa superioridade da cultura estrangeira, a qual no entanto não precisa de ser multilateral. Esta superioridade ainda é de presumir mais decididamente quando se dá a adopção de conceitos técnicos, scientificos, religiosos, politicos. Uma influencia cultural intensa traz a maior parte das vezes consigo uma importação intensa de palavras estrangeiras. Ainda podemos citar uma necessidade que pode provocar a adopção de palavras duma esfera cultural interior, a saber, a necessidade de expor condições de vida estranhas, quer essa exposição tenha como fim instruir e procure apresentar uma imagem o mais verdadeira possível, quer seja empregada para fins poeticos. A adopção de palavras estrangeiras vitrasses o dominio da necessidade propriamente dita quando a lingua e a cultura estrangeiras são tidas em

maior consideração do que a própria, quando portanto o emprego de palavras e expressões desta língua é considerado especialmente elegante ou delicado.

Com palavras derivadas doutras línguas as coisas passam-se de modo semelhante ao dos neologismos. Aquele que pela primeira vez as emprega não tem em regra a intenção de torná-las usuais. Satisfaz com isso só uma necessidade momentânea de compreensão. Um tal emprego só deixa uma influência duradoura quando se repete, em regra só quando parte espontaneamente de diferentes indivíduos. A palavra de origem estrangeira só gradualmente se torna habitual. Há diferentes graus deste hábito. A palavra usa-se primeiro num círculo estreito, formado por causa de proximidade ou de concordância de cultura, ou em vários círculos destes. Muitas palavras permanecem dentro destes limites, enquanto outras se estendem a todas as camadas da população. Se se tornarem geralmente usuais e se não têm por exemplo no seu aspecto fonético qualquer anomalia, então a sensibilidade linguística comporta-se em relação a elas exactamente como em relação ao material linguístico próprio. Do ponto de vista da sensibilidade linguística já não são palavras estrangeiras.

§ 277. Na adopção de palavras estrangeiras merece especial atenção o comportamento em relação ao material fonético estranho. Como vimos, a provisão fonética duma língua nunca coincide com a de outra. Para aprender a falar correctamente uma língua estrangeira, é necessária uma aprendizagem de sentimentos mecânicos absolutamente novos. Enquanto a não fizer, aquele que fala operará sempre com os mesmos sentimentos mecânicos com que fala a sua língua materna. Por isso empregará em regra, em vez de sons estrangeiros, os sons da sua língua que mais se assemelham àqueles e a princípio falhará, quando tentar produzir sons que não existem na língua própria. Ouvindo muito e mediante longo exercício poderá naturalmente adquirir gradualmente uma pronúncia mais correcta, mas como se sabe, é raro que alguém se aproprie duma língua estrangeira tão perfeitamente que já ninguém o possa reconhecer como estrangeiro. Portanto; quando uma língua alarga o seu domínio por sobre um povo que originariamente falava uma outra, não é impossível que a primeira língua desse povo não deixe quaisquer vestígios na produção fonética, e também que não surjam divergências mais profundas, porque o sentimento mecânico não está educado em perfeita concordância com a nova língua. Quando se aprende a língua estrangeira só por via escrita, não se pode naturalmente falar duma imitação dos sons estrangeiros, e é evidente que se empregam e se impõem os sons da própria língua.

Quando um povo entra em contacto com outro, fora o contacto das fronteiras, apenas por meio de viagens e do domicílio de indivíduos isolados e por meio de relações literárias, então só uma pequena parte compreenderá a língua do povo estrangeiro, uma parte ainda menor

falá-la e só uma parcela mínima a falará correctamente. Por isso na adopção duma palavra duma língua estrangeira, muitas vezes serão já aqueles que pela primeira vez a empregam que introduzirão nela sons da própria língua em vez dos sons estrangeiros. Mas mesmo quando eventualmente é adoptada com pronúncia absolutamente correcta, a palavra não conseguirá manter-se quando se estender àquelles que dominam insufficientemente a língua estrangeira, ou que nem a conhecem. A falta dum sentimento mecânico correspondente traz necessariamente a substituição fonética, como lhe chamaremos adoptando a expressão de Gröber. Uma vez naturalizada, uma palavra estrangeira compõe-se então quase sempre dos materiais da própria língua. Mesmo aqueles que se apercebem da diferença por causa do conhecimento exacto da língua estrangeira, acabam por ter de se sujeitar à maioria; senão pareceriam demasiado meticulosos ou afectados. Só excepcionalmente, em tais circunstâncias, um som estrangeiro passa a considerar-se como natural duma língua, e mais facilmente com certeza aquele som que, por um lado, se repete frequentemente, e por outro lado se distingue fortemente de todos os sons originários da língua. Assim por exemplo na língua escrita do n. al., apesar da imensa quantidade de palavras de origem estrangeira, só se introduziu um som novo, o *i* (g) francês em *jalousie*, *genie*, *genieren*, etc. E mesmo para este não só os dialectos populares como também a linguagem corrente da cidade empregam o som do *sch* alemão.

Não é raro que vários sons estrangeiros diferentes sejam substituídos por um mesmo som da língua pátria. Assim em v. al. o *f* e *v* latinos são representados por *f* (escritos às vezes também *v* ou *u*.) ver *fenstar*, *fiobar*, *fiua*, etc. — *fers*, *fogat* (vocatius), *evangelio*, etc. (2). A razão pela qual também *v* é representado por *f* é faltar um som que corresponda exactamente ao latino, tendo-se pronunciado ainda o *u* como consoante em vez do *w* actual. Além disso em v. al. a fortis *p* latina, assim como a lenis sonora *b*, é representada pela lenis átona intermédia, umas vezes escrita *b*, outras *p*, ver *beb*, (*peh*) = *pix*, *bira* = *pirum*, *brigôn* = *praedicare*, etc. — *becchi* (*pecchi*) = *baccinum*, *buliz* = *boletum*, etc. A causa disto é que não havia em alto alemão, de acordo com a associação dos sons, um *b* sonoro, porque o anteriormente existente se tornou átono, e não havia uma fortis *p*, por a anteriormente existente se ter modificado em *ph*. Inversamente, podemos representar o som estrangeiro umas vezes por um, outras por outro dos sons próximos da língua materna. Então constataremos em regra que, onde nas palavras de origem estrangeira duma língua o mesmo som estranho é umas vezes substituído por um, outras vezes por outro som, a adopção das palavras se deu em períodos diferentes. Assim o *v* latino é representado nas palavras alemãs mais antigas de origem estrangeira por *w* (ver *win*, *wiccha*, *pláwo*, etc.), talvez porque, como o *v* alemão, era ainda igual a *u* consonântico ou pelo

menos ainda bilabial (3). Nas palavras de origem estrangeira dos princípios do v. alt. al., ele aparece como *f* (ver acima); nas do período mais recente, de novo como *w*.

Podemos também considerar substituição fonética quando conjuntos de consoantes pouco usuais são aliviadas pela interposição duma vogal, ver por exemplo *warario* na Lei Sállica e italiano *guaragno* = velho-saxão *warwino*, italiano *lanzicheneco*, francês *lansquenet* = *Lanzkrucht*.

Quando se dá a adopção duma palavra só de ouvido e com base num conhecimento imperfeito do idioma estrangeiro, sobrevêm muito facilmente deturpações ainda mais graves que se baseiam numa percepção deficiente do ouvido e numa retenção deficiente da memória. Em consequência disso, associações de sons a que não estamos habituados são substituídas por outras mais vulgares, e fazem-se abreviações. É fácil acrescentar-se a isto a etimologia popular.

§ 278. De entre as modificações que sofrem as palavras estrangeiras ao serem adoptadas, temos de distinguir aquelas que elas sofrem só depois da sua naturalização. Mas como muitas palavras só nos são transmitidas muito tempo depois de serem adoptadas, esta distincção nem sempre é muito fácil de fazer. As palavras estrangeiras naturalizadas tomam naturalmente parte na mutação fonética, tanto como as nacionais. Quando a tradição nos deixa ficar mal, a participação ou não participação na mutação fonética pode esclarecer-nos sobre a época aproximada da adopção. Quando em v. alt. al. o *t* latino nos aparece nunas palavras como *t*, noutras como *z* (ver *tempal*, *twiri*, *abbāt*, *aliari* — *zigil*, *straha*, *scanzila*), o *p* latino nalgunas como *p* (*b*), noutras como *ph* ou *f* (ver *pina*, *priester* — *phū*, *phlanza*, *phīta*, *pfelster*), não há dúvida de que as palavras com *z* ou *ph* ou *f* representam uma camada de adopção mais antiga do que as palavras com *t* e *p*. Porque as referidas modificações não se teriam podido produzir se as palavras não tivessem sido adoptadas já antes da alteração fonética, de modo a compartilharem do destino das genuinamente germânicas.

Além disso as palavras estrangeiras, na sua divulgação, estão sujeitas à mesma tendência assimiladora que sofreram ao serem adoptadas. Uma palavra pode ser primeiro registada exactamente ou aproximadamente com o aspecto fonético que tem na língua estrangeira, por indivíduos que dominam inteiramente essa língua, mas, ao ser transmitida a indivíduos que não conhecem a língua estrangeira, pode ser deturpada por substituição dum outro sentimento mecânico, por erro de audição e por etimologia popular. Se esta deturpação passa a ser do uso geral na grande massa da população, pode também influir naquêles que conhecem bem o aspecto fonético original. Apesar do seu conhecimento mais perfeito, estes têm de sujeitar-se à pronúncia que se tornou dominante se querm ser compreendidos ou não querm parecer affectados. Noutros casos, em

compensação, mantêm-se na boca das pessoas cultas uma pronúncia aproximada da original, enquanto a par dela se desenvolvem uma ou várias pronúncias populares divergentes, ver por exemplo, *Korporal* — *Kaporal*, *Sergant* — *Scharant*, *Gend'arnes* — *Schandurre* (assim na Alemanha do Norte), *Kristianje* — *Kristianje*, *Chirurgus* — *Gregorius*, *teno-vieren* — *rennefthen*, etc.

Uma forma especial de assimilação consiste na transmissão da acentuação nacional às palavras estrangeiras. É verdade que esta não se dá, desde o principio, na primeira transmissão da palavra, mas só depois de ter sido naturalizada há muito tempo. Podemos seguir claramente em inglês como as palavras francesas, originariamente registadas com acento francês, só a pouco e pouco passaram à acentuação germânica. Em alemão podemos observar o mesmo nos nomes próprios estrangeiros. Em v. alt. al. e em parte ainda no med. alt. al. ainda se acentua *Adam*, *Abel*, *David*, etc. Ao contrário, apalativos aparecem já nos documentos mais antigos do v. alt. al. com acento recuado e com êctos deste recuo, ver, por exemplo *fogati* (*vocalis*), *mettina* (*malutina*), *fenstar*. Mas talvez também aqui o recuo do acento não se tenha dado logo que foi registada a palavra.

Através das modificações fonéticas apontadas, uma palavra afasta-se cada vez mais da sua origem, de tal modo que esta mesma origem se pode tornar irreconhecível mesmo para aqueles que conhecem bem a língua de que ela proviêto. Mas para este alheamento podem—contribuir também modificações na língua de origem da palavra. Assim a nossa pronúncia de palavras vindas do francês baseia-se em parte numa pronúncia já não existente em França, ver *Paris*, *Konzeri*, *Offizier*, etc. As palavras alemãs atastaram-se ainda mais da pronúncia com que foram adoptadas nas línguas românicas, ver por exemplo francês *tape*, *tapon* = *Zapfen*, italiano *toppo* = *Zopf*, francês *tonaille* = alto alemão *Zwehble*, alemão central *Guehle*, italiano *drudo* = *traut*. Assim também a significação com que a palavra é adoptada pode modificar-se tanto na sua língua de origem como na língua a que se transmitiu, e finalmente pode desaparecer por completo na língua de origem.

§ 279. Uma e a mesma palavra pode passar várias vezes duma língua a outra, em épocas diferentes. Aparece então com formas fonéticas diferentes, das quais a última está muito próxima da língua de origem, enquanto a mais antiga já sofreu modificações mais ou menos acentuadas. Às vezes a significação que acompanha uma palavra da segunda vez que ela é adoptada é diferente da primeira, e por isso não notamos a mínima relação entre as formas, ver *ordnen* (ordenar = pôr em ordem) — *ordnieren* (ordenar — relig.; recetar), *dichten* (fazer poesia) — *dichtieren* (ditar), *predigen* (pregar) — *prädizieren* (predizer), v. alt. al. *zabal* (mesa de jogo) — *taula* (ambas as formas de *tabuía*); também *prüfen* (examinar, verificar) e *probieren* (provar) não se correspondem na signi-



ficação. Quando a significação coincide inteiramente, a forma mais antiga desaparece facilmente, ver *Altar*, no med. alt. já *alter*; ou então é limitada à linguagem popular dialectal, ver *ade* — *adieu*, *Melodie* (derivado normalmente do med. alt. *melodie*) — *Melodie* (nova forma do francês), *Phantasei* — *Phantasie*, *Känel* (*Kännel*, *Kändel*, *Kener*) — *Kanal*, *Kämi* — *Kämin* (chaminé, fogão), *Kappel* — *Kapelle* (capela, banda de música), *Keste* — *Kastanie*. São especialmente frequentes formas múltiplas em consequência de múltiplas adopções de nomes de pessoas. Aqui também muitas vezes não se reconhece já a origem comum, aparecendo as formas mais antigas em parte já só como nomes de família, ver *Endres* — *Andreae*, *Bartel* — *Bartholomäus*, *Michel* — *Michael*, *Valten* — *Valentin*, *Metz* — *Mattis* — *Matthias*, *Marx* — *Markus*, *Zacher* — *Zacharias*, *Merten* — *Martin*, etc.

Por vezes não se realiza uma adopção inteiramente nova, mas a palavra de origem estrangeira já há muito tempo naturalizada e foneticamente modificada sofre só uma assimilação parcial à palavra da língua estrangeira que lhe está na origem, ver med. alt. *trache* = n. alt. *Drache* (*draco*), med. alt. *tihten* = n. alt. *dichten* (*dictare*), med. alt. *Krieche* — n. alt. *Grieche* (Graecus) (\*). Também *Jude* (judeu) deve basear-se numa reassimilação a *Judaesus*, e *Jude* é a única forma que evoluiu segundo as leis fonéticas.

§ 280. Quando duas línguas intimamente aparentadas influenciam ao mesmo tempo uma terceira, acontece facilmente serem adoptadas as palavras que em ambas as línguas se correspondem, as quais então concordam na significação e foneticamente pouco divergem. Encontramos isto sobretudo nas palavras de origem latina e francesa. Assim temos a par *ideal* e *ideel*, *real* e *reel*, hoje diferentes na significação, mas outros equivalentes; Schiller emprega *material* = *materiell*. Goethe usa *religios* = *religiös*. A palavra *Referendar*, do alemão do norte, corresponde *Referendär* no alemão do sul. Em vez de *Trinität*, *Majestät*, temos em med. alt. *trinität majestät*; nos sec. XVI e XVII podem documentar-se ambas as formas (\*); o *ä* só pode provir do francês.

Em casos destes não se pode evitar que também a forma derivada do francês seja directamente relacionada com o latim por um conhecedor desta língua. Noutros casos as palavras não são adoptadas directamente da sua língua de origem, mas só duma outra, na qual são palavras de origem estrangeira. Assim há palavras gregas que chegaram até nós passando primeiro pelo latim, tendo por isso acentuação latina e terminação *-us* em vez de *-os*. Do mesmo modo certas palavras latinas, que por sua vez podem ter sido adoptadas do grego, chegaram até nós através do francês, como *Musik*, *Protestant*, *Agent*, *September*, *Arikel*, *Religion*, etc., e igualmente os nomes próprios *Horaz*, *Ovid*, etc. Também aqui se estabelece uma relação directa para o conhecedor da língua original, e isso

tem como consequência que mesmo quando tira certas palavras directamente da língua de origem, ele lhes dá uma forma fonética análoga à das que foram adoptadas através doutra língua: assim converte por exemplo o acento grego no latino, mantém as terminações latinas *-us*, *-um* e outras, transforma em *ion* a terminação *io* das palavras latinas. Estão também neste caso os verbos directamente adoptados do latim que mantiveram a terminação em *-ieren* derivada do francês, como *negieren*, *spazieren*, *pokulieren*, *prüdzieren*, *annektieren*, *regulieren*, *prästieren*, *präparieren*, etc. A forma mais antiga *personifizieren* (por exemplo em Lessing), aliando-se à latina, transformou-se em *personifizieren*.

§ 281. Vimos atrás, § 115, que a uma derivada formada com um sufixo menos vulgar se junta facilmente ainda o sufixo normal para a referida função. Uma forma especial deste processo é acrescentar-se a um sufixo estrangeiro ainda aquele que na língua materna lhe corresponde, ver *Historiker*, *Physiker*, *Musiker*, *Kritiker*, etc. (formações ainda rejeitadas por Adlung); *Sicilianer*, *Mantuaner*, *Primaner*; *Italiener*; *Benediktiner*, *Rabbiner* (segundo Adlung preferível *Rabbine*); *Athenienser*, *Waldenser*; *Genueser*, *Bologneser*; *Galiläer*, *Pharisäer*; *Unitarier*, *Proletarier*; *Samariter*, *Jesüiter* (popular); *Patrizier*, *Plebejer*; *Kassierer*, *Tapezierer*, *Barbiere* (a par de *Kassier*, etc.); *sicilianisch*, *italienisch*, *genuesisch*; *idealistisch*, *kolossalisch* (ambos frequentes no sec. XVIII); *Prinzessin*, *Äbtissin* (med. alt. *ebbeisse*), *Baronessin* (sec. XVIII). Os verbos em *-ieren* nasceram acrescentando-se à forma infinitiva em *-ier* as terminações verbais alemãs.

§ 282. São sempre adoptadas só palavras completas, nunca parti-culas para formação de palavras e desinências de flexão. Mas se se adopta um número maior de palavras que contém o mesmo sufixo, então estas associam-se num grupo, exactamente como palavras da língua materna com o mesmo sufixo, e um tal grupo pode então tornar-se também produtivo. O sufixo assim adoptado pode associar-se ao material linguístico interno por meio de uma nova formação análoga. Isto não é raro nos sufixos. Temos em alemão, segundo o modelo de *Äbtei* (abadia), etc., *Bäckerei* (padaria), *Gerberei* (fábrica de curtumes), *Druckerei* (tipografia) etc.; a partir de *Bagage*, etc., formações da linguagem popular como *Tafelgäbe*, *Kleidgäbe*, *Bommelgäbe*, etc. (vide Andr. Volkset. 98); de acordo com *korrigieren*, etc., *hofieren* (fazer a côrte — *Hof* — côrte), *buchstabieren* (soletrar — *Buchstabe* = letra), *sich erlustieren* (divertir-se — *Last* = prazer), med. alt. *wandelieren* (passar), em H. Sachs *geldmarterat* (\*). Ver ainda formações românicas como o italiano *falsardo*, com sufixo germânico, inglesas como *oddy*, *morderous*, *eatable*, com sufixo francês (\*). Temos na língua alemã vários sufixos de origem estrangeira, que só se usam na linguagem culta e que então não só se associam a elementos da língua própria, como também a outros duma

outra língua estrangeira, por vezes mesmo ao material linguístico interno, ver *-ist* em *Jurist, Parist, Romanist, Tourist, Mantivist, Horvist, Hobovist, Carlist*, etc.; *-ismus* em *Alaivismus, Purismus, Fanatismus, Somnambulismus*, etc.; *-ianer* em *Hegelianer, Kantianer*, etc. Encontramos estas formações também em parte no francês, e foram parcialmente adoptadas desta língua. Quando objectamos contra formações como *Parist* e *Purismus* por causa da mistura dum elemento grego e dum latino, isso não está certo, na medida em que não são formações gregas nem latinas, mas alemãs ou francesas.

É mais raro adoptarem-se deste modo desinências de flexão (<sup>8</sup>). Para isso já é necessário um contacto mais íntimo entre duas línguas. A formação do plural francês em *s* está bastante espalhada na Alemanha do Norte: *Kerls, Mädchens, Fräuleins, Ladens*, como pleonasmos em *Jungens*. Também se imiscui na língua escrita, em palavras originariamente indeclináveis: *A's, O's, Neins, Abers, Vergessmeinnichts, Stellthebens*; em palavras estrangeiras que terminam em vogal aberta e que por isso não pertencem a qualquer outra declinação: *Papas, Sophas, Mottos, Kohbris*; menos usual e reconhecido como correcto em palavras em *-um: Albums, A formação francesa do plural está mais espalhada em holandeses *ver mans, zons, vaders, broeders, waters, euvels, lakens, wroukers, vogeliers*, e sempre nos neutros em *-er, -el, -en* e nos diminutivos; o *s* é acrescentado pleonasticamente a *jongens, bladens, (a par de *bladen, bladens*), bendens* (a par de *benderen* para *ben*), etc. A desinência inglesa de genitivo introduziu-se em indoportuguezes; diz-se por exemplo *hombrer's casa*. Onde a adopção de desinências de flexão, a partir de outra língua, teve maior expansão, foi na língua cigana. Assim há um dialecto cigano espanhol e outro inglês.*

§ 283. No que se refere à forma linguística interna, uma língua é influenciada, como já salientámos, sobretudo pelos que a falam como língua estrangeira. Mas de maneira nenhuma só por esses. Para a língua literária interessa neste sentido sobretudo a influência de traduções. Quando uma palavra dum língua estrangeira só em parte coincide na sua significação com uma palavra da língua materna, somos facilmente levados a atribuir àquela toda a extensão da significação que pertence a esta. Este é um dos erros mais frequentes em exercícios de tradução. Estes erros podem facilmente tornar-se linguagem usual nas áreas bilingues (<sup>9</sup>). Um escritor eslavo do Sul escreve *habt ihr keine Scheu und Schande* (não tendes timidez nem vergonha), porque *stramola* tanto pode significar «Schande» (vergonha) como «Scham» (pudor, pejo). Os rúther alemães empregam *Schnur* (nora) no sentido de «Braut» (noiva), porque em esloveno *nvesa* significa nora e noiva. Frequentemente o alemão falado pelos eslavos emprega *damals* (outrota) para o futuro; assim também *wo = wohin* (onde = para onde), porque em eslavo se emprega a mesma palavra em ambos os casos.

Dá-se um processo essencialmente diferente deste quando, para um conceito para o qual até então faltava uma designação, se cria uma palavra segundo o modelo dum língua estrangeira, ou se faz uma transferência de significação numa palavra já existente, segundo este mesmo modelo. Este processo é vulgar na linguagem científica e técnica, a par da adopção directa de material estrangeiro. Vejamos por exemplo as tentativas de substituir por termos alemães os termos gramaticais latinos. Estes são por sua vez formados à imitação dos gregos. Também neste sentido, a introdução dum religião estrangeira tem uma influência que penetra mais profundamente em todas as camadas da população; vejamos por exemplo palavras como *Beichte, Buße, Gewissen, Abendmahl, erbauen, Gevatter* (confissão, penitência, consciência, ceia, erguer, compadre). E assim as mesmas influências culturais que originam a importação de vocabulário estrangeiro introduzem também ideologias estrangeiras, envoltas em roupagem nacional (<sup>10</sup>).

Além disso, são transmitidos segundo o modelo das palavras isoladas grupos de palavras, os quais, como tais, desenvolveram uma significação peculiar. Assim diz-se na Áustria, por exemplo, *es steht nicht da!tir = «es ist den Aufwand oder die Mühe nicht Wert»* (não merece a despesa ou o esforço), segundo o modelo da expressão checoslovaca *nestojé za to* (<sup>11</sup>). No Sudeste da Alemanha não é raro ouvir-se dizer, segundo o modelo francês, *es macht gut Wetter* (faz bom tempo). É muito frequente esta espécie de formação, da qual só dei aqui alguns exemplos mais manifestos (<sup>12</sup>).

A isto vem finalmente juntar-se a influência da sintaxe (<sup>13</sup>). Como os eslavos podem empregar uma única forma para todos os géneros e números do relativo, emprega-se muitas vezes correspondentemente *was* em alemão eslavo, assim *ein Mann, was hat gebetsen Jakob* (um homem que se chamou Jacob); *der Knecht, was ich mit ihm gefahren bin* (o servo, com o qual viajei); também *ich bin nicht in der Stadt gewesen, was (= solange) er weg ist* (não estive na cidade, que [ = desde que] ele partiu). No sec. XVIII escrevia-se quase duma maneira geral, segundo o modelo francês, *ich lasse ihm das nicht fühlen* (não o deixo sentir isso), etc. Em lituano foi literalmente adoptada a construção alemã *was für ein Mann* (que homem). Nas línguas românicas e germânicas, a sintaxe latina teve sempre, desde o princípio do seu emprego literário, uma influência ora maior, ora menor.

Quando verificamos uma grande concordância na forma linguística interna entre os povos que têm um contacto cultural mais estreito, como por exemplo entre os povos do Ocidente, isto baseia-se, pelo menos em parte, na assimilação por cruzamento de línguas.

§ 284. Um cruzamento de dialectos adentro dum área linguística continua distingue-se nitidamente da acção compensatória normal do

convívio quando se dá entre dialectos cujas áreas estão separadas no espaço. Em compensação não podemos traçar nenhuma linha demarcativa quando as áreas são vizinhas e se encontram em constante convívio uma com a outra. Só podemos então estabelecer uma diferença conforme há entre os respectivos dialectos um contraste nítido ou as diferenças são mínimas e motivadas já por graus de transição.

Em geral podemos dizer aqui o mesmo que do cruzamento de diferentes línguas. Também aqui o processo que se dá com mais facilidade e maior frequência é a adopção de palavras estrangeiras. Em compensação o material fonético não se modifica facilmente. Também aqui se dá a substituição dos sons estrangeiros pelos nacionais mais aproximados. Por isso uma palavra importada dum dialecto afim aparece muito vulgarmente na mesma forma fonética que teria adquirido se se tivesse conservado desde a época da antiga unidade linguística. É o que terá lugar quando há divergências mínimas na evolução fonética. Mas será naturalmente diferente quando dois dialectos na sua evolução se afastaram mais, de tal forma que aquilo que etimologicamente se corresponde já não é o que se encontra mais próximo foneticamente. Assim por exemplo o *ch* em *sacht*, *Nichte*, etc., não se converte no *ft* etimologicamente correspondente, ao ser registado no alto alemão.

No campo literário, antes da fixação duma língua comum, dá-se muito vulgarmente um cruzamento originado pelo facto de se traduzir uma obra do dialecto em que originariamente foi composta para outro. Isto é possível tanto na tradução escrita como na oral. A versão permanece geralmente deficiente, sobretudo quando o metro poético se lhe opõe. Esta espécie de cruzamento deve distinguir-se inteiramente da que se dá em cada indivíduo no organismo das percepções linguísticas.

§ 285. Uma adopção feita duma *fase mais antiga da língua* só se pode naturalmente dar por intermédio da escrita. Portanto o material fonético nunca pode ser influenciado por isso. Esta espécie de adopção de palavras estrangeiras só se faz em regra com intenção consciente, em produções literárias. Aqui temos de atender a uma diferença. Ou se pretende pura e simplesmente chamar de novo à vida certas vantagens pretensas ou reais da linguagem mais antiga, ou se quer caracterizar, com os arcaísmos da língua, a época a que somos transportados pela narrativa. No último caso iremos facilmente mais longe do que no primeiro. É também uma adopção de palavras estrangeiras quando tentamos dar de novo vida a uma significação desaparecida duma palavra de resto ainda viva, como se fez com *Weib*, *Frau*, *Magd*, *Buhle* (mulher — poet. esposa, senhora, criada — poet. virgem, amante).

## NOTAS DO AUTOR AO CAPÍTULO XXII

(<sup>1</sup>) Vide para este capítulo Whitney, On mixture in language (Transactions of the American Philological Association, 1881); Schuchardt, Slavodeutsches und Slavotalienisches, Graz 1885, assim como outros trabalhos do mesmo sobre línguas cruzadas; Harrison, Negro English (Anglia VII, 233); Lundell, Norskt Språk (Zschs. F. Völkerps, 20, 261); Loewe, Zur Sprach- und Mundartenmischung (Nordisk Tidsskrift 1882, pág. 469); Windisch, Zur Theorie der Mischsprachen und Lehnwörter (Ber. der phil.-hist. Kl. der Sächs. Gesellsch. der Wissensch. 1897, pág. 101); G. Hempl, Language-rivalry and speech-differentiation in the case of race-mixture (Transactions of the American Philological Association 1898, pág. 31); Erik Björkman, Blandspråk och jämråd (Sjätte nordiska filolognötets förhandlingar. Upsala 1902); J. Wackernagel (G. G. N. 1904, pág. 20), Sprachtausch und Sprachmischung 11; Jespersen, Growth and structure of the English language Chap. IV, V, VI.

(<sup>2</sup>) Vide Franz, Die Lateinisch-romanischen Elemente im Althochdeuteschen, Strassburg 1884, pág. 20-22.

(<sup>3</sup>) Vide Franz, lugar citado.

(<sup>4</sup>) A coincidência fonética de tenuis e média, que se deu numa determinada parte da Alemanha, também interessa para estas palavras, de modo que a raiz talvez tenha sido determinante para regular a grafia na linguagem escrita.

(<sup>5</sup>) Vide J. Grimm, Kl. Schr. 1, 337, onde contudo a opinião é outra.

(<sup>6</sup>) Difícilmente podemos incluir aqui, porque são formadas com a intenção de produzir um efeito cómico, as criações da linguagem dos estudantes como *burtschikor* (com desinência adverbial grega), *Lufitikus*, *Puzikus*, *Lumpacius*.

(<sup>7</sup>) Vide Whitney, lugar citado, pág. 17. Exemplos de sufixos eslavos em dialectos alemães em Schuchardt pág. 86.

(<sup>8</sup>) Vide para isto Schuchardt pág. 8.

(<sup>9</sup>) Vide Schuchardt pág. 95 e segs.

(<sup>10</sup>) S. Singer apresentou na Zeitschr. f. deutsche Wortf. 3, 220 e 4, 125, uma lista extensa de palavras alemãs que, no seu modo de formação e evolução semântica, correspondem a palavras estrangeiras, nomeadamente latinas e francesas. Contudo a concordância sózinha não é ainda suficiente para demonstrar que esta é formada à imitação daquela. Para isso é sobretudo necessário um estudo mais rigoroso do seu primeiro aparecimento.

(<sup>11</sup>) Mais exemplos do eslavico-alemão em Schuchardt pág. 96 e segs.

(<sup>12</sup>) Também para isto remeto para Singer, com a mesma reserva.

(<sup>13</sup>) Vide Schuchardt, pág. 99 e seg.

§ 286. Em todos os países cultos modernos encontramos, a par duma ramificação dialectal variada, uma língua commun espalhada por uma larga área e geralmente reconhecida. Estudar a natureza e a formação da mesma é uma tarefa que tivemos necessariamente que adiar até ao último momento. Examinaremos de novo primeiro as condições que eventualmente se oferecem à nossa observação immediata.

Até agora tentámos sempre comprehender os processos reais da vida da língua. Explicámos desde o principio que não podemos de modo algum contar com aquilo a que a gramática descriptiva chama uma língua, a saber o conjunto do que é usual, por ser uma abstracção sem existência real. A língua commun é naturalmente, com maior razão, uma abstracção. Não é um complexo de factos reais, forças reais, mas sim apenas uma norma ideal que indica como se deve falar. Comportar-se em relação à autentica actividade linguística mais ou menos como um código em relação à totalidade da vida jurídica na área à qual o código é applicavel, ou como um credo, um compêndio dogmático, em relação à totalidade das opiniões e sentimentos religiosos.

Como norma, a língua commun é imutável, como um código ou um dogma. A mutabilidade contradiiria directamente a sua natureza. Quando se dá uma modificação ella só pode ser imposta por um poder alheio à norma, pelo qual uma parte desta é suprimida e substituida por qualquer outra coisa. As razões de tais modificações são analogas nas diferentes áreas culturais. Um código destes, por mais cuidadosamente elaborado, deixará contudo uma serie de casos imprevisíveis. Mas o código pode também conter difficuldades, admitir aqui e além várias interpretações. A isto acrescenta-se ainda a má comprehensão, o conhecimento deficiente por parte daqueles que se deviam guiar por elle. Pode finalmente conter

muitas coisas impróprias, em parte desde o princípio, em parte em consequência duma modificação das condições morais e económicas, surgida só depois do seu estabelecimento. Esta impropriedade pode dar origem a que o sentido de justiça da totalidade ou dos círculos competentes se recuse a respeitar a letra da lei. A acção conjunta destas circunstâncias leva então a uma modificação do código, feita pelas autoridades. As coisas passam-se exactamente do mesmo modo com a língua comum. Ela não é senão uma regra rígida, que reduziria o movimento linguístico a ponto morto se fosse sempre estritamente seguida, e que só admite modificações na medida em que a não tomamos em consideração.

Em tudo isto há contudo uma diferença, é que a língua comum não está codificada. Geralmente o que fica é o uso, que determina a norma. Mas isso não pode ser o uso da totalidade. Pois esse está longe de ser uno. Mesmo nas áreas em que a língua comum se consolidou melhor, podemos observar que os diferentes indivíduos divergem consideravelmente na sua linguagem, mesmo quando só os tomamos em conta nos casos em que eles se esforçam expressamente por falar a língua escrita. E mesmo que estas divergências fossem removidas, teriam de surgir sempre outras novas, de acordo com as condições gerais da evolução da língua. Tanto para introduzir unidade como para manter a unidade já existente é necessário algo que é independente da actividade da fala da totalidade, que objectivamente se lhe opõe. Para tal serve sempre o uso dum determinado círculo estreito.

§ 287. Contudo, tanto quanto podemos observar, verificamos que a norma é determinada de duas maneiras, isto é, por um lado pela língua falada, por outro por fontes escritas. Para que da primeira resulte uma norma de algum modo definida, as pessoas consideradas como autoridades têm de encontrar-se em convívio oral constante ou sempre de novo reatado depois de curtas interrupções, em que haja tantos contactos e tão multilaterais quanto possível. Em regra vemos considerar como modelo a língua duma só região ou duma só cidade. Mas como existem divergências consideráveis entre as diferentes classes da população, por toda a parte onde uma autêntica língua comum está já formada, mesmo adentro duma área restrita, essa capacidade de servir de modelo tem de ser limitada à língua das pessoas cultas da referida região. Contudo o modelo pode emancipar-se também destas, e este é o caso, por exemplo, na Alemanha. É puro preconceito quando se indica uma determinada região em que se diz ser falado o «alemão mais puro». A língua modelo para os alemães é antes a usada no teatro sério, e com ela não concorda inteiramente a pronúncia dominante das pessoas cultas de lugar nenhum. Os representantes da língua do teatro formam um círculo relativamente pequeno, contudo bastante disperso quanto ao espaço. Mas a separação no espaço só aparentemente contradiz a nossa afirmação de que o convívio directo é uma exigência necessária para a língua modelo. Com efeito o grau de concor-

dância existente na língua do teatro não poderia ser atingido nem manter-se se não se desse um intercâmbio contínuo de pessoal entre os diversos teatros, mesmo entre os mais afastados uns dos outros, e se não houvesse e não tivesse havido determinados pontos centrais que vão servindo de modelo aos outros. A isto acrescenta-se que mesmo um contacto directo mais breve pode produzir neste caso o mesmo efeito que noutros casos um mais longo, e isso porque existe uma verdadeira instrução, a qual é já auxiliada por uma observação fonético-fisiológica. São evidentes as razões pelas quais a língua do teatro teve de ser especialmente una e diferente de todas as línguas locais. Em mais sítio nenhum se reúne um círculo tão fechado de pessoas, vindas das mais diversas regiões, que tenham sido obrigadas a colaborar na língua que falam. Em mais sítio nenhum se ofereceu a um círculo, tanta ocasião de prestar atenção à pronúncia própria e estranha, de se esforçar conscientemente por ela. Tinham de atender por um lado à necessidade de se fazerem compreender duma maneira geral por um largo círculo de espectadores, por outro lado tinham de obedecer a razões estéticas. Por essas razões não se podiam admitir diferenças dialectais, nem mesmo no número restrito em que eventualmente se tinham mantido ainda entre os diferentes círculos regionais das pessoas cultas. É evidente que uma pronúncia regularmente uniforme, a que o público gradualmente se habitua, facilita muito a compreensão. Contudo qualquer irregularidade neste sentido fere o sentimento estético, se não é produzida intencionalmente para caracterização. Mas precisamente por ter algo de caracterizante, o dialecto deve ser evitado quando a caracterização não vem a propósito. Então, enquanto diferentes cambiantes dialectais lutaram pelo predomínio antes de se chegar a um acordo, embora no todo um talvez tivesse a supremacia, aconteceu contudo que, neste ou naquele ponto, ele cedeu a um outro. Teve de ser aqui determinante para a decisão também a luta por um máximo de clareza. Mas este esforço devia conduzir a um afastamento da linguagem corrente duma maneira geral. As formas fonéticas que nesta linguagem só se empregam quando nos esforçamos por uma clareza especial passaram a ser usadas regularmente na língua do teatro. Foram sobretudo as formas surgidas por influência da estrutura da oração ou também da composição das palavras, as formas atingidas pela assimilação ou abrandamento em consequência da pequena intensidade de acento, que foram elididas, sempre que possível, e substituídas pelas formas fonéticas usuais em colocação isolada. Recordou-se muitas vezes a grafia, quando a pronúncia se tornara já irregular. É precisamente por estas características, nascidas da necessidade de ser mais claramente compreendido por um largo círculo de espectadores, que a língua do teatro não pode nunca tornar-se um modelo absoluto para a linguagem corrente. Nesta, o mesmo esforço por clareza pareceria afectação.

Portanto, através do teatro cria-se para as condições fonéticas uma norma mais fixa do que através da linguagem corrente duma determinada região. Mas a sua influência regularizadora limita-se também ao aspecto fonético. No restante é-lhe imposta a linguagem dos poetas, e esta não pode ter uma acção tão importante como a linguagem corrente, no que se refere aos outros aspectos.

A concordância existente na língua do círculo considerado como autenticidade nunca pode naturalmente ser absoluta. Numa linguagem corrente, ela não ultrapassa facilmente a concordância existente no dialecto surgido dum modo natural numa área restrita. Contudo numa língua artificial de teatro podemos ir um pouco mais longe. E como a língua padrão não está livre de hesitações, está também sujeita a uma transformação gradual como qualquer dialecto. Porque ela tem as mesmas condições de vida deste. Mesmo quando a norma se pode opor a um círculo mais largo como algo de independente dele, não pode fazê-lo ao círculo determinante mais restrito, antes tem de ser natural e gradualmente modificada pela actividade da fala do mesmo. E isto aconteceria mesmo que este círculo mais estreito se pudesse conservar inteiramente independente das influências do mais amplo. Mas não se pode imaginar que, no convívio mútuo ininterrupto, ele desse sempre e nunca recebesse. E é deste modo que a língua comum é também determinada pela totalidade dos que falam a mesma língua, sendo só muito diferente a contribuição que cada um dá para ela.

§ 288. A outra norma da língua comum, citada com a ajuda da escrita, oferece várias vantagens consideráveis. Só depois da fixação escrita é que a norma se torna independente dos indivíduos que falam a língua, e pode ser transmitida, sem modificações, também às gerações seguintes. Pode ainda ser propagada sem convívio directo. Finalmente, na medida em que só se pretende que influencie a língua escrita, é muito mais fácil de seguir, porque não é necessário exercitar de novo o sentimento mecânico para nos guiarmos por ela, como temos de fazer para aprender uma pronúncia estrangeira. Por outro lado, em compensação, ela tem a desvantagem de deixar ainda uma margem demasiado larga a divergências na pronúncia, como se depreende da nossa exposição no cap. XXI, e por isso mal pode ser utilizada como modelo para aquela.

Para a regulamentação da linguagem escrita no seu sentido próprio é em todo o caso possível apresentar o uso de certos escritores, de certas gramáticas e dicionários como único modelo determinante, e guiarmo-nos para sempre por eles. Isto acontece por exemplo quando os neolatinos pretendem imitar o estilo de Cícero. Mas já neste exemplo podemos compreender que também quando temos em vista um modelo bem determinado, é difícil produzir algo que se lhe assemelhe inteiramente. É então preciso mantermo-nos ininterruptamente em perfeito contacto íntimo com o modelo, esforçando-nos ansiosamente por afastar todas as outras

influências. Mesmo aquele que melhor o consegue só pode atingi-lo limitando-se na comunicação dos seus pensamentos, sacrificando toda a sua personalidade e ao mesmo tempo a exactidão e clareza da expressão. Por muito rico que seja o círculo de ideias dum escritor, nem mesmo a pessoa que pertence à sua época cultural encontrará nele os meios de expressão correspondentes a tudo o que ela própria tem a dizer; muito menos o encontrará alguém mais tarde, quando as condições culturais se modificaram.

Uma língua escrita, para satisfazer as necessidades práticas, tem de modificar-se com o tempo exactamente como o dialecto vivo. Mesmo quando primeiro se baseia no uso dum escritor ou dum determinado círculo de escritores, não pode contudo permanecer para sempre agarrada incondicionalmente a este modelo, e sobretudo não se deve recusar de forma exclusiva a complementos quando o modelo não basta. O indivíduo não deve mais ter o modelo em vista para tudo o que escreve, mas, como no dialecto, tem de manejar inconscientemente os meios linguísticos com uma confiança segura na sua própria sensibilidade, tem de dar, precisamente com isso, uma certa contribuição criadora à língua, e influir sobre os outros através daquilo que cria. O uso da língua actual tem de tornar-se a única norma, quando não exclusivamente, pelo menos a par dos modelos antigos. É isso que se dá com o latim da Idade Média. Os humanistas, ao cortarem a evolução viva da língua latina e ao imporem de novo exclusivamente os modelos da Antiguidade, absolutamente contra a sua intenção dão o golpe mortal à literatura latina, tornam-na incapaz de continuar a satisfazer as necessidades gerais de convívio científico e comercial.

Ao emancipar-se dos modelos originários, é na verdade inevitável que uma língua escrita perca em regularidade, e que entre os diferentes indivíduos nasçam divergências variadas. Mas não é necessário que se dê por isso um desmonotamento em vários dialectos distintos, como é inevitável em tais casos na língua falada. Uma das fontes, e mesmo a mais importante, da diferenciação dialectal, nomeadamente a alteração fonética, desaparece por completo na língua escrita. Flexão, formação de palavras, significação, sintaxe continuam contudo expostas a modificações, e assim à diferenciação, mas também estas em grau menos elevado do que no idioma falado. Uma das principais razões de modificação neste campo é, como vimos, a falta de concordância entre as condições de agrupamento que se baseiam no aspecto fonético e as que se baseiam na significação. A língua escrita na sua forma original também não está, naturalmente, livre desta deficiência, mas não se produzem nela constantemente incongruências motivadas pela alteração fonética, como no idioma falado, e as diferentes áreas não são colocadas por uma evolução fonética divergente em diferentes posições em relação à formação por analogia. Por isso oferece-se muito menos ocasião para modificações nas leis de formação

que se referem à flexão e formação de palavras. Mas não só se dão menos modificações, como aquelas que se dão se podem espalhar facilmente por toda a área, enquanto não for interrompida a continuidade literária. Quando não têm poder suficiente para isso, terão de ceder a influências poderosíssimas, mesmo nas áreas limitadas em que eventualmente se tenham fixado. Onde a unidade da língua corre menos perigo é onde os velhos modelos conservam sempre uma certa autoridade junto dos novos, quando são muito lidos, quando deles se abstraem regras universalmente reconhecidas. Onde podemos associar melhor concordância e acomodação às condições culturais modificadas é onde conservamos, dentro do possível, os velhos modelos na sintaxe e ainda mais na construção de formas, deixando contudo uma certa liberdade à criação de novas palavras e à associação de novas significações às velhas palavras. As coisas passam-se geralmente também assim nos escritores mais cultos do médio-latim.

§ 289. Onde melhor podemos estudar a natureza duma língua comum, que é só língua escrita, é no médio e neolatim (1). As línguas comuns nacionais, em compensação, são simultaneamente língua literária e familiar. Por isso coexistem nelas também uma norma da língua escrita e outra da linguagem corrente. Parece evidente que temos de fazer concordar ambas uma com a outra, mantendo continuamente essa concordância. Mas, como vimos no cap. XXI, uma tal concordância não é de modo algum possível no que se refere ao aspecto fonético propriamente dito, e o processo de independência da escrita em relação à linguagem falada pode ir tão longe que a sua influência recíproca quase desaparece. E precisamente a introdução duma norma fixa facilita esta independência. Por aqui vê-se como é necessária uma norma especial para a língua falada, porque com base na mera forma escrita mal se poderia pretender atingir uma concordância aproximada nas relações fonéticas; no entanto ela atirar-se-ia mais depressa com uma ortografia como a alemã do que como a inglesa.

Há que ter ainda em consideração que entre língua literária e corrente existe sempre um contraste estilístico, que não se tenta de modo algum remover. Em consequência disso mantêm-se na primeira modos de construção, palavras e associações de palavras que na última caíam em desuso, por outro lado introduzem-se na última muitas coisas novas que a primeira desdenha.

Não há portanto uma concordância absoluta de ambos os domínios sobre o que neles é considerado normal. Contudo, ainda mesmo abstraindo dos dois pontos que salientámos, eles estão sempre ameaçados pelo perigo de se separarem um do outro em direcções diferentes. As personalidades determinantes só em parte são as mesmas para ambos, e o grau da influência exercida pelo indivíduo é diferente num e noutra. Além disso temos na linguagem literária a intervenção sempre renovada dos antigos

escritores, enquanto que na linguagem corrente só a geração presente tem uma acção directa. Para evitar uma separação abissal, tem de se criar sempre de novo entre ambas uma espécie de compromisso, pelo qual uma cede sempre um pouco à outra.

§ 290. Vimos acima, no § 30, que temos de procurar nas condições fonéticas o que verdadeiramente caracteriza um dialecto em relação aos outros. O mesmo se pode dizer da linguagem comum em oposição aos vários dialectos. Não devemos portanto colocar ao mesmo nível nem duma língua comum, nem dum dialecto, quer uma linguagem técnica quer um estilo poético.

§ 291. Em todos os domínios para os quais existe uma norma de língua comum, as palavras dos diferentes indivíduos apresentam-se como gradações múltiplas. Há muitos graus intermédios entre aqueles que se aproximam tanto quanto possível da norma e aqueles que menos se deixaram contagiar por ela. Aqui a maioria dos indivíduos emprega duas, às vezes mesmo mais línguas, das quais uma se aproxima mais da norma, a outra do dialecto. Esta é a primeira aprendida na infância, desde sempre familiar ao indivíduo, aquela foi adquirida numa idade mais avançada por meio de esforços artificiais. É verdade que acontece também aqui e além aprenderem-se duas paralelamente desde o princípio, e circunstâncias especiais podem obrigar alguém a aprender mesmo mais tarde, e a servir-se dela, uma língua que se afasta mais da norma. A diferença entre ambas as línguas pode variar muito. Pode ser tão insignificante que, na vida em comum, só a distinguimos como uma pronúncia um pouco mais cuidada ou um pouco mais desleixada; neste caso metem-se de novo ainda graus intermédios de permeio. Mas pode também existir um contraste nítido. A dimensão da diferença depende naturalmente tanto da distância a que a língua natural se encontra da norma, como da proximidade a que se encontra da artificial. Há grandes diferenças em ambos os sentidos. Quando na língua comum designamos a língua artificial sempre como língua literária, não contamos com uma quantidade de diferenças locais e individuais bastante consideráveis; quando designamos sempre a língua natural como dialecto, passamos por cima de diferenças importantes adentro do mesmo domínio restrito. Há também naturalmente indivíduos que se servem só duma língua: são por um lado aqueles que na sua linguagem natural já se aproximam, ou julgam aproximar-se, tanto da norma, que não consideram necessário aproximar-se ainda mais dela por um esforço artificial; por outro lado aqueles que não sentiram ainda a necessidade que conduziu à criação e emprego da língua comum.

Quanto mais se afasta da norma a língua natural dum indivíduo, tanto mais ele sente como estranha a língua artificial paralela; mas podemos também em geral afirmar que, quanto mais cuidadosamente aprendemos a língua artificial, tanto mais nos aproximamos da norma,

sobretnudo em todos os pontos que se podem fixar pela escrita. Na Baixa Alemanha fala-se um alemão mais correcto do que na Média e Alta Alemanha. Do mesmo modo, o chamado «boim alemão» da Suíssa é muito mais correcto do que o alemão vizinho de Baden ou Württemberg, porque ali os dialectos da cidade já se aproximaram muitíssimo mais da norma do que aqui.

Quando há muitas gradações paralelas na mesma área, estas têm forçosamente de influenciar-se umas às outras, continuamente. Isto deve ser sobretnudo o que se passa com os dois graus que se encontram paralelamente num indivíduo. Todos os graus da mesma região têm de ter certas propriedades em commun. Nas diferentes regiões, os graus mais próximos da norma têm de comportar-se sempre uns com os outros de forma mais ou menos análoga à daqueles que mais se afastam da norma.

§ 292. A norma da língua escrita é sempre mais definida, mais livre de hesitações do que a da linguagem corrente. E na prática autêntica a língua literária, neste aspecto, excede ainda mais também os aspectos da linguagem corrente que mais se aproximam da norma. Isto é uma afirmação cuja validade geral veremos confirmada pela experiência, para onde quer que olhemos, e que, além disso, resulta necessariamente da natureza do objecto. Porque em primeiro lugar, como já vimos, todas as diferenças mais subtis da pronúncia têm de desaparecer por si na escrita, e em segundo lugar é mais fácil a uma pessoa adoptar uma determinada ortografia do que uma pronúncia diferente daquella a que estava habituada. Por isso não precisamos de pensar muito numericamente para vermos o absurdo de certas hipóteses que supõem, num período mais antigo, uma maior unidade na língua falada do que na escrita.

§ 293. Na relação das línguas isoladas individuais com a norma dão-se constantes modificações. Enquanto estas línguas, por um lado, não se podem emancipar das condições fundamentais da evolução linguística natural, e são por isso levadas a uma diferenciação cada vez maior e, com isso, a uma distância cada vez mais aproximação da norma, os esforços artificiais, por outro lado, provocam cada vez mais aproximação da norma. É importante fixar que ambas as tendências actuam a par, e que, por exemplo, a acção da primeira não termina quando a segunda começa a actuar. Podemos observar em parte directamente a aproximação da norma. Mas além disso encontramos simultaneamente, em diversos indivíduos, paralelamente todos os graus de evolução pelos quais os diferentes indivíduos isolados passaram pouco a pouco. Tentemos agora compreender os diferentes processos por meio dos quais se realiza a aproximação.

Primeiro: Um indivíduo aprende, além da língua natural que até aí usou exclusivamente, uma artificial, mais próxima da norma. Isso acontece nos países cultos actuais, a maior parte das vezes primeiro através da escola, e aprende-se também então simultaneamente a língua literária

própriamente dita e uma linguagem corrente próxima da língua literária. Mas também podemos aprender uma língua artificial entrando num outro círculo de convívio que se serve já duma língua que está mais próxima da norma do que o círculo em que até então vivemos, ou pelo menos passando a ter com um tal círculo um contacto mais íntimo do que tínhamos quando primeiro aprendemos a falar. A relação do indivíduo com a nova língua é naturalmente sempre passiva durante algum tempo, antes de se tornar activa, isto é, ele aprende primeiro a compreender a língua e habitua-se a ela, antes de a falar. O indivíduo tem muitas vezes esta relação mais ou menos íntima e passiva com muitos dialectos e frases da linguagem corrente, sem chegar nunca a passar desta para uma relação activa. Para isso necessita precisamente ainda dum impulso especial, duma influência especialmente enérgica. A adopção da língua artificial é a principio sempre imperfeita, pode progredir gradualmente no sentido duma perfeição cada vez maior, mas muitos nunca chegam a conseguir falá-la com segurança e sem erros. Em todo o caso, a língua natural primeiro aprendida por um indivíduo permanece determinante para o carácter específico da sua língua artificial. Mesmo onde a última se afasta mais da primeira, ela não é aprendida como uma língua absolutamente estranha, mas sempre relacionando-se com esta, a qual serve de apoio na utilização daquella. Orientamo-nos primeiro, tanto quanto possível, pelos sentimentos mecânicos em que já temos prática, como de resto acontece na utilização de todas as línguas ou dialectos estrangeiros. Não tomamos em consideração as diferenças fonéticas mais subtis da língua modelo que tentamos imitar. Assim pode acontecer, mesmo quando a referida língua modelo está o mais próxima possível da norma commun, que na imitação se produza uma gradação de accordo com o dialecto originário. Contudo agora temos que chamar ainda a atenção para o facto de os indivíduos, em regra, aprenderem a sua língua artificial de comparitotas seus, cuja língua tem já como base o mesmo dialecto. Além disso, enquanto a língua artificial for aprendida através de leituras, é inteiramente comprehensível a introdução de sons semelhantes do dialecto próprio. Mas também o vocabulário e a significação das palavras, a flexão e a sintaxe da língua artificial não se formam só a partir dos modelos, mas também a partir da língua natural própria. Nomeadamente, quando o vocabulário que recebemos da língua modelo não chega ou se tornou pouco corrente, completamo-lo com palavras da língua natural; empregamos palavras que nunca ouvimos naquella ou que, se as ouvimos, não seríamos capazes de reproduzir se não apparecessem também nesta. Comportamo-nos ao fazê-lo com uma certa segurança e à vontade, porque de facto uma grande parte, senão a maior, das palavras usuais da língua natural apparecem também na língua modelo, e porque muitas vezes preenchemos deste modo perfeitamente as lacunas do conhecimento que temos da última. Mas aqui não



se pode também naturalmente evitar que se adoptem na língua natural palavras que a língua modelo não conhece, ou só com uma significação diferente. Onde a mesma palavra aparece na língua modelo e na natural, há frequentemente diferenças da forma fonética. Se estas diferenças se encontram regularmente num número maior de palavras, têm de formar-se séries paralelas na mente do indivíduo que domina ambas as línguas (por exemplo baixo-al. *water* — alt. al. *Wasser* = *eten* — *essen* = *laten* — *lassen*, etc.). Cria-se nele um sentimento, embora obscuro, do comportamento regular dos sons duma das línguas em relação aos da outra. Em consequência disso pode transferir correctamente para as condições fonéticas da língua artificial palavras que só conhece da sua língua natural. Psicologicamente o processo não é diferente do que designamos por formação por analogia. Aqui podem surgir erros devidos a uma generalização incorrecta do valor duma proporção, como por exemplo o que ouvi a uma criança criada num meio em que se falava um dialecto do baixo-alemão, a qual, ao falar alto-alemão, dizia *Zeller* por *Teller* (?). Contudo erros destes permanecem geralmente individuais e passageiros, porque há sempre um controle contra eles. Mas por outro lado as séries paralelas nem sempre se mostram eficazes, e passam para a língua artificial também palavras na sua forma dialectal, que se atasta das condições fonéticas da língua modelo. De resto as coisas passam-se em todos os outros campos como no campo fonético: em regra a linguagem corrente que primeiro serve de modelo a um indivíduo é formada já pela cooperação da língua oficial propriamente dita com o dialecto natural.

Segundo, a língua artificial influencia a natural, na medida em que adoptamos daquela palavras, de vez em quando mesmo formas de flexão e construções. As palavras são naturalmente as que se referem a círculos de ideias, para o que nos servimos de preferência da língua artificial. Assim como acontece na adopção inversa, elas ou são transformadas segundo as condições fonéticas da língua natural, ou conservadas na forma fonética da língua artificial. Todos os dialectos alemães sofreram este contágio, embora em muito diversos graus.

Terceiro, nos indivíduos que falam simultaneamente uma língua artificial e uma natural, o emprego da primeira alargar-se-á à custa da última. A princípio a língua artificial só é empregada quando há verdadeira necessidade disso, isto é, no convívio com estrangeiros que pertencem a uma área dialectal essencialmente diferente. Isto dá-se mais por via escrita do que oral, é portanto mais necessária uma língua escrita artificial do que uma linguagem corrente artificial. No convívio entre compatriotas a língua artificial é só utilizada quando se tem que tomar simultaneamente estrangeiros em consideração. Desde que ela se fixou para a literatura e para documentos oficiais, estende-se a todos os documentos escritos duma maneira geral, mesmo aos de natureza particular, não destinados a uma

435

área dialectal estranha. Isto é o resultado natural de aprendermos a ler e escrever em textos literários, em consequência do que se torna mais cómodo seguirmos a ortografia dominante do que aprendermos ou inventarmos mais uma grafia para o próprio idioma. Além disso a língua artificial passa a usar-se para a conferência pública apoiada em notas escritas, para o sermão, a aula, etc. Só depois de ter encontrado vasto emprego em todas as formas de convívio indicadas, é que ela se torna tão familiar para uma parte do povo, naturalmente para a parte que mais uso faz dela, que mais sofre a influência da literatura, escola, etc., que essa parte do povo começa a empregá-la também para o convívio particular no seu lugar de nascimento, e ela se torna a linguagem corrente das pessoas cultas. Só ao chegar a esta fase da evolução é que o emprego do dialecto no convívio com outros pode ser naturalmente tomado por um sinal de falta de cultura, só então o dialecto é considerado inferior à língua artificial. Na Suíça geralmente ainda não se chegou a este ponto. Nos círculos mais cultos de Basileia, Berna, Zurique, as pessoas, não estando presente nenhum estrangeiro, conversam na língua natural a cada um desde a infância, e ninguém se sente chocado pelos discursos em suíço-alemão nas corporações políticas. Ainda há poucos decénios podíamos observar uma situação pelo menos aproximadamente semelhante em Hölstein, Hamburgo, Mecklenburgo e noutras regiões da Baixa Alemanha. Em toda a Alemanha do Sul e do Centro ainda se tolera, pelo menos na linguagem familiar, uma diferença considerável da língua normativa propriamente dita. Já a observação da situação ainda hoje existente pode elucidar-nos sobre como é errada a opinião de que a existência duma língua artificial e natural tem de aliar-se desde o princípio uma desvalorização da última em relação à primeira, e ainda como é errado apontar como primeiro motivo para a aprendizagem e criação duma língua artificial não a necessidade, mas a ambição de se distinguir da grande massa do povo. Quem parte deste princípio está imbuído ainda dos preconceitos dum ensino pouco científico de mestre-escola, o qual não sabe nada da evolução histórica. O emprego da língua artificial no convívio diário pode dar-se em dimensões muito variadas. Primeiro emprega-se alternadamente com a natural. Depois faz-se uma diferença, conforme o grau em que a pessoa com quem falamos está familiarizada com a língua artificial e a emprega ela própria. Finalmente chegamos talvez ao ponto de nunca mais usar a língua natural. Encontram-se hoje em dia casos suficientes em que podemos seguir a par e passo toda esta evolução num indivíduo. Nunca se chega a usar exclusivamente a língua artificial sem que tenha existido primeiro um período mais ou menos longo de bilinguismo.

§ 294. Logo que um certo número de indivíduos chega ao ponto de se servir, exclusivamente ou sobretudo, da língua artificial, a parte da geração mais jovem que sofre a sua influência aprende como língua natural

o que para aqueles era ainda língua artificial. Para a natureza e sobrevivência da língua na geração mais nova é então indifferente que a geração mais velha a tenha chegado a falar por um modo artificial. A geração mais jovem comporta-se em relação a esta língua do mesmo modo que a geração mais velha ou outras camadas do povo em relação ao seu dialecto, não influenciado pela norma da língua commun. Não devemos confundir simplesmente o contraste entre língua artificial e natural com o existente entre língua commun e dialecto. Temos de decidir sempre se queremos julgar as várias línguas individuais segundo a sua forma objectiva, tomando em consideração a sua maior ou menor distância da norma da língua commun, ou segundo o comportamento subjectivo da pessoa que fala em relação a elas. De duas línguas que ouvimos de dois indivíduos differentes, A pode estar mais próxima da norma do que B, e contudo A pode ser língua natural e B artificial.

Quando numa região uma parte continua a falar o dialecto primitivo, outra parte se serve, mesmo para o convívio diário, duma língua artificial adoptada, há naturalmente uma quantidade de indivíduos que, desde a infância, são quase tão influenciados por um grupo como pelo outro, e assim não se pode evitar que se produzam várias misturas. E assim acontece surgir uma grande riqueza de gradações variadas, mesmo na língua natural. Em quase todas as regiões da Alta e Média Alemanha pode-se passar muito gradualmente da forma mais próxima da norma à que lhe fica mais distante, sem que se dê nunca um salto brusco. Em compensação na Suíça, onde a língua artificial ainda não se introduziu no convívio diário e ainda não se transformou em língua natural, entre a língua escrita e o dialecto mais fortemente influenciado por ela existe um contraste que não é produzido por quaisquer gradações, se bem que haja uma gradação entre os dialectos, conforme são mais ou menos fortemente influenciados pela língua escrita.

Quando alguém aprendeu de pequeno uma língua mais próxima da norma, não tem naturalmente tanta necessidade de aprender ainda mais uma artificial, como se tivesse aprendido o puro dialecto da sua região. Por isso, no convívio oral, contenta-se frequentemente com uma só língua. Mas as circunstâncias podem obrigá-lo a esforçar-se por uma aproximação ainda maior da norma, e então torna-se bilingue, e por sua vez a sua língua artificial pode tornar-se natural para a geração seguinte, e este processo pode realizar-se repetidamente.

§ 295. Procurámos até agora expor qual a situação quando se dá a hipótese de existir já uma norma geralmente aceite para a língua commun. Resta-nos agora observar como nasce uma tal norma. Que não pode ter existido desde o principio nas regiões em que agora existe, que tem de ter havido primeiro um período em que só existiam a par uns dos outros dialectos com os mesmos caracteres, deveria ser uma verdade

hoje aceite por todos. Mas parece ser ainda difficil a muitas pessoas imaginar uma língua sem norma usada litterariamente, e está muito espalhada a tendência para recuar tanto quanto possível a sua origem. Só posso ver nisso a influencia de velhos preconceitos, segundo os quais só a língua escrita é legitima, e o dialecto é considerado só como uma corrupção daquela. A razão de ainda ser possível haver dúvidas está no facto de só termos ao nosso dispor, vindos dos tempos mais antigos, documentos escritos e não a linguagem falada. Em consequência disto deu-se uma larga margem a suposições sobre a natureza desta última. Para a exactidão ou futilidade destas suposições só pode fornecer-nos um critério a experiencia que até agora juntámos sobre as condições da vida da língua. O que não suporta este critério não pode ser considerado legitimo.

§ 296. De todos os factores que colaboram na criação duma língua commun interessa naturalmente em primeiro lugar a necessidade, como se deprende de tudo o que dissemos. Ela só aparece quando a differenciação dialectal foi tão longe que os membros da mesma entidade linguística já não podem comprehender-se facilmente uns aos outros, e é verdade que mesmo então só para o convívio mútuo daquelles cujas regiões se encontram muito afastadas, porque entre os vizinhos mais próximos não se cria nenhum contraste demasiado brusco. Não é facil comer-se erro mais grave do que supor que uma língua commun se formou primeiro numa área restrita, que ainda só apresenta poucas differenças dialectais, e que só depois se estendeu às regiões mais afastadas. É muito mais natural, e a experiencia também o confirma, que se tome essa língua como modelo em regiões cujo dialecto se afasta bastante dela, ficando as differenças mais pequenas a principio imperceptíveis. O caracter de língua commun pode ser mesmo especialmente corroborado pelo facto de se dar uma transição para uma área de língua indubitavelmente estranha, como podemos observar no grego *κοινὴ* e na língua latina.

Para que haja portanto uma necessidade premente, o convívio entre as áreas afastadas umas das outras deve ter-se já desenvolvido até uma intensidade razoável, devem existir já relações commerciaes, politicas ou litterarias activas. O tamanho que atinge a área sobre que a língua commun estende o seu dominio também depende em parte das condições de intensidade do convívio mais amplo. As fronteiras da área de modo algum coincidem sempre com as que traçarmos como sendo as mais convenientes, se tomássemos sómente em consideração a relação dos dialectos. Quando em duas áreas linguísticas differentes as divergências são quase igualmente grandes, então pode acontecer que numa se desenvolvesse só uma língua commun e na outra duas; três e mais. Não há por exemplo dúbida de que entre os dialectos do alto e baixo-alemão existam differenças maiores do que entre o polaco e o checoslovaco, ou o sérvio e o búlgaro.

e até mesmo entre o polaco e o sérvio. Duas regiões com dialectos intimamente aparentadas podem ser separadas uma das outras em sentidos diferentes no que respeita às línguas comuns que nelas se fixam, enquanto que dois outros dialectos muito afastados um do outro adoptam a mesma língua comum.

Quão importante é a necessidade mostra-o também a observação seguinte. É muito difícil, se não impossível, criar uma língua comum especial para uma parte duma área maior na qual se fixou já de algum modo uma língua comum. Hoje já nem sequer podemos pensar em criar uma língua comum baixo-alemã ou provençal. Também os esforços para criar uma língua comum especial norueguesa falham perante o predomínio já existente do dinamarquês. Inversamente, também não é fácil fazer uma língua comum dominar numa área maior, quando as várias partes da mesma já têm as suas línguas comuns especiais, as quais já suprem as necessidades mais prementes. Vemos isso na falta de êxito dos esforços paneslavos. Do mesmo modo uma língua inteiramente estranha, uma vez adoptada no convívio literário e oficial, oferece obstáculos à criação duma língua comum nacional. Assim os esforços para estabelecer uma língua literária flamenga encontram grandes dificuldades, visto o francês ter lançado raízes fundas. O latim como língua universal exerceu em elevado grau esta influência inibitória.

§ 297. É só para o convívio directo que a necessidade existe em cheio. Para o convívio indirecto ela muitas vezes não existe, mesmo quando os indivíduos que comunicam entre si se encontram muito afastados dialectalmente. Se a comunicação se faz através de outros indivíduos, cujos dialectos se encontram de perto, então ela pode, através de várias traduções, adquirir um aspecto que a torna compreensível também áqueles que a não teriam compreendido no dialecto original. Tais traduções fazem-se evidentemente quando produtos poéticos se transmitem oralmente de lugar para lugar. Mas também estão sujeitos a esta transmissão documentos escritos, que se propagam mais amplamente por cópias. No entanto a tradução fica normalmente mais ou menos imperfeita, de forma que surgem cruzamentos de dialectos. As diferentes literaturas nacionais da Idade Média fornecem inumeráveis exemplos deste processo. É deste modo possível, sem a ajuda duma língua comum, uma conexão literária entre regiões que, no dialecto, estão já bastante afastadas umas das outras. E este processo tão natural impede precisamente que um dialecto, no qual estejam compostas obras literárias valiosas, adquira por essa razão uma influência decisiva, porque ele não é divulgado com as respectivas obras, pelo menos na sua forma pura. As coisas passam-se de modo completamente diferente logo que a divulgação se dá através da imprensa. Esta torna possível divulgar por toda a parte uma obra na forma autêntica que lhe foi dada pelo editor. E para que as vantagens da impressão

se imponham, esta tem de bastar para toda a área linguística, se possível, e para isso é naturalmente preciso que a língua usada seja compreendida em toda a parte. Com a introdução da impressão cresce portanto por um lado a necessidade duma língua comum, por outro lado oferecem-se meios próprios para satisfazer esta necessidade. De resto foi também só a imprensa que tornou possível uma divulgação da aprendizagem da leitura e da escrita em círculos mais vastos. Antes de se utilizar a imprensa, só um círculo estreito podia aproveitar da eficácia duma norma da língua escrita.

§ 298. A necessidade em si naturalmente não chega para criar uma norma de língua comum. Também não pode dar ocasião a que se invente uma arbitrariamente. Mesmo neste domínio a intencionalidade não vai tão longe, muito embora seja muito maior do que na evolução natural da língua. Serve sempre como norma um dos idiomas existentes e não algo criado de novo. Nem sequer se escolhe um de entre estes segundo um acordo. Antes áquêle que se quer ter como norma deve possuir já uma supremacia natural, quer no domínio comercial, político, religioso ou literário, quer em vários destes ao mesmo tempo. A intenção de criar uma língua comum surge só depois, quando já se deram para isso os primeiros passos. Pelo menos foi só nos últimos tempos que se formou o plano de criar uma língua comum, sem fundamento já existente, e em geral com pouco sucesso. Tomaram-se para isso como modelo as condições de outras áreas linguísticas que possuem já uma língua comum. Quando se estabeleceram as línguas comuns dos grandes países europeus civilizados, ainda não havia tais modelos. Foi preciso sabermos primeiro que eles podiam existir, para aspirarmos a eles.

Antes de existir um começo de língua comum tem de haver naturalmente uma quantidade de indivíduos que as circunstâncias levam a familiarizar-se com um ou vários dialectos estranhos, de maneira que os compreendam facilmente e em parte aprendam a empregá-los eles próprios. Isto pode ser a consequência de se terem mudado para outra região, ou de terem convivido muito com pessoas vindas duma outra região, ou de se terem ocupado muito com textos escritos oriundos de lá. As relações iniciadas deste modo podem ter vários aspectos. Uma pessoa do dialecto A pode aprender o dialecto B ou C, uma terceira o D, e de novo, inversamente, uma pessoa do dialecto B ou C ou D pode aprender o dialecto A, etc. Enquanto as influências reciprocas dos diferentes dialectos se mantêm mais ou menos equilibradas, não é possível progredir. Mas se se ofereceu ocasião consideravelmente maior para a aprendizagem dum dialecto do que para a de todos os outros, e isto aos que falam todos esses dialectos, então áquêle está predeterminado para língua comum. A sua supremacia manifesta-se primeiro no convívio entre áqueles que o falam e os que falam os outros dialectos, porque áquêle é mais fácil e mais

frequentemente aprendido pelos últimos do que inversamente, permanecendo os outros dialectos entre si mais numa relação de paridade. Mas o passo decisivo só é dado quando o dialecto dominante é utilizado também para o convívio entre pessoas que falam vários outros dialectos. Isto é uma consequência natural do facto de uma maior quantidade de indivíduos estarem familiarizados com ele. Porque então é mais prático servirem-se dele, mal o dialecto natural não chega, do que aprender mais um terceiro ou quarto dialecto. Onde ele se apresenta mais naturalmente é quando nos dirigimos tanto àqueles que o falam como língua materna como ao resto da população, como é o caso do convívio literário, e, sob a condição prévia duma unidade nacional, também o caso do convívio político. No momento em que tomamos consciência da conveniência do emprego dum tal dialecto para o convívio mais vasto, começa também a continuação intencional da evolução.

§ 299. O carácter modelar dum determinado dialecto é contido em regra só um grau de transição na evolução da norma da língua commun. As imitações do modelo permanecem, como vimos, mais ou menos imperfeitas. Surgem cruzamentos entre o modelo e os diferentes dialectos nacionais dos vários indivíduos. É difícil evitar que estes dialectos cruzados consigam em parte uma certa autoridade, sobretudo quando escritores excellentes se servem deles. Por outro lado o dialecto modelo como dialecto está sujeito a constante modificação, enquanto que a língua normativa tem de ser mais conservadora, e só se pode afirmar agarrando-se aos modelos de tempos passados. Assim o dialecto tem de perder gradualmente o seu valor como modelo, tem de lutar pela supremacia, com várias gradações divergentes.

A língua artificial duma grande área numa certa fase de evolução costuma assim differenciar-se dialectalmente mais ou menos na mesma medida que a língua natural, adentro duma região. Consegue-se uma centralização maior geralmente só pelo estabelecimento de autênticas regras numa instrução oral, gramáticas, dicionários, academias, etc. Mas por muito consciente e intencionalmente que uma norma da língua escrita seja criada, a evolução involuntária de que tratámos nos capítulos anteriores não pode dessa forma ser neutralizada, porque ella é inseparável de toda e qualquer actividade da fala.

## NOTAS DO AUTOR AO CAPTULO XXIII

(<sup>1</sup>) Contudo o latim médio também não é certamente uma língua que vive e evolue exclusivamente na forma escrita. Também foi utilizada no convívio oral. Mas isso deve ter tido pouca influencia na evolução, porque a sua aprendizagem era sempre feita à base de textos escritos. Em compensação houve um factor fora da tradição escrita em todo o caso de grande importância, sobretudo para a formação da sintaxe, a saber, a língua materna dos que escreviam em latim.

(<sup>2</sup>) Hebel conta: Das wäre nicht veil sagte der Schulz. Denn dort in Lande sagt man veil statt viel wenn man sich hochdeutsch explizitern will. (Isso não seria muito — [viel] — disse o Schulz. Porque naquella região dizem veil em vez de viel, quando querem exprêtingirse em alto alemão).